



revista epígrafe

2019 v.7 n.7

mandar queimar... suspende concessão de novas bolsas de mestrado e doutorado
Não há corte, ha contingenciamento'. diz ministro sobre orçamento das 43% dos municípios br
universidades federais Mais de 80% dos professores se sentem desvalorizados em educação
io têm corte de 35,8% em quatro anos Ministério da Educação defende fortalecimento de ensino superior
n crime contra os professores” participação do Brasil vive clima de ditadura Hoje não em água nem aula
Câmara termina em balbúrdia Professores tentam sair da lista de “profissões mais tóxicas” do MEC paralisa dis
Brasil Educação precisa de professor “A escola é a crise da democracia”
Salário de professores no Brasil é “horrorável”, diz ex-presidente Cortes ou “continge
n as filmagens em sala de aula? Cortes e ataques às universidades não impedem mobilização contra
saúde mental de alunos e professores na Ações de intimidação em universidades continuam a palham pelo Brasil
equilibrar contas públicas polarizado Ações de empresas privadas de educação continuam após cortes do MEC
Gastos não obrigatórios com educação em 2018 foram 6 serviços com os cortes nas universidades
última década Funcionamento das universidades no 2º semestre
demissão Governante idade mínima de 60 anos para representação de
professores Cortes sucessivos nas universidades e nas escolas de ensino médio e superior
os defende educação domiciliar em solene na Câmara do Brasil perde liderança na América
Professores na rede pública se afastam de salas de aula ministro Brasil perde liderança na América
de aprofundamento da crise no ensino médio e superior congelamento de verbas de
liberdade de expressão em defesa da imprensa do ministro: educação chegou à demência
Um Governo que não quer ouvir os professores pesquisa no Brasil Apenas 3,3%
A ameaça obscurantista à liberdade de expressão Sem bolsas, restaurantes e obras: os impactos dos bloqueios do MEC
mas bloqueio ainda é de R\$ 1 bilhão Educação diz ser favorável à entrada da polícia nas
censura de temas nas provas do Enem Educação, o primeiro ‘fronte’ da guerra cultural do Gov
A fatura universitária não paga no ano de 2018 não é o ensino
Do medo à autocensura: a resistência a mudanças no ensino superior de é resistência a
fez ‘lei’ Deputada denuncia a situação de insegurança jurídica e de falta de políticas de ensino do país, da
desenham suástica Quando o mundo marginal”. Ministério da Educação a professora
'Qualidade para poucos não é qualidade' novo indicador sobre educação. A violência é o
põe desigualdade em foco Reforma educacional cria aberrações no trabalho de professores
Ensino mercantil e demissão em massa de professores no ensino superior privado
Choque na educação: os pesquisadores que perdem as bolsas da Capes
canal criado por deputada para denunciar professores ministro fabrica estatísticas para o recorde ameaça de greve na educação
Estudo: custo da violência no ensino superior equivale a percentual do PIB gasto com Ameaça à liberdade de ensino
educação Educação abordada por campanhas de candidatos nestas eleições
A ditadura sutil brasileira segundo A escola pública é cemitério de sonhos no Brasil O professor que guia
O Brasil avança em tantas áreas, mas patina em educação. Por que você não se incomoda?
O que a “balbúrdia” tem a ver com a militarização
Ministro da Educação explica diferença de corte e contingenciamento
Educação pública: brasileiros são referências





Revista de Graduação em História
Edição Sete
Ano 7 | Agosto de 2019
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A revista é um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios, traduções e resenhas na área de História, que foram desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, há um espaço para a apresentação de entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Anna Maria Greco Carvalho
Bruna Maria dos Santos
João Gabriel Covolan Silva
Letícia Oliver Fernandes
Lucas da Costa Mohallem
Luís Felipe Vilhora Correia Neves
Matheus de Paula Silva
Pedro José Carvalho
Raphael dos Santos Gonçalves

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Diagramação: Anna Maria Greco Carvalho, Lucas da Costa Mohallem, Matheus de Paula Silva
Revisão: Anna Maria Greco Carvalho

Capa: Vinícius Veneziani de Souza Oliveira

Foto no cabeçalho capa: *Incêndio destrói o acervo do Museu Nacional, por Alexandre Brum.* "Incêndio destruiu 90% do acervo do Museu Nacional; reconstrução custará R\$ 15 milhões", *O Dia - iG*, 3 de setembro de 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/09/5571865-incendio-destruiu-90-do-acervo-do-museu-nacional-reconstrucao-custara-r-15-milhoes.html#foto=1>

Capa do livro Apologia da história: *Capa criada por Sérgio Campante para o livro BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Utilizada com permissão do autor e retirada do site da editora Zahar, disponível em: <https://zahar.com.br/livro/apologia-da-historia>

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Edmund Chada Baracat

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe

revistaepigrafe@usp.br

www.facebook.com/RevistaEpigrafe

ARTE DA CAPA	_007
EDITORIAL	_009
ARTIGOS	
<i>A presença da mulher ateniense no comércio</i> Aline Porfírio	_017
<i>A mulher na Inglaterra do século XII a XIV</i> Jackeline Hernandez Barros de Oliveira	_037
<i>Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia</i> Thaís Batista Rosa Moreira	_055
<i>Mulher negra, trabalho e resistência</i> Karoline Nascimento Miranda	_083
<i>As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969)</i> Eleonora Beatriz Ramina Apolinário, Giulia Aniceski Manfredini, Mariana Mehl Galak, Mayume Christine Minatogawa, Thaís Cattani Perroni	_097
<i>Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira</i> Giulia Bortoliero Coli Badini	_109
<i>Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae</i> Giovanni Pando Bueno	_131
<i>A dualidade da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C.</i> André Shinity Kawaminami	_161
<i>O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania</i> Giovanne Santos de Sousa	_187
<i>Análise comparativa do uso das imagens em livros didáticos com conteúdo de história medievá</i> Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva, Sarah Cafe Santos	_209
<i>Realidades em Transformações: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira</i> Thavs Bueno Murrace	_235

<i>O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho.</i>	_263
Jorge Arbage	
<i>O Papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII</i>	_287
Anna Beatriz Corrêa Bortoletto	
ENSAIOS	
<i>Richard Wagner e a Idade Média</i>	_309
Jaqueline Uzai Tavares	
<i>A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em Da Pintura (1435) e Sobre a família (1433)</i>	_323
Bárbara Diniz Gonçalves	
RESENHAS	
<i>Okinawa: a História de um Povo Insular" de George Kerr</i>	_337
Ana Carolina Warigoda Guedes, Filipe Starke Lee, Celso Akihide Shiroma, Erica Fernandes Costa, Mateus Trigo Gonçalves	
ENTREVISTA	
<i>Mariza de Carvalho Soares</i>	_349

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

Vinícius Veneziani de Souza Oliveira

Ultimamente, nossa história tem sofrido constantes ameaças, com vários nomes e vindas de várias direções. Uma delas foi tão dolorosa de encarar que até hoje somos assombrados por sua lembrança: o incêndio no Museu Nacional, em setembro de 2018, destruiu não só parte de um acervo inestimável, mas também de nós mesmos.

Diante duma tragédia como essa não existem muitas palavras, apenas o poder das imagens. Assim, a capa desta edição da Revista Epígrafe traz um eco perturbador daquela perda que, infelizmente, é só uma parte da pintura sombria que representa nossos tempos. Nesse quadro, junto das chamas estão também as últimas manchetes, trazendo notícias igualmente devastadoras. Em meio a tudo isso, em crise, despencam alunos, professores, pesquisadores e estudiosos da Educação e da História, mas não somente. Estamos todos perplexos e em queda livre rumo a um poço muito profundo, cujo fundo lúgubre não é tão desconhecido por nós.

E justamente por reconhecer o perigo, temos tempo para nos reerguer. "Kumbukumbu", a ilustração que acompanha a entrevista com a professora Mariza de Carvalho Soares, representa esse sinal de esperança. Nomeada com uma palavra da língua swahili traduzida como "memória" ou "patrimônio", essa arte representa nossa disposição em defender e preservar essa História ameaçada, fazendo uma homenagem à força, vivacidade e beleza da cultura material africana que, apesar de espoliada por séculos, ainda irradia seu brado de resistência, principalmente no Brasil. Logo, mesmo que parcialmente destruída pelo fogo no Museu Nacional, essa cultura ainda resiste, sobrevivendo graças ao trabalho de salvamento feito por profissionais como a professora Mariza e sua equipe, aqui e mundo afora.

Que a grandeza desse patrimônio nos sirva de inspiração para também resistir, protegendo o que resta de nossa história. Isso, contudo, requer coragem, pois ao invés de negar, ocultar ou distorcer, o correto é tomar a dor das lembranças mais duras para nos

conscientizar. Dessa forma, lutaremos para não esquecer nosso passado e, por extensão, quem somos. Lembrar e respeitar nossa memória me parece essencial para começarmos a sair do buraco.

Antes disso, ergamos a cabeça!

EDIÇÃO SETE

Bruna Maria dos Santos

Letícia Oliver Fernandes

Raphael dos Santos Gonçalves

Comissão Editorial da Revista Epígrafe

É com enorme satisfação que lançamos o sétimo número da Revista Epígrafe, feita por graduandos e para graduandos. Fruto do trabalho de todo um semestre, esta edição teve seu processo editorial realizado em paralelo a outras atividades voltadas para os jovens pesquisadores em História.

Durante a primeira metade de 2019, a Comissão Editorial organizou mais dois eventos ligados aos “Seminários Permanentes: Caminhos da Pesquisa”. Um deles com a presença do Prof. Dr. Maurício Cardoso (Departamento de História da FFLCH/USP), no mês de abril; o outro, com a Prof^a Dr^a Marina de Mello e Souza (Departamento de História da FFLCH/USP), no mês de maio. Ambos narraram suas trajetórias acadêmicas e estabeleceram diálogos enriquecedores com os graduandos em formação, público-alvo de nossa revista.

Mello e Souza, professora de História da África, compartilhou conosco episódios que atravessaram sua vida a começar pela infância, partindo da rememoração de contos que a marcaram quando criança, passando pelo ingresso no mundo acadêmico, até o aprofundamento no campo de História da África, que ainda se consolidava nas universidades brasileiras no início do século XXI. Cardoso, por sua vez, nomeou sua apresentação de “Cinema e História: Intersecções e Convergências”, e explicou para os ouvintes as possibilidades de articulação e de reflexões entre as duas esferas. Tanto Marina quanto Maurício são, além de professores do Departamento de História, agentes importantes na extensão do conhecimento acadêmico para fora da Universidade - enquanto Mello e Souza é

autora de livros didáticos, Cardoso ministra o curso de “Ensino de História: Teoria e Prática” na Universidade.

Além disso, no dia 29 de maio, em parceria com os integrantes do Seminário de Escrita Acadêmica em História (iniciativa discente de alunos dos Programas de Pós-Graduação em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo), realizamos o evento “Repensando a escrita: como escrever artigos em História?”, organizado em duas etapas. Começamos pela fala dos professores Carlos Zeron (FFLCH-USP) e Bruno Feitler (EFLCH-UNIFESP), e em seguida os membros do Seminário de Escrita Acadêmica deram um retorno aos participantes que enviaram produções textuais para análise, fazendo correções e sugestões relativas à forma e ao conteúdo dos trabalhos recebidos.

Contexto atual

Sabemos que as possibilidades de exercício digno das práticas acadêmicas - de pesquisa, ensino e extensão - no país encontram-se cada vez mais cerceadas e distantes do horizonte imediato da população. Visando limitar o debate de temas morais especialmente no ensino básico, e marcado por um forte antiintellectualismo que encontra nas instituições de ensino superior um grande inimigo, o governo Bolsonaro tem realizado ataques frontais à educação pública e ao conhecimento produzido dentro da universidade.

Como previsto em nosso editorial anterior, publicado no segundo semestre de 2018, os cortes na educação tornaram-se recorrentes no ano de 2019, seguindo um plano de governo que visa diminuir os gastos na educação pública e investir no setor privado. No segundo bimestre do ano o governo, junto ao Ministério da Educação, decidiu atacar as universidades públicas brasileiras ao utilizar-se do corte de verbas destinadas às pesquisas científicas e ao investimento geral e necessário de cada instituição. Grande parte das universidades federais tiveram as verbas reduzidas, inclusive, para as contas de luz e de água, essenciais para o funcionamento das instituições, que proporcionam a obtenção e a integração do conhecimento. Outro exemplo bastante ilustrativo deste ataque é o fato de que

o INEP, responsável, entre outras coisas, pela elaboração da prova de ingresso em instituições de ensino superior de nível federal, ficou com a diretoria vaga durante 140 de 221 dias deste primeiro semestre.

Além disso, através de um discurso agressivo contra os estudantes, o Presidente da República usa de termos de baixo calão para atacar e criar uma imagem no imaginário geral de que a universidade pública brasileira, ao invés de proporcionar o conhecimento científico, na verdade se trata de um instrumento de “balbúrdia”.

A comunidade das universidades públicas brasileiras - estudantes, mestrandos, doutorandos, etc. - que desenvolve pesquisas essenciais para o desenvolvimento do país em diversos aspectos, teve seus estudos resumidos a termos ofensivos que menosprezam a nossa atividade e desvalorizam a profissão de pesquisador. Não custa lembrar que a produção científica de um país é essencial para a sua evolução, tanto socialmente, politicamente e economicamente.

A imagem que estampa a capa desta edição dialoga diretamente com as incertezas que sentimos que martelam o nosso futuro próximo e que põem em xeque conquistas alcançadas a duras penas não só no campo da educação como no da saúde e no da previdência social.

Frente a esse cenário conturbado, um evento de caráter nacional e estudantil ocorreu no dia 15 de maio – denominado de "15M". Nesse dia, estudantes, professores e todos os cidadãos, que criticavam as posições errôneas e extremistas do presidente da república, saíram às ruas em busca de mudanças e reversão dos cortes feitos na educação. As ruas lotaram de pessoas em diversos estados brasileiros. As universidades e escolas tomaram as ruas.

Dessa forma, torna-se válido que retornemos à passagem de Hobsbawm¹ citada na edição anterior, que infere sobre uma característica essencial da ciência: a veracidade,

¹ HOBBSAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: __. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.12-21.

instrumento cotidiano do pesquisador. Como o próprio historiador já diz, ou os fatos são ou não são. Para nós, não há meio termo ou invenções, nosso principal objetivo é a busca da verdade.

As tensões tendem a aumentar cada vez mais, pois em pouco tempo de vigência política já lidamos com o acontecimento de manifestações a nível nacional, além de diversos pedidos de impeachment. Um exemplo disso é a notícia publicada recentemente pelos jornais relativa ao início de reuniões entre o ministro da educação e o MEC para a instituição de mensalidades nas universidades públicas federais. Já no mês de agosto o governo federal lançou o plano intitulado “Future-se”, cujo projeto consiste em privatizar e condicionar a universidade pública ao meio privado, contrariando sua matriz e finalidade na educação brasileira, que é oferecer educação de qualidade a todos.

Entretanto, se, por um lado, observa-se uma acentuada queda, quase vertiginosa, nas condições históricas que atuam a favor da pesquisa no Brasil, por outro lado observamos a resistência e a luta dos estudantes, professores e pesquisadores. No âmbito dos “grandes eventos”, observou-se com admiração a mobilização desses grupos em manifestações públicas no mês de maio, como já mencionado. Em outra dimensão, podemos celebrar, se fizermos um exercício de “egohistória”, o sucesso da Revista em organizar seus eventos acadêmicos e, em especial a adesão do público universitário -- não apenas como ouvintes, mas também como autores que nos submeteram diversos artigos, aqui representados pelos quinze textos publicados.

A VII edição

Deste modo, na edição deste semestre, contamos com treze artigos e duas resenhas. São eles: A dualidade da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento: a relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a. C., de André Kawaminami, em que aborda a ideia de supremacia egípcia presente nos registros do acordo de paz entre o reino

de Hatti e o Egito após a disputa pela região da Síria Palestina. Ainda na temática da Antiguidade, Aline Porfirio publica um artigo intitulado A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos, em que busca discutir a heterogeneidade dos papéis femininos na Grécia ao abordar as representações de mulheres em contextos não-domésticos.

Jackeline de Oliveira também discute a construção dos papéis de gênero, porém na Era Medieval, em seu artigo A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema ABC a Femmes. Apresentamos também três outros artigos que discutem a representação da Idade Média em diferentes contextos: Análise comparativa do uso das imagens em livros didáticos com conteúdo de História Medieval, assinado por Mariana de Vita, Thalita da Silva e Sarah Santos; O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania, de Giovanna de Sousa; e o artigo Richard Wagner e a Idade Média, de Jaqueline Tavares, em que analisa a imagem idealizada dos povos germânicos transmitida em A arte e a revolução e na ópera O anel do Nibelungo.

Adentrando a Idade Moderna em A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em Da pintura (1435) e Sobre a família (1433), Bárbara Gonçalves apresenta a ideia de que o autor contribuiu para recuperar as concepções de Cícero ligadas à moralidade humanista para construir uma nova narrativa histórica. Através de um recorte temporal e geográfico mais próximo em relação ao artigo anterior, Anna Beatriz Bortoletto investiga a atuação do Capitão Povoador Luis Rodrigues Vilares como reflexo da mudança de estilo na administração colonial portuguesa em seu artigo O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII. Na mesma linha temática de História do Brasil, está o texto de Thays Murrace, Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP), fruto da experiência obtida pela estudante em trabalho de campo realizado para a disciplina optativa História da África e dos Afrodescendentes no Brasil: conteúdos e ferramentas didáticas para a formação de professores do Ensino Médio e Fundamental, ministrada pela professora Maria Cristina Wissenbach, da casa.

Karoline Miranda, a partir de *Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX*, distingue as diferentes formas de trabalho empenhadas pelas mulheres negras no fim do referido século no Brasil para encadear uma discussão metodológica mais ampla, ligada à historiografia relativa aos negros e negras no Brasil. Já o artigo *Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas O Malho e Careta*, de Thaís Moreira, discute a reação ao movimento pela emancipação das mulheres, que ganhou força após a discussão decorrente da proposta de emenda constitucional favorável ao sufrágio feminino em 1917.

O último texto a abordar o passado brasileiro, porém já nos anos sessenta, é *Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira*, em que Giulia Badini resenha o livro *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, de Joel Rufino dos Santos. Analisando um fenômeno do mesmo período, está o artigo *As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - "Stonewall - A Luta pelo Direito de Amar" (1995) e "Stonewall: Onde o Orgulho Começou" (2015)*, assinado por muitas mãos: Eleonora Apolinário, Giulia Manfredini, Mariana Gralak, Mayume Minatogawa e Thaís Perroni. Jorge Arbage, por sua vez, busca discutir os objetivos e os impactos da operação estadunidense de bombardeio do Camboja durante a Guerra Fria em *O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho*.

Por fim, mas não menos importante, a resenha -- também de múltipla autoria -- *Okinawa: a história de um povo insular*, de George Kerr, de Ana Carolina Guedes, Filipe Lee, Celso Shiroma, Erica Costa e Mateus Gonçalves, que discute a visão de um pesquisador estadunidense em relação à realidade da ilha japonesa e sua relação com os demais países do entorno.

Além desta miríade de artigos e resenhas, contamos também com a entrevista da professora aposentada da UFRJ, Mariza de Carvalho Soares, que generosamente recebeu os membros da revista para uma conversa relativa à sua trajetória acadêmica desde a graduação até seus projetos atuais.

Finalizamos este editorial como uma citação de Fernand Braudel que, em 1953, escreveu: “desconfiemos desta história ainda em brasa, tal como as pessoas da época a sentiram e a viveram no ritmo das suas vidas, breves como as nossas. Esta história tem a dimensão tanto das suas cóleras como dos seus sonhos e das suas ilusões”². Enquanto graduandos em humanidades, sentimos, em nosso cotidiano, queimar a “brasa” das condições históricas que vivemos. Por isso, nos desculpamos se nossas “cóleras” transpareceram nesse editorial. No entanto, a nenhuma geração foi impedido sonhar e, se hoje nos encontramos sob sérias ameaças à produção acadêmica e ao conhecimento científico, sabemos que nos é permitido combinar prática acadêmica com posição política e deixar aqui nossa expectativa por transformações e por um futuro mais digno ao pesquisador brasileiro.

Desejamos uma boa leitura a todos!

² BRAUDEL, Fernand. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo em la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953, 2v., p. XVII-XVIII.

artigos



A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos¹

Aline Porfírio*

Resumo: Pensar na mulher na antiguidade grega é sempre associá-la à imagem da mulher dedicada ao espaço familiar, essa imagem é a da chamada *mélissai*, a mulher “cidadã”. Porém não é somente essa mulher que nos é mostrada na cultura material. A partir da observação da iconografia vascular, presente em vasos cerâmicos, é possível notar a presença de mulheres em contextos não-domésticos, como por exemplo no comércio. Tendo esses vasos como fonte e utilizando-se do estudo de gênero de forma que contemple as mulheres como sendo um grupo heterogêneo, esse artigo tem como objetivo observar a maneira pela qual essa iconografia é capaz de revelar a presença feminina em atividades comerciais fora do *oîkos*².

Palavras-chaves: Mulher, Atenas, Comércio, Cultura Material, Iconografia Vascular.

O estudo do popular, foi deixado de lado não apenas na Antiguidade, mas em outras áreas do conhecimento. O caráter excludente que a escrita desempenha durante grande

* Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Aluna de iniciação científica do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), vinculada ao Laboratório de Estudo da Cidade Antiga (LABECA), sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Beatriz Borba Florenzano. A quem agradeço pela orientação que tem sido essencial à minha formação, agradeço também ao Ivan Grecco de Vasconcelos pela paciência e inestimável ajuda. Contato: aline.porfirio2@gmail.com

¹ Este artigo é uma versão adaptada do trabalho desenvolvido em 2018 para a conclusão da disciplina “História da Cidade Antiga” ministrada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Este artigo é uma versão adaptada do trabalho desenvolvido em 2018 para a conclusão da disciplina “História da Cultura II: Cultura popular na Antiguidade” ministrada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pelo Prof. Dr. Júlio Cesar Magalhães de Oliveira.

² Para os termos em grego ainda não traduzidas em português, usamos a grafia de maneira padronizada disponível no glossário de termos do LABECA, disponível em <<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>, acesso em 11/04/2019. No caso das palavras já dicionarizadas, como é o caso de pólis, utilizamos a forma de acordo com o que consta no *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2008), não precisando, dessa forma, essas palavras que constam no dicionário de língua portuguesa serem italicizadas.

parte da história pré-moderna das sociedades humanas gera um panorama no qual a prática da escrita se restringe às camadas mais educadas, que frequentemente correspondem às elites das sociedades. O termo “elite” é necessariamente relacional; o significado dele denomina uma parte seleta de um todo obrigatoriamente maior. Temos então uma outra dimensão para a representatividade humana nas fontes: o popular, que não está ausente das fontes textuais. Ao contrário, existem obras como a comédia aristofânica *As Vespas* cujos personagens e trama orbitam e dialogam com o popular. O que temos, porém, é que este popular aparece sempre retratado por aqueles que dominam a escrita, em geral membros das classes sociais mais altas da sociedade. Estes personagens representantes dos menos privilegiados da sociedade acabam por agirem de maneira semelhante a um fantoche de um show de ventriloquismo; existe uma voz, porém, a voz se origina em um indivíduo distinto daquele que parece estar falando. O coro desta peça é composto por velhos pobres que perfazem um júri ateniense em troca de algumas moedas por dia para comprar seu sustento, porém suas palavras transmitem a mensagem que Aristófanes deseja. A inexistência de fontes escritas compostas por integrantes que possam ser enquadrados como popular nos torna reféns de um discurso do outro. Temos fontes êmicas e não étnicas.

Felizmente, a Arqueologia e a cultura material formam um rico campo para o estudo de cultura popular, uma vez que a produção e o consumo da cultura material não são restritos à elite. Dessa forma, nesse artigo, além da documentação escrita clássica que nos revela o espaço-comum atribuído as mulheres, trabalharemos com a iconografia vascular, de período clássico (sécs. V-IV a.C.) e arcaico tardio (séc. VI) de modo a identificar representações de mulheres trabalhando no comércio. A restrição deste trabalho à realidade ateniense se deve a essencialmente dois motivos, cuja natureza em ambos os casos se relaciona com a abundância de fontes documentais. O primeiro destes é a importância da indústria cerâmica ática, não apenas em termos de quantidade de produção, mas também tendo em vista do grau avançado de catalogação da cerâmica ática. O segundo motivo é a preponderância de discursos sobre o popular produzidos pelos autores atenienses ou residentes em Atenas. Embora a Hélade, ou “mundo grego” seja tratado como uma unidade, a vastidão territorial

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos grega faz com que exista um grau de distinção regional³.

Seria a mulher ateniense um popular?

A atividade econômica fora do *oîkos*, ambiente familiar privado, casa, pode encaixar-se no que Sara Forsdyke (2012) considera como atividade popular. Embora haja uma restrição por parte da autora a grupos como escravos, camponeses e artesãos, podemos também incluir as mulheres trabalhadoras como sendo parte da sua definição de popular, uma vez que, como apresentaremos mais adiante, a posição das mesmas dentro do comércio não estava distante da característica de subalterno ou popular apresentada pela autora.

Modernamente, a cultura é compreendida como sendo um conjunto de significados que se dá dentro de uma sociedade (BURKE, 1978). Ao falar então de uma “cultura popular”, isto é, daquele conjunto de significados atribuídos e compreendidos pelos menos favorecidos de uma determinada sociedade, nós estamos falando de poder, das relações presentes em uma sociedade, de uma classe dominante e de uma dominada. Então não podemos esquecer a camada social e a política de subordinação que envolve as mulheres. Essa subordinação política encaixa o estudo de gênero em outra definição de cultura popular, a definição de Hall (2003) que considera a cultura popular como algo dependente das relações de poder e subordinação, nas linhas do estipulado por Gramsci no início do século XX. Sendo assim, o estudo do feminino, considerando sua situação de subalterno político e social, pode ser considerado um estudo do popular.

Antes da popularização dos estudos de gênero, eram bem escassos os trabalhos que falavam sobre a mulher na Antiguidade. Michelle Perrot (2012) credita a invisibilidade das mulheres na História à sua reclusão ao ambiente doméstico. Mas se considerarmos que as fontes documentais eram em sua maioria escritas por homens não seria a justificativa para

³ Usar Xenofonte ou Aristófanos para discutir o popular em uma pólis distante como Siracusa, Quersoneso ou Samos acrescentaria uma camada de complexidade que inviabilizariam a realização desta pesquisa, pretendida como um trabalho de conclusão de disciplina.

essa ausência somente a subjetividade do escritor?! (POMEROY, 1975). Dessa forma, o uso de cultura material pode vir a suprir essa ausência feminina nas fontes escritas, ainda que a iconografia vascular ainda esteja repleta de subjetividade do seu artesanato.

O interesse pelo estudo de gênero surgiu nos anos 70 e foi decorrente da primeira e segunda onda feminista (SEGER e DIAS, 2017). Até então o homem branco e ocidental era tido como sujeito universal de estudo, marginalizando a mulher da narrativa histórica. Como fruto dessa demanda, surgiu em 1970 o advento da “História das Mulheres”, tendo como principal objetivo o estudo da atuação feminina nos processos históricos, colocando a diferença de gênero como um elemento essencial na organização da sociedade.

O estudo de gênero teve uma alteração com a terceira onda feminista, responsável por propor que a História das Mulheres não tratasse as mulheres de forma homogênea e isolada,

não bastava simplesmente adicionar mulheres nos processos históricos, era preciso também questionar os discursos hegemônicos e contemplar o aspecto relacional entre os múltiplos grupos da sociedade, incluindo as mulheres e sua diversidade. (SEGER e DIAS, 2017, p. 136)

Claude Mossé foi uma das pioneiras no estudo de gênero na antiguidade, autora de *La Femme dans la Grèce antique* (1983), onde a autora define a cidade ateniense como um “clube de homens”, sendo a mulher, quando não ausente, um elemento subalterno à figura masculina, a mulher ateniense sempre esteve sob tutela de um homem, quando criança seu pai; quando adulta seu marido; quando viúva seu filho ou o parente mais próximo do sexo masculino, “se tentarmos definir juridicamente a situação de uma mulher ateniense, a primeira palavra que nos vem à mente é a de ‘menor’” (1991, p. 55). Outra pioneira nos estudos de gênero na antiguidade é Sarah Pomeroy, autora de *Goddesses, Whores, Wives and Slaves: Women in Classical Antiquity* (1975), esse livro é de extrema importância para o estudo de gênero na antiguidade, pois é responsável por definir a mulher como uma classe heterogênea, assim como já é explícito no título a partir de várias categorias (deusas, prostitutas, esposas e escravas).

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos

Embora muitos justifiquem a adjetivação de “cidadã” pela possibilidade de a mulher ter um filho homem cidadão, temos que tomar cuidado com essa qualificação, já que dessa forma a única característica que torna a mulher cidadã é sua qualidade reprodutora. Além disso o termo também é evitado por Claude Mossé, entre outros autores, por considerarem que é difícil falar de cidadania feminina já que o homem cidadão tem como direito a participação nas assembleias, na *ágora* e tribunais, locais estes dos quais as mulheres estavam excluídas. Sendo assim a qualidade de cidadão pouco se encaixa na vida de uma mulher ateniense. A comédia *A Assembleia de Mulheres* de Aristófanes nos mostra uma situação na qual as mulheres tiveram que transvestir-se para poder participar de uma assembleia. Isso revela o quão inimaginável seria para os atenienses a presença de mulheres em uma assembleia, até mesmo se considerarmos que a peça foi escrita num momento de quebra de costumes para os gregos, após a Guerra do Peloponeso.

A atividade esperada, e que nos é reforçada pela leitura das fontes escritas, de uma mulher era a gestão do *oîkos* (MOSSÉ, 1991), era dever da mulher:

presidir sobre aqueles cujas tarefas determinadas sejam dentro de casa; seu dever será receber aquilo que adentra a casa; sua tarefa porcionar os suprimentos diários, guardar e manter o orçamento de maneira que aquilo que deva durar um ano não se esvaia em um mês. Será seu dever, quando chegarem as lãs, garantir que seja feita roupas para quem precise; seu dever também é fazer com que o milho seco esteja apto para ser transformado em comida. (Xenofonte, VII, 32)⁴

Esse perfil ideal da mulher ateniense, exposto no trecho de Xenofonte, era característico, e exigido, de uma *mélissa* – uma mulher “bem-nascida” com capacidade de

⁴ Tradução livre feita por mim do trecho: “preside; yours to receive the stuffs brought in; yours to apportion part for daily use, and yours to make provision for the rest, to guard and garner it so that the outgoings destined for a year may not be expended in a month. It will be your duty, when the wools are introduced, to see that clothing is made for those who need; your duty also

to see that the dried corn is rendered fit and serviceable for food.” (XENOFONTE, 1998). Estando ciente de que “dried corn” não era um alimento presente na alimentação grega da época, sendo esse provavelmente um erro da tradução para o inglês. Já que outras traduções como a de A H N Sewell traduz *σιτος*, no original, como “grão”(p. 133).

gerir a casa. Sendo assim, a sociedade ateniense clássica funcionava de modo binário: o feminino ligado ao interno e o masculino ao externo. Enquanto a mulher deveria ficar em casa, cuidando dos filhos, das atividades domésticas e reclusa ao gineceu⁵; o homem passeava pelo espaço público, frequentava a ágora, mercado, ginásio, e dentro de casa também tinha um cômodo só para si: o androceu⁶.

O trecho de Xenofonte complementa evidências que em determinadas situações as mulheres podiam sair do ambiente interno para o público. Em sua maioria, eram situações de realização de tarefas que estavam ligadas com a manutenção do *oîkos* enquanto local físico. Entre as atividades, aparecem por exemplo a coleta de água e colheita de frutas, cenas que representam grande parte da iconografia vascular que retrata a presença feminina no espaço público. Segundo Lessa (2010) essas atividades externas tornavam possível a criação de uma rede de sociabilidade feminina, a partir do contato entre as mulheres e troca de informações. Outra forma da mulher sair do ambiente doméstico é para realização de trabalhos divinos, o que é chamado de cidadania ritual (ZAIDMAN, 1990), essa participação não era restrita ao momento de culto, mas também à organização dos grandes festivais religiosos, a existência dessa organização feminina para a organização de grandes eventos nos revela outro modo de existência dessa rede de sociabilidade entre as mulheres. Além disso, também eram as mulheres as responsáveis pelos ritos e cuidados de um corpo morto (BERQUÓ, 2014).

A rotina da mulher ateniense era bastante semelhante com a da mulher meteca, estrangeira, as duas representam o órgão de manutenção da casa. Porém essa semelhança só ocorre quando tratamos das metecas casadas, do contrário, se a mudança para Atenas foi por conta própria, essas mulheres chegavam a situação de subsistência própria que as forçava à prostituição, tornando-se *pornai*, ou seja, prostitutas. Além das prostitutas, que não

⁵ Na casa grega, o gineceu era o espaço de convivência das mulheres, local de entrada proibida para homens, exceto crianças e bebês (FLORENZANO, 2015). Mas é importante estabelecer que o gineceu é um espaço de mulheres bem-nascidas, de elite.

⁶ Assim como o gineceu, o androceu era o espaço destinado ao homem, onde ocorriam banquetes e simpósios (FLORENZANO, 2015).

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos eram só metecas, mas também poderiam ser escravas (MOSSÉ, 1991), existiam também as *hetairas*, que pode ser traduzido como companheiras. Segundo Mossé, as *hetairas* eram as únicas mulheres livres, legitimamente, pois podiam andar livremente e frequentar banquetes ao lado de homens, é possível identifica-las na iconografia pela nudez e pela presença em banquetes ou tomando banho em fontes (SEGER e DIAS, 2017). Por fim, também haviam as escravas, que chegaram a essa condição por venda, rapto ou por serem prisioneiras de guerra, é o grupo cuja quantidade de informações nos chegou em menor número, somando-se os dois aspectos de exclusão da representatividade de maneira mais contundente: não apenas formam a base da pirâmide social, mas estão submetidas desfavoravelmente em outra forma de assimetria de poder: o gênero.

Embora houvessem várias categorias de mulheres, podemos dizer que essas diferenças “se atenuavam em uma exclusão comum de todas as mulheres” (MOSSÉ, 1991, p. 88). E que essas categorias existem em função da dominação masculina sobre a mulher (SEGER e DIAS, 2017). Dessa forma, determinamos acima categorias femininas para que pudéssemos tratar a presença da mulher em Atenas de forma heterogênea, pensando na sua variação de classe social.

Como já dito, uma das maiores dificuldades para o estudo de gênero na Grécia antiga é a predominância de fontes de origem masculina, com poucas exceções como a da poetisa Safo de Lesbos. E embora Marta de Andrade (1998) acredite que são poucas as produções gregas que não tenham a presença feminina, Mossé (1991) diz que essa aparição pouco pode ser analisada como um elemento feminino, pois essa presença é criada por homens, tendo um elemento de subjetividade masculino, por exemplo: Clitemnestra ao falar não porta uma fala feminina, mas sim o que o autor homem pensa que é uma fala feminina, ou seja as mulheres estão silenciadas, mas os textos estão repletos de opiniões e imposições de como uma mulher deve ser (SEGER, 2015). Considerando a observação de Claude Mossé, é necessário cuidado ao tratar com tais fontes, temos que ter em mente que o que é retratado é a mulher através da visão do que o autor considera por feminino, e que, portanto, o

feminino é usado dentro de um discurso sobre o que o autor pensa que deve ser o comportamento feminino. O contrário também se aplica, como no caso de Clitemnestra, usado para ressaltar as características indesejáveis de uma boa *mélissa*.

As mulheres no registro material grego

Apesar da visão que se têm dos grandes templos em pedra, a maior parte do material arqueológico remanescente da Grécia antiga são os vasos cerâmicos. Um dos problemas dessa tipologia é a frequente ausência de registro de escavação e proveniência, oriunda de uma época que pré-data a consolidação da arqueologia enquanto uma disciplina com pretensões científicas (SEGER e DIAS, 2017). Em contrapartida, a cerâmica constitui-se em um objeto de uso universal, perpassando todas as camadas sociais – ainda que existam distinções entre a cerâmica de uso cotidiano para os estratos inferiores da sociedade e a louça fina que é utilizada para decoração e nos banquetes e *symposia* das classes superiores. Isso faz com que o vaso cerâmico, dentro de todas as tipologias que esse material apresenta, nos proporcione uma riqueza de decorações iconográficas, que podem ser utilizadas para compreender a sociedade que o produziu. Soma-se a isso ainda a grande circulação do vaso grego e temos mais um incentivo para considerarmos a sua pintura e decoração uma mensagem ou ideia a ser transmitida, não só na sua região de produção, mas também nos contextos de circulação e uso, que se estendem por toda a região da costa mediterrânica.

A iconografia é composta por imagens, símbolos que agem como um meio pelo qual se invoca determinados significados. Quando se pinta uma águia, por exemplo, o pintor do vaso a utiliza como um símbolo de Zeus; a águia passa então de um simples animal para uma metáfora da divindade. Dessa forma, a iconografia vascular pode ser utilizada como forma de entender convenções, e até mesmo mudanças, do papel feminino na sociedade antiga clássica, “assim como serve para questionar os discursos historiográficos que invisibilizam ou minimizam a presença e as atividades das mulheres na pólis” (SEGER e DIAS, 2017, p. 135).

Essa tipologia cerâmica variada traz consequências para o estudo deste objeto. Vasos

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos de uso doméstico ou ritual como uma hídria ou um ríton, por exemplo, tem contextos de uso bastante diferentes de vasos para transportes como uma ânfora, por exemplo. Assim, é interessante ressaltar que a mensagem que está codificada através da iconografia está associada ao ambiente em que se pretende que essa mensagem circule.

A cerâmica decorada é encontrada na península balcânica desde o início da idade do bronze, se desenvolvendo nos períodos minoicos (secs. XX-XI a.C) e micênico (XVI-XI a.C.), e encontra seu auge entre os períodos Arcaico e Clássico (sécs. VIII-IV a.C.), sendo divididos em figuras negras, estas mais antigas, e figuras vermelhas, mais recentes⁷. Segundo Bazant (2004, *apud* SEGER e DIAS, 2017) a iconografia dos vasos áticos passou por uma mudança no século V, tendo como principal representação cenas da vida cotidiana. Durante o período arcaico havia uma preocupação na representação de modelos exemplares: homens lutando, praticando esportes, mulheres em rituais. Já no clássico a preocupação com esses modelos exemplares some, sendo comum representações de relações com prostitutas, venda de produtos, mulheres colhendo frutos, etc. Por conta dessa mudança de representação que a maioria dos vasos analisados correspondem ao período clássico, ou no máximo arcaico tardio.

Na iconografia vascular o corpo feminino aparece como uma variação do corpo masculino, ou seja, é possível identificar a mulher pelo cabelo e pela adição dos seios ao corpo masculino (KATZ, 1992 *apud*. SEGER e DIAS, 2017). Ao contrário das figuras masculinas, geralmente as mulheres não possuem claras distinções de idade nas suas representações. Sendo sua presença constantemente representadas no gineceu, ambiente facilmente reconhecido pelas suas colunas, em cenas de luto, de ritual, mas também, embora com

⁷⁷ Os vasos de figuras negras e vermelhas comportam-se de modo semelhante durante a sua manufatura. Após uma queima inicial da cerâmica, são feitos os desenhos utilizando-se de uma argila especial que, durante uma segunda queima enegrece. A diferença entre os estilos de figuras negras e vermelhas dá-se então no que é pintado; nas cerâmicas do primeiro tipo, são pintadas as figuras, e o restante do cenário acaba por ficar da cor natural da cerâmica, dependente do solo mas em tons de vermelho em sua grande maioria. Já para o segundo tipo, é pintado o fundo, deixando as personagens que compõem a iconografia da cor natural da cerâmica (BOARDMAN, 2001).

menos frequência, é representada em situações de viuvez, sendo avó e jovem, existem também situações que nunca são representadas como as de gravidez (SEGER e DIAS, 2017).

Embora sejam mais frequentes as cenas de gineceu, de busca de água na fonte, de rituais, de colheita de frutos, as mulheres também estão presentes em cenas de trabalho, principalmente de comércio, como podemos observar em uma ânfora de figuras negras (figura 1) do Museu Arqueológico de Míconos, identificado como uma peça do Pintor de Eucharides⁸, este trabalhou em Atenas de 500 a 470 a.C (BEAZLEY, 1956, p. 396.25). A ânfora de figuras negras retrata duas figuras, uma sentada à esquerda, em um banco, manipulando com as duas mãos um líquido, que pode ser considerado óleo, acima de uma grande ânfora no chão. A identificação dessa figura como sendo uma mulher parte da protuberância de seu busto e de seu cabelo. E podemos dizer que ela está em uma situação de venda de óleo, ou algum outro líquido, já que ao seu lado direito temos a figura de um homem com um gesto característico de compra e de discussão de preço. Nada indica se a cena é de interior ou exterior. Esse vaso inicial já é um exemplo de cultura material que demonstra a presença feminina no comércio.

⁸ Os estudos da cerâmica grega conseguiram identificar padrões na composição tanto da pasta cerâmica quanto do traçado da iconografia a ponto de atribuir determinados grupos de vasos que compartilhem de um mesmo conjunto de atributos a “pintores”. É difícil precisar se os vasos atribuídos a um determinado pintor são de fato pintados por apenas um indivíduo, ou se trata-se de uma oficina na qual diversas mãos realizam o trabalho de pintura. A identificação definitiva de um indivíduo específico como sendo o pintor responsável dá-se através de assinaturas presentes em alguns vasos, com o uso da frase “ME GRAPHEN”, “me escreveu”.

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos



Figura 1 – ânfora de figuras negras. Míconos, Museu Arqueológico, 1865, fonte: (CERQUEIRA, 2008, p. 121)

Outro vaso relevante para esse trabalho é também uma pélica, de figuras vermelhas (figura 2) do Bernisches Historisches Museum, datado de 460 a.C. O vaso apresenta duas figuras que podem ser reconhecidas como mulheres por conta das suas vestes detalhadas e o modo como o cabelo é representado. No verso A, a figura do lado esquerdo está sentada vendendo o que aparenta ser um alabastro, com o que pode ser óleo perfumado dentro, para a mulher a direita. A cadeira, assim como o lécito levitando (BÉRARD, 1984), podem indicar que é uma cena de interior, mas não o interior de uma casa, pois não é comum ânforas serem representadas dentro do *oikos*, podendo este ser o interior de uma loja. Neste vaso, além de termos uma mulher numa situação de venda, também temos uma mulher na inusitada tarefa de compras.

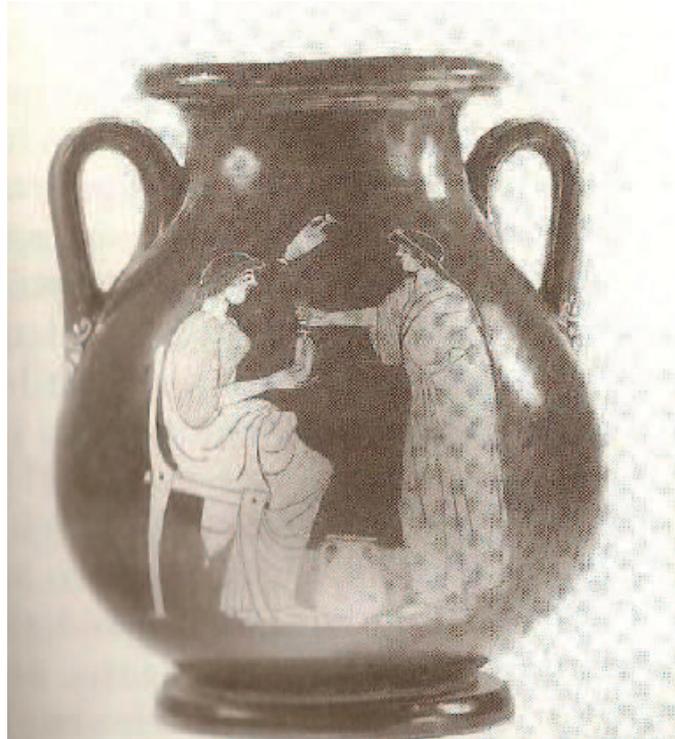


Figura 2 – pélica ática de figuras vermelhas, Bernisches Historisches Museum, fonte: (LEWIS, 2002, p. 92)

Outro vaso que aparece esse tipo de situação é uma ânfora de figuras negras (figura 3) do Museu Real de Bruxelas datado de 500-550 a.C. Nas duas faces da ânfora temos cenas de venda, porém na primeira cena é possível notar a presença de uma mulher, em harmonia com o espaço, com gestos que podem indicar compra. É possível identificar, seguindo a metodologia proposta por Sourvinou-Inwood (1988, p. 31-66) que, considerando a proporção da cabeça com o corpo e o tamanho dos seios, se trata de uma mulher adulta. Porém pela vestimenta e caracterização não é possível, assim como no vaso anterior, se elas seriam escravas, sendo a pele e a vestimenta de cores claras, exceto na figura 3, mas nesse caso é por tratar-se de uma ânfora de figuras negras.

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos



Figura 3 - ânfora de figuras negras. Bruxelas, Museu Real, R279, fonte: (BEAZLEY, 1956, p. 299)

Considerando essas fontes é possível questionar se as mulheres representadas não seriam esposas de metecos, porém como já dito, uma esposa de meteco tem sua vida de modo similar ao de uma esposa bem-nascida, sendo assim, gerindo a casa e os seus empregados. Outra ideia é que essas mulheres poderiam ser escravas, já que Mossé (1991) diz que estas poderiam ir ao mercado vender e comprar mercadoria, porém como já apontado acima não existe na iconografia apresentada características que podem indicar que essas mulheres sejam escravas.

Complementando as evidências até então encontradas na cultura material, é possível nas fontes escritas achar trechos que indicam o trabalho feminino de mulheres não-escravas. Em uma cena de *Memoráveis* de Xenofonte, um homem reclama de ter muitas mulheres para alimentar em sua casa. Nesse momento Sócrates o indaga do porque não colocar essas mulheres para trabalhar para assim ganhar dinheiro com a venda dos produtos produzidos por elas (VII, 2-11). Mesmo dentro do *oikos* as mulheres possuem saberes especializados, *technes*, como a tecelagem e a culinária. E é sabido que em Atenas os excedentes de produção eram levados ao mercado. Comprovação disso é a história de que a mãe de Eurípides levava salsa do seu jardim para o mercado, como descrito por Aristófanes em *As rãs* (840).

Como já dito anteriormente, a condição judicial feminina era somente uma, porém de

acordo com a sua classe social poderiam haver diferenças em relação à sua posição dentro da sociedade (MOSSÉ, 1991). Sendo assim, considerando a cena de *Memoráveis* é possível supor que poderia ser uma tarefa das mulheres mais pobres a venda de produtos. Dessa forma, ao invés de ficar em casa com as criadas e sair somente para tarefas religiosas como ocorre com uma mulher “bem-nascida”, a mulher de classe baixa para sobreviver tinha que sair de casa para o mercado. Dessa forma, podemos considerar as mulheres pobres mais independentes, pois não estão confinadas ao espaço do lar

Outro questionamento que pode ser feito é se o dinheiro arrecadado por meio da venda desses produtos era devolvido inteiramente pelas mulheres aos seus maridos, ou se elas ficavam com parte dele. Lembrando que, como já exposto no primeiro trecho de Xenofonte colocado nesse trabalho, a mulher também possuía a gestão do dinheiro da casa. Mas também é importante pensar que Xenofonte, em *Memoráveis*, também coloca o trabalho feminino como uma solução para problemas financeiros, o que pode indicar que o dinheiro, ou pelo menos boa parte dele, ia para a manutenção do *oîkos*.

É possível também questionar a caracterização da mulher que trabalha no comércio como uma mulher pobre, já que essa ideia pode “estar associada ao discurso normativo propagado pelas fontes antigas, que cita o trabalho feminino como vergonhoso e cabível apenas para as famílias mais pobres” (SEGER e DIAS, 2017, p. 145-146).

A ideia de trabalho feminino como exceção também pode estar ligada ao fato de haverem poucas fontes que indicam a presença feminina em atividades comerciais, porém segundo Lewis (2002) isso não é necessariamente sinal de que de fato haviam poucas mulheres trabalhando, mas pode ser uma questão de interpretação das fontes materiais, como por exemplo: tendeu-se a tomar o saco de moedas em uma cena com um homem e uma mulher como um índice de cena de prostituição. Porém, podemos e devemos pensar se o saco não é uma representação de uma transação comercial, como o da figura 4 no qual a mulher em questão aparece lavando roupas, caracterizando-a como uma lavadeira, o que justifica o saco de moedas como o pagamento do serviço de lavagem de roupas e não de prostituição. Essa

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos figura nos coloca também outro fator: podemos deduzir que as mulheres também vendiam não somente produtos, mas também sua mão-de-obra e serviços, como nesse caso, no qual faziam um trabalho tipicamente doméstico – e portanto dentro da esfera do que é tido como o ambiente feminino – para outras pessoas em troca de um pagamento.

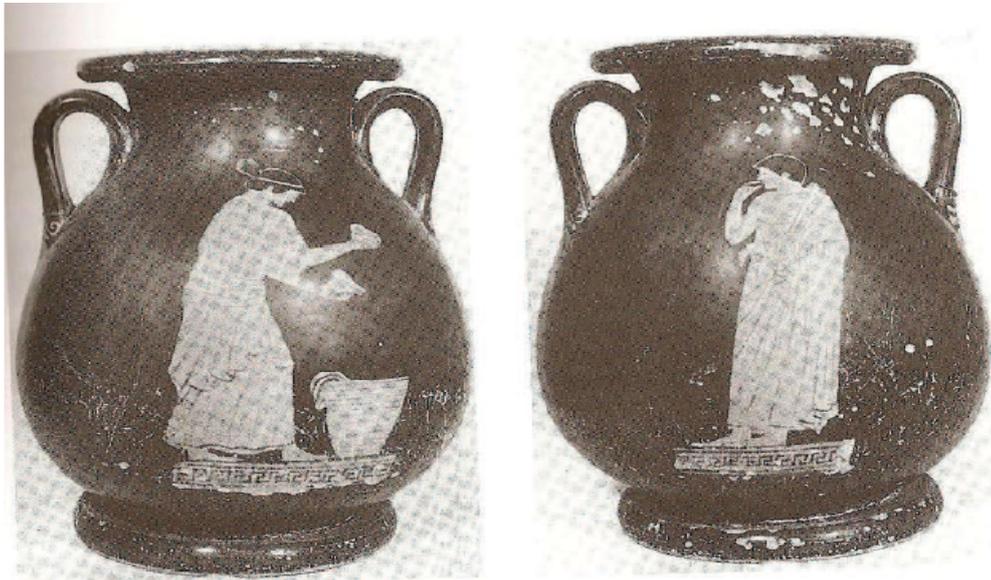


Figura 4 - pélica de figuras vermelhas, datação de 470 a.C.. aproximadamente, Museu Arqueológico de Madrid, fonte: (LEWIS, 2002, p. 93)

Por último podemos citar uma hídria (figura 5 e 6) presente no Museu de Milão, que serve como elemento convincente para a participação das mulheres na atividade oleira (CERQUEIRA, 2008) . A cena tem como elemento presente Niké coroando um dos artesãos. Seguindo pela esquerda vemos mais um homem, sentado, desnudo da cintura para cima e com um vaso no colo; ao seu lado uma mulher em pé, com vestes plissadas, um elmo e uma lança, características que nos levam a identifica-la como Atena. No canto esquerdo, outra figura se repete, um homem desnudo, trabalhando em um vaso, sendo coroado por uma segunda Niké. A presença da deusa e das duas Nikés podem indicar o ofício de oleiro como um saber especializado e digno diante os deuses. Porém, do lado direito, bem ao canto é possível ver uma figura que não é acompanhada por Niké nem Atena (figura 6), essa figura trabalha na alça de um vaso e é nitidamente uma mulher, pois além do cabelo e do busto realçado ela é a única a estar vestida na suposta oficina. Por qual motivo não seria a mulher coroada? Seria a sua presença ali indigna? Sendo essa presença indigna porquê o autor a teria pintado ali e não a trocado por um homem? (SEGER e DIAS, 2017)

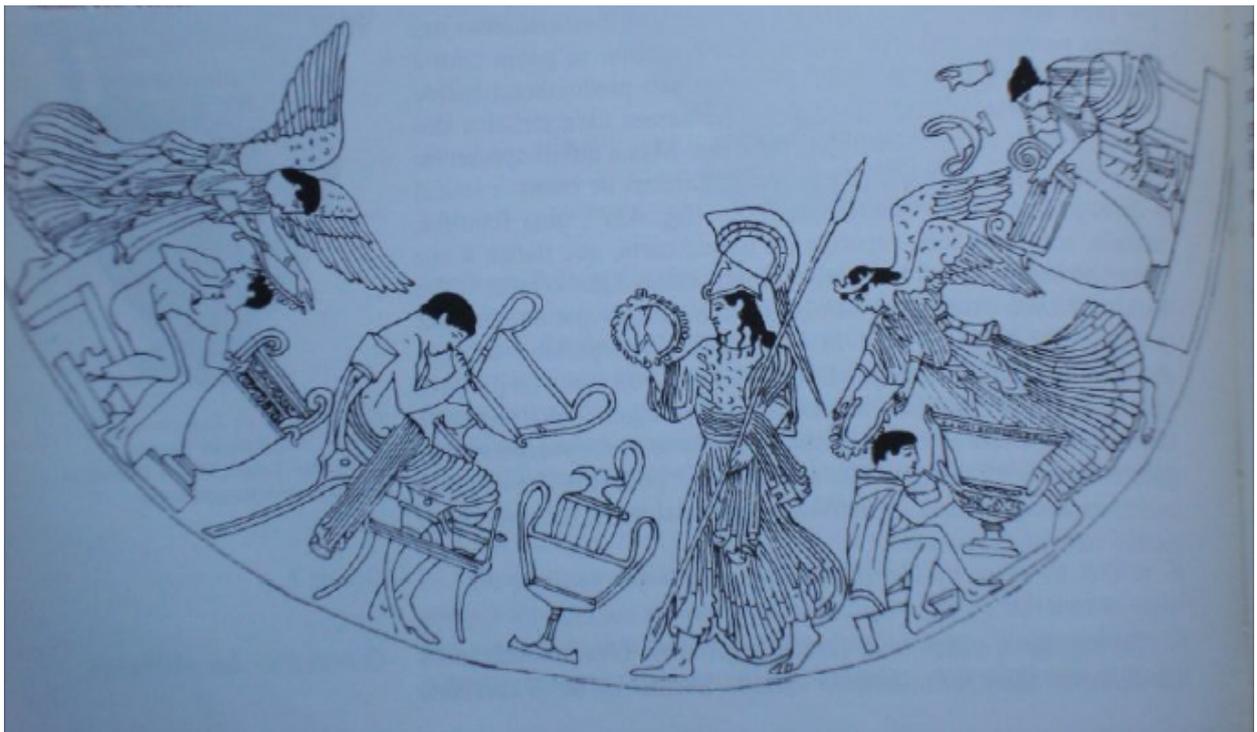


Figura 2 - hídria., figuras vermelhas. Pintor de Leningrado. Milão, C278. Em torno de 460 a.C, fonte: (CERQUEIRA, 2008, p. 122)

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos

A primeira e mais óbvia interpretação possível para a presença dessa mulher na pintura é se a mesma não seria uma musa, porém essa possibilidade pode ser descartada já que se ela fosse uma musa estaria na mesma posição das outras divindades, Niké e Athena. Devemos ter em mente que houve uma intencionalidade do autor ao pintar essa mulher no vaso, e devemos questionar se nesse caso não é difícil sustentar a ideia de Seger e Dias (2017) de que o trabalho feminino não era vergonhoso aos atenienses, já que existe representações de mulheres trabalhando. Porém, vale a pena considerar a mudança que ocorreu na iconografia vascular do final do arcaico para o começo do clássico em que não existe mais uma preocupação em representar somente cenas exemplares, mas sim, cenas do cotidiano, dessa forma ainda seria plausível continuar pensando que a não-coroação da mulher se dá por ela ser considerada indigna.

Conclusão

Uma das dificuldades ao tratar desse assunto é a ausência de elementos iconográficos que indicassem a posição social dessas mulheres. Levando-nos a analisar esse ponto com base somente em fontes documentais. Como já descrito acima, pela leitura de Xenofonte podemos crer que a presença feminina no comércio era uma alternativa para uma difícil situação financeira, ou seja, essas mulheres trabalhadoras eram de famílias pobres, sendo elas gregas ou não, ou podendo até mesmo ser escravas que foram enviadas para vender o excedente de uma produção. A predominância das pélicas e das ânforas com imagens de mulheres trabalhando fora do ambiente doméstico dentre as outras tipologias é algo significativo. Isto porque a pélica, sendo uma variação da ânfora, é uma cerâmica feita para o transporte de líquidos como vinho e azeite. Trata-se, portanto, de uma cerâmica cujo contexto de circulação é o ambiente externo.



Figura 3 - detalhe da figura feminina manipulando uma grande cratera com volutas na hídria de figuras vermelhas, Milão, Torno, C278, fonte: (CERQUEIRA, 2008, p. 122)

Sendo assim, vale a pena considerar a ideia de que se haviam vasos com essa iconografia é porque havia um público comprador. Finalmente, esse trabalho pode concluir que a presença feminina não dava-se somente na iconografia e no comércio, mas também a existência dessas mulheres nos vasos pode representar um público comprador feminino que quer ver-se representado na iconografia, ao contrário da clássica visão historiográfica que por muito tempo afirmou que os vasos eram destinados aos homens, o que justificaria a pintura estar presente num formato que não é para o ambiente doméstico, já que sua compradora não trabalha nele e sim no comércio. Além disso, a presença dessas figuras pode ser justificada pela também presença de mulheres como artesãs oleiras que pintavam a sua imagem nos vasos como forma de representação da realidade que viviam.

Fontes

ARISTOFANES. **The Acharnians, the Clouds, the Knights, the Wasps** (Trad. Benjamin Bickley Rodgers). Loeb Classical Library. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1924.

XENOFONTE. **The Economist**. Tradução de H. G. Dakyns. [S.l.]: [s.n.], 1998.

XENOFONTE. **Memoráveis**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

A presença da mulher ateniense no comércio: um estudo de caso dos vasos áticos

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. M. D. Os "usos" do feminino. Ou da participação da mulher na pólis dos atenienses no período clássico. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 389-401, 1998.
- BEAZLEY, J. **Attic Red-Figure Vase Painters**. Oxford: Clarendon Press, 1942.
- BEAZLEY, J. **Attic Black-Figure Vase-Painters**. Oxford: [s.n.], 1956.
- BEAZLEY, J. **The development of attic black figures**. Los Angeles: University of California Press, 1986.
- BÉRARD, C. **La Cité des Images: religion et société en Grèce antique**. Paris: Editions de La Tour, 1984.
- BERQUÓ, T. A. Entre as Heroínas e o Silêncio: a condição feminina na Atenas Clássica. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, n. Suplemente especial, p. 1984-2005, 2014.
- BOARDMAN, J. **The History of Greek Vases: Potters, painters and pictures**. Londres: Thames and Hudson, 2001.
- BURKE, P. **Popular Culture in Early Modern Europe**. New York; London: Harper Torchbooks, 1978.
- CERQUEIRA, F. V. Interpretando evidências iconográficas da mulher ateniense. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 5, p. 96-127, 2008.
- FLORENZANO, M. B. B. **A cidade antiga em imagens: um glossário ilustrado**. São Paulo: Laboratório de Estudos da Cidade Antiga (Labeca), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo: FAPESP, 2015. colaboração Elaine Farias Veloso Hirata, Daniela Bessa Puccini e Rodrigo Araújo de Lima.
- FORSDYKE, S. Slaves Tell Tales: The Culture of Subordinate Groups in Ancient Greece. In: FORSDYKE, S. **Slaves Tell Tales and Other Episodes in the Politics of Popular Culture in Ancient Greece**. Princeton: Princeton University Press, 2012. p. 37-89.
- HALL, S. Notas sobre desconstrução do "popular". In: HALL, S. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resent et al. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247-264.
- JUNQUEIRA, N. M. **Imagens da mulher grega: Heródoto e as pinturas em contraste**. Tese de doutorado. Campinas: [s.n.], 2011.
- LESSA, F. D. S. **Mulheres de Atenas: Mélissa do Gineceu à Agorá**. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga - LHIA, 2001.
- LEWIS, S. **The athenian woman: an iconographic handbook**. Londres: Routledge, 2002.
- MOSSÉ, C. **La mujer en la Grecia clásica**. Tradução de Celia María Sánchez. Madrid: NEREA, 1991.
- POMEROY, S. B. **Goddesses, Whores, Wives, and Slaves**. Nova York: Schocken Books, 1975.

SEGER, D. D. Entre ideologia e representação: Novos olhares sobre a mulher ateniense. **Revista Cantareira - Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 22-41, jan-jul 2015.

SEGER, D. D.; DIAS, C. K. B. A representação feminina nos vasos cerâmicos áticos: a análise do discurso iconográfico como método para novas reflexões. **Cadernos LEPAARQ**, Pelotas, v. XIV, n. 27, p. 134-156, 2017.

SOURVINOU-INWOOD, C. **Studies in girls' transitions**: aspects of the arkteia and age representation in Attic iconography. Athens: Kardamitsa, 1988.

TÔRRES, M. R. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C). **Mirabilia**, p. 49-55, 2011.

XENOFONTE. **The Economist**. Tradução de H. G. Dakyns. [S.l.]: [s.n.], 1998.

XENOFONTE. **Memoráveis**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

ZAIDMAN, L. B. As filhas de Pandora: Rituais sociais e práticas de mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, v. I, 1990. p. 411-463.

Imagens

Figura 1: Ânfora. Figuras negras. Pintor de Eucharides. Museu Arqueológico de Míconos. Final do século VI.

Figura 2: *Pelika* ática de figuras vermelhas, Berne, Bernisches Historisches Museum 12227, 460 a.C.

Figura 3: Ânfora de figuras negras. Bruxelas, Museu Real, R279, 540-530 a.C.

Figura 4: *Pelika* de figuras vermelhas, Madrid, Museu Arqueológico de Madrid L157, 470 a.C.

Figura 5 e 6: *Hydria*. Figuras vermelhas. Pintor de Leningrado (ARV² 571/73), Milão, Coleção Torno, C 278. Em torno de 460.

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema

ABC a Femmes

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira*

Resumo: A História das mulheres tem sido frequentemente negligenciada por historiadores, seja por não a considerarem importante ou por ter sido feita através de uma perspectiva unidimensional da disputa de poder entre homens e mulheres. Através do tempo, a história das mulheres foi muitas vezes generalizada, ignorando suas especificidades e sua relevância para o entendimento político, cultural e social de um período. Este artigo visa contextualizar e compreender os papéis exercidos pelas mulheres na Inglaterra Anglo-Normanda, aplicando hermenêutica a um dos poemas do manuscrito MS Harley 2253, o ABC a *femmes*. Busca-se usar o poema para compreender o que era esperado dessas mulheres, quais eram suas responsabilidades para com a sociedade e qual seu nível de autonomia.

Palavras chave: MS Harley 2253; ABC a Femmes; História das Mulheres; História Social; Inglaterra; Idade Média.

Introdução

O *MS Harley 2253* é uma das fontes literárias mais importantes que sobreviveram da Idade Média, tanto por sua raridade, quanto pela qualidade e pelo estado de conservação do manuscrito original. O manuscrito encontra-se sob a posse da *British Library*, e nele podem ser encontrados textos em francês, latim e inglês. O *MS Harley 2253* tem sido largamente

* Graduanda na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Puccamp. E-mail para contato: hbo.jackeline@gmail.com

¹ Escolheu-se usar o título original do poema “ABC a *femmes*” em detrimento da grafia correta do Francês moderno, seguindo o padrão internacional usado por outros estudiosos do manuscrito como a própria Susanna Fein, organizadora do *Studies in the Harley manuscript: the scribes, contents, and social contexts of British Library MS Harley 2253*, padrão que será seguido ao decorrer do artigo.

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

estudado na academia europeia e americana por autores como Neil Ripley Ker (1965), George Leslie Brook (1948), Carter Revard (1982) e Susanna Greer Fein (2000) pela sua importância para a História da Literatura e da sociedade inglesa.

Quanto ao período em que o *MS Harley* foi escrito, de acordo com Brook (1948), a datação mais correta seria entre 1314-1325, como sugerido pelos editores da *New Palaeographical Society*. O *MS Harley 2253* é dividido em dois volumes. O primeiro volume possui duas brochuras, livros separados que foram encadernados juntos, e o segundo volume possui cinco. Estudos anteriores, como o de Brook, sugerem haver apenas um escriba, chamado de *Harley Scribe*. Porém, estudos mais recentes (FEIN, 2000) apontam para pelo menos dois escribas, *Harley Scribe*, responsável pelo primeiro volume, e *Ludlow Scribe*, responsável pelo segundo e por algumas alterações no primeiro.

Na primeira brochura do segundo volume, fólhos 49 à 52, o primeiro texto é o *ABC a femmes*¹, uma lista alfabética das virtudes das mulheres, ou seja, uma ode às mulheres. A partir da terceira estrofe o compositor usa uma letra do alfabeto para definir o tema da estrofe, seguindo o alfabeto do idioma no qual o texto fora escrito. O texto encontra-se em anglo-normando, uma variação da língua normanda usada na Inglaterra durante o período de mesmo nome. O anglo-normando foi usado como idioma oficial da Inglaterra entre os séculos XII e XIV (ROTHWELL, 1994), o que condiz com a datação de Brook. O texto, com caráter didático, propõe-se principalmente a dois objetivos que são elencados nas duas primeiras estrofes: mostrar aos homens como estes devem respeitar e tratar mulheres, e ser usado por mulheres que desejem frequentar a escola para que elas aprendam a ler. Existe um poema análogo em inglês arcaico chamado *Alphabetical Praise of Women*, e as semelhanças e diferenças entre ambos os poemas foram analisadas por Mary Dove (2000) e Theo Stemmler (1991), porém os estudiosos discordam sobre qual poema seria o original.

¹ Escolheu-se usar o título original do poema "*ABC a femmes*" em detrimento da grafia correta do Francês moderno, seguindo o padrão internacional usado por outros estudiosos do manuscrito como a própria Susanna Fein, organizadora do *Studies in the Harley manuscript: the scribes, contents, and social contexts of British Library MS Harley 2253*, padrão que será seguido ao decorrer do artigo.

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes*

O objetivo deste artigo é discutir algumas das principais e mais recentes pesquisas sobre o manuscrito, para entender melhor a historiografia do documento, de modo a trazer uma nova luz sobre o poema, uma vez que entendemos que é impossível analisar o *ABC a femmes* sem primeiro compreender melhor o manuscrito em que ele está inserido. Posteriormente analisar criticamente o poema em seu contexto social e político, para a partir dele observar o papel da mulher na sociedade medieval inglesa entre os séculos XII e XIV. O período em questão foi escolhido baseado no período em que o Anglo-Normando foi o idioma oficial da Inglaterra, e pelo período em que Brook sugere que os fólios 49 à 52 foram compostos, já que seria impossível uma datação mais precisa da composição e até mesmo da circulação do poema.

Apesar do *MS Harley* ter sido largamente pesquisado na academia internacional, nenhum trabalho acadêmico foi até agora publicado sobre ele no Brasil, seja na História, seja na Literatura. Dessa forma, trazer uma discussão historiográfica do manuscrito levantaria o debate, até então inédito no Brasil, de uma fonte tão importante não somente para a compreensão da Literatura Inglesa Medieval, como também para o próprio entendimento da sociedade e das relações de gênero presentes na Inglaterra durante a Idade Média.

Para fazer isso, pretendo primeiramente ler e descrever a bibliografia selecionada para melhor compreender o posicionamento dos estudiosos sobre o manuscrito. Posteriormente descrever o documento, com base nas teorias levantadas pelas fontes secundárias quanto a suas características, sua natureza como gênero literário, sua data de composição, seus autores, público-alvo e objetivos, características estas elencadas por Roger Chartier como essenciais para a análise histórica de uma fonte literária.

Em seguida, descrever a natureza das informações oferecidas pelo documento - tanto as que são imediatas e aparentes, quanto as que podem ser colhidas nas entrelinhas - discutindo suas limitações e suas possibilidades para a pesquisa histórica. Aqui se pretende fazer uma análise voltada para os objetivos finais deste artigo, que são, a partir da fonte, primeiramente entender melhor a sociedade e as relações de gênero da Inglaterra medieval

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

dos séculos XII a XIV, e num segundo momento, comparar o documento analisado com outras pesquisas semelhantes para compreender se o poema tem apenas função de informar e entreter, ou se além disso era também um código de conduta para as mulheres inseridas naquela sociedade.

Finalmente, colocar em discussão - de acordo com os elementos oferecidos pela documentação analisada - o problema proposto de que o poema seria um código de conduta para sua sociedade. E, eventualmente, relacionar estes elementos com interpretações de outros historiadores que analisaram textos similares do mesmo período.

Sobre a metodologia de como se pretende fazer a análise histórica a partir de um texto literário, pretende-se usar a hermenêutica de Laurence Leleu. De acordo com a autora, é necessário compreender que textos não são uma declaração de fatos, mas sim uma construção discursiva com influências e objetivos políticos e morais; que textos não trazem um reflexo fiel da realidade social que retratam, mas sim um discurso sobre essa realidade - elaborado a partir dela mas que leva em conta, sobretudo, as opiniões e interesses que o autor quer defender (LELEU, 2018). Tendo isso em mente, o objetivo é analisar o poema tentando entender qual é a visão do compositor ao escrever o *ABC a femmes*, de forma a compreender melhor não apenas o posicionamento deste e sua visão da realidade que habitava, mas também melhor compreender essa sociedade a partir de sua visão.

A questão de autoria na Idade Média precisa ser discutida. De acordo com Alves (2016) em sua análise sobre essa questão a partir dos textos de Roland Barthes e Michel Foucault, o conceito de autoria como conhecemos hoje é uma herança da modernidade europeia, e portanto, não caberia o mesmo sentido à Idade Média. Tanto que os textos do período raramente eram assinados e sofriam diversas alterações ao longo do tempo nas mãos de monges copistas e até mesmo de outros autores, já que não havia o sentimento de propriedade do texto. Enquanto é impossível, e até mesmo infundado, a tentativa de rastrear o compositor original do poema, isso não inviabiliza enxergar a sociedade a partir da visão deste, ou ainda que dos muitos que contribuíram para que o poema chegasse a modernidade

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes* no estado em que está. O poema que deu início ao que hoje conhecemos como *ABC a femmes* pode ter se perdido em adaptações, mas ainda sim a versão que conhecemos foi escolhida para ser copiada no *MS Harley 2253*, imortalizando não apenas as palavras ali contidas, mas também o discurso - ou os discursos - que este artigo pretende analisar.

O *MS Harley 2253* foi escrito em Anglo-Normando, que se assemelha ao que é chamado de francês arcaico. Na impossibilidade de se analisar a fonte em seu idioma original, será a usada a tradução para o inglês feita pelo grupo *TEAMS (The Consortium for the Teaching of Middle Ages) Middle English Texts*, em associação com a *University of Rochester, Western Michigan University, Kalamazoo, Michigan*, sobre supervisão de Susanna Fein, estudiosa do manuscrito previamente citada.

MS Harley 2253

O *MS Harley 2253* tem sido estudado por historiadores, linguistas e artistas devido a sua importância para o desenvolvimento da literatura inglesa e para a melhor compreensão de sua sociedade durante a Idade Média. O excelente estado de conservação dos 141 textos encontrados no *MS Harley 2253* permite um vislumbre da Inglaterra trilingue dos séculos XII a XIV. Marilyn Corrie ao comparar o manuscrito com outros do mesmo período argumenta que:

The uniqueness and the excellence of the English lyric poetry contained in London, British Library MS Harley 2253 have given the manuscript a privileged place amongst both literary historians and connoisseurs of literature from the early Middle English period. As a codicological phenomenon, however, the book is not unique: its inclusion of material in two further languages - French and Latin - alongside its English texts is matched by a number of other codices compiled in English in the thirteenth century or - like Harley 2253 - in the first half of the fourteenth. (CORRIE, 2000, p.427)

Além de sua relevância para melhor compreensão do arranjo político e social da Inglaterra nesse período, o *MS Harley 2253* é uma fonte importantíssima para o entendimento das relações de gênero, visto que vários dos textos do manuscrito são voltados para mulheres ou as trazem como questão principal, seja através da sexualidade ou da discussão de seu papel na sociedade.

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

A questão do *MS Harley 2253* ser de fundamental relevância para os estudos de gênero do período foi levantada por Jennifer Leigh Sapio (2012), que faz uma análise profunda de dois *fabliaux* e uma análise generalista do manuscrito, teorizando que ele deve ser estudado sob um filtro de gênero, uma vez que, de acordo com a autora, o ponto central do texto são as mulheres.

A Idealização da Mulher no *ABC a femmes*

Aqui, trato da imagem feminina construída no *ABC a femmes*. Também será discutido se no texto existe uma diversificação ou generalização das mulheres, quais as possíveis razões para tal, e o que isso diz sobre a sociedade em que o texto foi escrito. Para isso, tratarei dos principais momentos em que o autor descreve mulheres, seja no aspecto concreto - seus corpos -, seja num aspecto abstrato - como suas virtudes e honradez.

Primeiramente, partiremos da premissa de Laurence Leleu(2018), segundo a qual nenhum texto é uma declaração de fatos, mas sim uma construção discursiva feita a partir de motivações e influências políticas e morais. Ou seja, as informações trazidas no texto não são um reflexo da sociedade que retrata, mas sim o discurso do autor sobre essa realidade a partir das suas opiniões e interesses. Aplicando isso ao poema, o que ele traz é um retrato das mulheres a partir da visão do poeta, ou um retrato prescritivo do comportamento feminino - e conseqüentemente como elas se relacionam com o resto da sociedade - de acordo com o discurso do autor e com todas as influências culturais e sociais às quais o autor estava exposto no período. O objetivo aqui é fazer uma congruência entre o que autor descreve e o que ele omite, fazendo uma análise de seu discurso de forma a melhor compreender seu qual era sua a visão e a sua expectativa quanto ao papel social e à imagem do feminino na Inglaterra dos séculos XII a XIV. O discurso aqui seria do autor, ou autores e copistas como já discutido anteriormente, sobre as mulheres naquela sociedade, ainda que essa seja uma visão de um homem e possivelmente uma visão distorcida, ainda sim é uma visão de um membro inserido na sociedade em questão, e é partir justamente dessas distorções que esse artigo se propõe a analisar a questão de gênero na Inglaterra Anglo-

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes* Normanda. A partir deste momento, em prol de facilitar a leitura, toda vez que o poema *ABC a femmes* for mencionado, sinalizarei quais os trechos utilizados citando as linhas em que tais trechos podem ser encontrados. O texto integral, tanto em Anglo-Normando quanto a tradução feita pela *TEAM Middle English Texts* para o inglês contemporâneo, é de livre acesso no site da *University of Rochester*².

De acordo com Mary Dove, o *ABC a femmes* pertence à categoria que ela chama de *propretés des femmes*:

The ABC a femmes belongs to what I shall call the propretés des femmes (the characteristics of women, 'what women are like') discourse, involving in its late medieval manifestation both blasme [accusation, reproach] and praise. [...] To be sure, the poet of the ABC a femmes owns his text as a 'poy enueysure' [a little pleasantry] (line 24); to take it seriously against the grain is not to deny the barbed yet graceful wit its original readers/hearers, female and male, must have enjoyed (DOVE, 2000, p.334-335).

A proposta inicial apresentada pelo autor é de escrever um ABC - uma lista alfabética de virtudes - para as mulheres (14), o que condiz com a categorização de Dove. No entanto a primeira descrição somente é encontrada na quarta estrofe (34-35). Aqui cabem duas interpretações: as estrofes iniciais podem fazer parte das convenções literárias do período, assim como era convencionado que poemas épicos da Antiguidade Clássica iniciassem *in medias res*, ou o objetivo principal do autor não era aquele ao qual se propusera. Seria necessária uma análise aprofundada de outros poemas do mesmo gênero e do mesmo período para precisar quais das interpretações é mais assertiva.

Sobre os corpos femininos, o autor descreve uma beleza que supera a da rosa (34-35, 109), corpos elegantemente esculpidos, bem formados em todos os aspectos (67-68, 108), e afirma, ainda, que mulheres possuem olhos brilhantes e olhar tal qual um falcão (78-79), uma voz mais melodiosa que qualquer pássaro ou instrumento musical (100-103), e que a

²Disponível em < <https://d.lib.rochester.edu/teams/text/fein-harley2253-volume-2-article-8>> acesso em 4 de janeiro de 19.

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

fragrância da mulher é mais pura que a de qualquer rosa (199-202).

Esses trechos são as únicas passagens nas quais o autor faz descrições físicas da figura feminina. Apesar de serem do aspecto concreto, elas não trazem especificações físicas como cor dos cabelos ou olhos, de altura, peso ou qualquer outra característica que não seja abstrata. G. L. Brook fala de textos do mesmo período com descrições tangíveis, buscando achar o padrão de beleza da época, por exemplo:

It need hardly be said that her hair is gold, eyebrows a black thread, the nose well-shaped (Machaut surpasses all exemplars by describing it also as clean and sweet-smelling). Her chin is cloven. She is in general pink and white, plump and tender with long arms and fingers, and breasts white, firm, round, high, small. Machaut also tells us her age. It is fourteen and a half (BROOK, 1948, p.263).

Usando as fontes de Brook, fica claro que não era uma convenção ou imposição do período que descrições do corpo feminino fossem abstratas. A abstração foi uma escolha deliberada do autor. Proponho uma interpretação possível para essa escolha, de que o poeta poderia estar falando não de uma ou várias mulheres, mas sim de uma idealização, da construção de uma mulher simbólica e não de uma mulher real, ou seja, a criação de uma imagem, ainda que abstrata, de como uma mulher deveria ser, de um padrão a ser seguido e, portanto, exigido dessas mulheres.

Ao contrário das características físicas que aparecem poucas vezes ao longo do poema, as virtudes das mulheres aparecem muito mais. A primeira menção ocorre já no segundo parágrafo: o autor expressa que mulher deve levar alegria onde quer que vá (21-22). Ele também ressalta as virtudes das mulheres como elementos mais puros do que diamantes e outras pedras (56-57). O poema evoca a ideia de que mulheres dão tenacidade ao amor (58-59) por meio de suas agradáveis e gentis existências (60). Os versos denotam que as mulheres são herdeiras de todas as virtudes e nobres como a rosa (84-86) e que a gentileza cresce e floresce no coração da mulher tal qual a mesma flor (89-90). Os versos cantam que ainda não nasceu alguém capaz de compreender a virtude da mulher, onde começa ou onde termina (111-114). Por tudo isso, elas aparecem como mulheres nobres, doces e nunca

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes* amargas, pessoas de grande valor que, com razão, governam todo o mundo (149-152). Na obra, a honra é vinculada às mulheres, que são as raízes de todas as virtudes (166-167), que são tão estimadas quanto “*periwinkle*”³ e estão acima de todas as coisas, pois ninguém sabe como descrever a virtude de uma mulher (177-180). O autor expressa que os corpos das mulheres são intimamente preenchidos de virtude (190-191), que são o mais gracioso feito de Deus (219-220). Sobre seus sentimentos, o compositor afirma que não são voláteis, pois eles são contidos através da prática (232-233). Para ele, quanto mais nobre é a família de origem, menos arrogante a mulher se torna (236-237), e nunca houve uma mulher que não tenha sido digna de alta estima (263-264). Mais ainda, o autor afirma que se não fosse pela profunda humildade das mulheres, nenhuma mulher jamais teria filhos, pois elas sofrem pelo amor destes, e sua gentileza as deixa vulneráveis ao pesar (298-308).

O objetivo desse artigo não é fazer propriamente uma análise quantitativa do poema, porém é importante considerar tais dados. O autor descreve mulheres diretamente, seja a forma física, seja suas virtudes, 18 vezes ao longo das 30 estrofes. No entanto, a questão de honrar mulheres - ou de não desonrá-las através de falsos rumores e atitudes que lhes possam lhes causar mal - aparece tanto quanto. Essa informação contribui para a hipótese de que a motivação principal do poeta não era de fato escrever um ABC para elogiar mulheres, mas sim de escrever um código de conduta, uma vez que ele pouco as descreve ou elogia de fato ao longo do poema.

Na introdução o autor deixa claro que seu público alvo são mulheres ao fazer um apelo para que as letradas ajudem aquelas que não puderem ler, não fazendo o mesmo apelo aos homens (16-18), consideração feita também por Sapio (2012). O *ABC a femmes* tem as características de um texto de cunho didático, e seu público alvo é feminino. O caminho lógico é, portanto, questionar qual é a lição que o autor quer ensinar-lhes.

³ Periwinkle pode ser tratar de um molusco muito importante para a alimentação nas ilhas britânicas, ou de uma flor de vinca azulada com vários usos medicinais. Periquinkle. (n.d.) In Merriam-Webster’s collegiate dictionary. No texto original a palavra usada é *paruenke*, que de acordo o *Middle English Compendium* é uma das grafias da palavra *pervink*, que poderia tanto ser a flor anteriormente citada, como outras duas possíveis interpretações de sentido figurado, aquele que é o mais belo ou um homem mau.

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

Com apenas uma única exceção ao longo de todo o poema (236-237), em que o autor fala de mulheres de diferentes estamentos, o autor faz uma generalização de todas as mulheres a respeito de sua aparência e suas virtudes, pois não as distingue a partir de aspectos sociais, políticos ou econômicos. Pela ênfase na inexistência de mulher que não seja mais bela que uma flor (34), e que não tenha sido digna de alta estima (263-264), entende-se que o autor está contribuindo para a criação e transmissão da imagem da feminilidade nessa sociedade. A mulher, por excelência, precisa se encaixar nesses padrões para que sua existência enquanto ser feminino seja validada.

Em nenhum momento o autor fala de falhas em mulheres, ou de punições para seus erros; ao contrário, ele fala sobre como ele nunca achou nada senão virtude em uma mulher (186-187). Entretanto, ele frequentemente fala de punições a homens que maldizerem (176-179), enganarem (10-11) ou causarem mal (5-8) a elas. A extensa repetição sobre essas questões, sobre o comportamento dos homens para com as mulheres, aponta para a forma com a qual o poeta as observa, revelando a ideia de que precisam ser protegidas, pois são incapazes de discernir as boas das más intenções. Não são as mulheres que cometem erros, visto que a elas sequer é dado o poder de escolha e, portanto, a oportunidade de cometerem falhas.

De acordo com Howard Bloch (2009), essa idealização é uma forma de antifeminismo que aliena mulheres da sociedade e da história. Juntando essas informações - o público alvo, o caráter generalista, a ocultação de falhas ou erros femininos, e a insistência nos erros que homens podem cometer para com mulheres - fica aparente a visão do autor sobre como mulheres deveriam ser: belas, virtuosas, passivas e incapazes.

Os papéis da mulher: a permanência do cuidado

Voltemos à questão citada acerca do dever que os homens carregam de proteger e honrar as mulheres, tentando identificar o que na sociedade estudada poderia ter motivado o compositor a fazer tal escolha.

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes*

Como previamente citado, o autor aborda esse tópico dezoito vezes ao longo das trinta estrofes do poema. Nessa conta, estão sendo considerados os momentos em que o autor fala de punição para homens que causarem mal às mulheres (5-11), de como as mulheres devem ser protegidas (23-26, 144-147, 293-295, 318-319), de como as mulheres devem ser honradas (16-20, 238-242), e sua honra deve ser protegida (144-147, 293-295, 318-319), de como homens não devem enganar mulheres (11), nem ter desprezo por elas (128-129, 276-279), nem atentar contra sua honra, seja através de rumores, insultos ou culpá-las injustamente (29-33, 38-44, 62-66, 93-97, 234-235, 243-248, 265-275, 276-279).

Carolina Gual observa um comportamento semelhante em relação à necessidade de proteger mulheres em sua análise dos romances de cavalaria:

Mais uma vez observamos o tom “educativo” do autor, mostrando que o estupro é algo errado, que na corte de Artur, a corte ideal, as mulheres são protegidas, que o cavaleiro que desobedece a lei é condenado (neste caso, ele fora obrigado a se alimentar com os cães durante um mês com as mãos atadas às costas). (SILVA, 2001, p.23)

Da mesma forma que as fontes de Gual, o poema também apresenta um tom educativo, e o que se pretende ensinar, entre outras coisas, é que homens devem proteger as mulheres. Mais ainda, eles não devem enganá-las, maltratá-las e, em especial, não devem atentar contra sua honra. O compositor não afirma em nenhum momento que a sociedade é violenta com mulheres, mas sua insistência em ensinar que isso não deve ser feito e em sugerir punições para aqueles que o fizerem aponta que tal comportamento era nada além de comum. Os homens devem protegê-las e os homens não devem causar-lhes mal, e uma vez que elas são incapazes de fazer o mal, é dos próprios homens que elas precisam ser protegidas.

Isso implica que a relação das mulheres é, positiva ou negativamente, necessariamente dependente de um homem. As mulheres precisam ser protegidas por Deus (318-319), por Jesus (243-248), e pelo compositor (23-26). Logo, se elas precisam ser protegidas em todas as instâncias, isso significa que mulheres são incapazes de zelar pela

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

própria segurança, pela própria honra. Além de serem facilmente enganáveis e subjugadas devido a sua ingenuidade. Ao colocar a mulher num pedestal e insistir em sua proteção, o compositor, sem dizer explicitamente, propõe e faz parte da construção de uma alienação feminina em sua sociedade. A mesma alienação é observada por R. Howard Bloch (2009) em seu capítulo *The Love Lyric and the Paradox of Perfection*.

Além da questão da alienação, é preciso entender qual a motivação de toda uma sociedade e cristandade em proteger essas mulheres. Qual o papel das mulheres e como elas se relacionam com os outros para que sejam dignas dessa proteção? Duas passagens particularmente interessantes retratam essa questão:

May he who offends a good woman / Never attain pardon for his soul. (267-268)

Honor given a good woman / Cannot be misapplied. (241-242)

O autor afirma que existem boas mulheres - o que, por exclusão, significa afirmar que existem aquelas que não o são - que é necessário honrá-las, e que desonrá-las seria errado. Nas entrelinhas, portanto, pode se ler que o mesmo não se aplica às mulheres que não sejam consideradas boas.

Através do poema é possível traçar a régua usada para medir boas mulheres e quais papéis elas exercem na sociedade inglesa. Além das virtudes e beleza retratados no capítulo anterior, existem outros fatores que podem ser considerados. De acordo com o compositor, a mulher é uma fonte de alegria (21-22, 80-83, 198, 155-165, 192-198, 203-209, 214-215, 260-261, 280-286), não existe nada tão doce quanto amar lealmente uma mulher (36-37), elas curam todos os males (45-48, 168-171, 203-209), e dão tenacidade ao amor (59). Nada é capaz de agradar e dar prazer como uma mulher (60, 76-77, 122-123, 290-297). São elas que dão valor e honra aos homens (69-70, 203-209), permitem-lhes ter uma vida segura (104-108, 137-139) e não há nada mais prezado que elas (72-73). As mulheres governam o mundo, pois são responsáveis pela reprodução e o cuidado (45-55, 148-154, 221-231, 290-297, 298-308, 319-319), são um presente de Deus aos homens (155-165, 298-308).

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes*

Sobre ser uma fonte de alegria, Mary Dove (2000) lê isso como ser uma fonte de prazer sexual ao homem. Na visão do compositor, de acordo com o vislumbre de seu tempo que temos através do poema, o que percebemos é que a mulher tem três papéis na sociedade: dar prazer, parir e cuidar. Em todos os casos, a finalidade das boas atitudes femininas é sempre o bem estar masculino. As mulheres existem para os homens, são um presente de Deus a eles, são uma posse. As boas mulheres são aquelas que exercem esses papéis sem nada exigir em troca, e são as boas mulheres que precisam ser protegidas, não por seu valor próprio, mas pelo que podem oferecer aos homens, por serem um presente de Deus, por ter sido uma mulher que pariu Jesus (45-55, 62-66, 98-99, 122-132, 280-286).

Essa leitura de que a mulher é sempre vista a partir do homem, de sua relação com ele e do que pode lhe oferecer, é sustentada por Mary Dove em sua análise das primeiras estrofes do poema e por Stoertz:

“Those women who can read (French) are offered the chance to go to school to learn what is being said about women, by men, and to pass on their illiterate sister the news that they are by all men held in honour. [...] The trope recognizes women's desire for the education they are denied, but permits them to be interested in one subject only, themselves, reflected through men and doubly distorted because the curriculum shows them only what they want to see, preserving them 'de tole blame' [from all reproach]. Doubtless the ABC a femmes assumes knowledge of misogynist alphabet poem (DOVE, 2000, p.334).

In fact, though, throughout their depositions, men continually referred to the words, activities, experiences and memories of women in their community – wives, kin and neighbours. This was particularly true of men's recollections of births, which were frequently called upon to establish the age of an heir. Thus these sources serve as a reminder, as Elisabeth van Houts has suggested, of how often women's stories lurk beneath the surface of what appear to be documents written from an exclusively masculine perspective (STOERTZ, 2015, p.45).

Paralelamente, a repetição da valorização da mulher por conta da Virgem Maria pode ser um indício de que o compositor fazia parte de um popular culto do século XIV à Virgem. Além da repetição, no início do poema o compositor pede que aqueles que devem lealdade e fé a Maria o escutem. O culto é abordado por Kuczynski.

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

Besides Christ, the other prominent recipient of prayer poetry in Harley in Christ's mother Mary, whose cult was popular in fourteenth-century England and gave rise to a devotional Hours of the Virgin, organized around the scheme of the Five Joys. Mary was mediatrix between man and Christ, someone who could make special entreaty with him because of her status as mother. [...] the ABC a femmes (no. 8) Mary is praised in a poem whose successive stanzas follow the alphabet (KUCZYNSKI, 2000, p.155).

Mais uma vez, o valor da mulher, mesmo da Virgem Maria, é dado pelo homem que ela deu à luz, e seu valor é medido pelo cuidado que pode oferecer aos homens. Como falado por Stoertz, a mulher sempre é vista a partir do homem, são esposas, mães, filhas, parentes de um homem, nunca são um ser pleno e individual.

Em outro tópico, o poema traz insistentemente que quando uma mulher é enganada, traída ou desonrada, a culpa é do homem, e não dela. No entanto, em diversas passagens o autor diz que o homem que comete esses atos não veio de uma boa origem, de uma boa linhagem:

He who slanders women and spreads rumors / Never came from a good origin, [...] (29-33)

Whoever blames a woman deceitfully, / His good breeding certainly sleeps. (29-30)

Who doesn't speak well of them / Shows his own baseness. (87-88)

Se, de acordo com o compositor, a mulher é responsável pela reprodução, criação e cuidado, então a culpa de um homem que lhes causa mal reside, em verdade, na mulher que o pariu. A mulher não é culpada por ser enganada, mas outra mulher é culpada por ter criado o homem que a enganou. Tese sustentada pela análise de Bailey de Sherry B. Ortner:

Ortner explains how women's domestic and childcare roles meant that women collectively represented 'a powerful agent of the cultural process, constantly transforming raw natural resources into cultural products'.¹⁵ With particular reference to the socializing of children, Ortner explains that '[the woman] transformed infants into cultured humans, teaching them [how] to become fully-fledged members of the culture'.¹⁶ Not just occupying a 'middle position' between nature and culture, women were 'a mediating element in the culture-nature relationship'; and performed a 'synthesising or converting function between nature and culture'(BAILEY, 2015, p.115)

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes*

Esse aparente paradoxo entre serem ao mesmo tempo culpadas e perfeitas é abordado por Bloch:

What I am suggesting, again, is that the simultaneous condemnation and idealization of woman and of love are not contrasting manifestations of the same phenomenon, opposite sides of the same coin. They are not opposites at all. Rather, antifeminism and courtliness stand in a dialectical rapport which, as we saw in our analysis [...] assumes a logical necessity according to which woman is placed in the overdetermined and polarized position of being neither one nor the other but both at once, and thus trapped in an ideological entanglement whose ultimate effect is her abstraction from history (BLOCH, 2009, p.164).

O resultado desse contraste é o que Bloch chama de alienação da mulher na sociedade, sem um papel na História justamente pelos papéis que executa, que não são valorizados e por muito tempo sequer foram lembrados pela historiografia. Esse resultado é uma mulher idealizada, perfeita, incapaz de cometer qualquer ato vil, mas responsável por criar seus próprios malfeitores, ao mesmo tempo em que é incapaz de se proteger destes. Completamente dependente de homens e de Deus para sua proteção e existência, porém digna destas somente enquanto for uma boa mulher para eles.

Observações finais

É importante observar que, enquanto o manuscrito foi possivelmente escrito entre o final do século XIII e início do século XIV, não se tem informações sobre quando os poemas ali compilados foram compostos e sobre qual era seu alcance. De acordo com a já citada hermenêutica de Leleu, o poema é uma construção discursiva elaborada a partir da realidade observada pelo autor. O autor, ao mesmo tempo em que escreve a partir das construções sociais de seu tempo, também faz parte dessas construções. Em especial no que diz respeito à imagem feminina. A análise do poema permitiu um vislumbre de quais eram os papéis e o que era exigido das mulheres na Inglaterra trilingue entre os séculos XII e XIV, já que como observado aqui e por Dove (2000), o poema tem um caráter didático, de ensinar às mulheres o que os homens pensavam sobre elas. O autor faz parte da construção e veiculação de o que era performar feminilidade na Inglaterra Anglo-Normanda. Podemos considerar, então, que o

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

poema pode sim ser lido como um código de conduta para mulheres, além de suas funções de educar e entreter. Além disso, a questão do cuidado permanece central na construção da imagem feminina ao longo de todo o poema. Nas entrelinhas, o compositor nos conta muito mais do que apenas isso: ele confirma a misoginia e alienação feminina sugeridas por Dove e por Bloch (2009).

Pretende-se, durante os estudos da pós-graduação, aprofundar essa análise de acordo com o que é proposto por Robert Chartier através da história cultural, de que para se compreender melhor um texto ou um livro, é necessário avaliar a circulação do livro, quem o possuía, quem o lia, e como este se difundia em sociedade. Para tal, essa pesquisa pretende se embasar em análises anteriores sobre o *MS Harley 2253*, como o *Studies in the Harley manuscript: the scribes, contents, and social contexts of British Library MS Harley 2253* organizado por Susanna Fein, que já se aprofundaram sobre a abrangência atingida pelo manuscrito.

Além disso, durante esse artigo busquei construir a mulher da Inglaterra Anglo-normanda de acordo com a fonte, com o mínimo possível de influência externa. Devido a isso pouco foi levantado sobre mulheres na Idade Média ao longo deste trabalho, e não foi feita uma comparação entre os achados desse trabalho com a historiografia. Pretendo aprofundar essa questão na pós-graduação, ampliando a discussão historiográfica não apenas ao manuscrito *MS Harley 2253*, mas também ao que foi produzido pela História Social sobre as mulheres na Idade Média europeia, aprofundando também a discussão sobre gênero como categoria de análise.

Referências Bibliográficas

ANNICK, B.; GUY, F. *History of European Literature*, 2000.

BAILEY, A. E. *Gendered Discourses of Time and Memory in the Cult and Hagiography of William of Norwich*, in *Reconsidering Gender, Time and Memory in Medieval Culture*. Boydell & Brewer Ltd, 2015.

BLOCH, R. H. *Medieval misogyny and the invention of Western romantic love*. University of Chicago Press, 2009.

A mulher na Inglaterra dos séculos XII a XIV: uma análise do poema *ABC a Femmes*

- BOEDDEKER, K. Altenglische dichtungen des MS. Harl. 2253. Рипол Классик, 1969.
- BROOK, G. L. The Harley Lyrics: The Middle English Lyrics of Ms. Harley 2253. No. 25. Manchester University Press, 1948.
- BYNUM, C. W. Fragmentation and redemption: Essays on gender and the human body in medieval religion. New York: Zone Books, 1991.
- CORRIE, M. Harley 2253. Digby 86, and the circulation of literature in pre-Chaucerian England. Medieval Institute Publications, 2000.
- CURTIUS, E. R. European literature and the Latin middle ages. Princeton University Press, 2013.
- DOVE, M. Evading textual intimacy: the French secular verse in Studies in the Harley manuscript: the scribes, contents, and social contexts of British Library MS Harley 2253. Western Michigan University Medieval, 2000.
- DUBY, G. As Damas do Século XII. 2. Lembrança das Antepassadas, 1995.
- DURLING, N. V. British Library MS Harley 2253: A New Reading of the Passion Lyrics in Their Manuscript Context, 2009.
- EARLY ENGLISH TEXT SOCIETY. Harleian MS. 2253. Facsimile of British Museum MS. Harley 2253. With an Introduction by NR Ker. Oxford University Press, 1965.
- FEDERICI, S. Caliban and the Witch. Autonomedia, 2004.
- FEIN, S. Studies in the Harley manuscript: the scribes, contents, and social contexts of British Library MS Harley 2253. Western Michigan University Medieval, 2000.
- FEIN, S. The Complete Harley 2253 Manuscript, Volume 2. Art. 9, ABC a femmes. University of Rochester, Middle English Texts Series, 2014.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Passagem, 1992.
- GIES, F.; GIES, J. Women in the middle ages. Barnes & Noble, 1980.
- GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOLDING, B. Anglo-Norman England. Macmillan Education UK, 1994.
- HARTUNG, A. E. Manual of the Writings in Middle English, 1050-1500. Connecticut Academy of Arts, 1973.
- HINES, J. The fabliau in English. Addison-Wesley Longman Ltd, 1993.
- HOLLOWAY, J. B.; WRIGHT, C.; BECHTOLD, J. Equally in God's image: women in the Middle Ages, 1990.
- KER, N. R. Facsimile of British Museum MS. Harley 2253. Oxford UP for the Early English Text Society, 1965.

Jackeline Hernandez Barros de Oliveira

KENNEDY, T. C. Anglo-Norman poems about love, women, and sex from British Museum ms. Harley 2253. Columbia University, 1973.

KUCZYNSKI, M. P. An 'Electric Stream': The Religious Contents. Studies in the Harley Manuscript: The Scribes, Contents, and Social Contexts of British Library MS Harley, 2000.

LELEU, L. Colóquio Internacional História e Arqueologia "As mulheres da Alta Idade Média: centralidade e marginalidade". Laboratório de Estudos Medievais, USP. 27 de Março de 2018.

LELEU, L. "Semper patrii in fratrum filios seviunt. Les oncles se déchaînent toujours contre les fils de leurs frères. Autour de Thietmar de Mersebourg et de sa Chronique. Représentations de la parenté aristocratique en Germanie vers l'an mille dans les sources narratives. Thèse de doctorat, Régine Le Jan dir., Université Paris I-Panthéon-Sorbonne, 2010.

MCCASH, J. H. The cultural patronage of medieval women. University of Georgia Press, 1996.

Middle English Compendium. University of Michigan Digital Library Production Service, 2001.

PICKERING, F. P. Literature & art in the Middle Ages. Macmillan, 1970.

REVAR, C. FROM FRENCH 'FABLIAU MANUSCRIPTS' AND MS HARLEY 2253 TO THE "DECAMERON" AND THE "CANTERBURY TALES". *Medium aevum* 69.2, 2000.

REVAR, C. Oppositional thematics and metanarrative in MS Harley 2253, quires 1–6. *Essays in Manuscript Geography: Vernacular Manuscripts of the English West Midlands from the Conquest to the Sixteenth Century*, 2007.

ROSE, M. B. Women in the Middle Ages and the Renaissance: literary and historical perspectives. Syracuse University Press, 1986.

ROTHWELL, W. The Trilingual England of Geoffrey Chaucer. *Studies in the Age of Chaucer*, 1994.

SAPIO, J.. Wicked horses: women's will in Harley 2253, 2012.

SILVA, C. G. REDESCOBRINDO A DONZELA: A EXPERIÊNCIA FEMININA NOS SÉCULOS XI-XIIIA PARTIR DOS ROMANCES DE CAVALARIA. Departamento de História – IFCH – UNICAMP, 2001.

STEMMLER, T. MISCELLANY OR ANTHOLOGY, THE STRUCTURE OF MEDIEVAL MANUSCRIPTS, MS-HARLEY-2253, FOR EXAMPLE, 1991.

STOERTZ, F.H. Remembering Birth in Thirteenth- and Fourteenth-Century England, in *Reconsidering Gender, Time and Memory in Medieval Culture*. Boydell & Brewer Ltd, 2015.

WIGHT, C. The British Library Catalogue of Illuminated Manuscripts, 2002.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

Thaís Batista Rosa Moreira*

Resumo: O começo do século XX, permeado por diversos movimentos políticos no contexto brasileiro, bem como internacional, foi um momento chave para a articulação das pautas feministas de emancipação e reivindicação de direitos. No Brasil, a questão ganhou evidência principalmente após a proposta de emenda constitucional favorável ao sufrágio em 1917, além da criação da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* em 1922. Ações como essas despertaram diversos posicionamentos contrários na opinião pública, que se utilizou de diferentes linguagens para deslegitimar as demandas feministas. A proposta desse artigo é analisar os manejos de ideias essencialistas de gênero para defender posicionamentos antifeministas e antissufragistas no período entre 1922 e 1931. Dentre caricaturas e anedotas, algumas edições das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta* – de grande tiragem na cidade do Rio de Janeiro – trouxeram o tema da emancipação feminina e do sufrágio de forma satírica ao público leitor. Propomos a hipótese de que esse setor da imprensa, em especial, teve papel de destaque como porta-voz das críticas ao movimento sufragista-feminista. Para isso, traçamos uma reflexão sobre como operaram os discursos humorísticos, em especial a ironia, e seus propósitos como linguagem para criticar as(os) militantes pelos direitos civis e políticos para mulheres no período em questão.

Palavras-chaves: antifeminismo; essencialismo de gênero; imprensa ilustrada; ironia; sufrágio feminino;

*Cursando graduação em História (FFLCH-USP). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) entre outubro de 2017 a setembro de 2018, orientada pela Prof^a Dr^a Stella Maris Scatena Franco Vilaradaga. Integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEG-HIST). E-mail para contato: thais.moreira@usp.br

Introdução - O movimento feminista sufragista brasileiro

No ano de 1917 o mundo passava por momentos marcantes, como o desdobrar da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique. Os movimentos sufragistas se articulavam em diversos países, como na Inglaterra, onde as *suffragettes* chamaram atenção pela atuação incisiva através das táticas de desobediência civil. No Brasil, além da Greve Geral dos trabalhadores da indústria e do comércio, a questão do voto feminino ganhou visibilidade no debate político com a apresentação da emenda nº 47, de 12 de março de 1917, proposta pelo deputado federal Maurício de Lacerda¹. Em novembro do mesmo ano, Leolinda Daltro, fundadora em 1910 do Partido Republicano Feminino (PRF), organizou uma passeata com 84 mulheres no Rio de Janeiro. (PINTO, 2003, p.19). A partir de então a luta feminista no Brasil se sustentou de diversas formas, com a criação da *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher*, em 1919 e a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, em 1922 – este último muito atrelado à figura de Bertha Lutz, vista já na época como uma líder do movimento sufragista.

Entretanto, a demanda pelo voto feminino não angariou apoio das massas e nem pretendia colocar-se em oposição ao regime político oligárquico (ALVES, 1980). Desse modo, a luta pela emancipação política das mulheres se construiu em um ambiente de cidadania precária. Isso porque o sistema republicano se consolidava pela manutenção da iniquidade das estruturas sociais, por meio de um federalismo difuso que acentuou as distâncias entre as diversas regiões do país; assim, a República deu continuidade à geografia oligárquica do poder que, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 2002, p. 67). Entre processos eleitorais em que a maioria dos votos apenas sancionava as composições e articulações dos grupos dominantes, as sufragistas brasileiras dirigiram seus esforços no sentido de influenciar o Congresso e a imprensa, fazendo proveito de sua posição de clas-

¹Apesar das discussões remeterem à Assembleia Constituinte de 1891, o projeto de alteração da lei proposto em 1917 foi a primeira tentativa parlamentar de tornar constitucional o sufrágio feminino. Importante ressaltar que as reivindicações por direitos já eram feitas por setores feministas desde o final do século XIX e por militantes atuantes na época, como a professora Leolinda de Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino (PRF) em 1910 (KARAWEJCZYK, 2013, p.228).

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

se (ALVES, 1980, p. 138). A atuação feminista, entre o tradicionalismo e a tática, pautou reivindicações de cidadania, prioritariamente o voto, como também o direito à educação e o amparo à profissionalização, articulando concepções paternalistas e assistencialistas da época (SOIHET, 2000).

A trajetória sufragista brasileira foi tratada em diversos trabalhos acadêmicos², no entanto, não podemos perder de vista uma contínua produção crítica acerca do tema. A interpretação do movimento feminista da época como estritamente “reformista” e “burguês”, em um tom que buscou muitas vezes atribuir juízo de valor, parece ainda bastante forte na historiografia. Nesse sentido, ressaltamos a importância da crítica bibliográfica feita por Rachel Soihet, que apontou, em seu texto *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz* (2000), ressalvas importantes quanto ao anacronismo presente em algumas obras que trataram do assunto. Além disso, salvo poucas exceções, estudos acerca do antifeminismo difundido durante as primeiras décadas do século XX ainda são escassos. Nesse sentido, este trabalho se dedica a contribuir com as reflexões sobre o tema, por meio da análise de publicações específicas, presentes em duas importantes revistas ilustradas humorísticas do Rio de Janeiro, *O Malho* e *Careta*. As revistas são lugar de memória, e assim, possibilitam a análise do movimento das ideias que conformam uma época (VELLOSO, 2010, p.44), bem como o humor, que ao canalizar ódios e ressentimentos, transforma-se numa forma privilegiada, embora efêmera, de representação da sociedade (SALIBA, 2002, p.113).

Diante disso, buscamos brevemente discutir como as concepções essencialistas de gênero apareceram nos textos e nas imagens reproduzidas em *O Malho* e *Careta*. O texto se organiza de forma a, primeiramente, descrever as particularidades das revistas ilustradas hu-

² Algumas autoras dedicadas ao tema que podemos citar são: Branca Moreira Alves, Céli Regina Jardim Pinto, June Hahner e Mônica Karawejczyk.

morísticas e seu contexto de produção. Em seguida, uma breve recapitulação teórica sobre a categoria da ironia. Por fim, analisaremos as fontes destacadas, os seus contextos de produção e como o discurso essencialista de gênero pela linguagem do humor se expressa em cada uma das críticas antifeministas.

Para isso, fazemos uso do conceito delimitado por Joan Scott de ‘gênero’ como categoria de análise histórica na medida em que expressa “a organização social da diferença sexual” (SCOTT, 2008, p.24). O antifeminismo, por sua vez, nada mais é que uma de forma de expressão do sexismo – sistema social que institui, alimenta, mantém e reproduz sentimentos de ódio e desprezo às mulheres (DEVREUX; LAMOUREUX, 2012, p.5). No contexto dos anos 1920, assumiu por vezes a forma de antissufragismo na medida em que a pauta do direito ao voto protagonizou discussões na imprensa. O termo “essencialismo” diz respeito à concepção das diferenças sexuais como de teor “natural” e imutável – seja ele atrelado ao discurso religioso, como também no sentido biológico. Desse modo, refere-se ao sentido filosófico, como corrente do pensamento que defende que os sujeitos e o mundo que o cerca possuem propriedades essenciais. (PEREIRA; BALTHAZAR, 2019, p. 222)³. Por trás das anedotas e caricaturas publicadas, os ditos atributos “masculinos” e “femininos” eram postos como inatos, próprios da “essência” e da “natureza humana”, justificando e produzindo as ironias e as ridicularizações do movimento feminista e das militantes sufragistas.

As sátiras políticas das revistas ilustradas humorísticas

As revistas ilustradas que circularam no início do século XX diferenciavam-se das publicações até então difundidas durante o século XIX. No aspecto técnico, novos desenvolvimentos de impressão e reprodução mudaram drasticamente a dinâmica de produção e de circu-

³ Ressaltamos que a ideia de “essência feminina” também pode ser utilizada pelos próprios discursos feministas, tanto teoricamente, como a concepção do “feminismo da diferença” articulado por estudiosas como Luce Irigaray e Hélène Ciroux, bem como está presente no caso do “essencialismo estratégico” das articulações feministas militantes. De todo modo, essas categorias não serão aprofundadas nesse artigo, uma vez que as fontes aqui tratadas repercutem posicionamentos e discursos antifeministas.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

lação dos periódicos. Do ponto de vista da linguagem humorística, a *Belle Époque* representou um momento de crise e desarticulação do sistema de valores do “bom” riso (caracterizado como pouco rancoroso e ingênuo) e o “mau” riso (atrelado a narrativas mais agressivas, que citavam explicitamente nomes e faziam uso de conotações degradantes e grotescas, compostas muitas vezes por rixas políticas e desafetos pessoais). Desse modo, a marca da expressão humorística da época foi justamente a ambiguidade, a ambivalência dos “tipos” de riso. Se por um lado, o humor mais agressivo continuava proscrito e sujeito à censura das publicações (SALIBA, 2002, p.118), por outro, as chacotas que manejavam concepções de gênero eram toleradas em diversas circunstâncias. A crise do “bom” e “mau” riso é manifestada por discursos ambíguos, dados pelas inúmeras e incertas correntes literárias predominantes do período, com a amálgama de temporalidades, projeção do passado no futuro e deslocamentos de significados da vida e da história (SALIBA, 2002, p.69).

Ademais, o meio de comunicação semanal passou a compreender o público não apenas como leitor, mas principalmente como consumidor. Revistas como *O Malho* e *Careta* eram baratas, bem impressas e atingiam o grande público nacional e internacional, expondo conteúdos diversos, imagens e propagandas (CORRÊA, 2012, p.71). Além disso, diferenciavam-se dos jornais diários não apenas pela periodicidade, como também pelo formato e pelas abordagens. Desse modo, os leitores – e ouvintes⁴ – de revistas ilustradas eram indivíduos interessados no contexto político e cultural do país, que, no entanto, buscavam informações e entretenimento ao mesmo tempo (CORRÊA, 2012, p.93). O semanário *Careta*, fundado em 1908, era propriedade da família Schmidt, enquanto *O Malho* fora fundado em 1902 pelos políticos Luis Bartholomeu Antonio Agnello de Souza e Filho e Antonio Azeredo, conjuntamente com o caricaturista Crispino do Amaral. Ambos os semanários foram amplamente consu-

⁴ O censo realizado no Brasil no ano de 1891 apontou para uma taxa de analfabetismo em torno de 82,6%; no entanto, o contexto carioca é particularmente excepcional, pois, na mesma década, registram-se em média 400 mil leitores na capital. Por outro lado, a prática de leituras coletivas em voz alta era comum, o que é importante ao considerarmos a difusão das ideias impressas na época.

midos pela classe média, no entanto, *O Malho* buscava dialogar com as classes trabalhadoras de forma mais incisiva, tendo em vista a própria nomenclatura “malhar” – o processo metalinguístico que denota o ato de criticar verbalmente alguém. As publicações humorísticas foram um instrumento de ataque aos oponentes políticos em vários momentos⁵, o que nos é particularmente importante para compreender que o posicionamento hegemônico de descrédito à demanda do voto feminino foi projetado e intencional, mesmo que diluído por entre anedotas.

Do ponto de vista teórico, Henri Bergson (1978) e Quentin Skinner (2002) apontaram a existência de um humor que visa a ridicularização e destruição do outro – diferente de Nancy Walker (1988), Regina Barreca (1991) e Umberto Eco (2011), que destacaram o humor como elemento capaz de produzir a reflexão e a crítica (CRESCÊNCIO, 2018, p.1). De todo modo, articular o estudo sobre o discurso humorístico à categoria de gênero requer cuidado, uma vez que os próprios modelos teóricos do humor foram, muitas vezes, pautados no masculino. Recentes esforços foram direcionados sobre o desafio⁶, do mesmo modo que a produção de Rachel Soihet, que há algumas décadas se dedica ao debate do antifeminismo pelo humor. Para o recorte temporal e de fontes proposto por este artigo, a categoria específica do humor pela ironia é preponderante. Por ironia, entendemos o tropo literário baseado na oposição e ligado ao discurso de caráter satírico (WHITE, 1994, p.31-32). O modo irônico, como veremos na análise das fontes, apareceu de formas diversas: ora sutis, ora explícitas, em alguns casos beirou o discurso misógino.

A crítica ao sufrágio feminino por meio de chacotas, ridicularizações e agressividade verbal não foi exclusividade do contexto brasileiro⁷. Por outro lado, a especificidade local se

⁵ Em 1920, *O Malho* se posicionou a favor de Marechal Hermes da Fonseca, buscando angariar votos em detrimento do candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado pelos editoriais de *Careta*.

⁶ A título de exemplo, em 2018, a Revista *Ártemis* (UFPB) publicou o volume 26 com o dossiê intitulado *O humor das mulheres e as mulheres no humor*.

⁷ Durante as lutas pelo voto feminino nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, circularam muitas

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

deu pela predominância da veiculação em revistas ilustradas humorísticas. Em meio às informações variadas de entretenimento e publicidades, os semanários configuraram-se como um meio atrativo de expressão de opiniões antifeministas e antissufragistas, adotando o tom satírico pouco difundido em jornais, que na época buscavam um aspecto “mais jornalístico e menos mundano” (SALIBA, 1998, p.637). Além disso, o posicionamento contrário ao voto se deu no momento em que surgiu a caricatura genuinamente brasileira, encabeçada pelos artistas Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos (LUSTOSA, 2006, p.303). Esses artistas, compreendidos como “mediadores culturais”, circulavam pelos espaços públicos e boêmios do Rio de Janeiro, numa capacidade de trânsito e de experimentação característica dos humoristas dessa época, assim como o caráter efêmero e passageiro da produção cômica (SALIBA, 2002, p.96). De todo modo, muitos desses autores tinham ressalvas em auto intitular-se “humoristas”, num precário equilíbrio para agradar, a todo custo, o público das revistas ilustradas (SALIBA, 2002, p.133).

Os essencialismos de gênero – igualdade e diferenças

Na perspectiva das sátiras antifeministas, os argumentos essencialistas foram aqueles que se basearam em ideias de que era “natural” a mulher e o homem agirem e comportarem-se de maneiras específicas e fixas. Motivados pela movimentação política das sufragistas, bem como o de seus apoiadores públicos, muitas discussões expostas na imprensa perpassavam a questão sobre quão “iguais” ou “diferentes” eram os “sexos”. Parte da discussão manipulava concepções forjadas anteriormente, nos séculos XVIII e XIX, as quais, pensando a criação de uma esfera pública burguesa, levantavam a questão de “qual sexo deveria ocupá-la legitimamente”, privilegiando aspectos biológicos em seus discursos (LAQUEUR, 2001, p.242). De todo modo, as críticas veiculadas nas revistas ilustradas do século XX manejaram duas categorias falsamente antagônicas: a de igualdade (os homens e as mulheres já seriam iguais

publicações antissufragistas. Uma das mais destacadas era o cartão-postal, que apresentava escritos críticos e ilustrações caricaturais.

no que era possível dentro da sociedade, portanto o que “o feminismo” demandava eram ‘privilégios’ e sobreposição ao homem de modo “anárquico” à determinação “natural”) e a de diferença (os homens e as mulheres eram “naturalmente” atribuídos de diferenças físicas e comportamentais, de modo que às mulheres cabiam as atividades domésticas e a “função” procriadora como mãe e esposa)⁸. Para muitos articulistas da época, a presença da mulher na política era descartável, pois para as “rainhas do lar”⁹ o papel de poder era cumprido dentro do ambiente privado doméstico. Os posicionamentos antifeministas, de modo geral, valorizavam uma visão limitada da concretude das relações de poder dentro da família – centradas desde o período colonial na figura do patriarca –, bem como a idealização de “mulher” como categoria homogênea – concepção contrastante com a pluralidade social das mulheres brasileiras em condições e classes diferentes, como por exemplo, as mulheres negras escravizadas que já ocupavam as ruas do Rio de Janeiro como trabalhadoras há décadas e não correspondiam às “rainhas do lar”.

Apesar da visão essencialista da mulher ser marcante em posicionamentos religiosos cristãos¹⁰, é importante ressaltar que não foi apenas dessa matriz unicamente religiosa que se formulou a naturalização do gênero. Durante o século XIX, produziram-se formas classificatórias dos sujeitos, como as concepções higienistas e racistas, bem como a patologização de certos hábitos e grupos humanos¹¹ (FOUCAULT, 1977). Nesse contexto surgiram as “Ciên-

⁸ Joan Wallach Scott explorou o falso dualismo da “igualdade versus diferença” no artigo *Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism* (1988). A autora descreveu o polêmico “caso Sears” de 1979. No episódio em questão, a companhia estadunidense Sears foi acusada de discriminação sexista na contratação de mulheres. O debate das defesas se fixou sobre a relevância ou não de ideias gerais sobre a diferença sexual, o que, para Scott, ilustra a pseudo dicotomia entre as categorias “igualdade” e “diferença”. Portanto, quando o dilema é colocado de forma fixa e binária, ele tende a favorecer o discurso dominante.

⁹ As imagens de mulheres “rainhas do lar” eram massivamente utilizadas em publicidades, atreladas a atividades domésticas e ao zelo familiar (ISMÉRIO, 1995, p.24).

¹⁰ Nesse ponto, é interessante destacar que uma das grandes associações feministas atuante na época, a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” (FBPF), buscou com grande cuidado evitar confronto com a Igreja católica. (BESSE, 1999, p.176.).

¹¹ Para Foucault, após o século XVII, a família se reorganiza em laços mais estreitos, intensificado em comparação com as antigas funções que exercia no dispositivo de aliança. Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta* ciais sexuais”, defendendo concepções sobre sexualidade e “verdades sobre os sexos” construídas por ‘especialistas’. Para Foucault, a moral cristã ocidental regeu e incidiu sobre o que se configurou como o conhecimento científico. As pseudociências naturalistas foram concepções hegemônicas do período, que repercutiam de forma massiva na sociedade, bem como na circulação de informações. Um exemplo são as publicidades de medicamentos, que até o início do século XX ainda manejavam todo um arcabouço de concepções produzidas pelo século XIX, como, por exemplo, a infalibilidade da ciência assegurada pelo exame e aval médico. Se baseando nesse mesmo caldo cultural, alguns médicos afirmavam que a mulher foi formada “para sentir” e o homem foi criado “para pensar” e “aquelas [mulheres] que têm apresentado uma inteligência superior, têm sido à custa de suas qualidades femininas” (SOIHET, 2000, p.98).

Para compreender como os essencialismos, no que diz respeito ao gênero, apareceram no período em foco nesse artigo, analisaremos a seguir algumas das publicações das revistas *O Malho* e *Careta* que satirizaram e criticaram as pautas feministas em discussão.

principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior de apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as relações de aliança. Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. (FOUCAULT, 1977, p.121-122).



Figura 1: O segredo e a indiscrição, *O Malho*, 2 de junho de 1928

O voto secreto foi uma expressão política do desejo de ruptura com os modos eleitorais da Primeira República. No dia 2 de junho de 1927, em discurso na Câmara dos Deputados, Assis Brasil associou o imperativo da justiça à defesa do “voto secreto, com as garantias já praticadas por todos os povos livres” (HOLLANDA, 2009, p.245). O tema do voto secreto permeou a mídia desde então, e muitas vezes, apareceu em conjunto com a questão do voto feminino¹². Na Imagem 1, observa-se a charge ilustrada por J. Carlos, simulando a cena hipotética em que Assis Brasil (à esquerda) segura um bebê que simboliza o voto secreto, enquanto Juvenal Lamartine¹³ (à direita) segura o bebê do voto feminino. No diálogo, o primeiro diz: “Agora você vai ver. Eu vou reformar essa joça toda.”, enquanto, pelo lado do voto feminino, a

¹² Em *O Cambio dellas...*, caricatura publicada em 17 de dezembro de 1927 em *O Malho*, a valorização do voto feminino aparece em contraposição à “estabilização do lar”. Na mesma página, um artigo denominado “O que os partidos querem...” menciona a discussão recente sobre o voto secreto como “encher linguiça”, em tom de descrédito das possíveis mudanças eleitorais.

¹³ Juvenal Lamartine foi candidato a governador do Rio Grande do Norte em 1927 e se colocou a favor dos direitos das mulheres “não só na escolha daqueles que vêm representar o povo” como também “entre os que elaboram e votam a lei que tiver de aplicar” (RODRIGUES, 1962, p.47).

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

resposta: “Eu não vou deixar. Eu vou atrapalhar. Eu conto tudo.” (*O Malho*, 1928, p.25). A infantilidade e ingenuidade das “ideias novas”, apesar de fazer parte da cena fictícia de uma conversa entre bebês, recai de forma mais pontual no voto feminino, que age notavelmente de modo mais “birrento” e emocional que o outro que simboliza o voto secreto. Nesse sentido, a caricatura maneja a concepção essencialista de que a mulher, invariavelmente, recorre às emoções e não à razão. O título também é esclarecedor: o voto secreto é segredo, o voto feminino é indiscreto – inoportuno e inapropriado. A própria representação gráfica dos homens que seguram ou cuidam de crianças é sintomática, pois foi utilizada, em diversos contextos, para sinalizar de forma cômica a cena em que o homem assume uma responsabilidade “biológica-moral” da mulher¹⁴.

Uma these feminisia

Acabou de reunir-se em Nova York um congresso de feministas americanas, no qual tivemos uma funcionaria representando a classe em nome da família feminista nacional. (...) já ha no Rio de Janeiro, que é mais cosmopolita que nacional, um nucleo numeroso de burguezas feiosas imbuídas de ideias mais ou menos sensatas de libertação do sexo delas. Não sabemos si dahi virá a redempção das mulheres, mas dado o espírito reaccionario das campeãs do sexo, duvidamos um pouco da campanha empreendida. (...) O telegrapho nos trouxe o nome de algumas que, ao chegarem nos respectivos paizes arranjarão promoção nos empregos que occupam. Mas a leitura de um periódico estrangeiro nos deu um programma feminista subscripto por minha sogra, que é um primor de cimento armado. Aqui o damos na integra:

Art. I – As mulheres do mundo inteiro se declaram livres social, moral e economicamente do sexo dito forte e passam a exercer conjunctamente com este sexo as funções que a ambos compete.

Art. II – As funções que de ora em diante competem a ambos os sexos são:

– Função do amor, metade por metade, pelo casamento ou por outros quaisquer meios.

– Função monetaria, a dois por um, isto é, a dois homens, quanto á receiptá, e a dois, pela mulher quanto á despeza: a um por um, vice versa.

¹⁴ O termo é posto por Michel Foucault, em *História da Sexualidade*, ao analisar o dispositivo de saber e poder relativo à histerização do corpo da mulher. Segundo o autor, o corpo da mulher foi analisado como corpo integralmente saturado de sexualidade. Sob o efeito de uma patologia intrínseca, posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deveria assegurar), com o espaço familiar (do qual deveria ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constituía a forma mais visível desta histerização. Ver em: (FOUCAULT, 1977, p.115).

Thaís Batista Rosa Moreira

– Funccão familiar, taco a taco, quando o lar fôr commum. Nos outros casos, conforme as visitas ao lar sejam em maioria de qualquer dos sexos.

– Funccão social, independente; da casa para a rua, ampla liberdade de commercio, navegação, indústria e artes.

Art. III – As mulheres se declaram unidas e solidarias no bem e no mal, na vida e na morte. Qualquer mulher se considera parte integrante de uma classe e pode invocar em seu auxilio a assistência de outra mulher, seja qual for o sexo a idade ou nacionalidade desta.

Art. IV – No exercício dos empregos manuaes ou braçaes, a mulher deve considerar-se inferior ao homem e isso porque semelhantes emfeiam e embrutecem o sexo e desvirtuam os interesses superiores das gerações futuras.

Art. VI – Revogam-se as disposições contrarias ás mulheres e favoráveis aos homens.

Herr Hess

(*Careta*, 1922, p. 4)

A crônica em questão utiliza o recurso humorístico do duplo sentido. Ao grafar “feminisia” em lugar de “feminista”, o autor brinca com o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta. A Abolicionista, republicana e feminista, promoveu em 1842, no Rio de Janeiro, conferências sobre a Abolição e a República. Publicou em 1832 a tradução intitulada *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, referente ao livreto *Woman not inferior to man*, de 1739¹⁵; além disso, fundou e dirigiu colégios femininos, nos quais colocou em prática suas ideias de emancipação através da educação. Na publicação *Opúsculo Humanitário*, criticou Rousseau e sua concepção da mulher como um adorno, submetida à servidão. Seu feminismo, porém, mesclava-se à visão romântica da mulher dedicada ao amor, ao lar, ao marido e aos filhos – traços de que ela própria não estava imune às influências de sua socialização (ALVES, 1980, p.87-88).

Herr Hess, pseudônimo não identificado, retrata a participação de Bertha Lutz como representante brasileira na Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, em Baltimore,

¹⁵ Nísia Floresta afirmou, na época, que sua tradução se tratava do livro *Vindication of the Rights of Woman*, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. No entanto, pesquisas recentes demonstraram que a tradução livre, na verdade, diz respeito à publicação do pensador francês Poulain de la Barre, sobre o pseudônimo de ‘Sophia, a Person of Quality’. Possivelmente, Nísia atuou de forma estratégica, visando gerar maior impacto ao atribuir a autoria do texto traduzido à feminista inglesa. (FRANCO, 2008, p. 79-80).

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

nos Estados Unidos¹⁶. A localização do evento é sintomática para o autor, pois refletia o malvisto 'estrangeirismo' da época, denunciando o "servilismo com que nossas burguesas seguem as praticas das collegas do Norte(...)" (*Careta*, 1922, p.4). A insinuação de que as articulações feministas eram oportunistas e buscavam privilégios fica evidente no trecho em que afirma que "[as participantes] ao chegarem nos respectivos paizes arranjarão promoção nos empregos que ocupam." (*Careta*, 1922, p.4). O trecho é interessante pois demonstra o indireto desprezo e julgamento de valor, justamente pela crítica às mulheres que supostamente arranjariam promoções em seus empregos. Trata-se, portanto, de um modo sutil de ironia, afinal, o modo irônico, para além de revestir observações de forma mordaz, é também um recurso para dizer, de forma não explícita ou literal, algo a mais a respeito de certo assunto (WHITE, 1994, p. 32).

Nesta conferência Bertha Lutz conheceu a presidente do *National American Woman Suffrage Association* (NAWSA), Carrie Chapman Catt¹⁷. A estadunidense interessou-se pela possibilidade de Lutz organizar no Brasil uma associação feminista nos moldes da NAWSA e auxiliou na redação do estatuto que viria a nortear a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (ALVES, 1980, p.111). A crônica de Herr Hess transcreve uma paródia do que seria "um programma feminista subscripto por minha sogra, que é um primor de cimento armado" (*Careta*, 1922, p.4). A menção à figura da 'sogra' era frequente em publicações humorísticas da época, representando caricaturalmente a mulher como inconveniente. Nos artigos transcritos na crônica, a crítica central aparece novamente como a denúncia aos privilégios supostamente ambicionados pelas sufragistas. Quando afirma que a "Função monetária: (...) a dois homens, quanto à receita, e a dois, pela mulher quanto á despesa" (*Careta*, 1922, p.4), o autor coloca as mulheres como consumistas que, apesar de exigir igualdade, não abririam mão das

¹⁶ Apesar de a conferência ser sediada em Baltimore, o autor afirma que a reunião foi em Nova York. A proximidade das datas – o evento aconteceu em abril de 1922 e a publicação é de maio – sugere um equívoco do autor.

¹⁷ O Movimento Anti-Sufragista dos Estados Unidos reuniu homens e mulheres que argumentavam a favor da pureza e recato "naturais" à mulher e a seu papel tradicional de mãe. Para esses críticos, as mulheres estavam ameaçadas pela subversão dos movimentos de emancipação. Ver em: (ALVES, 1980, p. 78).

despesas pagas por seus maridos. A concepção de Herr Hess de que as reivindicações são inválidas e oportunistas fica nítida em seu último apontamento: “Revogam-se as disposições contrárias ás mulheres e favoráveis aos homens” (*Careta*, 1922, p.4).

Além disso, destaca:

No exercício dos empregos manuais ou braçaes, a mulher deve considerar-se inferior ao homem e isso porque semelhantes trabalhos enfeiam e embrutecem o sexo e desvirtuam os interesses superiores das gerações futuras. (*Careta*, 1922, p.4).

A ideia do texto é demonstrar que as feministas não se sujeitariam aos trabalhos mais árduos, justificando a negação com questões estéticas, pois “enfeiam e embrutecem o sexo” (*Careta*, 1922, p.4). É interessante notar que a atenção para a fisionomia feminina já havia sido mencionada no começo da crônica, ao descrever as militantes como “burguesas feiosas imbuídas de ideas mais ou menos sensatas de libertação do sexo delas” (*Careta*, 1922, p.4). Desse modo, evidencia-se a prática de associar a mulher feminista ao estereótipo da ‘mulher feia’ e ‘antinatural’, utilizando os padrões de beleza cultivados pela época como base da ridicularização, ao mesmo tempo em que a imprensa, de modo geral, difundia incisivamente a ‘beleza’ e o cuidado estético como esfera ‘naturalmente’ feminina.

O Nosso Feminismo

Nós, os homens, rimos das mulheres; é exato. Fazemos mal por isso; é verdade. As mulheres não nos compreendem. (...) Naturalmente os homens, a quem aféta o movimento feminista, acham uma ocasião de sorrir um pouco do que ha de inócuo ou de inepto nas atitudes das damas que se reúnem para reivindicar. Revindicar? O que? Um pouco mais de dinheiro para o pó de arroz ou um lugar ao lado do marido nos cabarés ou nos congressos. É possível que a mulher saiba o que vale e saiba o que quer. Infelizmente os vinte séculos de hipocrisia piedosa e da escravidão sexual acabaram por criar na mentalidade feminina um hiato que a deformou quazi irremediavelmente. (...) As mulheres não nos compreendem, a nós que compreendemos a vida dialeticamente e sabemos com clareza e pureza que a mulher é o único animal sobre a Terra desigual do seu semelhante. O feminismo, que fala na igualdade da escravidão, e que sanciona a violência, a injustiça e a estupidez reinante em uma sociedade em decomposição, oscila entre trágico e comico. (...) Mas é preciso que tenham a simples e fria coragem de querer a exata e igual metade da vida. Igual, compreendam bem, igual e integral. E o feminismo é uma manobra de salão, para evitar justamente a igualdade irrevogável da natureza.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

Domingos Ribeiro Filho
(*Careta*, 1931, p.9).

Domingos Ribeiro Filho, autor do texto em destaque, era militante anarquista e jornalista, que durante alguns anos foi companheiro de repartição de Lima Barreto na Secretaria da Guerra. Autor de *O cravo vermelho* (1907) foi partidário das ideias de Kropótkin¹⁸ e era conhecido como “exaltado por definição e uso” (SCHWARCZ, 2017, p.345). Escreveu em *Careta* por dezessete anos, usando algumas vezes o pseudônimo de “Dierre Effe”¹⁹ e contribuiu em outros periódicos, dentre eles, *A Plebe*, de orientação libertária. O texto do autor reflete críticas mais profundas ao sistema político e ao elitismo brasileiro, num tom de pessimismo que vê “uma sociedade em decomposição” (*Careta*, 1931, p.9).

Reconhece, de certo modo, o teor histórico da desigualdade nas relações de gênero, pois

Em traços grossos e gerais essa é a história da situação da mulher nos diferentes estados asiáticos, romanos, feudais, e burguezes que vieram se sucedendo até agora em que a sociedade pode verificar que foi estupidamente sacrificada a cruéis e baixíssimos interesses das castas e das classes. (*Careta*, 1931, p.9).

No entanto, não crê que as sufragistas possam trazer reais mudanças nesse cenário, tendo em vista que são identificadas como burguesas de atuação fútil:

(...) ante o egoísmo e a estupidez masculinas, é uma luta rude e seria, deve ser feita num plano superior aos tablados de pura exibição mundana (...) o feminismo é uma manobra de salão (...) (*Careta*, 1931, p.9).

O autor questiona a validade das reivindicações tentando convencer o leitor de que se

¹⁸ Teórico libertário russo autor de obras como *A Conquista do Pão* (1892) e *Memórias de um revolucionário* (1892).

¹⁹ A proximidade fonética de “Dierre Effe” com “Riefe” nos sugere um outro possível pseudônimo adotado por Domingos Ribeiro Filho. A série de pequenas anedotas (chistes), intitulada *Notas Marginais* (Revista *Careta*, 26/12/1931), assinada por “Riefe”, ridiculariza as mulheres apelando à uma suposta incapacidade intelectual das mesmas, que agiriam preponderantemente de forma emocional. Outro conjunto de breves chacotas, “Nós e Vós” (Revista *Careta*, 21/05/1932), não possui assinatura, no entanto assume uma linguagem muito similar à de “Riefe”, afirmando, por exemplo, que “Uma mulher inteligente jamais será feminista”.

trata de pautas supérfluas: “Reivindicar? o que? Um pouco mais de dinheiro para o pó de arroz, ou um lugar ao lado do marido nos cabarés ou nos congressos” (*Careta*, 1931, p.9). A extrema ironia de uma suposta “reivindicação de dinheiro para o pó de arroz” é um dos exemplos sintomáticos de como Ribeiro Filho investe numa escrita persuasiva. Nesse sentido, é importante notar que um dos aspectos da teoria do discurso persuasivo, herdada da cultura retórica da antiga Roma pela Renascença, era a crença de que o riso pode ser usado como uma arma potente em debates legais e políticos (SKINNER, 2002, p. 9). Além disso, dois insultos do texto chamam atenção por seu teor misógino, isto é, de aversão e desprezo às mulheres de forma explícita: “idiotíssimas e ridículas” (*Careta*, 1931, p.9).

Ribeiro Filho aponta uma visão essencialista quando apela à “igualdade irrevogável da natureza”, pois “a mulher é o único animal sobre a Terra desigual do seu semelhante” (*Careta*, 1931, p.9). É importante ressaltar que a potencialidade das falas que evocam a “natureza” é justamente a dificuldade de se rebater ideais extremamente dispersas no senso comum e que se colocam como autoexplicativas por seu teor inato. Assim, o autor alerta que as demandas feministas deveriam “(...) querer a exata e igual metade da vida. Igual, compreendam bem, igual e integral” (*Careta*, 1931, p.9), interpretando as demandas do movimento de mulheres como busca por privilégios e não igualdade de direitos. Nota-se, também, que a frase “as mulheres não nos compreendem” aparece duas vezes no texto, ao tempo que inferioriza a atuação feminista como “(...) armarinho sentimental e com a mesma tática de astúcias anciãs empregadas pelas crianças e pelos escravos (...)” (*Careta*, 1931, p.9). O autor chega a justificar que a causa do riso é “o que ha de inócuo ou de inepto nas atitudes das damas” (*Careta*, 1931, p.9), sugerindo que o movimento sufragista era incoerente e inofensivo.

O autor, de todo modo, tem consciência do efeito das relações de dominação do homem sobre a mulher em diferentes contextos. No entanto, as contradições aparecem quando o mesmo sugere inclinações e elementos ‘naturais’ das mulheres e dos homens. Os “vinte séculos de hipocrisia piedosa e da escravidão sexual” tornam-se, em sua visão, irreparáveis

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

da mentalidade feminina, traçando um reducionismo das reivindicações sufragistas como sinal de incapacidade analítica. O posicionamento de Domingos Ribeiro Filho é instigante no que diz respeito à sua militância política, afinal, na história das ideias políticas, a diferença – como elemento essencialista – sempre foi empunhada pelas correntes conservadoras e elitistas, como a manifestação de desigualdades ‘naturais’ que legitimavam as hierarquias sociais (MIGUEL, 2014, p.74). O antifeminismo, defendido de diversas formas, se deu por várias frentes ideológicas. Apesar de em alguns momentos a luta socialista e feminista ter mantido relações próximas, é impreciso afirmar que o antifeminismo foi exclusivo dos conservadores. No Brasil tivemos grupos significativos de anarquistas feministas; entretanto, autores libertários²⁰ não deixaram de lançar críticas ao movimento de mulheres que, nas palavras de Lima Barreto, era “burocrático”. A relação entre autores libertários com discursos antifeministas na imprensa foi trabalhado por Rachel Soihet no artigo *Zombaria como arma antifeminista* (2005). Apesar das fontes da historiadora corresponderem ao contexto brasileiro dos anos 1960 e 1970, diferente da reflexão em questão, muitos de seus apontamentos são pertinentes. Para a autora, a recusa da participação das mulheres fora do ambiente doméstico foi um assunto de convergência de republicanos, monarquistas e até mesmo socialistas, dado relevador de que as contradições de gênero atravessavam as diversas colorações políticas e de classe (SOIHET, 2005, p. 593).

Outra tática utilizada para ridicularizar a demanda do voto feminino, tratando-o como ‘privilegio’ desnecessário, foi a comparação da condição da mulher brasileira com a suposta realidade da mulher muçulmana, ou, de forma generalizada, com o que chamavam de “Oriente”. A seguir, destacamos duas publicações em edições seguidas de *O Malho* que utilizaram

²⁰ Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir aponta que Proudhon, um dos primeiros teóricos do anarquismo, rompeu a aliança entre o feminismo e o socialismo. “Na obra intitulada *La Justice*, afirma que a mulher deve permanecer na dependência do homem; só ele vale como indivíduo social; não há no casal uma associação, o que pressuporia a igualdade, mas uma união; a mulher é inferior ao homem, primeiramente porque sua força física atinge apenas dois terços da dele, em seguida porque é intelectual e moralmente inferior a ele na mesma proporção: seu valor é no conjunto de 2x2x2 contra 3x3x3, ou seja, 8/17 da do sexo forte.” (BEAUVOIR, 2009, p. 165).

essa abordagem:



Figuras 2 e 3: 'No Oriente – a mulher persa', *O Malho*, 10 de março de 1928.



Figura 4: 'Mulheres brasileiras escravizadas na Syria', *O Malho*, 17 de março de 1928.

As imagens 2 e 3 compõe um texto de teor jornalístico que não apresenta nenhum código humorístico – apesar de raro, era presente em algumas páginas das revistas ilustradas,

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

na medida em que elas também se propunham a divulgar conteúdos de ‘variedades’. A reportagem traça de forma breve o que seria a “situação da mulher na Pérsia”, narrando sobre a alta taxa de analfabetismo entre elas, além de tecer considerações sobre a vida doméstica que “limita-se ao marido e filhos, seus vestuários e intrigas amorosas” (*O Malho*, 1928, p.30). Além disso, cita o nome de Zorah Hanum e Mehr Banu, como duas figuras de destaque do movimento pela emancipação da mulher persa. O texto é assinado por uma abreviatura “M.K.”. Na edição seguinte, uma semana depois, a questão da mulher muçulmana volta de modo completamente diferente na crônica assinada por Leão Padilha e ilustrada por Del Pino – caricaturista mineiro que a poucos meses começara a carreira no Rio de Janeiro. Na ficção ‘Mulheres brasileiras escravizadas na Syria’, vários personagens ligados à política da época, como Adolpho Gordo, Bertha Lutz, Evaristo de Moraes e Manoel Fulgencio, comentam a suposta descoberta no país oriental – nota-se inclusive uma confusão (possivelmente intencional) dos termos e nacionalidades, onde ora se fala “sírios” ora se fala “turcos”. De todo modo, é interessante como a edição seguinte produz uma espécie de paródia do texto publicado anteriormente, no sentido de uma revisão do discurso (ALAVARCE, 2008, p. 69).

A representação do ‘outro’, do ‘oriental’, é um gesto presente na história de formas diferentes e contextuais, especialmente quando é veiculada no viés orientalista²¹, como se vê na caricatura de Del Pino. O homem que escraviza a mulher brasileira na caricatura é o típico estereótipo do ‘canalha asiático’ e ‘déspota sensual’, que estabelece a relação simbólica com o ‘oriental’ por meio de seus adornos e incorpora elementos grotescos, como o exagero nas características físicas – ele é desproporcionalmente maior que a figura feminina – e dos traços fisionômicos – o semblante de opressor (HUNT, 2011). É importante notar, além disso, que a representação da mulher muçulmana como oprimida e escrava sexual é proeminente na lite-

²¹ Entende-se a expressão ‘orientalista’ a partir da conceituação de Edward Said. Para o autor, o ‘oriental’ é um termo produzido do ponto de vista ocidental – especialmente após o período do Neocolonialismo. Desse modo, o conhecimento acerca do “oriental” passou a reafirmar uma suposta “superioridade europeia” como fenômeno “apolítico” e “imparcial”. Segundo Said, o orientalismo: “(...) pode ser discutido como a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o (...)” (SAID, 1995, p.15.).

ratura orientalista, onde a figura feminina no harém é usualmente associada à sexualidade, ao erotismo e à imoralidade (FRANK, 2014, p.13). Não é apenas o teor obsceno da denúncia ficcional à exploração sexual que configura a publicação como típica do ‘mau riso’, mas também a reação de Bertha Lutz narrada pelo autor:

“(...)Pobrezinhas! Não poderem votar...(limpou uma lagrima furtiva).Não podem comer carne de porco...(outra lagrima)...nem toucinho...(idem,idem). Veja se se dá uma coisa desta com os homens. Quando foi que os brasileiros já foram escravizados pelas mulheres de qualquer paiz? Quando? Não se cita um exemplo. E por que? Porque votam.(...)” (*O Malho*, 1928, p.30).

Lutz é retratada de forma frívola e infantilizada, expressando-se prioritariamente de forma emotiva. A justificativa de que os homens não seriam escravizados por votarem aparece como uma crítica a ‘pauta única’ do sufrágio, mas também como recurso humorístico, na medida em que é uma incongruência repentina do diálogo – como uma argumentação indiscreta e ignorante.

O paradigma de opressão às mulheres como atrelado ao ‘outro’ – seja ele o Islã ou os continentes asiático e africano – também aparece em outras publicações²², principalmente a partir de 1928. Possivelmente, o marco temporal específico se dá pelos impactos da dissolução do antigo Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial. A difusão jornalística da abolição do califado otomano, em 1924, é nítida na matéria do jornal *A Notícia*, em que o autor pontua a Turquia como lugar “da tradicional escravização feminina” (SOIHET, 2000, p. 102). Na mesma matéria, no entanto, ressalta-se a articulação de grupos sufragistas turcos – a Turquia concedeu o direito de voto às mulheres em 1934, e em países como a Síria e o Líbano a demanda pelo sufrágio já se configurava desde os anos 1920 (ADAMS, 2014, p.406). De todo modo, a abordagem da ‘outra’ mulher oriental como a “realmente oprimida pelo homem” foi recorrente e possibilitava um discurso relativista – do ponto de vista dos autores – da desigualdade de gênero local denunciada pelas feministas brasileiras. O contraste com ‘exemplos’

²² No artigo ‘Feminismo’, assinado por Joaquim M. Marinho e publicado em *O Malho*, 18 de abril de 1928, bem como em “Voto Feminino”, assinado por “F.B.” em *O Malho*, 5 de novembro de 1932.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

mais degradantes de ‘opressão’ bem como a roupagem estereotipada e orientalista, denotava nas entrelinhas que o movimento sufragista exigia mudanças ‘fúteis’ e irrisórias se comparadas às condições de outras mulheres no mundo.

Além disso, também se nota que algumas publicações incorporavam certo ‘tom cavalheiresco’ em seus discursos. Do ponto de vista de gênero, era utilizado por autores que buscavam sensibilizar os(as) leitores(as) de forma romantizada. Rachel Soihet chega a caracterizar essas falas como próximas do “pieguismo”²³. Assim, autores de crônicas, por exemplo, utilizavam-se de um linguajar de eufemismos e sutilezas para criticar os novos hábitos e ensejos das mulheres engajadas, reivindicando a conservação da ‘feminilidade’ como o mais prudente a se fazer. É interessante pensar que este tipo de abordagem, que buscava traçar alusões à imoralidade de certos posicionamentos, fosse intencionalmente direcionado ao público de leitoras – pois o tom persuasivo remete a um diálogo direto com a mulher. Nesse sentido, podemos pensar no conceito de *violência simbólica* construída por Roger Chartier, onde o ato violento consiste na adesão pelos dominados das categorias que embasam sua própria dominação (CHARTIER, 1995, p.37-47). Assim, se por um lado, o humor colocava-se como entretenimento efêmero e inofensivo, por outro, contribuía para o constrangimento de leitoras que por ventura cogitassem apoiar pautas feministas ou a movimentação de entidades como a FBPF – afinal, as representações e abordagens das revistas ilustradas humorísticas foram majoritariamente direcionadas no sentido de ridicularizar e deslegitimar o engajamento político de mulheres²⁴.

O artigo intitulado *Eva, funcionaria*, assinado por Berilo Neves em 7 de março de 1925,

²³ O articulista não deixa de ressaltar a dimensão “sacralizada da mulher”, manifestando sua oposição às mudanças pretendidas pelas feministas de forma sutil (SOIHET, 2001, p.106-107).

²⁴ Ressaltamos que a categoria de *violência simbólica* como de ridicularização de mulheres e feministas também é explorada nos trabalhos de Rachel Soihet sobre as publicações de *O Pasquim*. (SOIHET, 2005, p. 609) (SOIHET, 2007, p. 46-47).

na revista *Careta*, coloca-se frontalmente contra a mulher funcionária pública, dedicada ao trabalho fora do ambiente doméstico. O autor, que construiu fama como antifeminista, tinha relações controversas com a FBPF e certas militantes do movimento, pois, ao mesmo tempo em que se aproximou de círculos feministas, não abriu mão de publicar anedotas humorísticas ridicularizando as mulheres engajadas (LEMOS, 2014, p.60). Em seu texto, destacam-se muitas falas extremamente críticas, que articulavam muitas vezes a ideia da ‘sacralidade feminina’ religiosa:

(...) a inversão da ordem social, a anarquia no mundo. E até mesmo uma contravenção ao direito divino, porque o Creador, fazendo a mulher depois do homem, estatuiu que ella viesse sempre em segundo lugar. (...)A mulher, que nasceu para escrever cartas de amor, redigindo officios, empilhando despachos, indeferindo tudo o torto a direito.(...) Não é horrível? (*Careta*, 1925, p. 26).

Para Berilo Neves, a mulher que exercesse atividade profissional:

(...)perderá todo o encanto de sua realza de formosura e de graça (...) Eva nasceu para ser funcionaria...do amor.(...) Todas ellas devem ser candidatas ao...noivado.(...) O mais é contra a natureza, o bom senso, a poesia e...a preservação da espécie.(*Careta*, 1925, p. 26).

Nota-se que o recurso das reticências produz o efeito irônico nas frases, pois, se no início parecem favoráveis às feministas, com a queda prosaica do recurso “...” o autor manifesta suas intenções primárias. Isto é: a quebra da expectativa no plano semântico, que pode ser empregada para causar o riso (ALAVARCE, 2008, p. 110), desloca as frases que supostamente apoiariam o feminismo para, enfim, reforçar os lugares “essenciais” da mulher como devota do amor, destinada ao casamento e reprodutora. Berilo Neves também articula, em sua crítica, o elemento da beleza: “A mulher-funcionaria acaba por ficar feia (e este é o maior inconveniente do emprego publico) porque é sabido que uma das razões que contribuem para a beleza da mulher é a deliciosa ociosidade de sua vida” (*Careta*, 1925, p. 26). Nesse sentido, o ‘lugar’ das mulheres é colocado como o do ornamento, onde os atributos da beleza seriam os únicos a ser cultivados em nome da ‘natureza feminina’.

Considerações finais

De forma geral, os discursos expostos nas revistas humorísticas ilustradas reafirma-

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

vam posições de autoridades, juristas e políticos da época: negavam considerar positivamente as pretensões de autonomia feminina, respaldados pela ciência naturalista ‘inquestionável’ e pela moral religiosa. Nuances conjunturais deram vazão às manifestações contrárias, que aos poucos tomaram outras formas, tendo em vista o avanço de movimentos sufragistas em outros países do mundo e o progressivo apoio de parlamentares brasileiros. Assim, o artigo em questão propôs, a partir de uma série de análises de fontes, embasados nas categorias de essencialismo de gênero e da linguagem das zombarias e ironias, a hipótese de que certas publicações de *O Malho* e *Careta* tiveram papel de destaque como porta-voz das críticas ao movimento sufragista-feminista. Seja reafirmando a ideia da mulher como essencialmente emotiva, irracional e fútil, ou por meio de “denúncias” de que o feminismo buscava privilégios e oportunismos, os autores antifeministas empregaram uma série de paródias, mensagens de duplo-sentido e até mesmo o traço das caricaturas para causar o riso pela ridicularização, afim de persuadir, de diferentes formas, o leitor (e a leitora) a rejeitar o feminismo e o sufrágio como pautas legítimas.

Ressaltamos que durante os anos 1920 o movimento sufragista brasileiro teve acesso considerável à imprensa, como as participações e defesas manifestadas por Bertha Lutz na *Revista da Semana* e no *Rio Jornal* (ALVES, 1980, p.99-100). Nesse sentido, a hipótese de que as revistas ilustradas humorísticas assumiram a frente da opinião pública contra o direito ao voto ganha sentido, na medida em que as diferentes publicações e edições interagiam entre si. A abordagem do riso, descontraída e permeada pelos pseudônimos, pode ter contribuído para as revistas ilustradas manifestarem com mais vigor a banalização das ideias feministas. A dimensão potente das caricaturas se dá pelo modo como seus alvos, mesmo na condição de donos do poder – que, nesse caso, está longe disso – raramente dispõe desta mesma ferramenta para responder às críticas (FONSECA, 1999).

Nesse sentido, ressaltamos a tarefa do historiador perante as fontes, recobertas do

pretexto de 'entretenimento' do período contemporâneo à suas produções, onde tudo se justificava pelo riso. O esforço se dá no sentido de historicizar como a 'diversão' é o manto que cobre inúmeros códigos sociais, enchendo-os de opacidade (SALIBA, 2018, p.11). No caso das fontes históricas desse artigo, não apenas o teor humorístico se colocou como elemento de opacidade, mas a própria abordagem pelo gênero – afinal, muitos argumentos e discursos se utilizaram de concepções do “senso comum”, especialmente quando manipularam ideias de “papéis de gênero” e essencialismos sobre as supostas ‘naturezas’ feminina e masculina. Além disso, a evidência das críticas ao feminismo e ao sufragismo advirem de diversos espectros políticos joga luz em uma questão sintomática: A busca pela emancipação feminina se tornou, aos olhos de seus críticos, um assunto prioritariamente *moral*. Portanto, a busca pela compreensão dos aspectos dessa marginalização política é um passo significativo dentro do necessário esforço para analisar, historicamente, as desigualdades de gênero e suas implicações.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Jad. *Woman and the Vote – a world history*. New York: Oxford University Press, 2014.
- ALAVARCE, Camila da Silva. A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso. 2008. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102407>>.
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo – a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p.114-136.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 37-47, 1995.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

CORRÊA, Felipe Botelho. Os leitores de caricaturas da Belle Époque brasileira: o caso da revista ilustrada *Careta* (1908-1922). *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 71-97, janeiro-junho, 2012.

CRESCÊNCIO, C. L. Uma feminista, Eva e um padre entram em um bar: religião e humor gráfico na imprensa do Brasil e da Argentina. In: *III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade*, 2018, Rio Grande. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. v. 1. p. 1-9.

DEVREUX, A.; LAMOUREUX, D. Les antiféminismes : une nébuleuse aux manifestations tangibles. *Recherches féministes*, v. 25, p. 3-14, 2012.

FONSECA, Joaquim. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – A vontade de saber*. Vol. 1, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no Século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008,

FRANK, Ana. *Feminism and Islam – Turkish woman between the Orient and the West*. Ljubljana: Peace Institute – Institute for Contemporary Social and Political Studies, 2014.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Tradução de Eduardo F. Alves. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política - O experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HUNT, Tamara. Desumanizando o outro – a imagem do “oriental” na caricatura inglesa (1750-1850). In: LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, humor e caricatura – A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher - a moral e o imaginário (1889 - 1930)*. Porto Alegre: PUCRS. 1995.

KARAWJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850 – 1932)*. 398f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LE MOS, Aline de Castro. *Gênero e Ciência na Ficção científica de Berilo Neves*. 111f. Tese (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe : A igualdade e a diferença. In: *Feminismo e Política: uma introdução..* São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, Ivonete; BALTHAZAR, Gregory da Silva. Essencialismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira, direitos políticos e civis*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau. (org): *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: Ensaio de História Cultural do Humor. São Paulo: Intermeios, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99. 1995.

_____. Género e historia. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo/RS: Editora da UNISINOS, 2002.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.15, p.97-117, setembro-dezembro, 2000.

_____. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.) *Mulher, Gênero e Sociedade*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2001.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, Dec. 2005.

_____. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, Jan-Jun, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WHITE, Hayden. "Teoria literária e escrita da história". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1994.

Imagens

Figura 1: 'O segredo e a indiscrição', *O Malho*, 2 de junho de 1928. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/66113> > último acesso em janeiro/2019.

Figuras 2 e 3: 'No Oriente – a mulher persa', *O Malho*, 10 de março de 1928. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/65250> > último acesso em janeiro/2019.

Figura 4: 'Mulheres brasileiras escravizadas na Syria', *O Malho*, 17 de março de 1928. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/65323> > último acesso em janeiro/2019.

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX

Karoline Nascimento Miranda*

Resumo: Esta produção se destina, a partir de uma análise de diversas perspectivas, contribuir para a pesquisa historiográfica acerca das mulheres negras dentro do século XIX, tanto libertas quanto escravas, inseridas no contexto de uma sociedade escravista e suas hierarquizações sociais. O objetivo é contar a história do século XIX do ponto de vista da figura mais baixa da pirâmide social: a mulher negra, resultado da opressão de gênero e de raça, a qual a historiografia é tão parca. Podemos, a partir disso, estudar como eram suas relações sociais e como o trabalho – nosso objeto de estudo no curso – se dava nessas condições.

Palavras-chave: escravas, livres, trabalho, mulher, negra

Uma reflexão acerca da História social do trabalho negro

O mundo do trabalho é um objeto de estudo largamente explorado por historiadores em todo o mundo. A contribuição da escola marxista inglesa, a partir das obras de Thompson e Hobsbawm, nos ajudaram a construir muitos dos conceitos que hoje, parecem inatos ao historiador: consciência de classe, organização sindical, exploração do trabalhador. Mas as origens do trabalho no Brasil, bem como em toda a América Latina, tem peculiaridades que a historiografia procura dissociar deste conceito: a escravidão. Álvaro Nascimento aponta isso

* Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduanda em Jornalismo pelo Centro Universitário Carioca (Unicarioca). Membro do grupo de estudos “Brasil do século XIX: História social do trabalho, da escravidão e das cidades” e monitora de História do Brasil Republicano na Uerj. E-mail: karoline.miranda04@gmail.com

como um grande erro a ser reparado por seus colegas historiadores, como sendo algo perpetuador do racismo e do rompimento do historiador com os fatos históricos.

O grande fato é que a historiografia acerca dos negros e negras perpassou por inúmeros elementos que a deslegitimaram: em um primeiro momento, a coisificação do escravizado o tornava uma mera mercadoria – que em muitos casos, trazia problemas, carecendo das autoridades policiais –, o que facilitou em muito a utilização das fontes que contabilizavam os escravizados e dos registros policiais da época, mas que o tornava desinteressante demais para uma produção melhor acerca dele; no pós-abolição, a tentativa de embranquecimento da população tornava o negro algo indesejável, como uma doença a ser erradicada da sociedade, logo, algo evitado de ser colocado em questão para a historiografia. Podemos concluir então, que o racismo, embora combatido, foi perpetuado pela falta de debate e de certa forma, veladamente apoiado. (NASCIMENTO, 2016, p.610)

Os recortes temporais “cirúrgicos” evidenciados nas pesquisas (NASCIMENTO, 2016, p.617) são claramente, como apontou Silvia Lara, uma tentativa de separar “dois Brasis”: o pré e o pós 1888. Nessa divisão, os estudos sobre o trabalho começam a partir do trabalho assalariado e livre, excluindo como um todo o trabalho escravo e suas especificidades. Segundo a autora, isentar a história social do trabalho da pesquisa e do estudo das perspectivas da escravidão enquanto elemento pertencente ao seu ramo é ocultar esses trabalhadores e a riqueza gerada por eles durante séculos, “em um piscar de olhos”. (LARA, 1998, p.26) Silvia ainda nos esclarece que essa transição do trabalho escravo para o livre, temporalmente fixado no final do século XIX e caracterizado como *substituição* do escravo pelo assalariado nas obras sobre o assunto revela uma ruptura radical, que não denota a intensidade de relações e acomodações entre esses agentes históricos e provoca um apagamento real dos negros, antes escravizados, dentro dos mundos do trabalho livre, relegando-os a um passado evitado e que pretende ser esquecido.

Dentro desse campo racial, há ainda um outro recorte que reduz ainda mais as produções acerca do tema: o de gênero. Desde sempre, o patriarcado oprimiu e reprimiu

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX
mulheres, e o que sabemos historicamente sobre elas ainda é muito pouco, visto que elas praticamente viviam para não existir socialmente, culturalmente, politicamente nem economicamente. Recentemente, contudo, os estudos sobre mulheres na história vêm se ampliando, e a historiografia reservou um melhor olhar para elas.

O debate sobre gênero sugere, desde já, alguns apontamentos. Em *A Mulher na História do Brasil*, Mary del Priore enfatiza, pertinentemente, que é necessário afastar da história das mulheres um olhar vitimizante e passivo, no qual a mulher apenas é o sujeito oprimido e receptáculo das ações patriarcais da sociedade. Margareth Rago explicita que, ao nos debruçarmos sobre os primeiros ensaios de uma história social da mulher, esbarraremos nesta mesma barreira, com fortes raízes marxistas. “As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante” (RAGO, 1995, p.82). Embora seja um objeto social que sofre a opressão patriarcalista, a mulher também é agente de resistência, seja por meio da luta ou da subversão. Isso se dá mais intrinsecamente ao falarmos sobre nosso real objeto: mulheres negras.

Apesar de tratar do recorte de gênero e raça nos EUA, as ideias de Angela Davis transpassam os limites geográficos quando destacam que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora do que suas irmãs brancas.” (DAVIS, 2016, p.17). Sendo assertiva na ausência, muitas vezes, da intersecção racial na perspectiva do estudo de gênero, Davis enfatiza que, enquanto para as mulheres brancas, o trabalho era algo a se discutir e conquistar, para as negra, ele sempre existiu, inclusive como um objeto de exploração, e isso repercutia geralmente pelos papéis sociais que ambas desempenhavam na sociedade capitalista, que recriou seus personagens - sociedade essa que só tratava como personagem “mulher” aquela que, naturalmente, tinha direito a isso: a branca. “Na propaganda vigente,

'mulher' se tornou sinônimo de 'mãe' e 'dona de casa', termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante." (DAVIS, 2016, p.25).

A questão da fragilidade feminina, também refutada por Davis (DAVIS, 2016, p.20), também é debatida por Sueli Carneiro. Às mulheres negras, fossem elas libertas, livres ou escravizadas, não era dado o direito de serem "frágeis", principalmente por estarem profundamente enraizadas ao mundo do trabalho. "Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (...) Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados." (CARNEIRO, 2011).

Estar inserida no mundo do trabalho era, então, abdicar de todo o papel feminino proveniente da sociedade capitalista. Entretanto, ser negra era simplesmente não ser julgada por isso, a partir do momento em que era somente esse o esperado dela, essa era a sua função social: reproduzir e trabalhar. Entremeadado nesse aparentemente simples binômio funcional porém, há questões profundas que precisam ser tratadas: a impossibilidade do cuidado com os próprios filhos, a negação ao direito do lar e da família, a falta de expectativa de matrimônio, expectativas que, para uma mulher do século XIX, eram perfeitamente plausíveis e ainda assim, impraticáveis. Isso reflete diretamente no mundo de trabalho e suas respectivas funções dentro dele.

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX

Entretanto, tratar de mulheres negras – principalmente as escravizadas – ainda é procurar uma agulha no palheiro da historiografia. Difícil é achar fontes sobre elas por elas mesmas – diários, registros, entrevistas. Fora das luzes da imprensa, da educação e alfabetização e das luzes da ribalta historiográfica, começamos de um ponto de partida com “evidente desvantagem” (NEPOMUCENO, 2013, p.385).

O trabalho rural e o trabalho urbano e seus impactos na mulher negra

O recorte de gênero é fundamental para entender o trabalho específico da mulher negra escravizada e sua resistência a partir dele – e após ele. A começar, a escrava mulher valia muito menos do que o escravo homem, e essa proporção continuava após a compra pelo senhor. Os grandes fazendeiros demandavam escravos homens jovens e fortes, com idade entre 15 e 25 anos, pela sua maior capacidade em exercer trabalho pesado na lavoura. As escravas, em seu valor de compra, eram 20% mais baratas do que os escravos. (DIAS, 2013, p.362) Cecília Moreira Sales, em seu artigo sobre as ganhadeiras de Salvador, coloca que uma escrava de ganho conseguia pagar ao seu senhor a taxa pelo seu serviço, como lavadeira ou engomadeira, por volta de 240 réis ao dia; já um escravo carregador de cadeiras conseguia pagar em torno de 400 réis. (SALES, 1996, p.58)

O trabalho da mulher negra nas fazendas, embora desprezado, chegava a corresponder metade dos grupos trabalhadores. Apesar de consideradas quase sempre incapazes e mais fracas, as escravizadas faziam o trabalho árduo no campo e na lavoura, muitas vezes com os seus filhos à tira colo. A gravidez não era respeitada, tampouco colocada como condição de cuidado. As escravizadas grávidas trabalhavam de sol a sol, não se livrando de nenhuma forma de castigos e executando os mesmos serviços ou até mais pesados do que antes de engravidar. Maria Odila explicita o assunto, ao contar um caso de uma negra, que, mesmo em estágio avançado da gravidez, foi mandada para o cafezal; sentido muitas dores, ela se retirou para a senzala com o que tinha colhido. No caminho, ocorreu o parto e com o desgaste, ela desmaiou; ao acordar, “os porcos haviam dilacerado a criança”. (DIAS, 2013, p.363). As escravizadas também eram aproveitadas na casa-grande, servindo às sinhás

como cozinheiras, arrumadeiras, mucamas, amas-de-leite para o filho de suas senhoras e futuramente, amas-secas.

De início, os filhos das escravizadas constituíam maior peso e oneravam mais do que comprar uma criança escrava para o trabalho. Logo, os senhores não hesitavam a separar famílias, e as mulheres viam seus filhos serem vendidos e talvez, nunca mais vistos. Entretanto, a visão mudou depois de um tempo; não raro, as escravizadas eram estimuladas ao concubinato com vários homens, a fim de procriarem mais escravos para o seu senhor. Para além disso, o próprio senhor se dispunha sexualmente de suas escravas, o quanto queria e quando queria, e se não o servissem, eram expostas a castigos e humilhações de todas as sortes. O estupro foi responsável por grande parte dos filhos bastardos, mulatos e cafuzos que vinham a servir a fazenda, posteriormente.

Nas grandes propriedades rurais, as escravizadas procuravam, no trabalho, criar uma forma de resistência e até de liberdade, como diz Maria Odila Dias neste trecho:

Boas cozinheiras, engomadeiras e lavadeiras eram requisitadas para prestar serviços na sede da fazenda. As escravas domésticas, as mucamas, eram poupadas dos trabalhos mais pesados da lavoura e podiam andar mais bem-vestidas e limpas. Na casa-grande, usavam roupas no estilo europeu, mas as que iam e vinham, como as lavadeiras e as passadeiras, ousavam manter seus turbantes e saias de bicos, conservando os penteados e os estilos de vestir de suas terras de origem e do seu grupo étnico. Pra as suas festas e batuques, as escravas que serviam à casa-grande conseguiam ostentar acessórios. Amuletos, figas, estrelas de Davi, vestimentas coloridas inacessíveis para a maioria das escravas que trabalhavam na terra (DIAS, 2013, p.375).

Um cenário de fortíssima presença feminina negra era, como não poderia deixar de ser, o ambiente doméstico, tanto nas grandes propriedades rurais, como - e principalmente - no meio urbano. O trabalho de Sandra Lauderdale Graham, intitulado *Proteção e Obediência - criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910* é o mais extenso e completo trabalho sobre o assunto já publicado, o que o faz único para a historiografia, de certa forma. Voltando o olhar para o ambiente privado, a autora coloca as relações serviçais - tanto livres quanto escravas - em um paradoxo de proteção e obediência: as criadas, subservientes, deviam aos

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX seus senhores obediência, trabalho bem feito e atender às suas exigências (inclusive sexuais); em troca, recebiam deles proteção contra o mundo externo, que era considerado “perigoso” a toda e qualquer mulher - inclusive às negras. (GRAHAM, 1992, p.15).

Essa visão, de certa forma, nos dá uma ambiguidade de visão da presença feminina negra no espaço público: de um lado, ela nos traz a ausência de uma perspectiva de que a mulher negra já estava inserida no espaço da rua, sendo inclusive de certa forma pertencente a esse espaço geográfico, em contraste à mulher branca; por outro lado, Graham nos mostra ainda assim a fragilidade destes corpos negros femininos no espaço público, que, visivelmente necessitadas de “proteção”, ainda eram vistos como corpos passíveis de serem tocados, usados e lesados, ou seja, objetificados, a partir do momento em que estando a mulher negra “desprotegida” nesse espaço público, também seu corpo é um corpo público.

No que concerne às ocupações destas criadas, “(...) inclui, em um extremo, as mucamas e amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia.” (GRAHAM, 1992, p.18)

Justamente do meio doméstico é que saiu a maioria das escravizadas que migravam para a cidade; as mais bonitas, com mais jeito, mais “ladinas” (SALES, 1996, p.61), espertas, inquietas e habilidosas conseguiram seu lugar como escravas de ganho na cidade. Era, de fato, um comércio clandestino que não respeitava os preços tabelados pelas autoridades municipais – até certa altura; os ganhadores (escravizados homens) tinham que cumprir exigências formais burocráticas, mas não as ganhadeiras (REIS, 1993, p.8); embora as autoridades sempre tentassem um controle seguro (SALES, 1996, p.65-66).

No meio urbano, as famosas ganhadeiras, escravas de ganho que lucravam vendendo toda a sorte de secos e molhados (REIS, 1993, p.8), como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas ou louças (SALES, 1996, p.59), além de alugarem seus serviços

domésticos de passadeira, arrumadeira ou lavadeira (DIAS, 201, p.376). O ganho tinha características muito peculiares em relação aos outros tipos de escravização; dava muito maior liberdade de trânsito ao trabalhador escravizado, e oferecia uma oportunidade única: acumular seu próprio dinheiro para próprio sustento, ou até mesmo, a compra de sua alforria – desde que a maior parte fosse dedicada ao seu senhor.

As ganhadeiras tinham uma configuração de trabalho muito diferente; vendiam ou alugavam seus próprios serviços, o que as tornava donas, de certa forma, de seu próprio negócio. Representaram, nas grandes cidades, principalmente Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, uma parte fundamental do comércio e circulação do mercado.

Segundo um censo de africanas no ganho na cidade de Salvador, pesquisado por Cecília Moreira Sales, as ganhadeiras no comércio eram a maioria e ganhavam mais do que as escravizadas de ganho que se dedicavam aos serviços domésticos. As “mercadejas”, “quitadeiras”, de “negócios” e de “ganho” eram a maioria no censo. A tarefa de vendeira exigia fôlego para o negócio, a e a todo o tempo se buscavam negras de “grande tino comercial”. Era importante que as escravizadas desempenhassem a função com habilidade em atrair e conquistar a clientela, com a qualidade de seus produtos e preços que agradassem.

O ganho também possibilitava às escravizadas angariarem o sustento de sua própria família e aos poucos, se desvencilharem de seus senhores, mesmo legalmente ainda sob seu domínio; muitas escravas, dependendo da boa vontade de seus donos, não moravam com eles, possuindo assim autonomia residencial. (SALES, 1996, p.59). O pequeno negócio de uma ganhadeira garantia o sustento de seus próprios filhos, sem depender de ninguém, pois muitas vezes, eram sozinhas e chefes de família.

Em Salvador, com o tempo, as ganhadeiras praticamente monopolizaram a distribuição de peixes, carnes, verduras e até contrabandeados, se tornando notavelmente um risco para as autoridades municipais, pela intensa movimentação ao seu entorno,

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX independência e liberdade que conquistaram. Viraram uma figura imprescindível, ao ponto de um viajante relatar que “sem as negras vendeiras das ruas, seria praticamente impossível viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife durante os séculos XVIII e XIX.” (SALES, 1996, p.67). A figura da ganhadeira é tão forte que, até hoje, ainda existe em nosso imaginário o famoso “comércio de tabuleiro”, originário das escravizadas de ganho do setecentos e oitocentos.

Nos é muito caro observar, também, a resistência cultural que as mulheres negras exerciam a partir de seu trabalho - seja ele rural ou urbano. O trabalho de Marcelo Paixão e Flávio Gomes enriquece o estudo das mulheres negras a partir desta ótica, ao destacar que a linguagem e as cantigas, principalmente nas plantações durante o trabalho, era um meio de educação de seus filhos, a manutenção da família e disseminação de sua própria cultura e resistência (GOMES & PAIXÃO, 2008, p.951).

Independentemente do espaço rural ou urbano, a mulher negra sofreu com a presença do trabalho escravo, subjugando-a além do gênero e da raça, ao estigma da escravidão, que impactou e racializou as relações de trabalho patrão-empregada quando em situações de forra e, inclusive, perdurando após a abolição. O tratamento senhorial nas relações de trabalho onde está inserida a mulher negra são resultado de uma estrutura, um fenômeno de longa duração que coloca a trabalhadora em papel diretamente servil à seu patrão, principalmente no que tange aos serviços domésticos.

A mulher negra e o trabalho livre

Ser liberta não eximia as mulheres do ônus de viver em uma sociedade escravista. As forras enfrentavam inúmeros preconceitos, eram acusadas de ‘levar vida airada’, de não ter moral. Eram constantemente abordadas pelas autoridades como se fossem escravas fugidas e algumas chegavam a ser presas várias vezes, amargando processos judiciais para comprovar o seu *status* de liberta. Muitas chegavam a ser raptadas, reescravizadas e revendidas como escravas. (DIAS, 2013, p. 377-378).

A liberdade constituía um sonho doce, porém, de consequências amargas. A dificuldade em se afirmar como mulher livre, muitas vezes, ocorria no interior da própria

família (DIAS, 2013, p.378), com relação aos homens e sua raiva pela liberdade adquirida pelas esposas indo parar na polícia e nas autoridades. O patriarcado mais uma vez, nesse ínterim, cumpre seu papel: embora ligados pela raça, o homem se sobrepõe a mulher no papel social patriarcal, como 'chefe da família'. Tanto que os motivos não paravam por aí: os processos criminais registram que uma vez estando livre, a mulher se negava a fazer sexo com o marido; o marido, vendo-a liberta, proibia-a de circular pela cidade ou negava-lhe o direito ao trabalho. Isso resultava em inúmeras agressões. A cultura machista e patriarcalista fazia com que a mulher casada, muitas vezes, só trocasse de senhor.

De uma forma geral, as libertas trabalhavam, e muito. As ganhadeiras libertas conseguiam lucrar muito mais, pois não precisavam pagar taxas a nenhum senhor. (SALES, 1996, p.58-59). Mulheres trabalhavam como quitandeiras, lavadeiras, costureiras ou taverneiras, e tinham orgulho de sua autonomia financeira. Geralmente eram mulheres independentes, pois tinham conseguido sua própria liberdade com o suor de seu próprio trabalho.

Com o tempo, próximo ao fim do século XIX, as alforrias se ampliaram até as áreas rurais. As roceiras passaram à vendedoras, quitandeiras e chegando à cidade mais facilmente, conseguiam comprar sua própria liberdade. Entretanto, a "suposta honra masculina" permaneceu as mantendo em uma violência e em muitas vezes, cárcere, dentro da própria família, nas mãos dos próprios maridos. (DIAS, 2013, p.378)

Após a abolição, as dificuldades mudaram, mas ainda assim permaneciam. Se inserir na sociedade, num contexto de racismo e embranquecimento (NASCIMENTO, 2016, p.610), era complicado para qualquer negro, mas para a mulher negra, principalmente; além do preconceito de cor, havia o forte sexismo. A situação só piorou quando, em 1890, uma lei proibiu as mães solteiras de criarem seus próprios filhos. (DIAS, 2013, p.379) Logicamente, a quase totalidade das mães solteiras do país eram negras alforriadas. Além de perderem a prole como medida de uma sociedade travestida de um velho novo moralismo, a lei ainda conseguiu, em uma jogada magistral, que as crias das negras fossem demovidas para casas

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX particulares, perpetuando o trabalho escravo.

Sônia Bento, em sua produção, rememora os estudos sociológicos de Florestan Fernandes e Octávio Ianni para analisar a situação gênero-classe dentro dos novos moldes do capitalismo industrial institucionalizado na virada do XIX: “Neste enfoque a mulher negra é vista como sustentáculo da raça uma vez que os homens negros excluídos da nova ordem social por estarem despreparados para assumirem o papel de trabalhadores livres estavam sem condições de manter suas famílias, de modo que à mulher negra restou a responsabilidade pela manutenção material da família.” (BENTO, 1995, p.480).

Mais uma vez, nos é oferecida a visão destas mulheres enquanto pilares da família, em contraponto ao modelo de família branco burguês do capitalismo industrial, onde o homem era a fortaleza de sua família. Davis faz coro com Bento ao reivindicar em sua obra o conceito de *família matrifocal*, mas não de forma pejorativa ou negativa, como quiseram recriar os sociólogos brancos que lera, mas sim revelando que de fato, as relações entre mulheres negras e seus companheiros era muito diversa das expectativas as quais comentamos nas primeiras páginas deste artigo. “Como resultado, ao povo negro supostamente só restava a ‘família matrifocal, que enfatiza a primazia da relação entre a mãe e a criança e apenas laços frágeis com o homem’”(DAVIS, 2016, p.26).

Apesar disso, mulheres negras, livres ou forras, em geral não tinham direito à ter suas vidas privadas - pelo menos, não na visão de seus patrões. Elas deveriam equilibrar suas tentativas matrimoniais (tentativas, sim, muitas vezes, visto que à mulher negra o casamento era um luxo ao qual nem toda poderia se dar), suas experiências de maternidade atribuladas e muitas vezes, roubadas, seus engodos familiares com suas tarefas no mundo do trabalho, pelas quais ela não era julgada como a “rainha” de seu lar ou a “mãe desvelada” de seus filhos, mas como qualquer outra trabalhadora que precisa desempenhar bem suas funções. Entretanto, manter ainda assim a vida particular não deixava de ser, de certa maneira, uma forma de resistência, evidenciada neste trecho de Sandra Lauderdale Graham:

Seria grave erro de interpretação das experiências de vida das criadas

desconsiderar suas vidas privadas. As turbulentas horas de diversão na praça pública, na taverna local ou nos três dias anárquicos do carnaval eram momentos relevantes para configurar uma individualidade entre iguais e longe da presença vigilante e desigual dos patrões. (...) Entremeadas nesses momentos, estavam as preocupações constantes com a família, de tal forma que a vida privada e a pública nunca estavam de todo separadas. As criadas carregavam as ansiedades em relação à gravidez, parto, doença, filhos, companheiros e maridos, para dentro de seus locais de trabalho, advertência insistente para os patrões de que as criadas eram na verdade pessoas com vidas completas, vidas essas parcialmente vividas fora de sua jurisdição (GRAHAM, 1992, p.104).

Conclusões

É delituoso, até para com a justificativa social deste presente artigo, não apontar as similaridades e impactos de nosso objeto de estudo ainda nos dias atuais. Utilizando-nos do trabalho de Paixão e Gomes, Sônia Bento e Sueli Carneiro, é primordial que analisemos as permanências da situação gênero-raça-classe nos mundos do trabalho atuais. Como nos elucida Paixão e Gomes, “Ligar passado e presente numa radical linha direta – tão-somente cronológica ou evolutiva – é sempre perigoso.” (PAIXÃO & GOMES, 2008, p.955). Para tanto, é necessário analisar as tensões sociais e políticas que nos levam a essa afirmação.

De acordo com Bento, que baseou seu trabalho em cruzamento de dados estatísticos com entrevistas pontuais,

O lugar da mulher negra no trabalho está demarcado no imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos. E o gueto da subalternização e da realização de atividades manuais. Nos serviços domésticos por exemplo, as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas (325% contra 12,7%) e em atividades tais como serventes cozinheiras e lavadeiras / passadeiras o percentual para negras é o dobro do das brancas (16% contra 7,6%)” (BENTO, 1995, p.487).

Ainda permanece, como podemos perceber, a manutenção da ideia de que a mulher negra é a serviçal, a que desempenha as funções do lar e a que recebe a menor remuneração. Dentro dos cargos de chefia, ela não figura. Mas, ainda segundo a autora, essa

Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX é uma questão pertencente ao âmbito raça-classe, sendo o gênero apenas um realce dessa marginalização.

No que concerne ao gênero, Carneiro se posiciona de maneira assertiva ao dizer que

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2011, p.2).

A mulher negra continuou a sofrer golpes no trabalho livre; alguns golpes que sofre até hoje. É inútil analisar a história social do trabalho negro no Brasil de forma homogênea: as negras, além de contribuírem particularmente – e substancialmente – para a economia de subsistência do país, constituíram verdadeiro exemplar de fibra e braço forte. Menores salários e muito mais desvalorização eram só o início de uma batalha constantemente lutada em dois *fronts*: a cor e o gênero. Os dois, aliados, construíram uma figura trabalhadora forte, que resistiu à todos os contratemplos, e circulando entre o doméstico e o público, entre a doméstica e a feirante, e mantém durante séculos importante papel na economia do Brasil.

Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida. “A mulher negra no mercado de trabalho”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis. Nº 2, 1995.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.”. *Geledés*, 06/03/2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 30/04/2019

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. - 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. “Resistir e sobreviver”. In PEDRO, Joana M.; PINSKY, Carla B. *Nova História das Mulheres no Brasil*. – 1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e Obediência - criadas e seus patrões no século XIX (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Proj. História*, São Paulo (16) fev, 1998.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à história social do Trabalho no Brasil". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NEPOMUCENO, Bebel. "Protagonismo ignorado." In PEDRO, Joana M.; PINSKY, Carla B. *Nova História das Mulheres no Brasil*. – 1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

PAIXÃO, Marcelo GOMES, Flavio. "Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação." *Revista Estudos Feministas*, vol.16 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2008

PRIORE, Mary Del. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

RAGO, Margareth. "A mulher na historiografia brasileira". In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, João José. "A greve negra de 1857 na Bahia". *Revista USP*, n. 18, 1993, p. 8-29.

SOARES, Cecília Moreira. "As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX.". In *AFRO-ÁSIA*, Nº 17, pp. 57-71; Centro de Estudos Afro-Orientais, Bahia, Salvador: EUFBA, 1996.

As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015)

Eleonora Beatriz Ramina Apolinário *

Giulia Aniceski Manfredini **

Mariana Mehl Gralak ***

Mayume Christine Minatogawa ****

Thaís Cattani Perroni *****

Resumo: O início da história da luta por direitos da comunidade LGBT, por vezes, é atribuído às manifestações contra a invasão do bar *Stonewall Inn*, no episódio que ficou conhecido como “rebelião de Stonewall”. O presente artigo objetiva pensar como se deu a construção da memória sobre o movimento de Stonewall ocorrido na cidade Nova Iorque, em 1969. Além disso, buscamos analisar de que maneira a experiência LGBT estadunidense é representada no cinema. Dessa forma, abordamos o contexto dos Estados Unidos da época, bem como o

* Graduada do Curso História Bacharel e Licenciatura, pela Universidade Federal do Paraná. Possui experiência em história do cinema. E-mail: eleonora.beatriz97@gmail.com.

** Graduada do Curso História Bacharel e Licenciatura pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do PIBID História - I, até o fim do mesmo programa em 2018. Estagiária de História no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, no Ministério Público do Paraná. Possui experiência em gênero e história contemporânea. E-mail: giu.aniceski@gmail.com.

*** Graduada do curso História Bacharel e Licenciatura pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do PET História UFPR. Possui experiência em história contemporânea e história dos Estados Unidos. E-mail: marigralak@gmail.com.

**** Graduada do Curso História Bacharel e Licenciatura, pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do PET história UFPR. Possui experiência em história antiga, história contemporânea e estudos de gênero. E-mail: m.minatogawa1@gmail.com.

***** Graduada do Curso História Bacharel e Licenciatura, pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do PET história UFPR. Possui experiência em história contemporânea e história da educação. E-mail: thais302cattani@gmail.com.

Eleonora Beatriz Ramina Apolinário; Giulia Aniceski Manfredini; Mariana Mehl Gralak;
Mayume Christine Minatogawa; Thaís Cattani Perroni

que foram os protestos de Stonewall e seu impacto para a comunidade LGBT. A questão da memória foi pensada a partir de fontes audiovisuais, com dois longa-metragens, “Stonewall - A Luta pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015), que tiveram diferentes recepções pelo público. Abordamos como esses dois filmes, apesar de tratarem do mesmo ocorrido, possuem narrativas e leituras diferentes sobre a rebelião de Stonewall.

Palavras-chave: Stonewall; História e cinema; Memória; Movimentos Sociais.

Introdução

O movimento de Stonewall, que aconteceu nos Estados Unidos em junho de 1969, é tido como um marco para a comunidade LGBT¹ ocidental, principalmente no que diz respeito à resistência e luta pelos direitos dessas pessoas. Considerando a importância dos acontecimentos em Nova Iorque, que tiveram *Greenwich Village* como palco, não tardaram a surgir memórias em diversas mídias sobre Stonewall, incluindo o cinema. Elegemos duas destas, “Stonewall - A Luta pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015), para demonstrar como trabalhar com esse tipo de fonte permite entrar em contato com discursos diferentes daqueles trazidos pelos documentos considerados tradicionais. As fontes audiovisuais, e particularmente o cinema, são produtos culturais que abrem um campo vasto em relação às tipologias de fontes a que os historiadores recorrem para a compreensão de um período, de uma sociedade ou da memória sobre um acontecimento.

Como afirma Michèle Lagny (2009, p. 106), “o cinema desempenha um papel ainda

¹ O termo LGBT foi cunhado e passou a ser utilizado nos Estados Unidos a partir do ano de 1988. Para o presente trabalho, porém, o utilizaremos por considerarmos que termos como “gays”, “lésbicas” e outros utilizados no período em questão não abarcam a pluralidade de sexualidades e identidades de gênero dos indivíduos que participaram e foram afetados pelos fatos dos quais trataremos.

As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015) mais essencial que acontece, dele próprio se encarregar de traduzir para a ficção aquilo que a memória oficial procurou ocultar”, mas, como qualquer tipo de fonte, o cinema possui suas limitações. Não se entende a produção fílmica como um retrato da realidade, tanto em relação à documentários como à ficção. Toda imagem possui uma intenção, consciente ou casual², que está demonstrada na tomada de decisão da direção do enquadramento da câmera, do que é filmado, do que está no primeiro plano, da sequência das cenas. Um filme é, portanto, uma representação e o interesse de pesquisa está menos na medição da realidade da narrativa visual e mais “sobre a percepção que dela temos, ou que queremos ou podemos lhes dar, em um momento preciso, datado e localizado” (LAGNY, 2009, p. 102). Essa questão aponta para outra preocupação metodológica: o reconhecimento dos filmes também como produtos históricos que podem reproduzir ou desmistificar discursos.

Estados Unidos na década de 1960

A década de 1960 nos Estados Unidos foi marcada pela erupção e expansão da vida pública, de forma que as relações de poder que anteriormente eram consideradas pertencentes à esfera privada da sociedade, passaram a ser contestadas e definidas como problemas políticos que deveriam ser abordados pelo Estado (FARBER, 1994, p. 3). O mundo moderno, que buscava se definir a partir de uma univocidade, torna-se então um caleidoscópio múltiplo de encontros entre culturas, contra culturas, gêneros, estilos de vida, etnias, sexualidades, e outros fatores, deixando de ser delineado apenas por classes sociais demarcadas pela infraestrutura econômica (GROPPO, 2000, p. 12).

Por conta de suas origens puritanas, as leis dos Estados Unidos tradicionalmente oprimiram aqueles que se engajavam em relações que não fossem heterossexuais. Com o crescimento da extrema direita após a Segunda Guerra Mundial, caracterizada pelo anticomunismo e pela exigência de uma “harmonização total da sociedade”, leis voltadas à

² Para mais informações, consultar FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**Eleonora Beatriz Ramina Apolinário; Giulia Aniceski Manfredini; Mariana Mehl Gralak;
Mayume Christine Minatogawa; Thaís Cattani Perroni**

punição da população LGBT se tornaram cada vez mais severas (CARTER, 2005, p. 23). No final da década de 1960, relações consideradas homossexuais eram ilegais em todos os estados norte-americanos, com exceção de Illinois, e demissões e despejos por conta da sexualidade dos indivíduos eram ações legais.

No campo medicinal, o “homossexualismo” era considerado uma doença, e os indivíduos LGBTs eram dirigidos a tratamentos psiquiátricos intensivos, com eletrochoque, castração e lobotomia (BAUSUM, 2015, p. 14). De acordo com o pesquisador David Carter, o homossexual era visto como um degenerado que, não se contentando em sê-lo individualmente, buscava corromper demais vítimas, geralmente mais novas. Ou seja, além de vista como doença, a homossexualidade julgada sob este aspecto era posta próxima de delitos como vício em drogas, roubo, sadismo e mesmo assassinato (CARTER, 2005, p.23). Ser homossexual na sociedade estadunidense de 1960 era deixar de lado a moralidade. Este quadro denuncia uma contradição da década que mais abrigou revoluções e movimentos sociais ao redor do mundo: enquanto o palco central dos movimentos sociais demonstrava uma rápida mudança política e social em prol da liberdade, a comunidade gay experimentava o recrudescimento da homofobia sistêmica.

Nesse período, também, a cidade de Nova Iorque crescia em termos populacionais, e muitos indivíduos LGBT transferiram-se para a cidade em busca de oportunidades e de encontros com outros como eles (NELSON, 2015, p. 5). Apesar de sofrerem abusos físicos, psicológicos e emocionais, a população LGBT da cidade de Nova Iorque conseguia se reunir nos bares e baladas gays. Tais estabelecimentos, principalmente aqueles localizados em *Greenwich Village*, sofriam ataques da polícia e um desses bares, o *Stonewall Inn*, foi atacado em junho de 1969, gerando uma série de manifestações.

Stonewall

O cenário que relegou a população LGBT à marginalidade incitou a procura por

As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015) brechas para que seus membros tivessem seus direitos assegurados, incluindo o lazer – o que em um contexto de tamanha repressão era também um ato de resistência. Em *Greenwich Village* foi fundado, em 1967 o *Stonewall Inn*, comandado por Fat Tony, filho de um chefe da máfia, que se tornou reconhecido como um templo da homossexualidade (CARTER, 2005, p. 98). Na década de 60, clubes destinados à comunidade gay funcionavam sob a fachada de um “*bottle club*”, para evitar as batidas policiais e facilitar o seu funcionamento, pois seria um clube privado. A proximidade com a máfia e os bares gays é explicada pelo conhecimento amplo de como burlar as regras, que permitia à comunidade gay gozar de espaços próprios.

A polícia de Nova Iorque, liderada pelo Inspetor Seymour Pine, quebrou as “regras de boa convivência” ao fazer visitas ao *Stonewall Inn* fora dos horários e dias negociados com a máfia, que pagava propina aos policiais que faziam a ronda na região. No dia 28 de junho de 1969, Pine tentou fechar o bar sob a alegação que não havia a licença para vender bebidas alcoólicas, tido como crime pelas Leis Alcoólicas Estaduais³. Entretanto, Ann Bausum (2015, p. 33-34) afirma que a motivação era outra: não tendo como provar que o bar era o centro de um esquema de chantagem do crime organizado, Pine encontrou nas Leis Alcoólicas Estaduais o respaldo que necessitava. O estabelecimento foi invadido, e os demais clientes foram separados daqueles que faziam parte da equipe de funcionários e das travestis. Com esse ato, a polícia começou a enfrentar resistência. Ao liberarem gradativamente os presentes, estes foram compondo uma multidão em frente ao *Stonewall Inn*, que foi apoiada por aqueles que estavam na rua e simpatizaram com a revolta que tomava conta da comunidade.

O ódio pela polícia já era sentimento cultivado pela população LGBT. Por isso, a primeira hostilidade da noite incitou ainda mais a multidão: um policial empurrou uma das travestis quando a colocava no carro da polícia, que reagiu batendo com sua bolsa na face do policial. O ápice do confronto foi quando uma das poucas lésbicas presentes no bar foi

³ State Liquor Law.

**Eleonora Beatriz Ramina Apolinário; Giulia Aniceski Manfredini; Mariana Mehl Gralak;
Mayume Christine Minatogawa; Thaís Cattani Perroni**

agredida quando resistiu à prisão, o que inflamou a multidão. Em decorrência, Pine e sua equipe refugiaram-se dentro do bar enquanto os rebeldes atiravam moedas, xingamentos e coquetéis molotov no estabelecimento. Cerca de 13 pessoas foram presas na noite que deu início ao Movimento Gay nos Estados Unidos.

Na noite seguinte a multidão voltou ao local, e sob as bandeiras do *"Gay Power"*⁴ e *"Equality for Homosexuals"*⁵, deu início a um protesto com cerca de 2 mil pessoas e cerca de 300 policiais. Mesmo sob repressão, *"Christopher Street belongs to the Queens!"*⁶ era entoado a plenos pulmões pela comunidade cansada dos ataques à própria vida. Os protestos ocorreram durante toda a semana, se tornando mais inflamados próximo ao dia 2 de julho devido à chegada de grupos políticos de esquerda, apoiadores da "libertação" da população LGBT, que davam suporte à causa. Estes últimos protestos foram mais violentos, com conflitos físicos e depredação de patrimônio.

A *Mattachine Society*, organização que surgiu na década de 1950 e era composta por parte da comunidade gay, organizou a *"March on Stonewall"*⁷ em julho de 1969. Desta iniciativa nasceu a Frente de Libertação Gay⁸, com premissas de libertar os homossexuais da opressão e concretizar os direitos humanos para os homossexuais. Em novembro, a Aliança dos Ativistas Gays⁹ foi formada com o mesmo intento. Um ano depois dos protestos, foi feita uma marcha de Orgulho Gay, que comemorou tanto os protestos, quanto as conquistas. De acordo com Tiffany Nelson (2015), a Frente de Libertação Gay e a Aliança dos Ativistas Gays foram um sucesso porque além de unir diversos homossexuais e pessoas que apoiavam a

⁴ Tradução livre: "Poder Gay".

⁵ Tradução livre: "Igualdade para homossexuais".

⁶ Tradução livre: *"Christopher Street pertence às Queens!"*.

⁷ Tradução livre: "Marcha em Stonewall".

⁸ Tradução livre: Gay Liberation Front.

⁹ Tradução livre: Gay Activists Alliance.

As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - "Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar" (1995) e "Stonewall: Onde o Orgulho Começou" (2015) causa, também buscaram unir grupos ao redor do país em torno de um mesmo propósito.

A representação fílmica

"Stonewall - A Luta pelo Direito de Amar", lançado em 26 de dezembro de 1995, é um filme inglês, baseado no livro "Stonewall", do historiador Martin Duberman, e dirigido por Nigel Finch. A maioria dos produtores e roteiristas de "Stonewall", como Rikki Beadle Blair e Christine Vachon, são profissionais membros da comunidade LGBT e engajados na luta por seus direitos.

O filme, que é uma mescla de documentário e ficção, narra a história de Matty Dean, um homem homossexual de aparência heteronormativa que chega em Nova Iorque e conhece La Miranda, uma travesti que o leva para visitar o bar *Stonewall Inn*, cujo dono era um mafioso que pagava a polícia para que menos batidas fossem feitas em seu estabelecimento. Em "Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar", logo em sua primeira visita ao bar, que é retratado com um público majoritariamente de travestis e *Drag Queens*, Matty presencia uma batida policial, reage, e é preso junto com La Miranda. O evento encenado de maneira estudada retrata o cotidiano do funcionamento dos clubes destinados à comunidade gay - "*bottle clubs*" - qual seja: a aproximação com a máfia, conhecida por saber "burlar" o sistema. *Stonewall Inn* é um exemplo muito grifado desse sistema na década de 60, representado no filme.

Ao longo do filme vemos a evolução do relacionamento amoroso de Matty e La Miranda, ao mesmo tempo em que Dean se envolve com o grupo político *Mattachine Society*, formado por membros da comunidade LGBT que lutavam por seus direitos e integração por meio de protestos e panfletagem. Esse grupo, porém, tinha um posicionamento pacifista, pregava um código de vestimenta heteronormativo que deveria ser seguido por seus membros para que fossem aceitos pela sociedade heterossexual. Além disso, o grupo anunciava que a homossexualidade seria uma doença, de forma a ganhar a simpatia da sociedade. Assim, passam a haver conflitos entre Matty Dean e La Miranda, pois o fato de a

**Eleonora Beatriz Ramina Apolinário; Giulia Aniceski Manfredini; Mariana Mehl Gralak;
Mayume Christine Minatogawa; Thaís Cattani Perroni**

travesti se vestir com roupas femininas e preferir ser chamada por pronomes femininos era algo reprovado pelo grupo. Pode-se pensar que as duas personagens principais do filme representam dois polos distintos da população LGBT: enquanto Matty Dean representa uma parcela que procura se inserir na sociedade buscando a aceitação da mesma, de acordo com as normas sociais já estabelecidas; por sua vez, a personagem de La Miranda representa um setor que tinha como objetivo subverter os padrões comportamentais. A estética das personagens corrobora para essa interpretação, o que é evidenciado inclusive no vestuário, na maquiagem e nas decorações utilizadas na produção fílmica.

O longa-metragem “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” lançado em 2015 e dirigido por Roland Emmerich conta a mesma narrativa do filme de 1995, com personagens muito semelhantes. Nessa versão os protagonistas são Danny (Jeremy Irvine), um jovem vindo de Indiana para estudar na Universidade de Columbia, e Ray (Jonny Beauchamp), um rapaz de aparência andrógina. Danny se envolve com o grupo de protagonistas no filme, formado por homossexuais predominantemente brancos, à exceção da drag queen negra que representa Marsha P. Johnson (representação que é mencionado apenas nos créditos do filme) e de Cong. Posteriormente, Danny também se envolve com a *Mattachine Society*.

O filme em questão foca bastante na prostituição, condição a qual grande parte da comunidade LGBT estava sujeita na época e se contrapõe com a *Mattachine Society*, que não era tão marginalizada. Esse assunto chama atenção, pois mostra a vulnerabilidade e a marginalidade com as quais esse grupo tinha que lidar no período. Porém, em comparação, o filme mais antigo não atribui ênfase a essa questão, que é apenas mencionada de forma bastante breve. Ambos os filmes são finalizados retratando a violenta batida policial do dia 28 de junho de 1969.

A produção de 1995 traz também outras questões do dia a dia da população LGBT nos Estados Unidos em relação com a medicina e a psicologia, principalmente quando La Miranda é chamada a se apresentar ao exército: ao apresentar-se montada com roupas femininas e

As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015) maquiagem, é direcionada para uma avaliação psicológica. Nesse momento, a personagem conta seus traumas com psicólogos e psiquiatras, afirmando que aos onze anos de idade havia sido analisada por médicos que queriam que ela recebesse tratamentos com choques elétricos. Esses fatores são ausentes no filme de 2015, que apresenta a questão médica apenas em seu início com a apresentação de um vídeo a respeito do “perigo” dos homossexuais aos alunos da escola de Danny.

Pode-se perceber, também, o desaparecimento das personagens negras e latinas no filme mais recente, que são representadas apenas em papéis secundários, enquanto que em “Stonewall - A Luta pelo Direito de Amar”, a personagem principal é latina (La Miranda), e outra personagem de destaque é Bostonia, uma travesti negra. Além do apagamento de indivíduos negros e latinos percebido no filme mais recente, personagens transexuais não aparecem.

Outras personagens que foram marginalizadas - ou até mesmo apagadas - foram as lésbicas. Em “Stonewall: Onde o orgulho começou”, pode-se notar a presença - fora a de figurantes - de apenas uma mulher lésbica durante toda a trama. Essa atriz, Joanne Vannicola, branca, interpreta o papel da lésbica negra Stormé DeLarverie, que segundo relatos teria dado início à rebelião de Stonewall¹⁰. A ausência de personagens femininas é percebida também no filme de 1995, em que não há sequer um papel influente de uma mulher lésbica. Percebe-se o apagamento desse grupo de pessoas no imaginário cinematográfico sobre o movimento de Stonewall, o que pode levar o público a pensar que a rebelião que aconteceu em 1969 não teve a participação de mulheres homossexuais, o que não é verídico, como explicita o excerto sobre o que foi Stonewall. Além disso, apagar tais personagens no filme - ou agentes históricas na realidade - demonstra uma espécie de silenciamento do espaço conquistado pelas lésbicas, que possuem um local político e social no qual podem declarar e

¹⁰ *Stormé DeLarverie*: a lésbica negra que deu início à rebelião de Stonewall. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2017/06/storme-delarverie-lesbica-negra-que-deu-inicio-a-rebeliao-de-Stonewall.html>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

Eleonora Beatriz Ramina Apolinário; Giulia Aniceski Manfredini; Mariana Mehl Gralak;
Mayume Christine Minatogawa; Thaís Cattani Perroni

celebrar a identidade, como aponta Michael Bronski (NELSON, 2015, p. 19).

É possível notar o caráter comercial do filme de Emmerich, voltado para o grande público. As personagens são ressignificadas e tornam-se, em sua maioria, homens e homossexuais, invisibilizando outras identidades, bem como o papel das mulheres nas revoltas e sua presença histórica no geral. Além disso, o diretor procura desenvolver a história de Danny saindo de sua casa até Columbia, na qual a Revolta de Stonewall não passa de um pano de fundo para seu crescimento pessoal. O *whitewashing*¹¹ se torna incontestável quando Danny retira o tijolo da mão de Cong (Vlad Alexis), personagem negra, e atira na janela de *Stonewall Inn*, dando “início” à revolta. Assim, a partir das análises, é possível afirmar que Roland Emmerich escolheu atribuir protagonismo a personagens fictícios ao invés de representar as personagens reais e responsáveis pelo acontecimento histórico.

Considerações finais

A partir da análise destes dois filmes sobre Stonewall pode-se perceber que embora tratem, de modo geral, do mesmo acontecimento, a escolha narrativa e estética de cada um é responsável por apresentar duas produções notavelmente distintas. O filme de 1995 mistura a técnica de documentários com ficção, trazendo personagens esteticamente menos heteronormativas, em relação ao filme de 2015, que, como já citado, foi criticado pelo *whitewashing*¹² em suas representações. Pode-se analisar essa diferenciação a partir de Lagny, quando afirma que a produção cinematográfica

na maior parte do tempo, trata-se de um produto cultural do tipo industrial, qualquer que seja o valor de certas obras. Podemos assim nos perguntar qual

¹¹ Whitewashing é uma prática comum no meio cinematográfico que consiste em contratar atores brancos para representar personagens que historicamente não eram brancos. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Whitewashing_in_film> Acesso em: 23 nov. 2018.

¹² Conferir em: *Stonewall sparks boycott row after claims film 'whitewashes' gay struggle*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2015/aug/07/stonewall-boycott-claims-roland-emmerich-film-gay-whitewash-sylvia-rivera-marsha-p-johnson>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969) - “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015)

valor representativo real podemos atribuir a um filme: em que medida os apetites de poder, os fantasmas ou os medos de alguns não promovem uma “mentalidade” ou “representações dominantes” partilhadas por autores, mesmo se os filmes conseguem sucesso? (2009, p. 104)

Nessa perspectiva, primeiramente pode-se perceber que apesar de tratar de um evento subversivo, o filme de 2015 apresenta fortes traços de uma estética normativa. O ponto principal é a aparência do protagonista, um bonito jovem branco, que diverge totalmente de La Miranda, um dos protagonistas do filme de 1995, que prefere que utilizem pronomes de tratamento femininos em referência a si, se veste com roupas consideradas “não masculinas” segundo o padrão e é de aparente origem hispânica.

Com isso, os filmes são encarados como fatores da discussão acerca da memória sobre o evento. Se por um lado Stonewall foi um marco da luta dos direitos LGBT nos Estados Unidos e sua celebração é importante, por outro, o evento balizou as experiências LGBT não apenas neste país, mas internacionalmente. A esse respeito, Martin F. Manalansan IV, no artigo *“In the shadows of Stonewall”*, apresenta o ponto de vista de gays filipinos imigrantes nos Estados Unidos para demonstrar que as questões de identidade gay pautadas pela celebração de Stonewall não são representativas de todas as experiências numa dinâmica internacional como uma produção da imprensa e de organizações LGBT internacionalistas poderiam pressupor. Segundo o autor, muitas questões centrais para a comunidade LGBT estadunidense não são representativas para as pessoas à margem desse “centro” (MANALANSAN IV, 1995). O que pode ser notado na experiência brasileira também¹³.

Esse exemplo denota a complexidade em que a construção de uma memória sobre o evento está inserida, pois o seu lugar privilegiado na memória dentro da comunidade LGBT, e

¹³ Ver mais em: OLIVEIRA, Luana Farias. *Quem tem medo de sapatão?* Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017. p. 06-19.; JORNAL LAMPIÃO. Rio de Janeiro, ano 1, n.12, mai. 1979; PET HISTÓRIA UFPR. 4º resultado preliminar de pesquisa. *Stonewall e o movimento LGBT brasileiro*. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1iCUCFy3imUJqiUp350tlzKnBraHpy410/view>>. Acesso em: 26/04/2019.

Eleonora Beatriz Ramina Apolinário; Giulia Aniceski Manfredini; Mariana Mehl Gralak;
Mayume Christine Minatogawa; Thaís Cattani Perroni

esta mesma enquanto uma unidade transnacional, é problematizado. Assim, os filmes analisados são, como demonstramos ao longo do trabalho, fontes de uma produção cultural dessa memória, e, como afirma Lagny (2009, p. 105) acerca do cinema, “fazem aparecer a complexidade das representações nas quais se embaraçam tentativas de sedução ou de enquadramento ideológico”.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D.'Assunção. Cinema e história—as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. *Ler História*, n. 52, p. 127-159, 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2547>>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- BAUSUM, Ann. *Stonewall: Breaking Out in the Fight for Gay Rights*. New York: Penguin Group, 2015
- CARTER, David. *Stonewall: the riots that sparked the gay revolution*. New York: St. Martin's Press, 2005.
- FARBER, David (org). *The Sixties: From Memory to History*, org. FARBER, David. Chapel Hill e London: The University of North Carolina Press, 1994.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GROPPO, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. p. 12. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280786>>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. In: FEIGELSON, Kristian; FRESSATO, Soleni Biscouto; NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra (Org.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. EDUFBA, 2009.
- MANALANSAN IV, Martin F. In the shadows of Stonewall: Examining gay transnational politics and the diasporic dilemma. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 2, n. 4, p. 425-438, 1995.
- NELSON, Tiffany Renee. *A Movement on the Verge: The Spark of Stonewall*. MAD-RUSH Undergraduate Research Conference, 2015.

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira¹

Giulia Bortoliero Coli Badini *

Resumo: Joel Rufino dos Santos escreveu uma série de cartas destinadas ao seu filho Nelson enquanto esteve encarcerado pelo regime militar brasileiro entre 1972 e 1974. Foi de dentro do Presídio do Hipódromo que Joel – pai, carioca, historiador, negro e militante – buscou, através de correspondências repletas de sentimentos, cores, lembranças, sonhos e histórias, manter contato e estar presente na vida do filho, numa tentativa de superar a distância e a ausência impostas. Por outro lado, as cartas também revelam as experiências traumáticas vividas no cárcere, de maneira que em certos momentos o tom otimista dá lugar à angústia causada não apenas pela separação já mencionada, mas também pela experiência da tortura e pela incerteza em relação ao seu futuro. O conjunto de correspondências contribui assim para a consolidação de uma memória tanto individual quanto coletiva sobre a ditadura militar brasileira, uma vez que é fruto das impressões particulares de Joel Rufino dos Santos acerca do momento vivido, e estas, por sua vez, certamente se associavam às dos indivíduos que direta ou indiretamente também sofreram com a repressão. Há ainda outra importante dimensão nas correspondências escritas pelo preso político: a da resistência. Através delas, é possível reconhecer a trajetória de luta de Joel Rufino dos Santos enquanto intelectual e militante negro e da esquerda armada, contra o regime militar brasileiro dentro e fora do cárcere.

* Graduação em História em andamento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: giulia.badini@usp.br

¹ Agradeço à Professora Doutora Antonia Terra de Calazans Fernandes, que me guiou na pesquisa de Iniciação Científica da qual este artigo é resultado. Agradeço também aos membros do grupo de estudos do Laboratório de Ensino e Livro Didático (LEMAD-USP), pelo apoio e pelas críticas construtivas

Palavras-chave: Cartas; Ditadura Militar Brasileira; Memória; Resistência.

Introdução

Joel Rufino dos Santos nasceu no ano de 1941 no subúrbio do Rio de Janeiro, em Cascadura. Filho de Antônio Rufino, operário, funcionário do antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, sindicalista e membro do Partido Comunista Brasileiro, e da pernambucana Felicidade Flora dos Santos, semialfabetizada e evangélica. Teve uma infância marcada pelo futebol, pelo samba e pelos livros, como ele mesmo diz em entrevista ao Instituto de Estudos Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas:

“Sempre me interessei por poucas coisas, futebol, livros, samba, e minha infância foi isso. Jogava bola o dia inteiro. Se alguém me chamasse: ‘Ah, vai lá em casa!’, perguntava: ‘Tem bola lá?’. Uma obsessão por futebol que se manteve por toda a vida. Uma paixão, digamos assim. As brincadeiras de criança, eu pouco fiz. Meu negócio era bola, dormia com ela. E samba, que minha mãe, como crente, não deixava, mas aí tinha aquele negócio de dar a volta, né?! Ir a escola de samba sem ela saber, sair no bloco sem ela saber... E livros. Desde menino, compensei muita coisa por meio.” (SANTOS, 2000: 21)

Ingressou no curso de História da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil após ter lido a obra *Introdução à Revolução Brasileira*, escrita por Nelson Werneck Sodré, a qual, segundo Joel Rufino, teria mudado sua vida “porque eu amava Literatura e o livro do Sodré, pela primeira vez, conectava a Literatura com a evolução geral do país” (SANTOS, 2010: 22). Na Faculdade teve contato com o mestre Nelson Werneck, que o convidou para ser seu assistente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o que lhe proporcionou uma série de oportunidades, dentre elas a de participar da produção da coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil*, censurada pelo regime militar.

Neste período, Joel Rufino dos Santos já se tornara um alvo da ditadura militar, e sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro e o engajamento em projetos como a coleção de livros didáticos contribuíram para que seus passos fossem seguidos de perto pelos mecanismos de repressão. Além disso, ainda que nessa época não fosse filiado a nenhum

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira dos movimentos negros que se consolidavam – o que ocorreria apenas no final da década de 1970, quando se juntou ao Movimento Negro Unificado –, Joel Rufino dos Santos compartilhava de seus discursos de afirmação de uma identidade e consciência negra. Assim, reafirmava a educação que recebera em casa quando relembra o seguinte ensinamento de sua mãe, que se passou nos tempos de colégio:

“Dessa época (talvez de um pouco antes) me veio uma lição anti-racista tácita de minha mãe. Ela não deixava, a mim e a meus irmãos, sairmos sujos ou rasgados de casa. Cheirava nossos sovacos, inspecionava roupa e sapato: - A única diferença entre vocês e os colegas é se estiverem sujos e rasgados.” (SANTOS, 2008: 128)

Com a instauração da ditadura militar no Brasil no ano de 1964, Joel Rufino dos Santos foi expulso da Faculdade e perseguido, o que resultou no seu exílio, assim como no de outros envolvidos no projeto *História Nova do Brasil*, sob a acusação de subverterem a ordem. Sua carreira acadêmica foi interrompida e perdeu o nascimento de seu filho Nelson – que recebeu esse nome em homenagem ao grande mestre de Joel, Nelson Werneck Sodré –, quando estava no seu exílio na Bolívia e no Chile. Além do sentimento de que a luta não podia acabar, o nascimento do filho foi decisivo para que Joel retornasse ao Brasil, mesmo com os riscos que sua militância envolvia.

Ao voltar, passou por alguns Inquéritos Policiais Militares (IPMs), aparato repressivo instituído pelo regime, e foi preso pela primeira vez. Mudou-se para São Paulo em 1967 em busca de emprego, tendo como objetivo consolidar sua família e fugir das perseguições sofridas no Rio de Janeiro. Foi na capital paulista que criou uma identidade fictícia para poder lecionar História em cursinhos pré-vestibular.

No entanto, foi o apoio de Joel Rufino à Aliança Libertadora Nacional (ALN) que resultou no seu período mais longo de prisão. Assim, em São Paulo, Joel passou por uma série de prisões, como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna), Dops (Departamento de Ordem Política e Social), Presídio Tiradentes e pelo Presídio do Hipódromo.

Foi no Presídio do Hipódromo que Joel Rufino esteve por mais tempo, entre 1972 e 1974. Desse cárcere escreveu cartas para seu filho Nelson, que se consolidaram enquanto memórias e mecanismos de resistência à ditadura militar brasileira.

Memórias individuais e coletivas

As cartas escritas por Joel ao seu filho Nelson apresentam um conjunto de memórias, ora individuais, ora coletivas. A emergência de lembranças determina os rumos da interlocução, e o conteúdo exposto nas cartas é fundamental não somente para a consolidação de memórias pessoais de Joel sobre o tempo em que passou na prisão, mas torna-se também material para a constituição de uma memória sobre o período do regime militar brasileiro.

Nesse sentido é possível retornar às cartas de Joel e observar que, pelo fato de serem constituídas por memórias, consolidam as identidades do remetente enquanto militante, pai, negro e historiador. Além disso, afirmam Joel Rufino dos Santos enquanto preso político, ao passo que evocam a memória do trauma, resultante das sessões de tortura às quais foi submetido antes de ser preso, do cárcere e da separação de familiares e amigos e da cidade do Rio de Janeiro. São memórias individuais de tom otimista, que se alternam com a tensão do momento vivido pelo remetente e a posição de desvantagem nas relações de poder, dado o contexto de derrota da luta armada.

A grande questão é a de quais memórias são evocadas por Joel, o porquê deste recordar constante, por exemplo, da cidade do Rio de Janeiro e de acontecimentos de sua infância. Sigmund Freud aponta o caráter seletivo da memória: não só nos lembramos das coisas de forma parcial, como também as memórias são evocadas a partir de estímulos externos, de maneira que escolhemos nossas lembranças. Assim, a memória, ao estar presente na formulação da subjetividade humana, adquire uma dimensão social e cultural. Neste caso, Freud, ao relacionar memória e subjetividade, aponta a memória não como o simples armazenamento de experiências disponíveis para serem retomadas a qualquer

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira momento, mas a memória enquanto inventiva, sendo assim capaz de instituir novos sentidos com base em materiais provenientes da experiência. (IBERTIS, 2005:16)

A partir das considerações freudianas sobre a memória, é possível perceber que as lembranças evocadas por Joel estão profundamente relacionadas à situação à qual ele estava submetido. As memórias não foram revisitadas ao acaso; o encarceramento, as incertezas relativas à sua liberdade e à distância de sua família e de seu local de origem foram preponderantes para a recordação de determinadas lembranças. A situação criativa relaciona-se ao fato de que Joel, por estar encarcerado, busca na consolidação de certas memórias o estabelecimento de um mecanismo de sobrevivência e pertencimento.

É fundamental no debate sobre memória a questão dos testemunhos, uma vez que reforça, completa ou enfraquece o que sabemos de um evento. Maurice Halbwachs desenvolve a ideia de que o fenômeno da recordação e da localização das lembranças não pode ser percebido se dissociado do contexto social, uma vez que este serve de base para a reconstituição da memória (HALBWACHS, 2006: 29). Assim, as lembranças individuais permanecem em certo sentido coletivas, tendo em vista que podem ser evocadas por outros, uma vez que nunca estamos sós, mesmo que os outros não estejam fisicamente presentes (HALBWACHS, 2006: 31).

Existência viva e ativa do passado, a memória coletiva se modifica continuamente. Halbwachs aponta que a recordação é em grande medida uma reconstrução do passado com o auxílio de dados recolhidos do presente, e que, conseqüentemente, a memória nunca será uma restituição idêntica do passado, mas sim uma reconstrução continuamente reiniciada do passado, em função do presente (GROPPO, 2002: 191-192)

Dessa maneira, tomando em consideração este aspecto da memória, é possível pensar nas lembranças evocadas por Joel não somente como consequência do contexto no qual ele estava inserido, como sugere Halbwachs, mas também como uma tentativa de se afirmar enquanto indivíduo. Assim, nas cartas, o remetente se volta constantemente para sua

infância e para momentos vividos no Rio de Janeiro, como apontam as seguintes passagens:

“Me lembrei que quando era menino, da sua idade, eu ouvia estórias da minha vó Maria. Quando você nasceu ela já tinha morrido, de forma que você não a conheceu. Era uma avó muito boa, mas muito misteriosa.

De noitinha, ela sentava numa cadeira de balanço. As crianças sentavam em volta, no chão. Ela então contava mil estórias. Só não contava estórias de assombração, pois ela própria tinha medo de coisas do outro mundo.” (SANTOS, 2000: 65)

“[...] E, dentro do Rio de Janeiro, sabe quais lugares que eu mais gosto? de Petrópolis, com sua calma, seu vento, seu céu bem alto, e, até, seus cemitérios.

de Botafogo, com suas montanhas azuis.

de Madureira, com seu povo na rua, pra lá e pra cá.

de Muriqui, com sua cachoeira de água fria, seu trem de madeira. E até seus mosquitos.” (SANTOS, 2000: 33)

Além disso, as lembranças de Joel Rufino se constituem também como um elemento importante na tentativa de estabelecer relações concretas com o filho e familiares. As recordações pessoais do autor são estimuladas pelo vínculo que busca estabelecer com seu filho, daí os constantes relatos sobre os momentos vividos ao lado da criança, como os seguintes trechos:

“Outro dia me veio uma ideia interessante: será que Nelsinho está satisfeito com o nome que demos a ele? Eu acho que deve estar, pois Nelson, é um belo nome, nome de herói, e, além disso, parece música: Nelson.

[...]

Quando você nasceu, alguém sugeriu de botar o nome de Rinsal (Rinsal foi um guerrilheiro espanhol que venceu muitos combates na guerra da Espanha). Eu fui logo contra. Quando você crescesse os outros meninos iam chamar você de Sonrisal, Já pensou?” (SANTOS, 2000: 71)

Testemunho do regime militar – a memória do trauma

As cartas escritas por Joel são constituídas não apenas pelas lembranças, histórias contadas e pelos desenhos feitos pelo remetente, mas também pelos traumas causados cárcere. Assim, a memória de Joel Rufino dos Santos torna-se coletiva ao que reflete a experiência coletiva de luta e resistência, marcada pelo trauma dos mecanismos de repressão

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira instituídos de maneira sistemática pelo Estado.

Não se pode perder de vista que o remetente era um preso político, encarcerado em função de ter sido militante da Aliança Libertadora Nacional, que naquele momento, com a morte do líder Carlos Marighella, entrara numa fase de desagregação. Dessa maneira, foi interrogado, submetido às sessões de tortura e por fim ao encarceramento, que resultaram numa experiência traumatizante e por isso dificilmente superada, mesmo após anos terem se passado, como diz Joel Rufino dos Santos:

“Tenho dificuldade em escrever sobre a prisão. Dúvidas enormes, medo de fantasmas, vergonha da autopiedade. *Memórias do cárcere* é um gênero esquivo. O sujeito conta vacilações, interjeições covardes, pedidos de clemência? Mostra apenas o lado forte, episódios em que honrou o povo, sofrimentos surdos nas mãos dos torturadores. A tortura, para quem a sofreu, é talvez inenarrável. Voltará em sonhos anos a fio, sem a dor, só o medo. Chuveiros elétricos lhe lembrarão a *maricota*, a maquininha de choque. Choro de criança, uma inscrição a canivete na porta da salinha de interrogatório: ‘Aqui é onde chora e filho não atende.’” (SANTOS, : 76)

Retomando as cartas escritas por Joel Rufino dos Santos, como aponta Rosana de Mont'alverne Neto, é importante levar em consideração a situação social na qual os discursos foram construídos. Segundo a autora, “trata-se de cartas escritas na prisão e, enquanto tais, trazem as marcas de enunciações de indivíduos em estado de privação de liberdade e possuidores de forte estigma social.” (NETO, 2009: 91). Surgem então as angústias de Joel Rufino em relação ao futuro, a ansiedade ao aguardar a decisão do juiz sobre sua soltura e momentos de tristeza, ao ser privado de estar ao lado de sua família. As seguintes passagens são algumas das que constituem uma memória do trauma:

“Há 4 dias estou pensando em escrever para vocês. Uma saudade forte e repentina de vocês dois mas, sempre, na hora de pegar a caneta – as canetas de todas as cores que Nelson me deu – desanimo. É que está chegando a hora de eu ir embora e quanto mais perto chega, mais eu só penso em ir.
[...]

A qualquer momento pode chegar o funcionário aqui, gritar: 'Seu Joel, pegue suas coisas...'" (SANTOS, 2000: 113)

"O sábado é o melhor dia, para todos nós. Pois é o dia em que recebemos visitas. Depois que as visitas vão embora, e a gente, sobe, cada um se enfia no seu mocó (se lembra o que é mocó? É cama). Cada um se enfia no seu mocó e fica muito quietinho relembando a cara das suas visitas. Então, de tarde, é aquele silêncio (ouve-se até o vôo de um mosquito)." (SANTOS, 2000: 51)

Há ainda outro importante aspecto sobre as cartas escritas por Joel que deve ser levado em consideração, que é o da configuração destas como um rico testemunho sobre o regime, dando voz não apenas àqueles que sofreram diretamente com o sistema opressor do regime, mas também àqueles que sofreram indiretamente, como seus familiares. Retomar as memórias de Joel conservadas nas cartas destinadas ao seu filho significa apreender as memórias de diversos atores explanadas por um único indivíduo, que influenciado por estas produz e reproduz suas próprias. Joel teve sua vida alterada em função do cárcere da mesma maneira que seu filho e muitos familiares também a tiveram. Essa memória coletiva é afirmada através, por exemplo, das passagens nas quais Joel Rufino dos Santos discorre sobre as viagens feitas pelo filho e por seus familiares com o objetivo de visitá-lo e sobre o dia do encontro, como as seguintes:

"Sua visita foi muito boa. Depois que você foi embora, eu continuei a pensar em você. Você almoçou bem? Gostou do almoço da Marly? Viajou direito, na volta? Gostou do cinto que eu fiz; e do colar, que os amigos fizeram?" (SANTOS, 2000: 51)

"Sábado que vem é dia 7. Parece que Lícia e Lília vêm me visitar. Telefone para elas e – se você estiver com vontade de vir – combine pra vir também. Eu estou esperando o meu filho adorado. Abraços em Dedé e em todos os nossos amigos." (SANTOS, 2000: 75)

A memória afirmada também se torna coletiva na medida em que as cartas abordam não somente a relação do indivíduo Joel com aqueles que sofreram indiretamente com o cárcere, seu filho e seus familiares, mas também daqueles presos com quem conviveu. Em dados momentos, as cartas escritas por Joel Rufino dos Santos apontam situações vividas de

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira maneira coletiva, como a relação entre os presos e o espaço físico da prisão e a maneira como estabelecem a convivência uns com os outros. Joel não aponta apenas suas dificuldades enfrentadas pela distância imposta de familiares, amigos e da vida fora da prisão, escreve também sobre aquelas enfrentadas pelos colegas de cárcere.

Gênero textual *carta pessoal*

O primeiro aspecto a ser levado em consideração com relação à utilização por Joel do gênero carta textual por Joel é justamente o fato de ele através de certos mecanismos específicos do gênero, permitir a consolidação do relacionamento interpessoal e afetivo entre locutor e interlocutor distantes entre si fisicamente. Para essa análise foi fundamental o trabalho de Jane Quintiliano Guimarães Silva intitulado *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*.

O gênero *carta pessoal ou familiar*, assim como tantos outros, é uma forma de produção da linguagem, que é concebida socialmente para responder às necessidades comunicativas de uma sociedade, estando portanto sempre situadas num contexto bastante específico. Além disso, é fundamental notar a constituição de redes comunicativas através da troca de cartas, de maneira que “a cada carta enviada e a cada carta recebida, vão-se formando pequenos elos de uma rede comunicativa, fundada entre os correspondentes, vinculada socialmente a uma rede comunicativa gigantesca e complexa” (SILVA, 2002: 63). Dessa maneira, afirma-se que este gênero está inserido numa situação comunicativa mediada pelas interações sociais e pelo saber-fazer coletivo.

No evento comunicativo das cartas pessoais, os próprios interlocutores explanam, discursiva e enunciativamente, os lugares sociais de onde falam. Isso ocorre, por exemplo, quando Joel inicia suas cartas com a saudação “Nelson, querido do papai” (SANTOS, 2000: 23) e despede-se como “O teu pai que gosta muito, muito de você” (SANTOS, 2000: 111). Além disso, através dessas expressões, é esclarecida a relação que está sendo estabelecida, nesse caso um relacionamento próximo, íntimo e pessoal. Existe uma série de pistas linguísticas

que, do ponto de vista funcional, podem ser interpretadas como estratégias interativas, utilizadas pelo produtor com a finalidade de envolver seu locutor e consolidar o evento comunicativo. Daí as recorrentes perguntas feitas por Joel ao seu filho, que englobam o questionamento sobre o bem-estar do garoto, as recordações dos momentos vividos em conjunto e acontecimentos dentro e fora do presídio, e a utilização de recursos visuais.

É importante também notar que há nas cartas uma alternância de papéis comunicativos – o indivíduo é ora remetente, ora interlocutor –, base de uma interação que permite o diálogo e conseqüentemente a construção de sentido, sem que os participantes percam seus papéis sociais, como o de pai e filho, também afirmados ao longo da interação.

Ainda numa análise acerca da estrutura participativa do gênero carta pessoal, é possível que a interação não ocorra exclusivamente entre um único remetente e um único interlocutor, de modo que, assim como uma carta pode ser escrita a várias mãos pode também estar dirigida a vários remetentes. As cartas escritas por Joel, embora destinadas ao seu filho Nelson, são um mecanismo através do qual ele busca se comunicar com outras pessoas, Dedé, como se refere Joel à mãe de seu filho, torna-se uma importante interlocutora, como na carta escrita por Joel datada de 22 de outubro de 1973, na qual diz:

“Agora, um recado para Dedé,

Eu compreendi bem a sua resposta sobre as cartas dele pra mim. Você tem toda razão: isso não pode, de jeito algum, tornar-se castigo (você sempre psicóloga...). Está certo. O que me preocupava, não era tanto ele não escrever; era mais não saber notícias do comportamento dele (aqueles problemas...). Estas notícias não precisam (e talvez nem possam) ser dadas por ele próprio, mas por você (indireta ou diretamente). Compreendeu, também a minha opinião? Desculpe, Dedé, se demonstrei, nos insistentes apelos, alguma ansiedade. Isto é assim mesmo.

Penso em você, às vezes. Tomara que você se sinta um pouco feliz, com a sua vida (ela nunca é “muito” feliz para ninguém, não acha? Sêneca achava melhor não ter nascido; eu acho que se a desgraça de nascer aconteceu, é melhor fazer todo esforço pela alegria, a particular como a geral).

Do amigo Joel.” (SANTOS, 2000,; 85)

O fato de Joel, pai, carioca, negro, militante e historiador, estar escrevendo para seu

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira

filho de dentro da prisão e o motivo pelo qual foi preso condicionam o rumo da interlocução e o conteúdo que está sendo colocado em pauta pelo remetente. Assim, a realidade na qual locutor e interlocutor estão inseridos determina os rumos não somente do conteúdo a ser tratado nas cartas, mas das vidas dos próprios participantes do evento comunicativo, visto que permite que estes percebam seus papéis, suas capacidades, desenvolvam novas habilidades e novos interesses. É a partir dessa interlocução que Joel dá continuidade ao seu papel de militante, mas também se afirma historiador, pai de um garoto de oito anos e se descobre escritor para um público infantil.

A abordagem a respeito do espaço se torna essencial, uma vez que contextualiza as cartas escritas por Joel Rufino dos Santos e suas memórias e permite a compreensão do cotidiano e do controle sobre as ações dos indivíduos, pensando neste caso a partir da perspectiva do encarceramento. Dessa maneira, é fundamental a apreensão de como o remetente lida com o “novo” lugar no qual está inserido e o que significou essa mudança, permitindo assim, a partir das cartas, compreender as apropriações deste “novo” espaço num processo de reconstituição das identidades. Pensar sobre o lugar significa estabelecer conexões afetivas, subjetivas e objetivas acerca da relação entre o indivíduo e o espaço no passado e no presente.

A incorporação do presídio nas cartas se dá em função deste ser o “novo” espaço ocupado pelo remetente, algo que não ocorreu voluntariamente e, por isso, será determinante na relação que o preso Joel irá estabelecer com o cárcere. Uma vez que o espaço determina a identidade de um indivíduo e vice-versa, é perfeitamente compreensível a tentativa de Joel de modificar a prisão visando à aproximação com seu mundo e à afirmação de sua identidade, embora esta tenha passado a incorporar novas características. Joel não perde de vista em momento algum que está escrevendo para uma criança e que por isso há sempre uma cautela sobre quais lugares e quais memórias irá abordar, e principalmente sobre qual imagem do presídio irá transmitir.

A própria relação que Joel estabelece com sua cela dá indícios de como o espaço e sua

composição estão repletos de significados associados à sua identidade, daí a tentativa do preso de constituir um espaço com referências familiares, para que, mesmo encarcerado, encontre uma maneira de sentir-se perto de sua família e parte de uma sociedade. Apesar disso, este “novo” espaço nunca será igual ao antigo, uma vez que apresenta outra organização física e composição material que não podem ser modificadas pelo preso; ao mesmo tempo em que tenta reconstituir sua identidade, incorpora novas informações a ela.

Além disso, é importante compreender a relação estabelecida entre o espaço – a prisão – e o cotidiano nele, uma vez que ela dá indícios da influência do lugar nas ações dos presos políticos e na configuração de mecanismos de sobrevivência e resistência. O cotidiano nos presídios passa a ser concebido como a expressão de uma fantasia construída pelos presos, que criavam uma espécie de bolha de ficção no meio de uma realidade adversa, mas que não os impedia de sonhar, expor suas histórias e seus desejos. Joel em vários momentos tenta normalizar sua rotina dentro do presídio, estabelecendo um diálogo com o mundo fora dele. O futebol, por exemplo, torna-se fundamental, faz parte do cotidiano, como apontam os seguintes trechos:

“Amanhã é dia de jogar futebol. Nós, aqui, jogamos bola 3 vezes na semana: 3ª feira, 4ª feira e 6ª feira. O nosso campo é no terraço, como você pode ver nesse desenho.

[...]

Por falar em futebol, você tem acompanhado a Seleção do Brasil? Viu o gol do nosso Jairzinho contra a Rússia?” (SANTOS, 2000: 21)

Além disso, um dos aspectos relevantes sobre a constituição desse cotidiano é o de como se estabelecia a comunicação dentro e com o mundo fora do presídio e o que isso significava para a sobrevivência dos encarcerados. Os relatos indicam a constituição de redes de sociabilidade entre os presos, permitindo o contato e a comunicação uns com os outros em determinados momentos, como no preparo das refeições, nas partidas de futebol e na confecção de artesanato. As cartas escritas por Joel Rufino dos Santos permitem também a comunicação do preso com o mundo fora da prisão e apontam outros meios pelos quais

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira conseguiram estabelecer tal contato, tais como rádio, televisão e as visitas.

No entanto, as correspondências eram um mecanismo especial, uma vez que, através delas, os presos conseguiam romper o isolamento imposto pelo cárcere. Consolidavam-se assim como um estímulo para os encarcerados continuarem a luta, e como um mecanismo de sobrevivência, através do qual os indivíduos podiam desenvolver sua imaginação e criatividade.

A trajetória de resistência de Joel Rufino dos Santos

As cartas escritas por Joel Rufino dos Santos, além de apontarem para a consolidação de uma memória – individual e coletiva – sobre o período e dos mecanismos de sobrevivência e resistência, permitem a compreensão do sistema repressivo instituído pela ditadura militar, quem eram os alvos e os motivos pelos quais deveriam ser combatidos.

Analisar o conjunto de cartas escrito por Joel Rufino dos Santos durante o período em que esteve encarcerado significa pensar sobre o papel da intelectualidade neste período e a consequente perseguição ao grupo a ele associado. Significa pensar também sobre o papel da coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil*, da qual Joel Rufino foi um dos autores, tendo em vista que foi censurada e decisiva para o encarceramento de seus autores. Pensar sobre a perseguição à intelectualidade significa, então, pensar sobre o discurso dos golpistas e os objetivos que buscavam alcançar para o Brasil.

José Luís Sanfelice, doutor em Educação e professor titular em História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, expõe em seu artigo *O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais* as posições definidas e tomadas pelos golpistas frente às universidades, transparecendo a relação destes com a intelectualidade. O ponto central do discurso era a afirmação da necessidade de defender a nação brasileira diante da influência comunista, daí a existência de políticas reformistas voltadas para as universidades. Determina-se pelos ditadores, como papel principal da universidade, preparar os indivíduos de alto nível cultural, tornando-os capazes de impulsionar o desenvolvimento do país e

formar a consciência democrática das novas gerações.

Joel Rufino dos Santos tornou-se alvo da repressão por ter direta relação direta com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Entre 1959 e 1964, momento de grande radicalização no Brasil, o ISEB passou a se engajar na luta política e social da época e foi por isso que, após o golpe de 31 de março de 1964, junto da UNE, foi uma das primeiras instituições a ser extintas pelo regime. A destruição de sua sede e de todo seu acervo foi acompanhada da censura dos materiais produzidos no instituto e perseguição de seus autores. É nesse quadro que o regime censura a coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil*, sobre o qual Joel Rufino dos Santos faz menção em entrevista concedida ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas:

“A História Nova é de 1963. Eu estava com 22 para 23 anos. Participava de um grupo liderado pelo Werneck Sodré no Iseb. Éramos jovens assistentes, mas tínhamos um mentor de peso, um mestre. O Rubem Cesar Fernandes [coordenador do Iser/VivaRio] também participava, foi convidado a integrar a equipe do Sodré.

A História Nova era dirigida a professores, não era dirigida diretamente a alunos. Tinha um papel paradidático, dizíamos que era a reforma de base na História. [...] Depois do golpe, com a apreensão da obra, nossa prisão, inquérito, etc., a Editora Brasiliense, de Caio Graco, reeditou alguns volumes da História Nova, que também foram apreendidos, mas isso já em 67.” (SANTOS, 2010: 24)

A censura da coleção *História Nova do Brasil* refletiu um dos mecanismos encontrados pela ditadura civil-militar de combate aos seus inimigos: o Ministério da Educação, agora direcionado a difundir a ideia do golpe enquanto “revolução”, passando a combater os inimigos instituídos pelo AI-1. A censura também refletiu o papel importante dos livros didáticos como objetos de leituras múltiplas, como aponta Joel Rufino dos Santos,

“uma percepção que a sociedade brasileira faz de si, uma concepção irreal, mas que sustenta o ser brasileiro, o fato de alguém se considerar brasileiro. Eu quero dizer com isso uma coisa óbvia: que os manuais didáticos são simples condutores de ideologia. É claro que neles, também, se produz alguma coisa, neles também, se gera alguma coisa que vai realimentar as concepções gerais do Brasil, mas são fundamentalmente transmissoras de ideologias, assim como um museu também é, assim como os discursos dos políticos de centro,

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira
de esquerda, ou de direita, também o são.” (SANTOS, 1987: 99)

Em função de sua complexidade, cada indivíduo percebe esse objeto de uma maneira, tem um olhar único sobre ele, dependendo do lugar que ocupa na sociedade, do momento da vida e do contexto educativo. As diferentes memórias e percepções dos livros didáticos objeto de pesquisa de Antonia Terra de Calazans Fernandes, professora doutora de História da Universidade de São Paulo, e foram abordadas no texto *Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas*. O foco da pesquisa não era, segundo a autora, o livro em si ou seu conteúdo, mas consistia justamente na ampliação da compreensão do papel histórico e social dos livros didáticos.

A resistência de Joel Rufino dos Santos tomou outros rumos no seu retorno do exílio, quando se juntou à Aliança Libertadora Nacional, experiência que resultou em sua prisão e foi assim lembrada:

“Colaborava modestamente com a luta armada, um pouco por ‘imperativo categórico, um pouco por desespero - aquele desespero que Geraldo Moretton chamava de pequeno-burguês -, um pouco por inércia, um pouco porque tinha relações de amizade com ‘facções grandes’ da organização e não queria passar por covarde. Quase nada, como se vê, por convicção. Não me arrependo, como tanta gente. Talvez em nenhum processo de luta revolucionária a racionalidade domine. A razão indicava recuo durante a ditadura, comunistas antigos estavam certos: o nível político das massas e o amadorismo militar da vanguarda eram insuficientes para iniciara luta armada. Por motivos irracionais, difíceis de atinar, alguém *tinha*, contudo, de lutar.” (SANTOS, 2008:74-75)

Pode-se dizer que o imperativo pela resistência fez parte da vida de Joel Rufino dos Santos, que não a deixou sequer no período em que esteve encarcerado. Assim relata na primeira carta escrita ao filho no período do cárcere no Hipódromo:

“Quando eu voltei, tive uma surpresa. Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz. Por exemplo: eu dei algumas aulas sobre

coisas que o nosso governo não gosta; contei algumas histórias que o nosso governo não gosta que se conte; e, finalmente, escrevi alguns livros que o nosso governo também não gostou. Aí, o governo me pediu que esclarecesse todas essas coisas. [...]

Eu acho que tenho razão. As aulas que eu dei, as histórias que eu contei e as coisas que eu escrevi nos meus livros e nos jornais – eu acho que são coisas certas. O governo não acha. O juiz é quem vai decidir.” (SANTOS, 2000: 9)

O Movimento Negro

Pensar nas cartas escritas por Joel Rufino dos Santos enquanto memória e resistência à ditadura militar brasileira é pensar também na consolidação da identidade do remetente enquanto negro e seu envolvimento e engajamento nos movimentos negros, que ganhavam força na década de 1970 e se constituíam como um dos agentes da resistência no país.

É importante salientar que os movimentos negros não surgem nesse momento da história brasileira, o surgimento remonta a um passado de negros e negras desde o período da escravidão que consolidaram de inúmeros mecanismos de resistência. No entanto, ocorria na década de 1970 o fortalecimento e crescente organização dos movimentos negros, e concomitantemente surgiam importantes trabalhos que buscavam questionar o mito da democracia racial que pairava no país. Na obra *O negro no mundo dos brancos* de Florestan Fernandes, publicada em 1972, o autor busca investigar, a partir da questão da desigualdade e da discriminação, a premissa da ausência de problemas raciais no Brasil. Segundo o autor, a não existência de conflitos explícitos não deveria ser interpretada através do mito das três raças proposto por Gilberto Freyre na década de 1930, pelo contrário, a própria ausência destes seria reflexo de problemas existentes e não superados em nossa sociedade.

Uma das mais importantes denúncias feitas por Florestan Fernandes é relativa às desigualdades e ao sistema pautado nas diferenças vigentes no Brasil e foi incorporada pelos movimentos negros, visto que o autor busca desmontar um mito nacional e encorajar a população negra a tomar um papel ativo na construção de seu destino. É neste momento que

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira

surge o Movimento Negro Unificado, em 7 de julho de 1978, ao qual Joel Rufino dos Santos aderiu após o cárcere, reafirmando sua militância iniciada no período em que esteve preso pela ditadura militar brasileira.

Segundo Joel Rufino dos Santos, em entrevista concedida ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, foi no ambiente da prisão que passou a pensar efetivamente sobre a questão negra e sobre as tensões envolvidas, de maneira que, influenciado por essa, engajou-se em alguns movimentos, como o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra e o Movimento Negro Unificado, como aponta o seguinte trecho da entrevista:

“Na prisão, tive uma experiência interessante, que foi de pertencer a um coletivo de presos políticos em que eu era o único negro durante a maior parte do tempo. E vivendo em um presídio onde a maioria esmagadora dos presos comuns era negra. Essa tensão foi me impulsionando, me estimulando a pensar na questão do negro. Nesse momento, o movimento negro estava crescendo, se fosse em outro momento, seria diferente, mas o movimento negro está exatamente tomando pique no começo dos anos 70. [...] Essas experiências com os presos negros foram me estimulando e, como eu disse, o movimento negro estava também no pique. Aí, ao sair da prisão, em 75, comecei a participar de alguns movimentos. Tinha aqui no Rio o IPCN [Instituto de Pesquisas da Cultura Negra], o MNU [Movimento Negro Unificado], que foi fundado em 1978.” (SANTOS, 2010: 28)

A luta dos negros brasileiros passou a se configurar em dois campos distintos, o cultural e o político, que não estiveram dissociados, uma vez que ambos buscavam valorizar o negro dentro da cultura brasileira, abrindo caminho para o estabelecimento de um espaço próprio. A afirmação e o fortalecimento dos movimentos negros se deram em grande medida através de um importante mecanismo de afirmação de uma identidade própria.

Nas cartas escritas por Joel Rufino dos Santos há uma reconstrução da identidade negra, abordada de forma a sensibilizar seu filho, uma criança de oito , para que tomasse consciência de sua existência enquanto negro e brasileiro. A retomada de valores de matrizes africanas – como aqueles relativos à religião – e a recuperação e ressignificação de negros

protagonistas na história brasileira são caminhos encontrados pelo remetente na tentativa de estabelecer referências para sua própria existência enquanto negro agente em sua própria história. No conjunto de cartas, mostra-se fundamental a abordagem feita por Joel Rufino sobre Zumbi dos Palmares, figura central também para os movimentos negros, sejam eles de viés político ou cultural.

Há, pelos movimentos negros, uma preocupação em construir uma identidade afro-brasileira positiva, ativa e orgulhosa, levando-os a procurar na história brasileira personagens que contribuam para a construção dessa imagem, que desconstruam a associação estabelecida entre o negro e a noção de passividade. É a figura de Zumbi dos Palmares que tanto Joel Rufino dos Santos quanto os vários movimentos negros vão conceber como a do grande herói negro que se tornou símbolo da resistência, da luta negra.

Joel Rufino dos Santos constrói a imagem de Zumbi dos Palmares como um importante líder que, pelas atitudes heroicas, permanece vivo no imaginário de negros e negras até a atualidade. A mesma perspectiva é abordada nas publicações feitas pelo Movimento Negro Unificado, como apontam as seguintes passagens das cartas escritas por Joel Rufino dos Santos e das produções textuais que se definem como negras:

“O chefe dos escravos se chamava ZUMBI

Zumbi perguntou o que o governador queria. O governador leu um papel. Perguntando a Zumbi se ele queria fazer as pazes. A guerra acabava; os negros não seriam mais atacados. Em compensação, os negros não roubariam mais escravos.

Zumbi aceitará esta paz? É o que veremos no próximo capítulo!

Mil beijos no Nelson querido,

Joel” (SANTOS, 2000: 45)

Sobre o embate contra o paulista caçador de índios Domingos Jorge Velho, no qual o filho de Zumbi foi morto:

“A cabeça de Ganga Zumba ele (Domingos Jorge Velho) levou espetada num pau.

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira

- Isto é para os escravos verem que Ganga não é imortal. Ra, ra, ra.
E Zumbi? Zumbi não se rendeu. Ele preferiu atirar-se de uma rocha bem alta.
- Prefiro a morte à escravidão! (foram suas últimas palavras)" (SANTOS, 2000: 61)

"Eu sou descendente de Zumbi
Zumbi é meu pai, é meu guia
Eu trago quilombolas e vozes bravias dentro de mim
Eu trago os duros punhos cerrados
Cerrados como rochas
Floridos como jardins." (ASSUMPÇÃO, Carlos. Cadernos Negros, n. 9, p. 129.
Apud SOUZA, F. Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 148, In: KOSSLING, 2007.)

Joel Rufino estava inserido num contexto em que as resistências se configuravam através da tomada de uma consciência negra: nas décadas de 1960 e 1970, ganhavam novas proporções as lutas dos povos africanos contra suas metrópoles, a luta contra o *apartheid* racial na África do Sul e a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis. Surgem também expressões, como *Black is beautiful* (Negro é lindo), que se tornam lemas das lutas raciais compartilhados pelos movimentos de países distintos. É nesse ambiente que, após o cárcere, Joel Rufino dos Santos se junta ao Movimento Negro Unificado, movimento extremamente politizado e com forte influência marxista, fundado em 1978 – em meio ao movimento pela Anistia –, e que tinha propostas bastante ousadas. Dentre elas, destacam-se: a defesa de que os presos comuns negros fossem considerados presos políticos e portanto anistiados – tendo como objetivo provocar a reflexão que associava o envolvimento de negros e pardos em atividades criminosas à falta de oportunidades reais depois de séculos de escravidão –, a organização do movimento visando dar apoio a candidatos em futuras eleições parlamentares, a realização de uma reforma agrária radical, e a defesa da sindicalização dos trabalhadores e da reforma geral do ensino. Além disso, o MNU atuou através de denúncias contra a violência policial e o desemprego e apoiou as lutas das mulheres negras, que sofriam uma dupla criminalização pelo fato de serem negras e mulheres numa sociedade racista e machista.

Dessa maneira, é possível constatar que Joel Rufino dos Santos esteve profundamente ligado às lutas raciais que se consolidavam nas décadas de 1960 e 1970. A busca pela afirmação de uma identidade que transpusesse uma identidade carregada de um passado de negação da tradição africana, escravocrata e que colocava o negro como um instrumento de trabalho se associa à aproximação do historiador com movimentos como o MNU, que carregava em sua origem ligações com partidos e grupos marxistas, como o Partido Comunista Brasileiro, ao qual Joel Rufino foi filiado.

O envolvimento de Joel Rufino dos Santos com as causas e os movimentos negros, ditarão sua militância após o cárcere, que resultou na publicação de uma série de obras, em grande parte dedicadas ao público infanto-juvenil, através das quais busca afirmar a identidade negra e a consciência de ser negro. Pode-se pensar que Joel Rufino dos Santos define sua militância em torno da causa negra após o cárcere, mas, por outro lado, é possível afirmar que os caminhos de sua militância começaram a ser traçados ainda na prisão, nas cartas destinadas ao seu filho Nelson.

Considerações finais

As cartas escritas por Joel Rufino dos Santos ao seu filho Nelson durante seu cárcere no Presídio do Hipódromo se constituem como importantes indícios do momento vivido pelo remetente e por aqueles com quem conviveu, seja indiretamente através das correspondências ou diretamente no cotidiano da prisão.

Pode-se concluir que as correspondências fornecem um material bastante rico para a consolidação de uma memória sobre o regime militar brasileiro. Memória que não é exclusiva de um único indivíduo, mas que se torna coletiva ao registrar os traumas vividos pelo remetente e por tantos outros que sofreram com as perseguições, o exílio, as sessões de tortura e a prisão, instrumentos de repressão instituídos pelo Estado.

As cartas se constituíram como mecanismo fundamental para a manutenção da relação de Joel com seu filho e seus familiares, aproximando-o do mundo fora da prisão e

Cartas para Nelson: resistência e memória da ditadura militar brasileira garantindo assim uma maneira de tornar possível sua sobrevivência e a superação das adversidades impostas pelo cárcere. Dessa forma, Joel Rufino dos Santos encontrou nas cartas um meio para dar continuidade à sua trajetória de resistência, marcada pelo engajamento na produção da coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil* e na esquerda armada, junto da Aliança Libertadora Nacional. A resistência surge, por exemplo, na decisão de escrever as cartas, nas interferências feitas no espaço físico da prisão – de maneira a torná-lo o mais familiar possível – e na constituição de redes de sociabilidade com os outros presos, alguns também políticos, algo que permitiu o estabelecimento de contato entre eles e o compartilhamento da vida no cárcere.

Através das correspondências, o remetente afirma suas identidades, tornando possível a compreensão do diálogo estabelecido com as pautas dos movimentos negros na década de 1970. Joel Rufino dos Santos busca nas correspondências construir referenciais para sua afirmação enquanto negro, desconstruindo visões consolidadas que reproduziam as várias formas de racismo e as ambiguidades criadas pela sociedade recém-egressa da escravidão. Tendo em vista que escreve para o filho, se constata que há uma preocupação de Joel em despertar na criança a consciência de sua identidade, repetindo assim os ensinamentos de sua mãe.

A sensibilidade, o carinho, o amor e a saudade contidos nas correspondências apresentam o Joel Rufino dos Santos pai, amante de literatura, saudoso de tempos antigos e consciente de sua identidade, o que dá aos leitores a dimensão de quem era Joel, humanizando assim sua figura. O remetente emerge como um indivíduo comprometido com a resistência, mas também passível de sonhos, medos, saudades e angústias.

Fonte:

SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Referências bibliográficas:

- FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Uma obra didática e suas diferentes versões. *Revista de História*, n. 176, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- GROPPO, Bruno. Las Políticas de la Memoria. *Sociohistórica*, n. 11-12, p. 187-198, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- IBERTIS, Carlota. *As tramas de Mnemosine: a memória nos primórdios da teoria freudiana*. Tese (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- NETO, Rosana de Mont'alverne. *Correspondência do cárcere: um estudo sobre a linguagem de prisioneiros*. Tese (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.
- SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. *Caderno Cedes*, vol. 28, n. 76, set./dez. 2008.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Entrevista concedida ao IBASE. *Democracia Viva*, n.44, 2010.
- _____, *Assim foi (se me parece)*. Rio de Janeiro, Rocco: 2008.
- SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae¹

Giovanni Pando Bueno²

Resumo: Este artigo se propõe a fazer uma análise comparativa entre dois distintos edifícios erguidos no Campo de Marte durante o período de Augusto, *Princeps* de Roma entre o final do século I a.C. e início do I d.C.. O primeiro desses edifícios é seu mausoléu, datado próximo do ano de 28 a.C., enquanto o segundo corresponde ao templo dedicado à paz augustana, conhecido como Ara Pacis Augustae, dedicado em 9 a.C.. A partir de uma abordagem topográfica e flertando com as recentes teorias da imagem, consideraremos a visualidade como portadora de uma agência social específica que compreende a iconografia presente nesses prédios (juntamente com o próprio edifício em sua totalidade, tomado aqui como uma imagem em si) como agentes forjadores de dois projetos políticos diferentes: o primeiro mais ligado à crise republicana e o segundo à consolidação do Principado. Na chave da análise iconográfica, veremos como as diferenças entre essas duas concepções de monumentalidade puderam corroborar para a transformação política guiada por Augusto na virada do milênio.

Palavras-chave: iconografia, imagem, monumentalidade, Principado de Augusto, Roma.

1. Introdução

A transição do sistema republicano para o Principado – transfigurado algumas décadas depois em Império – na virada do século I a.C. para o I d.C., em Roma, foi um processo complexo em várias instâncias. Uma delas, segundo Paul Zanker, foram as mudanças que se deram na visualidade da *Urbs* atestadas em inúmeros meios imagéticos, como moedas,

¹ Este artigo foi resultado de uma pesquisa intitulada “Visualidade e Poder: a atuação das imagens na construção política do Principado de Augusto”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio de uma bolsa de iniciação científica, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Rede, professor de História Antiga da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: giovanni.pando.bueno@gmail.com.

camafeus e estátuas: toda essa cultura material, grosso modo, que durante o auge da República era portadora de uma simbologia coletiva a qual reforçava os laços públicos e a cidadania, passou no momento da crise republicana a servir como aporte para o engrandecimento pessoal de determinados líderes e veículo de disputa de poder entre grandes famílias (ZANKER, 2008, pp. 27 – 39). O mesmo fenômeno se deu com a monumentalidade, cujas transformações alteraram significativamente a organização do espaço urbano de Roma, como veremos a seguir.

Na verdade, Roma já não era a mesma cidade desde o final do século III e início do II a.C.. A partir das Guerras Púnicas, a capital do império deixou paulatinamente de ser aquela pequena cidade com influência etrusca para se tornar o centro hegemônico do pulsante mundo mediterrâneo, o que levou a um processo crescente de mudanças no tocante às estruturas econômicas, militares, políticas e imperiais de seu Estado. Embora o Lácio não estivesse isolado do mundo helênico até então, foi no final da República que a cultura helenística se tornou significativamente mais presente em Roma: segundo Arnaldo Momigliano, apesar da soberania romana no Mediterrâneo Oriental ter desestabilizado o equilíbrio político que lá havia, o helenismo não foi apagado, mas sim incorporado na cultura romana dentro de uma lógica de dominação (MOMIGLIANO, 1991, pp. 18ss).

Assim, a expressiva absorção dos modelos helenísticos resultou em uma complicada conjuntura, repleta de impasses a serem solucionados. Se a monarquia vigorava nos reinos helenísticos do Mediterrâneo Oriental, em Roma predominava o sistema republicano, que, por fragmentar o poder através de uma complexa estrutura de cargos e instituições, impedia a centralização política em um único indivíduo ou em uma determinada família. Logo, no âmbito estético, a imagética helenística – fundamentada no poder pessoal e no engrandecimento do monarca – era incompatível com a realidade da República romana, que por sua vez valorizava o espaço coletivo e o bem público (ZANKER, 2008, pp. 27s). Mesmo assim, porém, tal imagética fora introduzida neste contexto, o que acabou por gerar contradições no mundo da iconografia romana tardo-republicana.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

Nesse cenário, inicia-se em Roma um fenômeno conhecido por evergetismo. Segundo Paul Veyne, este conceito – definido na historiografia por André Boulanger e Henri I. Marrou – corresponde ao ato, por parte de notáveis (como aristocratas, senadores, generais, etc), de despender grandes somas em dinheiro para o bem da coletividade urbana (VEYNE, 2014, pp. 14s). Embora tenha surgido no mundo helenístico, a prática do evergetismo tornou-se uma realidade também em Roma: eram realizados gastos em grandes festividades públicas e na ereção de exuberantes edifícios, que contribuíam tanto para o engrandecimento da cidade quanto para a glória de seu construtor, no que Veyne adjetivou como uma “estranha justaposição entre o setor público e o privado” (*Ibidem*, p. 17).

A autora Diane Favro comenta que, nas esferas urbanística e arquitetônica, esse fenômeno se expressou na ação de sujeitos privados que passaram a engrandecer suas próprias moradias; ou então em indivíduos que ocupavam cargos públicos responsáveis pela manutenção da infraestrutura urbana de Roma privilegiando construções exuberantes em detrimento daquelas de menor prestígio, como aquedutos, estradas ou redes de esgoto (FAVRO, 1996, p. 55). Em outras palavras, buscava-se cada vez mais destacar as características pessoais de cada indivíduo e glorificar suas respectivas famílias no ambiente urbano da capital, de modo que a arquitetura tornou-se um indicador de status social. A partir de então, construiu-se um espaço urbano fragmentado, no momento em que cada magistrado ou general buscava superar o outro em opulência arquitetônica, eliminando qualquer possibilidade de coerência ou coesão entre os edifícios na Roma daquele momento.

É nesse contexto que Otávio, um dos três líderes que integrou o Segundo Triunvirato, ordenará a construção de seu suntuoso Mausoléu, embora na época tivesse apenas trinta anos de idade. Após o ano de 31 a.C., Otávio – que ficará conhecido como Augusto, a partir de 27 a.C. – irá centralizar o poder e formar seu Principado. Esse fenômeno se expressará na visualidade através de amplas reformas urbanas guiadas pelo novo líder, interessadas em superar o que Favro (1996) chamou de “espaço urbano fragmentado”, forjando uma coesão visual e erigindo uma cidade cujos edifícios estivessem interligados entre si e integrados a um

projeto político único. É somente neste segundo contexto que Augusto construirá seu templo dedicado à paz, Ara Pacis Augustae.

Tanto o Mausoléu quanto Ara Pacis, relativamente próximos um do outro por se localizarem ambos no Campo de Marte, foram edifícios cuja concepção e ereção foram ordenadas pelo mesmo sujeito, Augusto. Porém, correspondem a períodos políticos diferentes: o primeiro se insere na lógica da crise republicana, enquanto o segundo data de um Principado em consolidação. Assim, este artigo se propõe a realizar uma análise desses dois prédios, comparando-os e buscando entendê-los dentro da situação política da qual faziam parte. Para tanto, em um primeiro momento, trataremos das abordagens metodológicas dentro das quais iremos analisá-los; a seguir, descreveremos brevemente cada um deles, apenas para os leitores se contextualizarem na documentação; e por fim, seguirá a análise comparativa em si, juntamente com as hipóteses levantadas acerca das implicações sócio-políticas dos dois edifícios.

2. Possibilidades metodológicas

No que se refere às abordagens metodológicas, traremos aqui três autores que, embora tratem da imagem e da cultura material a partir de perspectivas distintas, suas propostas não são excludentes, mas sim complementares e servirão de base para a análise da documentação mais à frente.

O primeiro deles é o historiador da arte alemão Hans Belting, cuja ideia central levantada em sua obra *Antropologia da Imagem* é a de que a imagem possui um lugar por excelência para acontecer: o corpo humano. De fato, todo processo de percepção, assimilação e entendimento da imagem se dá a partir de experiências corpóreas, ou seja, através das ferramentas sensoriais próprias do corpo humano (BELTING, 2014, pp. 10, 22 e 80).

Segundo o autor, a imagem nada mais é que o resultado plástico da interação entre dois elementos: o corpo humano, que como já foi dito é o lugar em que as imagens se

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

formam, já que estas se limitam à disponibilidade sensorial daquele, sendo incapazes de transcendê-lo; e o meio, ou seja, o artefato, o aporte material da imagem, sua dimensão física que lhe serve de corpo e que catalisa a evocação das imagens ao interferir na sensibilidade corporal (*Ibidem*, pp. 11s). Portanto, imagem, corpo e meio são os três componentes essenciais do processo de figuração.

Essa abordagem vem ao encontro da proposta da segunda autora trazida aqui, Diane Favro. Apesar dos dois documentos analisados serem diferentes entre si, com sentidos e funções distintas, podemos abordá-los conjuntamente através de suas relações com o todo em que se encontravam inseridos, ou seja, a cidade de Roma. Para tanto, esta autora trabalha em sua obra com a noção de “urban image”. Segundo ela:

“Os visitantes de uma cidade formam uma impressão do que experimentaram nela. Esta construção mental é baseada em duas reações. A primeira e mais imediata, formada quando os observadores se movem através do ambiente urbano, é a resposta física externa registrada pelos sentidos - audição, olfato, tato e, acima de tudo, visão. A segunda é a reação conceitual interna determinada pelas noções culturalmente condicionadas sobre o que uma cidade é, produz e significa. Juntas, essas reações criam uma imagem urbana memorável. De acordo com essa definição, uma imagem urbana não é uma representação pictórica, mas a ideia da cidade produzida na mente dos visitantes que lhe são contemporâneos.” (FAVRO, 1996, p. 1, tradução nossa).

Desse modo, dois fatores são fundamentais para a elaboração da imagem de uma dada cidade. O primeiro deles é a experiência sensorial, baseada nos sentidos do corpo diante de dado edifício, no caminhar através de uma rua ou na tentativa de se guiar dentro do espaço. Esse fator dialoga diretamente com a proposta de Belting, que entende o corpo humano como o lugar onde as imagens são processadas e, por conseguinte, são inteiramente dependentes da fisicidade corporal. Desse modo, para entender o impacto de determinado

edifício, precisamos refletir sobre as apreensões sensoriais de alguém que se encontra dentro ou próximo dele, como por exemplo as possibilidades de acesso do corpo aos espaços, se a visibilidade é total para todos os indivíduos ou se apenas alguns conseguem enxergar determinadas imagens presentes no monumento, etc.

O segundo fator apontado por Favro é o conhecimento dos significados culturalmente atribuídos a determinados espaços. Devemos ter cuidado com esta ideia, pois se a tomarmos de maneira acrítica poderemos cair na suposição semiológica de que os sentidos são externos às imagens, pré-definidos no âmbito inteligível, e somente em seguida aplicados sobre os artefatos.

Neste quesito, trazemos o terceiro autor, William J. T. Mitchell. Para ele, as imagens se comportam como agentes sociais pois, quando postas diante de indivíduos, passam a interferir nas relações sociais, no comportamento dos corpos e na própria composição de sentidos e significados (MITCHELL, 2005, pp.10s). Em outras palavras, existe uma relação dialética entre a sociedade e as imagens: ambas se produzem e ambas forjam, conjuntamente, os “significados culturais” de determinados artefatos – como os edifícios.

Essa personificação das imagens em agentes sociais pressupõe que as mesmas possuem agência (capacidade de agir, poder de ação). Contudo, destaca Mitchell, as imagens possuem maior capacidade de cobiçar poder do que de fato possui-lo, e assim sua agência resultaria em um ato de desejar. Isso ocorre porque as imagens são ambíguas: elas só se tornam agentes sociais dentro de relações sociais – alheias a estas, toda a potência imagética é inexistente; em outras palavras, as imagens por si só são impotentes. Dessa maneira, elas compensariam sua relativa impotência através de um intenso anseio, desejando tudo aquilo que não possuem devido à sua limitação em agir (*Ibidem*, p. 33s).

Assim, não sendo absolutamente impotentes, as imagens possuem o que Mitchell chama de “o poder dos fracos”, ou seja, daqueles que estão em uma condição de submissão que os restringe. Os fracos, para se livrar dessa situação, começam a elaborar desejos. Isso

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

justifica a substituição da pergunta: *o que as imagens fazem?* para: *o que as imagens querem?*, no interrogatório que o pesquisador deve fazer às suas imagens estudadas (*Ibidem*, p. 46s). A resposta tenderá a ser o que a imagem carece, o que lhe ausenta, e que por isso ela pretende tornar presente. Em outras palavras, é da sua falha em mostrar algo que nasce sua forma específica de agência.

Portanto, partindo das propostas aqui resumidas destes três autores, analisaremos não apenas a iconografia presente nos dois edifícios (*Ara Pacis*, por exemplo, possui uma rica imagética que decora suas paredes), mas também tomaremos os dois monumentos como imagens em si, que interagem com o entorno e colaboram para a edificação de uma ‘imagem urbana’ de Roma naquele período histórico de transformação política.

3. As fontes

Exibiremos agora, de maneira sucinta, as principais características dos dois edifícios tomados como documentos neste artigo, além de suas respectivas imagens. O propósito deste item é apenas contextualizar o leitor na documentação, analisada posteriormente.

4. O Mausoléu de Augusto

Segundo o dicionário topográfico organizado por Lawrence Richardson Jr., embora se costume datar a ereção do Mausoléu em 28 a.C. (dado mencionado por Suetônio, vale dizer), pesquisas arqueológicas revelam que sua construção só foi finalizada em 23 a.C. Além de receber os membros falecidos da família júlio-claudiana durante o início do período imperial, o edifício do mausoléu foi utilizado ao longo da história de diferentes formas: serviu como uma fortaleza para a família Colonna no final da Idade Média, funcionou como anfiteatro, jardim e até sala de concertos – esta última função foi a mais tardia (RICHARDSON JR., 1992, p. 247).

Embora as pesquisas arqueológicas no Mausoléu tivessem se iniciado no princípio do século XX – durante a construção da sala de concertos, em 1907, já haviam sido realizadas

algumas escavações no complexo do edifício –, foi somente durante o regime fascista que as pesquisas se aprofundaram, interessadas em recuperar a memória do Império Romano dentro da lógica nacionalista. As escavações foram retomadas em 1926 e perduraram até 1930; em 1934 os edifícios do entorno do Mausoléu foram removidos, isolando-o; em 1936 a sala de concertos foi desativada; e finalmente em 1938 alguns restos mortais foram recuperados (*Ibidem*, p. 247).

Devido ao atual estado de conservação do Mausoléu (Cf. Imagem 1) – afinal ao longo do tempo este foi adaptado para diversas funções, como vimos, além de muitos materiais que o constituíam terem sido saqueados –, foram levantadas duas interpretações acerca de sua forma original: a de Guglielmo Gatti e a de Henner von Hesberg. Nos deteremos nesta última, por ser a mais recente (1994) e incorporar novas descobertas arqueológicas (Cf. Imagem 2).

Erguido em uma estrutura de anéis concêntricos de concreto que somavam quatro andares ao edifício, o Mausoléu possuía uma base circular estimada entre 87 e 89 metros de diâmetro por 44 metros de altura (contando a estátua de cima, 50 metros), localizado no norte Campo de Marte – entre a Via Flamínia e o rio Tibre – e cercado por jardins e fontes (*Ibidem*, p. 248). Foram utilizados blocos de calcário para o núcleo da estrutura, mármore e calcário branco para o revestimento, além de outros materiais menos expressivos.

A entrada do Mausoléu se dava por uma única porta, voltada para o sul, que se abria em um túnel abobadado direcionado para o interior do edifício (onde se encontrava uma série de câmaras semicirculares). Segundo John Pollini, que por sua vez se baseia em Hesberg, esta entrada estava localizada entre dois relevos em mármore de loureiros (árvore associada ao deus Apolo, divindade cara ao *Princeps*, como veremos), além de dois obeliscos de granito vermelho trazidos do Egito após a vitória de Otávio neste reino em 30 a.C. (Cf. Imagem 3). Posteriormente, foram adicionadas uma cópia em mármore do *Clipeus Virtutis*³ acima da porta e duas peças (possivelmente em mármore ou bronze) à frente da porta e que

³ Trata-se de um escudo votivo concedido pelo Senado a Augusto em 27 a.C. no qual se reconhecia as principais virtudes do *Princeps* em defesa da República romana (POLLINI, 2012, p. 249).

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae continuam gravadas em epigrafia a *Res Gestae*⁴ de Augusto. Já a estrutura média do edifício, disposta através de paredes na forma de anéis concêntricos, possuía um jardim suspenso em que foram plantadas árvores de louros. (POLLINI, 2012, pp. 248 – 252).

A estrutura superior é a que gera mais polêmica e a que teve menos relatos ou resquícios encontrados. Hesberg afirma que, em sua reconstituição, o topo do Mausoléu havia sido coroado por uma colossal *statua pedestris* (estátua em pé) de Augusto, apoiado em uma lança. Existe a possibilidade, porém, da estátua ser na verdade Augusto em uma quadriga, o que alteraria a forma da estrutura superior do edifício e aumentaria suas dimensões para comportar uma estátua de base quadrangular – essa proposta se apoia no fato de que foi após o triunfo triplo de Otávio que o Mausoléu foi concluído (*Ibidem*, pp. 252 – 256).



Imagem 1: Mausoléu de Augusto atualmente. Foto retirada por Ethan Doyle White.

⁴ A *Res Gestae Divi Augusti*, ou "As conquistas do Divino Augusto", é um documento autobiográfico escrito pelo próprio Augusto no último ano de sua vida (14 d.C.) em que se destacavam suas principais ações e feitos – dignos de serem recordados. Por ser um documento tardio, conclui-se que foi incluído no Mausoléu posteriormente – assim como o *Clipeus Virtutis* (POLLINI, 2012, pp. 249ss).

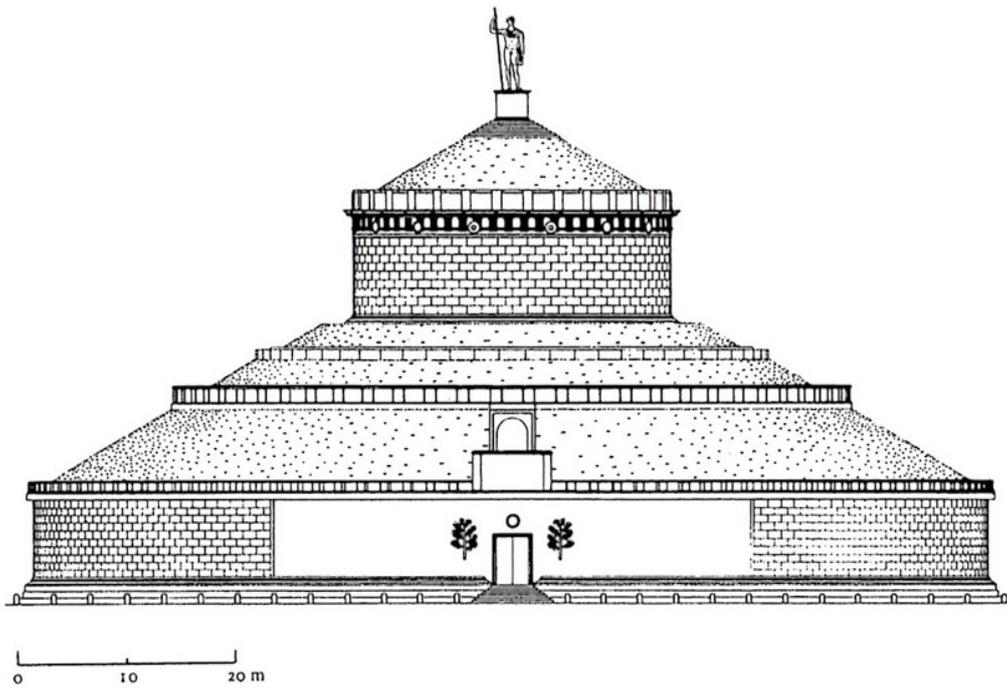


Imagem 2: Reconstituição do Mausoléu de Augusto por Henner von Hesberg.

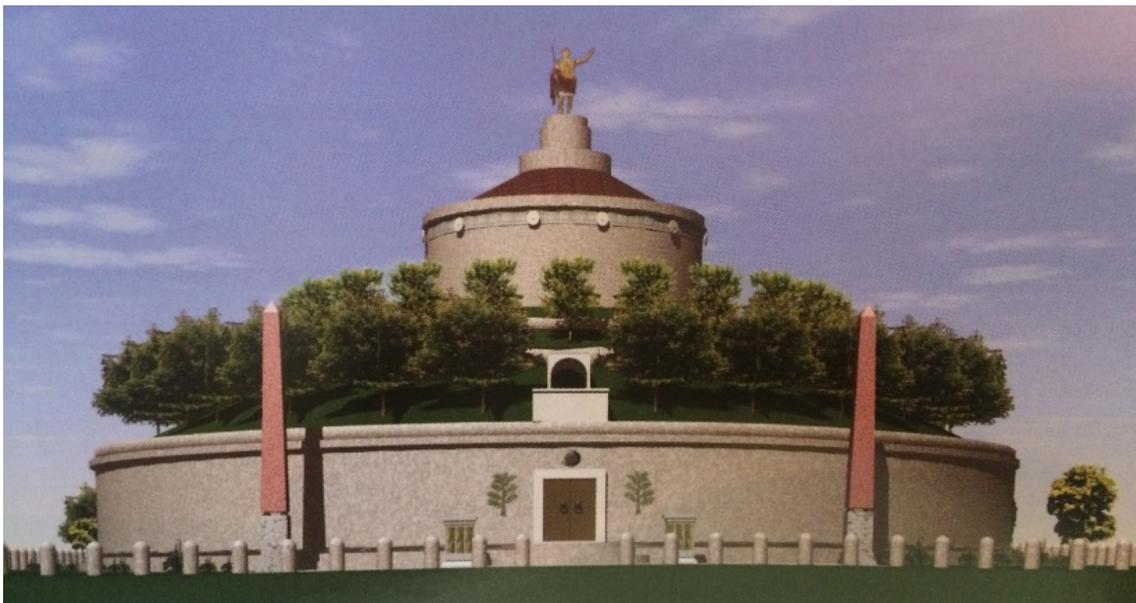


Imagem 3: Reconstituição digital gerada por Nicholas Cipolla com os obeliscos egípcios.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

5. *Ara Pacis Augustae*

Com o fim do Triunvirato e o estabelecimento de Augusto no poder, inicia-se um momento de exaltação mítica do novo Estado romano por parte de uma imagética oficial, em que se valorizava a estabilidade e a durabilidade política, a vida religiosa da cidade e, principalmente, a paz conquistada – discurso muito presente principalmente após a vitória dos romanos sobre os partas em 20 a.C., embora seja mais retórico que factual, afinal guerras e disputas territoriais permaneceram vívidas em algumas regiões do império, como na Germânia (ZANKER, 2008, pp. 201s). É nesse contexto que se insere o altar conhecido por *Ara Pacis Augustae* (Cf. Imagem 4).

Este templo, dedicado à paz do Principado augustano, também se localizava no Campo de Marte (mais ao sul, se comparado ao Mausoléu, mas também a oeste da Via Flâmínia), tendo sua construção aprovada pelo Senado em 4 de julho de 13 a.C. – momento em que Augusto retornava da Gália e da Espanha –, embora só tenha sido dedicado em janeiro de 9 a.C., segundo Ovídio. Era frequentado por magistrados, sacerdotes e pelas virgens vestais em momentos específicos do ano, para a realização de sacrifícios (RICHARDSON JR., 1992, pp. 287s).

Segundo Amanda Claridge, dez fragmentos deste templo foram encontrados em 1568, quando se iniciou a construção do Palazzo Peretti, e outros dezessete foram achados em 1859 quando se reparava algumas rachaduras no mesmo Palazzo. Mas foi apenas no século XX que as escavações arqueológicas começaram de fato: em 1903, descobriu-se a localização original do altar e outros cinquenta e três fragmentos, até que a instabilidade do solo passou a ameaçar as pesquisas e o Palazzo; estas só foram retomadas em 1937, durante o regime fascista, ao utilizarem técnicas sofisticadas de drenagem do solo (para evitar o comprometimento dos edifícios no entorno), recuperando setenta e cinco peças e remontando o templo tal como o conhecemos hoje (CLARIDGE, 2010, p. 213).

O altar em mármore branco encontra-se no centro do templo, erguido em um *podium* escalonado de 6 por 7 metros e medindo mais de 3 metros de altura, sendo cercado por paredes – também de mármore – que possuem uma riquíssima imagética em relevo (*Ibidem*, p. 210). Na face oeste (Cf. Imagem 5), encontramos dois painéis que trazem dois mitos fundadores de Roma: um retrata os gêmeos Remo e Rômulo sendo amamentados pela loba, ao lado de seus dois pais, Marte e Fáustulo; o outro ostenta Eneias prestes a realizar um sacrifício aos Penates (deuses do lar) que o orientarão na fundação de Lavínio (Cf. Imagem 6) (*Ibidem*, p. 210). Segundo Pollini, as duas imagens, uma ao lado da outra, estabelecem retoricamente uma comparação que remete à auspiciosa união entre os romanos (representados por Rômulo) e os lavínios (representados por Eneias), ou então a união entre o povo de Roma (*populos Romanus*) e a família de Augusto (*gens Iulia*) – afinal, Eneias era ancestral desta última (POLLINI, 2012, pp. 222s).

Na face leste, voltada para a Via Flamínia, há um painel com a personificação de Roma sentada em um trono de escudos (Cf. Imagem 7). Por se tratar de um dos painéis mais danificados, sua reconstrução é deveras problemática. Segundo Pollini, ao invés de segurar uma lança como a restauração indica, a personificação original de Roma provavelmente ostentava um globo com um pequena estátua da deusa Vitória em cima – afinal, existem outras fontes iconográficas que a retratam assim, como o relevo de um pequeno altar encontrado em Cartago e, principalmente, em documentação numismática (*Ibidem*, p. 229). Pela mesma lógica também poderíamos especular que Roma encontrava-se situada entre as personificações da Virtude (*Virtus*) e Honra (*Honos*), aludindo as virtudes militares do período de Augusto (*Ibidem*, p. 230).

Ainda na face leste, há outro painel com uma figura feminina sentada com duas crianças em seu colo (Cf. Imagem 8). Este último merece uma atenção especial, pois é alvo de um grande debate: restaurado em 1784 por Francesco Carradori, o painel retrata uma divindade maternal muito associada à Pax, embora Claridge esclareça que também possa corresponder à *Venus Genetrix* (graças às crianças de seu colo, que conotariam a família Júlia),

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae ou à *Terra Mater* (devido às personificações de Céu e Mar em seu entorno), ou até mesmo à *Tellus Italiae* ou à personificação do Império – para a autora, esta imagem poderia ser todas essas divindades ao mesmo tempo, já que a Pax correspondia a um conceito múltiplo (CLARIDGE, 2010, p. 213). Paul Zanker também crê na polissemia desta imagem, enfatizando a fecundidade e prosperidade que a figura maternal transmite (ZANKER, 2008, p. 209).

Já as faces norte e sul (Cf. Imagens 9 e 10) retratam o que se acredita ser uma mesma procissão, com os membros da família Júlia (incluindo os mais novos, como os netos de Augusto, Caio e Lúcio) e de outras famílias importantes de Roma, demonstrando a ideia de concórdia entre as famílias. A iconografia aqui converge para o potencial augural: a previsão de agouros vem à tona nessas faces pois esta procissão sugere ser o retrato do ritual conhecido como “Supremo Augúrio para a Salvação do Estado Romano”, o que fundamenta o projeto artístico do templo em bases religiosas (POLLINI, 2012, pp. 223ss).

Vale dizer, por fim, que todos esses relevos se localizam na parte superior dos painéis. Na parte inferior (Cf. Imagens 9 e 10), localizada na altura da visão dos espectadores, encontra-se uma iconografia com temática bucólica de plantas e animais campestres, algo que foi por muito tempo interpretado como simples decoração, mas cuja função vai muito além disso, como veremos ao longo do artigo.



Imagem 4: Ara Pacis visto de frente. Foto de Stephen J. Danko.



Imagem 5: painel oeste com os gêmeos sendo amamentados pela loba, Marte (esquerda) e Fáustolo (direita) observando. Foto de Stephen J. Danko.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae



Imagem 6: painel oeste, com Eneias realizando ritual de fundação de Lavínio. Foto de Stephen J. Danko.

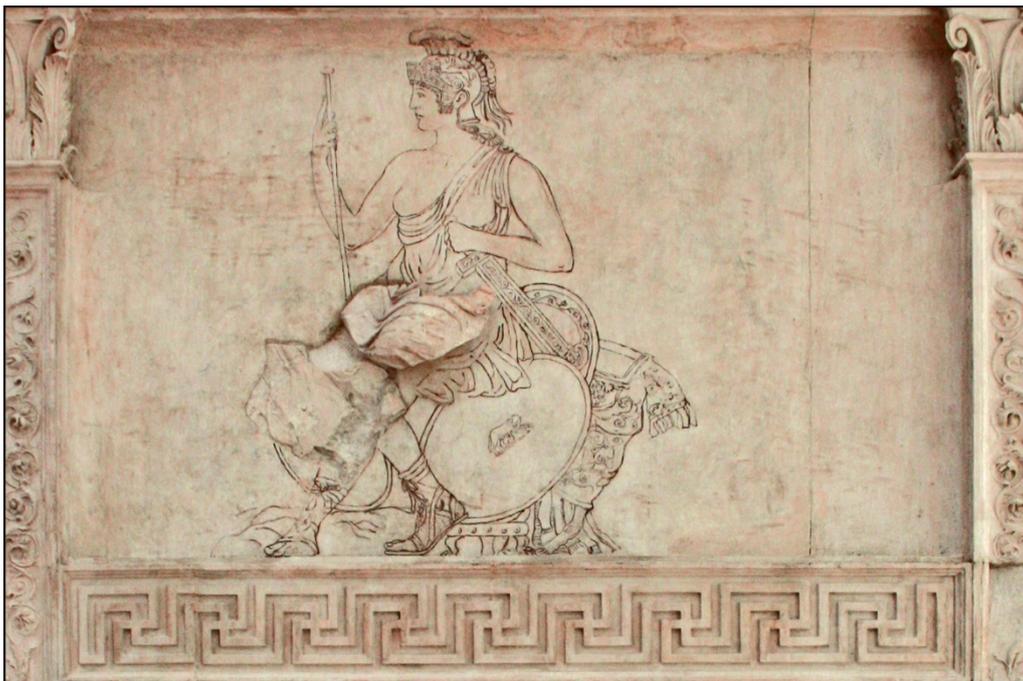


Imagem 7: painel leste, com Roma sentada em um trono de escudos. Foto de Stephen J. Danko.

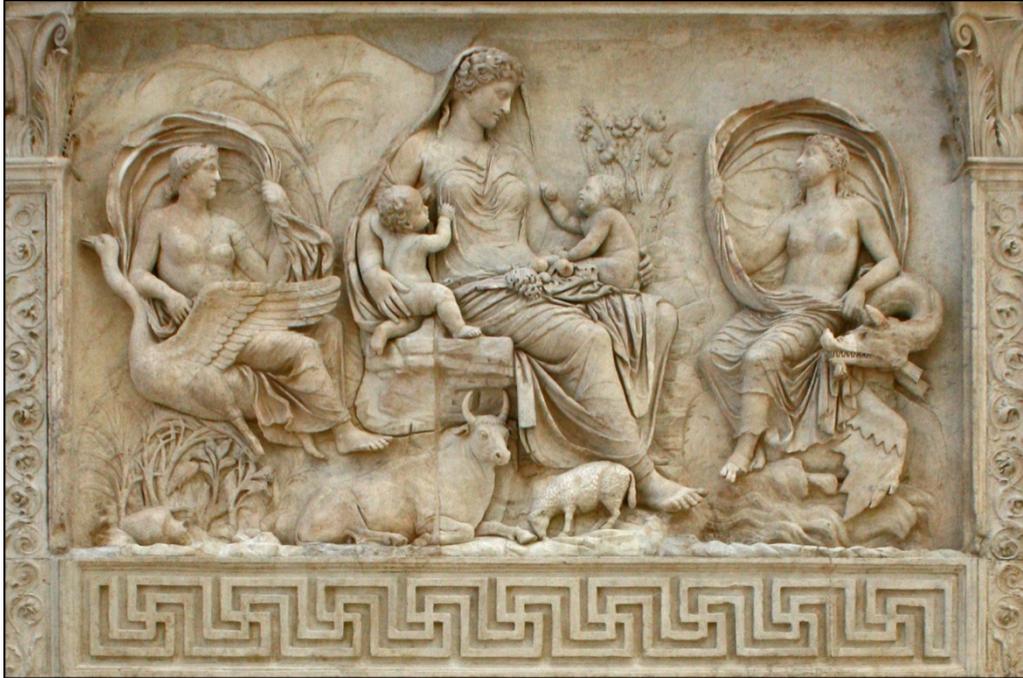


Imagem 8: painel leste, com a personificação de Pax. Foto de Stephen J. Danko.



Imagem 9: face norte, com a procissão aristocrática. Foto de Stephen J. Danko.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae



Imagem 10: face sul, com a procissão aristocrática. Foto de Stephen J. Danko.

6. Da fragmentação à coerência visual

Começamos nossa análise pelo Mausoléu de Augusto. Sendo um grande edifício, a figura do Mausoléu na *Urbs* deve analisada por duas vias: a primeira é a relação que o monumento possuía com o espaço urbano da época, ou seja, como sua visualidade interagia com os outros prédios de Roma; a segunda é o Mausoléu tomado como uma imagem em si, detentora de uma agência própria e desejando algo que lhe carece – na concepção de Mitchell, apontada anteriormente.

Para tanto, devemos antes de tudo nos aprofundar no contexto urbano romano do final do século I a.C. Diane Favro afirma que a crescente aproximação do Lácio com o Mediterrâneo helenístico promoveu um choque cultural, pois se de um lado encontravam-se os gregos dominados, em suas ricas capitais com enormes templos e edifícios públicos revestidos de mármore, praças e grandes jardins, do outro estavam os romanos

dominadores, senhores do mundo, porém assentados em uma capital com edifícios mal conservados e estruturas de terracota e madeira que de tempos em tempos eram assoladas por grandes incêndios, tudo isso somado a um progressivo inchaço urbano desacompanhado de qualquer planejamento – resultado do enorme êxodo rural ocorrido após as expansões militares (FAVRO, 1996, p. 42 – 45).

A autora chega a afirmar que, quando as legiões de Roma submeteram o reino da Macedônia em 182 a.C., embora tivessem “[...] derrotado Filipe V na guerra, os macedônios e outros povos do Mediterrâneo Oriental reivindicaram a vitória cultural” (*Ibidem*, p. 42). Em resposta a esta situação – e em decorrência da circulação cada vez mais frequente de pessoas entre Roma e as cidades helenísticas – os romanos passaram a compartilhar de ideais estéticos helenísticos e a “importar conceitos de imagens urbanas” das cidades levantinas.

Contudo, a madeira dando lugar ao mármore na arquitetura latina foi um processo guiado por líderes que buscavam apoio político e status social através do patrocínio de grandes obras (*Ibidem*, p. 53). Nos reinos helenísticos, a grandeza e a riqueza presentes na monumentalidade eram patrocinadas por uma única família, a dinastia que ali reinava, o que norteava toda a opulência urbana para um fim comum (a glória do monarca e de seus parentes) e conferia coesão a todos os motivos arquitetônicos. O mesmo fenômeno não poderia ocorrer em Roma, justamente pelo fato de que o poder não estava ali centralizado em um único polo, mas diluído em diversas instâncias dentro do sistema republicano – o que levou à competição entre diversas famílias aristocráticas por destaque através da monumentalidade.

Em meio a esta verdadeira “guerra de monumentos”, reproduzindo as palavras de Tonio Hölscher (HÖLSCHER, 2009, pp. 312), encontra-se o Mausoléu. Por um lado, sua semelhança com as tumbas reais do leste do Mediterrâneo inseria-o na imagem helenística que Roma passou a ter. Por outro, a sua pujança associada a um fim privado (ou seja, o enaltecimento e o destaque de um político) contribuía para fragmentar o espaço urbano ainda mais.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

É verdade que, dentro de uma perspectiva evergetista, seu esplendor colaborava para a exuberância da *Urbs* como um todo, pois possuía uma posição privilegiada na Via Flâmínia que atraía a atenção dos transeuntes e jardins à sua frente que eram convidativos a tais pessoas, o que configurava o Mausoléu como uma evergesia – afinal, segundo Paul Veyne, toda evergesia era um bem coletivo (VEYNE, 2014, p. 17). Contudo, ao glorificar a memória de um único homem, este monumento não estava em consonância com os demais edifícios de Roma – ao contrário, competia com os mesmos por distinção visual.

Para além do tamanho, outras características eram responsáveis por evocar o engrandecimento e, conseqüentemente, promover a imagem de seu construtor. Segundo John Pollini, os dois obeliscos de granito presentes na entrada do Mausoléu apontavam para a vitória de Otávio no Egito: como troféus de guerra, os obeliscos glorificavam o triunfo militar do jovem Otávio (POLLINI, 2012, p. 251).

Outro elemento importante são os pés de louros que foram gravados dos dois lados da entrada e aqueles plantados em seu jardim suspenso. Estas árvores evocavam Apolo, uma importante divindade para Otávio: há várias passagens durante o período triunviral em que este se associa diretamente a Apolo (como uma espécie de divindade patrona), chegando, inclusive, a reivindicar a ancestralidade do deus. Segundo John Miller, os romanos (assim como os gregos) interpretavam seus deuses muitas vezes como opostos polares. Assim, enquanto Marco Antônio – inimigo político de Otávio naquele momento – havia se associado a Dionísio, relacionado à embriaguez e aos excessos luxuosos orientais, Otávio se apegou a Apolo, cujos atributos mais comuns são a ordem, a serenidade e a civilização⁵ (MILLER, 2009, p. 26ss).

⁵ Existem outras interpretações que tentam desvendar as raízes dessa relação entre Otávio com o deus grego Apolo: alguns sugerem que ela se deva a uma conexão entre o deus e a família *Iulia*, quando há muito tempo durante a República um antepassado, ocupando o cargo de cônsul, ergueu o primeiro templo de Apolo em Roma; ou, como Apolo tinha para os romanos uma conotação de “purificação” e “cura”, Otávio se associou ao mesmo em uma tentativa de se colocar como aquele que traria a cura para a crise política de Roma, embora essa metáfora faça mais sentido após o período do Triunvirato; além disso, a figura de Apolo conota uma era de renovação que

Além disso, é curioso o fato de Otávio, com apenas trinta anos de idade, ordenar a construção de um suntuoso mausoléu no Campo de Marte. Para Paul Zanker, essa ação correspondeu a uma estratégia política: quando o testamento de Marco Antônio foi lido em público, ilegalmente, descobriu-se que o general pretendia de ser sepultado em Alexandria junto a Cleópatra. Otávio, então, como forma de conquistar o apoio bélico do Senado e do povo de Roma para declarar guerra ao inimigo, buscou reforçar suas raízes com a capital através de seu Mausoléu – em outras palavras, o prédio se colocava como um juramento de fidelidade a *Urbs* (ZANKER, 2008, pp. 97s).

Devemos notar que a intenção do Mausoléu em forjar uma ligação entre o Triúnviro e a *Urbs* dependia da imagem de um terceiro, de um *outro*. Esse outro é o estrangeiro, representado aqui por Marco Antônio, que embora fosse romano, vivia no Egito e estava cada vez mais próximo de Cleópatra. Segundo Luiz Henrique Giacomo, a construção de estereótipos de povos estrangeiros por parte de Roma serve como um meio para destacar seus próprios atributos, ou seja, dentro da multiplicidade de valores que caracterizavam uma dada cultura estrangeira, eram selecionados apenas aqueles que se opunham aos dos romanos (mais exóticos) – essas características estrangeiras eram ampliadas, homogêneas e eventualmente distorcidas, criando-se uma imagem negativa do outro ao mesmo tempo em que se glorificava a própria imagem de Roma, tudo isso para ser usado dentro dos debates e do jogo político da *Urbs* (GIACOMO, 2015, pp. 67sss).

Assim, podemos notar que a ação do Mausoléu se dá dentro de uma lógica de estereotipação. A enorme presença de louros torna Apolo presente na construção, que para Miller (2009) é o deus que os romanos viam como oposto a Baco (ligado ao Oriente). Os obeliscos egípcios na forma de troféus de guerra reduzem a imagem do inimigo, colocando-o numa posição de submissão e reforçando seu papel de conquistado, de vencido. E a própria localização geográfica do Mausoléu, dentro do Campo de Marte em Roma, é por si só uma

talvez Otávio estivesse tentando firmar. Não há, porém, uma única resposta que esclareça a fixação do Triúnviro por Apolo, que deve ser vista dentro dessa série de razões (MILLER, 2009, pp. 23 – 30).

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

referência à vontade de Marco Antônio de ser enterrado em Alexandria. Embora a presença do inimigo seja indireta (ou seja, através de figuras opostas, como Apolo/Baco ou Roma/Egito), o *outro* estrangeiro encontra-se aqui presente, servindo de suporte à imagem de Otávio que é exaltada através de uma oposição a Marco Antônio.

Podemos, então, chegar a duas conclusões sobre o Mausoléu. A primeira é que Otávio, por ser um sujeito relativamente novo no cenário político romano e não deter uma *auctoritas* – espécie de autoridade moral – consolidada, depende da evocação de outras figuras, mais imponentes que a dele, para conseguir um espaço dentro da visualidade. No Mausoléu, essa dependência se dá para com a imagem de Apolo, de um lado, e para com a do poderoso inimigo derrotado, de outro.

A segunda conclusão é a de que o prédio materializa os interesses privados de Augusto, já que ali se fazem presentes apenas símbolos pessoais de suas vitórias. Ora, como uma evergesia, o Mausoléu não se isolou da coletividade romana – o acesso aos seus jardins e sua visibilidade chamativa demonstram isso. Mas estava carregado de uma simbologia privada que não se identificava com a memória coletiva, tornando deveras limitante seus esforços em dialogar com a sociedade romana. Além disso, o Mausoléu conotava uma cisão política interna (a disputa entre Otávio e Marco Antônio), o que dificultou sua integração e coesão ao plano urbanístico da *Urbs*, contribuindo para a fragmentação visual de Roma e fomentando uma imagem urbana dividida e desagregada – alimentando a sensação de crise social e política que predominava no final da República.

Muito diferente será a situação de Ara Pacis *Augustae*, dedicado em 9 a.C.. Com sua construção autorizada pelo Senado em 13 a.C., conforme é afirmado na autobiografia de Augusto (RG 12.2), este altar dedicado à paz conquistada pelo *Princeps* após o fim das guerras civis (encerradas na Batalha de Áccio em 31 a.C.) e a pacificação do Império (com a rendição dos partas em 20 a.C.), foi erguido fora dos limites do *pomerium*, também no Campo de Marte. Sua função já difere radicalmente da do Mausoléu: sua finalidade não é o privado, os

interesses de uma única família (como o era o Mausoléu); pelo contrário, este templo se voltava para toda a sociedade romana, com o interesse comum de agradar os deuses através dos rituais ali realizados.

John Pollini, ao analisar a rica composição pictórica deste templo, afirma que existe ali um “potencial narrativo” entre suas ilustrações. Uma narrativa de natureza inferencial baseada no processo cognitivo visual de recompor as distintas partes pictóricas em um todo coeso – um exercício de leitura típico da retórica latina⁶ (POLLINI, 2012, p. 207s). A própria localização do templo estaria sujeita a esta leitura retórica: um altar referenciando a paz localizado na região da *Urbs* dedicada ao deus da guerra⁷ é, a priori, uma contradição (ou uma antítese retórica, um “*contrapositum*”, nas palavras do autor).

Contudo, se nos basearmos no conceito de “imagem urbana” de Favro não precisaremos recorrer à compreensão retórica para notar a oposição que a localização deste templo cria em relação ao espaço a sua volta. Este intercruzamento entre a ideia de paz (trazida pela presença material do templo) com a de guerra (evocada pelo entorno do Campo de Marte) conecta dois elementos presentes no governo de Augusto: a glória e o triunfo militar obtidos em várias batalhas e seu resultado, ou seja, a pacificação e a estabilidade de Roma. Trata-se de uma “paz através da vitória”, conquistada após muito labor e luta – portanto, o contrário de uma paz gratuita.

O momento de paz e estabilidade trazido pelo *Princeps* é chamado, muitas vezes, de *Saeculum Aureum*. Segundo Karl Galinsky, o Século de Ouro conota uma ordem social, e não um tempo paradisíaco, livre de problemas e que não exige esforço, tal como era a idade de Saturno antes de sua queda. Pelo contrário, para sustentar a paz e a ordem social, foi preciso

⁶ Nesse sentido, Pollini vê *Ara Pacis* como uma obra destinada e restrita à elite romana, pois esta não apenas teria a erudição necessária para compreender os signos mitológicos e as personalidades aristocráticas ali retratadas, como também teria sido instruída dentro da arte da retórica, e portanto seria capaz de compreender essa visualidade embaralhada – *disiecta membra* – e conferir-lhe narratividade (POLLINI, 2012, p. 209).

⁷ De forma semelhante, porém oposta, o templo de Marte Vingador (*Mars Ultor*) foi erguido dentro do *pomerium*, local sagrado da cidade de Roma onde o exército estava proibido de entrar (POLLINI, 2012, p. 210).

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

um esforço contínuo: as guerras travadas e vencidas anteriormente; as incessantes práticas rituais para agradar os deuses e, conseqüentemente, promover a estabilidade política; o zelo pela manutenção dos valores republicanos tradicionais de Roma, denominados de *mos maiorium* (GALINSKY, 1998, pp. 93ss).

Desse modo, a simples existência de *Ara Pacis* só é possível graças ao esforço militar que seu entorno conjura – não se trata, assim, de uma contradição, mas de uma coerência visual, que conecta polos opostos antes separados (paz e guerra) e cria na imagem urbana de Roma uma estabilidade dependente da dedicação e do zelo para com os valores morais⁸, dentre os quais estavam a prática militar e o triunfo bélico. A “paz através da vitória” também aparece representada nos inúmeros relevos do Templo: a imagem de Roma vitoriosa de um lado (Cf. Imagem 7) repousando sobre uma pilha de escudos de povos conquistados indica um triunfo militar; da mesma forma, ao lado deste painel, encontra-se *Pax* (ou *Tellus*, como discorremos anteriormente) com duas crianças sentadas em seu colo (Cf. Imagem 8) em um cenário rico e abundante – prosperidade esta, porém, que só foi possível graças a vitória de Roma em inúmeras guerras travadas, ilustrada no painel ao lado.

Além disso, outro aspecto interessante de se notar em *Ara Pacis* é o fato de que o templo age em favor da junção entre Augusto e o povo romano (POLLINI, 2012, p. 222). Na face oeste, os dois painéis que dividem espaço com a entrada do templo trazem duas importantes personalidades para fundação mitológica da *Urbs*. Uma delas é Rômulo, fundador de Roma, que é amamentado pela loba ao lado de seu irmão Remo, enquanto seus dois pais os assistem – Marte, pai biológico dos gêmeos, e Fáustulo, agricultor que os criou (Cf. Imagem 5). No painel ao lado, o guerreiro troiano Eneias conduz as práticas necessárias

⁸ Além disso, vale dizer que *Ara Pacis* fazia parte de um complexo arquitetônico maior que comportava, a sua frente, um *Horologium*: uma praça com um obelisco, trazido do Egito como um troféu militar, que foi estruturado para se criar um calendário solar – a paz, simbolizada pelo templo, só teria sido obtida com a vitória, evocada pelo obelisco (GALINSKY, 1998, p. 107).

em um ritual sacrificial que o guiará para a fundação da segunda Tróia, Lavínio, cidade ancestral de Roma (Cf. Imagem 6).

Segundo Tim Cornell, Rômulo e Eneias pertencem a diferentes lendas que narram a fundação mitológica de Roma, correspondendo portanto a distintos heróis ancestrais da cidade – mas que, apesar de se originarem separadamente, acabaram se fundindo em determinado momento em uma única narrativa (CORNELL, 1995, p. 63). De origem grega⁹, a lenda Eneias era especialmente cara a Augusto, no momento em que aquele foi consagrado como o primeiro membro da *gens Iulia* – família da qual o *Princeps* passou a fazer parte após ser adotado por Júlio César. Nesse sentido, cabe destacar aqui um documento escrito durante o Principado que intersecta essas duas tradições (a de Rômulo e a de Eneias) e que, embora não seja o primeiro a fazer a união dos dois mitos, nos é relevante pois enfatiza Augusto como um ponto de intercruzamento entre ambas as lendas: trata-se da Eneida, de Virgílio. Vejamos um trecho deste poema:

“César de Troia, de origem tão clara, até as águas do Oceano
vai estender-se; sua fama há de aos astros chegar dentro em pouco.
Do claro nome de Iulo provém o cognome de Júlio.
Livre do medo infundado, hás de um dia no Olimpo acolhê-lo,
rico de espólios do Oriente. Invocado vai ser pelos homens.”
(VIRGÍLIO, I, vv. 286 – 290).

Nesta passagem do Livro I da Eneida, Júpiter acalma Vênus contando-lhe uma profecia, na qual seu filho Eneias seria o fundador de um poderoso povo que, no futuro, consolidará um grande império. Nesta profecia, é evocado um grande herdeiro proveniente da família Júlia, chamado de “César de Tróia”: trata-se de Augusto, descendente de César e que se funde

⁹ Cornell afirma que o mito de Eneias tem uma importância política para o Império Romano, já que insere o mesmo no mundo helênico ao mesmo tempo em que o opõe aos gregos, afinal Eneias era um troiano (CORNELL, 1995, p. 65).

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

ao herói troiano¹⁰ – uma conexão elaborada dentro de um processo memorialístico em que se selecionam tanto as características de Eneias a serem exaltadas quanto aquelas de Augusto, para que as duas personalidades pudessem ser comparadas. Dessa forma, em *Ara Pacis*, o ancestral comum do povo de Roma (*populos Romanus*), Rômulo, e o fundador da família de Augusto (*gens Iulia*), Eneias, dividem um espaço comum, o que funde o *Princeps* ao povo romano através da ancestralidade.

Já nas faces norte e sul do templo, Augusto e a família imperial aparecem retratados em procissão religiosa ostentando signos augurais, em conjunto com outros membros das famílias aristocráticas romanas (Cf. Imagens 9 e 10). Ligando sua imagem com as das demais famílias, o *Princeps* estabelece aquilo que Pollini chamou de *concordia familiarum* – uma harmonia entre os principais líderes da alta sociedade romana (POLLINI, 2012, pp. 209s).

Aqui, a figura de Augusto dá coesão aos diferentes polos de poder romanos, ou seja, centraliza-se acima das famílias aristocráticas da capital e as faz orbitar em torno de si. Tal concórdia, somada à construção memorialística de Augusto como um segundo Eneias, um segundo pai fundador da *Urbs*, fazem da iconografia de *Ara Pacis* um esforço de aglutinação, afinal tudo o que antes estava fragmentado se une aqui neste templo. São conectadas a paz e guerra; o povo de Roma e a família de Augusto; as diferentes famílias aristocráticas; os símbolos cívicos e públicos (portanto, comuns a toda sociedade romana) e a imagem pessoal e privada de Augusto.

Com a *concordia familiarum* e as várias referências aristocráticas a elite romana se via ali reconhecida. Mas e os grupos subalternos? Para John R. Clarke, a iconografia presente abaixo dos relevos tidos como “principais” (aqueles que foram descritos até agora, retratando

¹⁰ O Eneias que é apresentado por Virgílio na *Eneida* se assemelha a um sacerdote: um fundador que segue a vontade divina, zela pelos deuses ao realizar sacrifícios e possui as mesmas virtudes expressas no *Clipeus*, dedicado a Augusto. Assim, as figuras de Augusto e Eneias se confundem não só por serem membros da *gens Iulia*, mas pela mesma postura de respeito aos deuses e defesa do bem público. Vale lembrar que, além de tudo, ambos ocupavam o posto sacerdotal de *augur* – cujos signos sacerdotais são os que mais aparecem em *Ara Pacis* (GALINSKY, 1998, pp. 246 – 253).

Eneias, Remo, Rômulo, Marte, os aristocratas romanos, etc) foi por muito tempo tomada como uma imagética puramente decorativa e, portanto, alvo de uma atenção secundária da historiografia, mas que na verdade era capaz de chamar muito a atenção das classes populares (CLARKE, 2003, pp. 19 – 28). Esta “decoreção” é composta por signos campestres, tais como favos de trigo, flores chamativas, animais escondidos entre a folhagem como pássaros, insetos, cobras, etc (Cf. Imagens 9 e 10).

Ora, é preciso sublinhar que Roma era, naquele momento, um centro urbano em crescente expansão demográfica devido ao enorme êxodo rural que a concentração fundiária nas províncias provocava – além de escravos de guerra que perderam suas terras e foram levados à capital. Assim, segundo Clarke estes painéis traziam à mente desses grupos subalternos forçados a migrar para Roma uma vida deixada para trás, através dos elementos campestres que lhes eram familiares (*Ibidem*, p. 25s).

Vale dizer que, embora o recinto interno do templo fosse frequentado apenas por sacerdotes e pelas Virgens Vestais durante épocas específicas, *Ara Pacis* se localizava de costas para a Via Flamínia e de frente para uma enorme praça pública (o *Horologium*), além do fato de que os relevos campestres ficam na altura dos olhos dos espectadores – diferente dos relevos historiados, localizados acima (*Ibidem*, p. 22). Portanto, a localização e a estrutura do templo eram não só chamativas e convidativas (como o Mausoléu também o era, pelo seu excepcional tamanho e seus jardins), mas aqui o acesso visual vinha acompanhado de um reconhecimento visual: um diálogo mais aberto com a *Urbs*, inserindo o templo de forma orgânica na coletividade romana.

Mais do que isso, o bucolismo idealizado desta iconografia estava associado a Augusto. Como vimos, toda a iconografia de *Ara Pacis* converge, de alguma forma, para Augusto. A imagem do *Princeps* torna-se aqui o ponto aglutinador de toda Roma, pois em torno dele orbitam outras famílias aristocráticas, os grupos subalternos e até os heróis comuns a todo *populos Romanus* (Rômulo e Eneias). Visualmente, Augusto mergulha na esfera pública através de *Ara Pacis* e se confunde com a mesma, no momento em que aqui não vêm

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae à tona seus símbolos estritamente pessoais ou suas disputas políticas (como ocorria no Mausoléu) – em outras palavras, seus interesses privados se tornaram públicos. Assim, o templo une toda a visualidade romana sob a mesma diretriz, a do novo líder, e supera a fragmentação que vigorava anteriormente.

Conclusão

A análise iconográfica destes dois edifícios pôde nos mostrar a dinâmica da visualidade em dois momentos diferentes da vida política de Augusto: o início de sua vida pública como membro do Segundo Triunvirato e a época da consolidação de seu Principado.

No primeiro momento, a imagética do Mausoléu se comportava de forma semelhante às imagens de outros grandes líderes políticos e militares do final do período republicano – desde o início do século I a.C., mais especificamente. Incorporando signos helenísticos de engrandecimento real e divino, o soberbo Mausoléu rasgava a imagem urbana de Roma e travava com outros monumentos uma verdadeira batalha na qual se disputava destaque e espaço.

Contudo, o resultado disso foi a formação de uma imagética desagregada, que tinha um impacto fragmentário na esfera visual da sociedade romana. Dentro da lógica proposta por Mitchell, de uma imagem que é fraca e exhibe o que carece acima de tudo, o Mausoléu reivindicava para Otávio um poder que este não possuía – o de um rei helenístico. Logo, este edifício tornou-se mais um polo de exuberância dentre vários que recheavam Roma naquele momento – todos eles, embora enriquecessem a glória de Roma, estavam isolados uns dos outros, por reivindicarem poder pessoal para seus respectivos construtores. Nasce, aí, um espaço urbano pulverizado – o que alimenta em seus cidadãos um mal-estar, uma sensação de crise da res publica, como se os valores comuns a todos os romanos estivessem ameaçados.

Já com a construção de Ara Pacis a situação muda: Augusto não é aqui mais um polo de poder pessoal disputando espaço visual; pelo contrário, sua imagem se centralizou na visualidade do templo ao absorver amplas parcelas sociais e signos comuns aos romanos. O templo não se isola nos interesses privados de seu construtor, mas sim se integra tanto ao espaço urbano romano quanto em sua sociedade – a iconografia do templo costura o que antes estava fragmentado e une opostos, que passam a ter a figura de Augusto como ponto em comum. Aqui, a *res privata* do *Princeps* se tornou *res publica*, afinal seus signos pessoais se tornaram os signos coletivos da *Urbs*. Portanto, para um Principado que não se definia como uma instituição oficial (delimitada juridicamente), sua afirmação passou a depender muito da imagética, cuja ação enfatizava a íntima ligação entre Augusto e Roma, tal como fazia Ara Pacis.

Fontes:

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2014.

Referências bibliográficas

BELTING, Hans. *Antropologia da Imagem – Para uma ciência da imagem*. Lisboa: KKYM + EAUM, 2014.

CLARIDGE, Amanda. “Altar of the Augustan Peace (Ara Pacis Augustae).” In: *Rome, an Oxford Archaeological Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 207 – 213.

CLARKE, John R. *Art in the Lives of Ordinary Romans – Visual Representation and Non-elite Viewers in Italy, 100 B.C. – A.D. 315*. EUA: University of California Press, 2003.

CORNELL, Tim J. (Org.). “The Origins of Rome”. In: *The Beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. London and New York: Routledge (Routledge History of the Ancient World), 1995, pp. 57 – 73.

EDER, Walter; GALINSKY, Karl (Org.). “Augustus and the Power of Tradition”. In: *The Cambridge Companion to The Age Of Augustus*. EUA: Cambridge University Press, 2007, pp. 13 – 32.

FAVRO, Diane; GALINSKY, Karl (Org.). “Making Rome a World City”. In: *The Cambridge Companion to The Age Of Augustus*. EUA: Cambridge University Press, 2007, pp. 234 – 263.

_____. *The Urban Image of Augustan Rome*. EUA: Cambridge University Press, 1996.

GALINSKY, Karl. *Augustan Culture – an interpretative introduction*. EUA: Princeton University Press, 1998.

Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae

_____ (Org.). *The Cambridge Companion to The Age Of Augustus*. EUA: Cambridge University Press, 2007.

GIACOMO, Luiz Henrique Souza de. A 'restauração republicana' de Augusto: Discurso romano, alteridade oriental e teatrocrazia política. 2015. 148f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

GRUEN, S. Erich; GALINSKY, Karl (Org.). "Augustus and the Making of the Principate". In: *The Cambridge Companion to The Age Of Augustus*. EUA: Cambridge University Press, 2007, pp. 33 – 54.

HÖLSCHER, Tonio; EDMONDSON, Jonathan (Org.). "Monuments of the Battle of Actium: Propaganda and Response". In: *Augustus*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009, pp. 310 – 333.

_____. *The Language of Images in Roman Art*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 23, número 45, pp.11-36, 2003.

_____ ; CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). "História e Imagem: iconografia/iconologia e além". In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012, pp. 243 – 262.

MILLER, John F. *Apollo, Augustus, and the Poets*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2009.

MITCHELL, William John Thomas. "Part One: Images". In: *What do Pictures Want? – The Lives and Loves of Images*. EUA: University of Chicago Press, 2005, pp. 1 – 106.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "Os gregos e seus vizinhos no mundo helenístico". In: *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, pp. 9 – 26.

POLLINI, John. *From Republic to Empire – Rhetoric, Religion, and Power in the Visual Culture of Ancient Rome*. EUA: University of Oklahoma Press | Norman, 2012.

RICHARDSON JR., Lawrence. "Mausoleum Augusti"; "Ara Pax Augusta". In: *A new topographical dictionary of ancient Rome*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992, pp. 247 – 249; 287 – 289.

VEYNE, Paul. "Cap. 1: Os agentes e as condutas". In: *Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 7 – 172.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imágenes*. Trad. de Pablo Diener Ojeda. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

Imagens

Imagem 1: Mausoléu de Augusto atualmente. Fotografia tirada por Ethan Doyle White. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mausoleum_of_Augustus,_Rome.jpg>. Acesso em 13 Abr. 2019. Copyright by Ethan Doyle White, used with permission.

Imagem 2: Reconstituição do Mausoléu de Augusto por Henner von Hesberg. Imagem retirada do livro de John Pollini, cuja citação encontra-se na bibliografia deste artigo.

Imagem 3: Reconstituição digital com os obeliscos egípcios gerada por Nicholas Cipolla. Imagem retirada do livro de John Pollini, cuja citação encontra-se na bibliografia deste artigo.

Imagem 4: *Ara Pacis* visto de frente. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

Imagem 5: painel oeste com os gêmeos sendo amamentados pela loba, Marte (esquerda) e Fáustolo (direita) observando. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

Imagem 6: painel oeste, com Eneias realizando ritual de fundação de Lavínio. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

Imagem 7: painel leste, com Roma sentada em um trono de escudos. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

Imagem 8: painel leste, com a personificação de *Pax*. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

Imagem 9: face norte, com a procissão aristocrática. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

Imagem 10: face sul, com a procissão aristocrática. Disponível em: <<http://stephendanko.com/blog/15105>>. Acesso em: 26 Jan. 2019. Copyright 2011 by Stephen J. Danko, used with permission.

A dualidade da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C.¹

André Shinity Kawaminami *

Resumo: Durante o período inicial da 19ª Dinastia egípcia, a relação dos faraós com o reino de Hatti era conflituosa, resultando em diversos conflitos militares pelo controle da região da Síria-Palestina. Após a Batalha de Kadesh e o Tratado Eterno, os dois reinos firmaram uma relação de paz, consolidada posteriormente com um casamento entre Ramsés II e uma princesa hitita. A estela conhecida como a “Estela de Casamento”, encontrada em Abu Simbel, nos permite uma análise deste evento e sobre como a representação faraônica nela procura manter a visão cultural de supremacia egípcia diante do exterior. Ao mesmo tempo, ela busca conciliá-la com o acordo igualitário realizado com o rei hitita Hattusili III.²

Palavras-chave: Egito Antigo; Casamento Interdinástico; Hititas; Estela de Casamento; Antigo Oriente Próximo.

¹ A temática deste artigo integra a pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP (Nº Processo: 2016/22412-7), intitulada “Alianças e casamentos interdinásticos no Antigo Oriente Próximo – A perspectiva egípcia nos séculos XIV-XIII a.C.”

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP). E-mail para contato: shinity02@gmail.com.

² Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida de Iniciação Científica (Nº Processo: 2016/22412-7) e pela Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (Nº Processo: 2018/11390-8), as quais possibilitaram a confecção deste artigo; ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Rede, pela constante dedicação e maestria no ensino da investigação histórica; ao egiptólogo Prof. Dr. Damien Agut, pelo acolhimento, orientação e aprendizados muito significativos na área dos estudos da Egiptologia; aos membros e professores do Laboratório do Antigo Oriente Próximo da Universidade de São Paulo (LAOP – USP), em especial ao Dr. Leandro Ranieri, ao mestrando Rafael Pires e a mestre Anita Fattori, pela constante atenção, discussão e conselhos na trajetória dos estudos acadêmicos em História do Egito Antigo e do Antigo Oriente Próximo.

As relações entre o Egito Antigo e o reino de Hatti ao longo da 19ª Dinastia egípcia (1295-1186 a.C.)³ se iniciaram de forma conflituosa. Os dois reinos buscavam controlar a região da Síria-Palestina, uma vez que ela era central para o comércio e para a manutenção da política exterior dos dois reinos. É durante o reinado do faraó Ramsés II (1279-1213 a.C.) que as relações com os hititas passaram de belicosas para pacíficas: após a Batalha de Kadesh estabelece-se um acordo de paz conhecido como “Tratado Eterno”, no qual os dois reis se reconheciam como iguais, definiam seus territórios e acordavam com uma defesa mútua em caso de invasões externas.

Esta nova aliança foi posteriormente consolidada no 34º ano de reinado de Ramsés II, quando ele se casa com uma princesa hitita, filha do rei Hattusili III. A representação egípcia deste matrimônio é encontrada em algumas estelas, sendo a mais bem preservada entre elas a chamada “Estela de Casamento”, encontrada no templo de Abu Simbel. Nesta estela, o faraó representou o rei hitita de maneira não igualitária, influenciado pela concepção de superioridade egípcia (na qual os reinos estrangeiros eram considerados como inferiores em relação ao Egito por representarem as forças do caos) e se contradizia com a concepção de irmandade pressuposta entre eles na negociação deste casamento. A partir da análise de discurso e da análise iconográfica da estela, este artigo tem como objetivo investigar a *dualidade* da representação do faraó e dos hititas sobre este evento e a tentativa de manutenção e adaptação da visão de supremacia egípcia no que se refere ao exterior diante de um acordo igualitário entre os dois reinos estabelecido previamente.

1. Dos conflitos ao tratado de paz – As relações entre Egito e Hatti nos séculos XIV-XIII a.C.

O contato entre egípcios e hititas antes da 19ª Dinastia egípcia oscilou entre aproximações comerciais, diplomáticas e disputas territoriais. Durante a 18ª Dinastia,

³ Todas as cronologias referentes ao Egito e reinados faraônicos foram retiradas da obra de Ian Shaw, *The Oxford History of Ancient Egypt* (SHAW, 2000, pp. 480-489). Já as referentes aos reinados hititas foram retiradas da obra de Trevor Bryce, *The Kingdom of the Hittites* (BRYCE, 2005, p. xv).

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

Amenhotep III (1390-1352 a.C.) e Akhenaton (1352-1336 a.C.) haviam estabelecido uma relação de igualdade com o reino de Hatti, a qual conhecemos pelas cartas de Amarna, que foram encontradas em 1887, no sítio de Tell el-Amarna, no Egito. São cerca de 400 cartas escritas em tabletas, em cuneiforme na língua acadiana, que datam da segunda metade do século XIV a.C. e representam parte da correspondência egípcia com reinos aliados e reinos subalternos no Antigo Oriente Próximo (PFOH, 2016, p.30). Nestas correspondências, os chamados “Grandes Reis” estabeleceram uma aliança (em teoria, entre iguais) em irmandade e trocavam presentes, além de, por vezes, negociarem acordos matrimoniais. Faziam parte desta aliança os reinos do Egito, Babilônia, Assíria, Mitani e Hatti (RAINEY, 2015, *passim*).

A negociação dos casamentos interdinásticos (ou diplomáticos) foi uma prática repleta de tensões e conflitos entre os reis envolvidos nela. Esta prática representava uma consolidação da irmandade e da relação igualitária entre dois reis e permitia o envio de presentes e bens ligados ao dote e contra-dote do matrimônio. Nesse contexto, os Grandes Reis do Antigo Oriente Próximo enviavam algumas de suas filhas em casamento para o faraó que, em contrapartida, não enviava uma princesa egípcia em matrimônio para esses reis, o que gerou conflitos e questionamentos aos reis egípcios envolvidos.

Para os faraós, não enviar uma de suas princesas em casamento representava uma perspectiva cultural de superioridade frente aos reinos estrangeiros (frequentemente representados nas fontes egípcias como o caos), uma vez que, caso uma filha do faraó se casasse com um rei que não fosse egípcio, isto seria uma representação do Egito submetido ao caos, a um reino considerado inferior. Isso traria diversas implicações do ponto de vista faraônico, como a possibilidade de uma reclamação do trono do Egito por um possível herdeiro, fruto de um matrimônio diplomático, assim como do ponto de vista cultural dos egípcios. Apesar da unilateralidade desse posicionamento e das constantes discussões nas negociações matrimoniais, os Grandes Reis enviavam, mesmo assim, suas filhas em casamento para Amenhotep III e Akhenaton, provavelmente devido a grande quantidade de

ouro (material escasso na região da Mesopotâmia e da Anatólia) que os faraós enviavam como presentes matrimoniais e como contra-dote.

Durante o reinado de Tutankhamon (c. 1336-1327 a.C.), os egípcios passaram a estar em confronto militar com o reino de Hatti na região norte da Síria. Com a queda do reino de Mitani pelos hititas pouco antes do reinado deste faraó, alguns territórios subordinados ao rei egípcio tentaram estabelecer um estado independente. Segundo Van Dijk, isso teria feito o Egito perder algumas de suas posses e a tentativa de alcançar um novo equilíbrio de poder por parte de Tutankhamon provavelmente não obteve sucesso (VAN DIJK, 2000, p. 282).

Os eventos e as causas relacionadas à morte desse faraó não são claros. O rei morreu por volta de seu décimo ano de reinado, em uma época em que o Egito estava engajado em um importante confronto com os hititas, que acabou com a derrota egípcia em Amqa. Ay, vizir de Tutankhamon, foi o responsável por conduzir os procedimentos funerários do faraó e, assim, assumiu o trono egípcio (*Ibidem*, p. 283), já que Tutankhamon aparentemente não havia deixado herdeiros.

Foi durante esse período que a sua viúva, Ankhesenamun, teria decidido pedir em casamento ao rei hitita, Shuppiluliuma (c. 1350-1322 a.C.), um de seus filhos para ocupar o trono egípcio. Apesar de inicialmente relutante, o rei de Hatti enviou um de seus filhos ao Egito, Zannanza, que morreu no caminho. Há autores que levantam a hipótese de que o príncipe hitita poderia ter sido assassinado pelas forças egípcias leais ao general Horemheb, na Síria (*Ibidem*, p. 284). Entretanto, as motivações de Ankhesenamun para o pedido de um príncipe a Shuppiluliuma, assim como as causas da morte de Zannanza são pouco claras ao analisarmos as fontes sobre essa questão. É possível pensar que a rainha egípcia tivesse interesse em desestabilizar o rei de Hatti, já que naquela época os dois reinos estavam em conflito militar. Também é uma possibilidade que Ankhesenamun não quisesse que Ay ascendesse como faraó (uma vez que ele não pertencia à família real), e, portanto, buscou um príncipe estrangeiro, filho de um Grande Rei, para manter a realeza egípcia (mesmo que em

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

parte estrangeira). De qualquer modo, é importante ressaltar a forte concepção de superioridade da corte egípcia frente os outros reinos do Antigo Oriente Próximo.

Shuppiluliuma, como vingança, invadiu alguns territórios egípcios na Síria, tomando prisioneiros e aumentando os conflitos políticos e militares entre Egito e Hatti e, assim, prolongando um estado de guerra (KITCHEN, 1982, p. 15). O faraó Ay (c. 1327-1323 a.C.), segundo uma carta fragmentada em cuneiforme, tentou estabelecer a paz com os hititas após o episódio da morte de Zannanza, sobre o qual ele nega a responsabilidade da corte egípcia neste acontecimento (VAN DIJK, 2000, p. 284).

Há poucas fontes que possibilitam delinear as políticas do reinado de Ay. Ele foi sucedido por Horemheb (c. 1323-1295 a.C.), faraó que manteve as disputas com os hititas por territórios no norte da Síria, que se prolongaram. Por volta do décimo ano de seu reinado, os egípcios parecem ter feito uma tentativa sem sucesso de reconquistar Kadesh e Amurru. O herdeiro apontado por Horemheb foi o vizir Pramesse, que assumiu o trono após a morte do faraó como Ramsés I (c. 1295-1186 a.C.), fundando a 19ª Dinastia (KITCHEN, 1982, p. 18). Durante seu curto reinado, seu filho Sety I (c. 1294-1279 a.C.) foi apontado como vizir, tornando-se faraó após a morte do pai. O reinado de Sety I foi marcado por algumas campanhas em Shasu, no sul da Palestina, perdendo alguns estados vassalos em decorrência de confrontos com os hititas (VAN DIJK, pp. 286-287).

Sety I, após sua morte, foi sucedido por seu filho e corregente, Ramsés II (c. 1279-1213 a.C.). Ele já era o chefe de comando do exército durante o reinado de Sety I e tentou seguir a política exterior do último faraó em restaurar o império egípcio na região da Síria (KITCHEN, 1982, p. 22). Ramsés II ficou conhecido por suas campanhas militares, por estabelecer um vasto programa de construções de templos e monumentos e por ter sido um dos faraós que teria reinado por mais tempo (aproximadamente 67 anos). Seu reinado também foi marcado pela famosa Batalha de Kadesh, o tratado de paz (“Tratado Eterno”) estabelecido com o reino de Hatti e o casamento com pelo menos uma princesa hitita.

Para tratar sobre a relação de Ramsés II com a corte do reino de Hatti, é necessário analisar o império hitita de maneira ampla, entendendo a sua consolidação no quadro político do Antigo Oriente Próximo, suas características no tratamento com os reinos exteriores e a sua relação com o Egito.

O reino dos hititas (c. 1800-1200 a.C.), chamado de “Hatti” nos textos assírios, babilônicos e egípcios, possuía sua capital em Hattusa, localizada na região da Anatólia Central. De maneira geral, a história de Hatti se inicia a partir de um longo processo de unificação de cidades-estados rivais na região central da Anatólia. Foi com Hattusili I (c. 1620–1590 a.C.) que se deu a culminação desse processo, tornando-o rei dos hititas e estabelecendo a capital do reino em Hattusa. A partir deste momento, há uma expansão territorial com expedições militares para além de Hatti, o que ampliou o reino e estabeleceu o início do império hitita. Entretanto, essa ampliação foi perdendo coesão na medida em que seu avanço não era cauteloso e não acompanhava o ritmo de estabilização do núcleo central do império, constantemente abalado por disputas políticas internas pelo poder do reino (LIVERANI, 2016, pp. 362-363).

Os hititas tiveram um grande impacto no quadro internacional do Antigo Oriente Próximo. Hatti foi uma potência que lidou em um patamar de relativa igualdade com os reinos do Egito, Assíria e Babilônia. A realeza hitita soube manejar conquistas territoriais e militares, além de estabelecer negociações diplomáticas com os reinos próximos da Anatólia. Foi com o reinado de Shuppiluliuma I (c. 1350–1322 a.C.) que Hatti se projetou de forma mais consolidada nas relações internacionais do Oriente Próximo. Para além das conquistas militares creditadas a esse rei e a questão relacionada ao pedido de Ankhesanamun por um de seus herdeiros em casamento, Shuppiluliuma foi responsável por inserir, de fato, o cenário sírio-mesopotâmico nas ambições do império hitita e estabelecer um contato mais padronizado com o Egito e a Babilônia (*Ibidem*, p. 420). As conquistas desse rei mantiveram um relativo controle sobre a região da Síria, com alguns momentos de perdas territoriais para os egípcios e assírios.

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

A partir da 19ª Dinastia egípcia, houve um aumento das investidas e confrontos contra os territórios sob o poder dos hititas, sem um sucesso significativo que fosse capaz de alterar o quadro de controle territorial de Hatti na região da Síria-Palestina. Foi somente com Ramsés II que houve um ponto de mudança com suas políticas expansionistas que acabaram culminando na batalha de Kadesh.

Durante o quarto ano do reinado de Ramsés II, o faraó realizou sua primeira campanha na Síria, conseguindo trazer Amurru de volta para o controle egípcio. Entretanto, o rei hitita Muwatalli II (c. 1295–1272 a.C.) investiu na reconquista desse território, assim como reforçou sua política externa na tentativa de se prevenir contra a perda de mais territórios para o faraó. No quinto ano de reinado, Ramsés II, com o intuito de estabelecer uma guerra direta com o exército hitita principal, ultrapassou a fronteira da região de Sile, o que culminou na famosa batalha de Kadesh (1275 a.C.) (VAN DIJK, 2000, p. 289).

Essa batalha é tida como uma das mais famosas, detalhadas e representadas nas fontes da Antiguidade de maneira geral. Ela se diferencia significativamente das outras batalhas travadas anteriormente entre Egito e Hatti, pois consistiu no confronto direto entre os principais exércitos de ambos os lados, e não apenas em uma investida militar comum. O conflito em Kadesh foi a culminação de uma longa competição entre os dois reinos e teve uma dimensão diferente dos outros conflitos do Período do Bronze Recente até então (MIEROOP, 2007, p. 36).

O desfecho da contenda foi provavelmente um empate, se não a derrota do rei egípcio. Ramsés teria recusado uma oferta de paz, mas os reis entraram em um acordo de trégua. Nos anos subsequentes, outros confrontos razoavelmente bem-sucedidos para os egípcios na Síria-Palestina ocorreram, mas os estados conquistados pelo faraó rapidamente voltavam à esfera de domínio hitita quando o exército egípcio deixava a região. No final da batalha como um todo, Ramsés II não conseguiu dominar Kadesh, nem mesmo o território de Amurru (VAN DIJK, 2000, pp. 289-290). Apesar do faraó não ter conseguido alcançar seus objetivos, as

fontes egípcias retrataram o evento como uma grande vitória de Ramsés II sobre os hititas, com cenas de batalha e inscrições reais que representam o conflito com a vantagem egípcia em diversos monumentos e templos ao longo do Egito.

Após a morte de Muwatalli II, houve uma separação política interna entre o norte e o sul de Hatti, o que gerou uma crise dinástica. Hattusili (irmão de Muwatalli) queria manter o controle sobre as possessões do norte do reino e desejava influenciar seu sobrinho, Urkhi-Teshub (c. 1272–1267 a.C.), filho e herdeiro de Muwatalli que assumiu o trono hitita. Segundo Liverani, Urkhi-Teshub tentou limitar o poder e influência de seu tio, que teria se rebelado e buscado o apoio de numerosos membros da corte e de vassalos distantes para usurpar o trono. Dessa forma, Hattusili enfrentou seu sobrinho e conseguiu tomar o trono de Hatti, assumindo-o como Hattusili III (c. 1267–1237 a.C.) e forçando o exílio de Urkhi-Teshub na Síria (e posteriormente no Egito, o que gerou consequências na relação entre os dois reinos) (LIVERANI, 2016, p. 425).

Com o novo rei governando Hatti, a relação dos hititas com os egípcios mudou se comparada com a postura conflituosa entre os dois reinos até então. Hattusili III possuía a preocupação em se legitimar no trono não apenas internamente ao seu império, mas também no que se refere aos reis do Oriente Próximo, uma vez que Urkhi-Teshub se encontrava vivo e exilado com a possibilidade de se aliar com forças externas e reclamar o trono. É nesse contexto que o rei hitita procura estabelecer uma nova relação com Ramsés II, diferente da conflituosa anterior. Com o intuito de se legitimar e de se manter no trono de forma segura, Hattusili III optou, então, por iniciar as negociações de paz com os egípcios, as quais levaram a um tratado formal no 21º ano de reinado do faraó (c. 1258 a.C.).

Esse tratado, também conhecido como “Tratado Eterno”, é um dos mais bem preservados da Antiguidade Próximo-Oriental e estabeleceu um novo equilíbrio de poder entre o Egito e Hatti. Os egípcios aceitaram a perda dos territórios de Kadesh e Amurru no tratado, trazendo uma estabilidade para a frente egípcia na região e abrindo as fronteiras comerciais para a região do Eufrates, Mar Negro e do leste de Aegan. O tratado também

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

permitiu que o faraó se concentrasse na fronteira oeste do Egito, que sofria constante pressão por invasores líbios, particularmente na região do Delta onde Ramsés construiu uma série de fortificações (VAN DIJK, 2000, p. 290).

Ainda sobre os ganhos dos egípcios pelo tratado, segundo Bryce, é possível que o aumento do poder assírio tenha sido um fator na decisão de Ramsés II em firmá-lo (apesar da Assíria não ter feito nenhuma ameaça direta aos territórios egípcios na Síria). O faraó pode ter visto o tratado como uma conquista significativa no quadro internacional que poderia reforçar sua imagem e poder entre seus subordinados e os outros reis asiáticos. Na falta de triunfos militares significativos naqueles anos, talvez o rei egípcio tivesse pensado o tratado como uma conquista diplomática e uma aliança com um inimigo poderoso e de longa data do Egito; ou seja, isso poderia servir como uma “propaganda” a favor do faraó (BRYCE, 2005, p. 277).

Era também acordado no Tratado Eterno que os dois reinos se aliariam para enfrentar possíveis ameaças externas. Cada reino formulou uma versão do tratado: o registro egípcio foi enviado para Hattusa e a versão hitita foi para Tebas, traduzida para o egípcio e inscrita sobre as paredes do templo de Amon, em Karnak. As duas cópias não são exatamente duplicatas, mas são muito semelhantes (MIEROOP, 2007, p. 126).

Para além do tratado em si, a política externa de Hattusili III marca uma mudança em relação à dos reis anteriores. Com as pretensões de manter sob controle os territórios do império diante dos ataques assírios e egípcios e de se projetar como legítimo rei de Hatti para os outros reis do Oriente Próximo (evitando, assim, apoios externos a Urkhi-Teshub em uma possível tentativa de reclamar o trono), Hattusili soube manejar sua política externa de forma a articular esses objetivos.

O Tratado Eterno possibilitou o reconhecimento entre o faraó e o rei hitita como iguais, estabelecendo uma igualdade formal entre eles. Ademais, o tratado abriu margem para a consolidação dessa nova relação entre os dois reinos na forma de um casamento

interdinástico, firmando as relações comerciais e diplomáticas entre duas das maiores potências do Período do Bronze Recente.

2. A negociação matrimonial entre Ramsés II e a rainha hitita Puduhepa

Sobre as correspondências diplomáticas hititas, de maneira geral, os arquivos de Hattusa contam com cerca de 120 cartas, muitas em estado fragmentado. Elas datam do final do século XIV até o final do século XIII a.C., mas a maior parte delas veio do reinado de Hattusili III e de sua esposa, Puduhepa (isto é, do período de c. 1267-1209 a.C.). O grupo mais amplo e coerente consiste nas correspondências trocadas entre as cortes hitita e egípcia. Outras cartas incluem os reis e oficiais da Assíria, Babilônia, Alashiya e regiões subordinadas ao império de Hatti (MIEROOP, 2007, p. 110).

Hattusili III e Puduhepa mantiveram uma política de estabelecimento de casamentos interdinásticos tanto com reis estrangeiros como com reis subordinados ao império hitita. Sabemos pelas fontes que houve casamentos entre o reino de Hatti e Amurru, Babilônia, Egito e Isuwa. Esses matrimônios auxiliaram no reforço do reconhecimento de Hattusili como rei legítimo de Hatti por parte dos reis do Oriente Próximo e na consolidação das diversas negociações estabelecidas entre esses reis (BRYCE, 2005, p. 268).

Por volta do ano de 1246 a.C., a rainha Puduhepa iniciou as negociações diplomáticas com Ramsés II para o estabelecimento do casamento de uma princesa hitita com o faraó, como uma forma de consolidar o tratado de paz estabelecido entre os dois reinos anteriormente. Duas das cartas dessas negociações sobreviveram – uma em forma de rascunho (escrita em hitita) e outra escrita em acadiano. Ambas as cartas estão relativamente bem preservadas e foram encontradas em Hattusa, antiga capital do império hitita (MIEROOP, 2007, p. 223). Elas tratam dos arranjos do casamento, a providência do dote, o planejamento da viagem da princesa ao faraó, a expectativa de que ela se tornasse a rainha do Egito e a garantia de que os mensageiros reais e membros da família hitita poderiam visitá-la após o estabelecimento do matrimônio (BRYCE, 2005, p. 282). Uma das cartas teria sido enviada por

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

Puduhepa para Ramsés II (o rascunho escrito em hitita), enquanto que a outra é uma réplica do faraó para a rainha hitita.

Esse casamento foi consolidado no 34º ano de reinado de Ramsés II (c. 1245 a.C.) e foram inscritos em estelas textos comemorativos a respeito desse evento. Essas estelas se encontram em Karnak, Elefantina, Aksha, Abu Simbel e Amara West (KITCHEN, 1982, p. 85). Uma delas, a localizada em Abu Simbel, é conhecida como a “Estela de Casamento” por se tratar da mais bem preservada entre elas. Ela conta com representações iconográficas do faraó, de Hattusili III e da princesa hitita, além de possuir textos escritos em língua egípcia sobre a ocasião (ou seja, o evento é expresso do ponto de vista egípcio).

3. As estelas egípcias comemorativas do casamento interdinástico

É somente no reinado de Ramsés II que encontramos (pela primeira vez durante o Reino Novo, de maneira consistente e detalhada) fontes propriamente egípcias (no caso, principalmente as estelas comemorativas) que retratam a consolidação e comemoração de um casamento interdinástico. Elas permitem analisar os elementos culturais egípcios que constituíram a projeção da perspectiva faraônica na prática dos matrimônios diplomáticos, além de como se deram as representações dos hititas nessa condição.

A Estela de Casamento se encontra atualmente em Abu Simbel, associada ao Grande Templo de Ramsés II e seu corpo textual apresenta continuidades com os encontrados nas estelas em Elefantina, Aksha, Karnak e Amara West. Na Imagem 1, acima do texto principal em hieróglifo, temos a representação iconográfica de Ramsés II com os deuses Seth e Ptah-Tatenen e com a princesa e o rei hitita. O texto principal é constituído de uma série de adorações e exaltações do poder faraônico e de como se deu a relação e o casamento com a princesa hitita do ponto de vista egípcio:

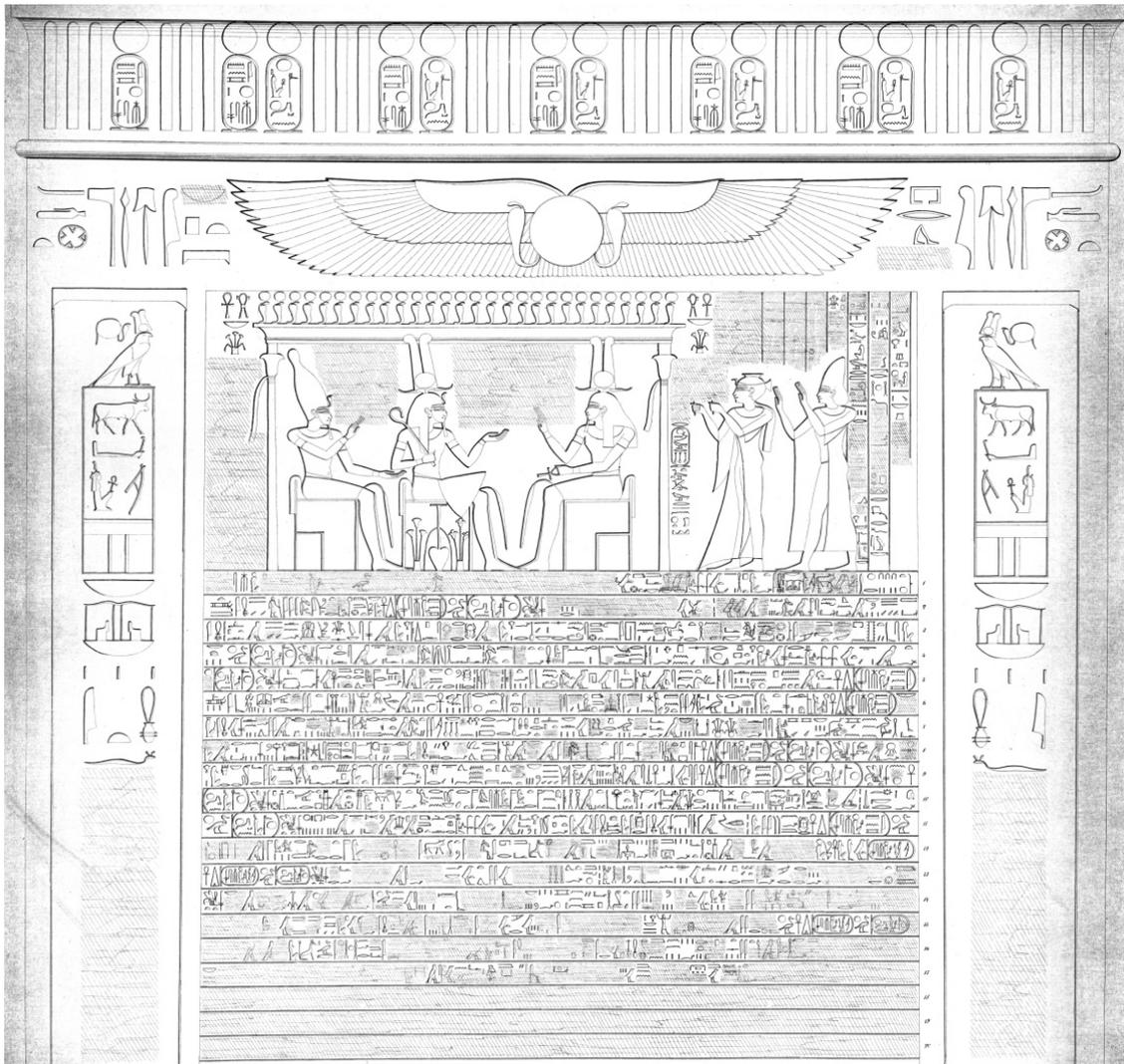


Imagem 1: A Estela de Casamento (Abu Simbel)

As estelas comemorativas, de maneira geral, possuíam a função de registrar os feitos do faraó para a posteridade como uma forma de propaganda de seu reinado. Diferentemente das inscrições e estelas dedicatórias, as comemorativas nem sempre possuíam um forte teor religioso. Elas se encontravam geralmente dentro ou perto de templos, ainda que fosse muito comum que elas se encontrassem em outras circunstâncias (SETERS, 2008, p. 161).

Uma característica das inscrições comemorativas que se manteve durante a 19ª Dinastia e o reinado de Ramsés II é o registro de um determinado acontecimento como uma das

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

maiores conquistas já registradas até então. Seters aponta Ramsés II como um dos faraós que mais exaltou suas próprias conquistas, gravando o seu nome nos monumentos de vários de seus antecessores. Também era comum os faraós, que se entendiam como um rei supremo e superior aos reis estrangeiros (que representavam o caos), deturparem a natureza das relações do Egito com outros reinos (*Ibidem*, p. 192).

O caso de Ramsés II com Hattusili III pode ser considerado um dos principais exemplos sobre a deturpação da relação do faraó com reinos externos. Mesmo após o Tratado Eterno e o acordo de igualdade entre os dois reis, o faraó continuou se representando como um conquistador dos hititas nos relevos de seus templos. Ao mesmo tempo, negociou com Puduhepa em um patamar de igualdade o casamento com uma princesa hitita, o qual foi representado na Estela de Casamento de forma divergente da acordada nas cartas dessa negociação matrimonial.

4. A análise de discurso e a análise iconográfica da estela

Para o tratamento adequado da estela, são utilizados como método a análise de discurso e a análise iconográfica. A análise de discurso, segundo Silva, relativiza a língua como sistema abstrato, fechada nela mesma, e impõe-lhe a “ideia” de discurso, que é um objeto sócio-histórico e no qual está implícita a intervenção do linguístico. Esse método considera a história e a sociedade como independentes de suas significações e, dessa forma, busca compreender como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar-se (SILVA, 2005, pp. 16-17).

Para esse tipo de análise, a linguagem não é transparente; ela procura detectar, então, em um texto como ele significa. O texto é detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso, pretende-se apreender “o homem falando”, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido. Assim, a análise de discurso tem como objetivo compreender como os objetos simbólicos

produzem sentidos. Ela não se limita a interpretação do texto; ela trabalha seus limites e seus mecanismos como parte dos processos de significação (ORLANDI, 1999, p. 26).

Não se limitando apenas a pura interpretação textual, a análise de discurso auxilia na compreensão do discurso em si, ou seja, em pensar nas suas condições de elaboração histórica, cultural e social e na elaboração de sua relação com os sentidos. Dessa forma, ela possibilita desnaturalizar o discurso de suas relações com a língua, consigo mesmo e com a história. Portanto, é possível compreender o modo como o sujeito elabora e/ou compreende a formulação do que se materializa no texto (ORLANDI, 2012, p. 14).

Ao considerar que a linguagem não é transparente, é possível ir além do próprio texto. A cultura e a perspectiva dos reis nem sempre aparecem nas fontes de forma explícita. Elas aparecem em conflitos e tensões, sendo necessário mais do que simplesmente interpretar os textos, e sim ir além deles mesmos e buscar como significam e como o discurso traz vestígios desses elementos, relacionando os sujeitos com a sua exterioridade e historicidade. Seguindo esse método, é possível evidenciar os dizeres com a exterioridade, ampliando o contexto de interpretação levando em consideração os elementos culturais, históricos e antropológicos do faraó.

Por meio desse método, podemos investigar a imagem sobre algo através do discurso. No caso deste artigo, a imagem do faraó pode ser investigada, ainda mais considerando que ela está em constante conflito de significação quando comparada com a de um rei estrangeiro.

Sobre a análise iconográfica, a análise de diferentes tipos de imagens foi e é feita de diversas maneiras pelas ciências humanas. Dentre elas, a iconográfica é uma das mais utilizadas, ainda que concebida e entendida de formas muitas vezes divergentes entre elas. No caso dessa pesquisa, é realizada uma análise iconográfica da Estela de Casamento levando em conta suas especificidades e contextos.

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

Os historiadores, durante muito tempo, utilizaram as imagens como simples ilustrações dos documentos textuais, considerando a longa tradição logocêntrica da disciplina História. Nessas ocasiões, as imagens eram utilizadas de forma descritiva e para ilustrar conclusões de uma análise textual, sem alguma crítica voltada para elas em si (BURKE, 2016, pp. 18-19). Entretanto, atualmente há uma tendência em não tratar as imagens dessa forma, e sim como documentos por si mesmas.

As imagens devem ser tratadas com o mesmo valor e atenção que uma fonte textual. Não apenas as imagens, mas outros tipos de fontes (a própria cultura material, por exemplo) podem ser tratados pelos historiadores como documentos tão importantes quanto os textuais e podem ser tomados como documentos históricos. Como qualquer outra fonte, as imagens possuem algumas limitações analíticas e o historiador (assim como qualquer estudioso de outra disciplina) deve estar atento às suas fragilidades. Mesmo tomando como referência a análise iconográfica, é necessário ressaltar que também não há exatamente um roteiro de análise a ser seguido estritamente, sendo o mais primordial indicar os percursos da análise, os objetivos, problemas históricos e as características e questões que são procuradas nela. As imagens também não devem ser consideradas apenas como um “documento visual”, limitada a análise iconográfica, apenas.

No caso deste artigo, a estela analisada consiste em um documento textual e visual. Sobre a complementaridade dos diferentes tipos de análise documental, não se espera necessariamente uma convergência entre elas. Ambos os tipos de fonte, visual e verbal, pertencem a diferentes sistemas de representação, o que implica na comunicação de informações e significados diferentes. Como destaca Meneses,

Basta lembrar que a imagem visual se realiza no espaço e fornece de imediato a totalidade de coisas, pessoas, eventos e suas relações; já a fonte verbal se realiza no tempo, acumulando unidades de informação em sequência, podendo explorar com mais eficácia relações temporais. A fonte escrita, por sua vez, faz jus a um acréscimo de especificidade por compartilhar algo de visualidade. Em suma, ambas as fontes desvendam aspectos diversos de um mesmo objeto de conhecimento. (MENESES, 2012, p. 253)

No caso da imagem da Estela de Casamento, é realizada uma análise primeiramente sobre o contexto em que ela se encontra, partindo para uma descrição dos seus elementos, assim como das suas possíveis representações simbólicas, seu contexto histórico de produção e o evento sobre o qual ela retrata, dialogando posteriormente com a análise de seu texto.

5. A representação de Ramsés II e da relação egípcia com o reino de Hatti

A Estela de Casamento está localizada no lado esquerdo do pátio do Grande Templo de Ramsés II em Abu Simbel (Conf. "Imagem 2"). Por estar do lado externo do templo, é possível pressupor que a estela pudesse ser vista por qualquer pessoa que por ali passasse; caso a estela estivesse localizada no interior do templo, o acesso a ela seria mais restrito, limitado provavelmente apenas aos sacerdotes dali (exceto em determinados festivais). O templo está localizado na região da antiga Baixa Núbia, que fazia parte de um vasto programa de construções monumentais de Ramsés II, com exceção do país de Kush. Cerca de sete templos edificadas nessa região são atribuídos a este faraó (PETERS-DESTÉRACT, 2003, p. 19).

Os possíveis motivos dessas construções, assim como a exposição da própria estela, podem estar ligados a diversos fatores, como a demonstração do poder da realeza em uma região na qual os egípcios investiam em algumas tentativas de "colonização"; homenagem aos deuses; propaganda faraônica, dentre outras possibilidades. Considerando o contexto político e regional, o estabelecimento da estela em um local de visibilidade que atingiria um público relativamente diverso pode ser considerado uma forma de propaganda faraônica, na qual o casamento com a princesa hitita poderia ser visto como um tributo prestado ao rei egípcio por um reino poderoso como o de Hatti.

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

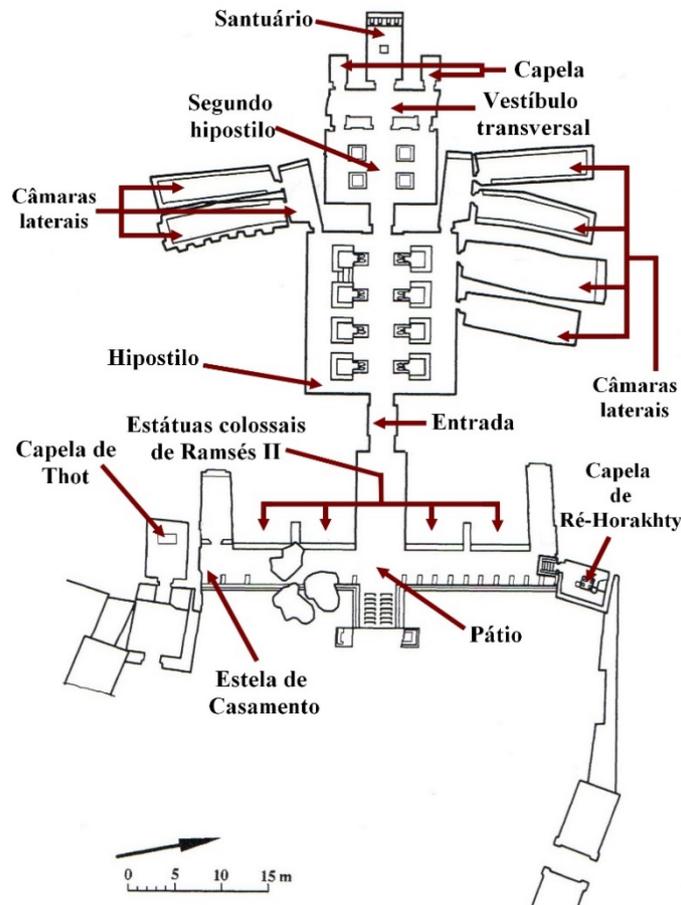


Imagem 2: Planta do Grande Templo de Ramsés II (Abu Simbel)

Podemos dividir a Estela de Casamento (Conf. "Imagem 1"), para fins de análise, em pelo menos três partes: o entablamento e as margens (parte superior da estela); a imagem central; e o texto principal. No entablamento e nas margens, há uma série de títulos reais faraônicos em referência a Ramsés II, como "Senhor das Duas Terras"⁴, "Filho de Ré" e "Amado de

⁴ Título utilizado para fazer referência ao Alto e Baixo Egito.

Amun". A estela está coberta por uma cornija egípcia, decorada com dois cartuchos reais separados por três tiras verticais repetidas. Abaixo, há o disco solar alado por dois uraeus⁵, o Behedet.

Na imagem central, há uma tenda coberta por um friso de cobras protetoras (lado esquerdo da imagem) sob a qual repousa três personagens sentadas: no centro se encontra Ramsés II, portando a coroa de Tatenen. Ele possui em sua mão direita o cetro real (uma das insígnias faraônicas), enquanto que a sua mão esquerda está estendida em direção ao deus Ptah-Tatenen (à direita do rei), que o encara. Abaixo do trono do faraó, há o sema-taoui, representação da união do Alto e Baixo Egito (PETERS-DESTÉRACT, 2003, p. 377). À esquerda do faraó está o deus Seth, utilizando a Coroa Branca (que representava o Alto Egito) realizando um gesto de proteção em direção ao rei.

O faraó e os deuses recebem o rei e a princesa hitita, que estão de pé (lado direito da imagem). A princesa se aproxima da tenda, vestida à moda egípcia com uma peruca característica das rainhas do Egito. Em sua frente, há uma coluna de hieróglifos onde se encontra seu nome egípcio, Maat-Hor-Neferu-Ré (*Mꜣꜣt-Nk-Nfrw-Rꜥ*, , "Aquele que vê Hórus, o esplendor visível de Ré"), inscrito dentro de um cartucho real, e embaixo está o seu título de "Filha do Grande Governante de Hatti" (*sꜣt pꜣ wrꜥ ꜣꜣ ny ꜣt*, ). Atrás da princesa, o rei hitita saúda Ramsés II com seus dois braços levantados, em sinal de adoração. A inscrição que acompanha Hattusili III pode ser interpretada como uma subordinação do reino de Hatti ao Egito:

⁵ Serpente naja ou cobra, com o pescoço ereto. Ela é representada na frente das perucas reais, muitas vezes sobre a faixa frontal, e devia proteger a pessoa real e eliminar os inimigos (PETERS-DESTÉRACT, 2003, p. 379).

⁶ A palavra *wr* pode significar "grande (pessoa)", "príncipe", "dignitário", "notável", "aquele que governa", "chefe de um país estrangeiro", e, após um nome próprio, "mais velho". Nessa passagem, podemos pensar *wr* como "aquele que governa", "chefe de um país estrangeiro", pois a palavra é acompanhada do termo *ꜣꜣ*, que significa "ser grande", "o grande", "grande em tamanho/duração/importância", "elevado", "eminente". Logo, o termo pode ser entendido como "o grande governante" (Conf. AL 1: 77.0958; AL 2: 78.1016; AL 1: 77.0558; AL 2: 78.0610; AL 3: 79.0412).

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

Eu vim diante de ti para adorar tua beleza por subjugar os países estrangeiros. Tu és verdadeiramente filho de Sutekh e ele decretou para ti a terra de Hatti. Eu me despojei de todos os meus bens, com minha filha mais velha diante deles para presenteá-los a ti. Bom é tudo aquilo que tu decretas para nós, embora eu esteja sob teus pés eternamente, (junto com) toda a terra de Hatti. Quando tu ascendes ao trono de Ré, toda terra está sob teus pés para sempre.⁷ (KITCHEN, 1996, p. 87, tradução própria)

O início do texto principal consiste em uma série de adorações ao faraó, seus títulos reais, destaque para as riquezas do Egito e dos feitos do rei egípcio, assim como a dominação que ele teria exercido sobre os governantes estrangeiros. A exceção dessa dominação egípcia inicial é o reino de Hatti, o qual enfrentou Ramsés II. Diante deste posicionamento, a estela narra uma vitória militar de Ramsés II sobre os hititas, seguida de saques e da destruição do exército de Hatti (uma deformação da realidade histórica). Ignorando o Tratado Eterno estabelecido entre os dois reinos, Hattusili III oferece sua filha junto de outros itens para apaziguar o faraó:

[32] (...) Então ele fez sua filha ser trazida com magníficos presentes/tributos diante [33] dela, (consistindo) de ouro, prata e muito cobre, servos e cavalos sem limites, gado, cabras e ovelhas em dezenas de milhares – os presentes que eles trouxeram (para) o Rei do Alto e Baixo Egito, **User-Maat-Ra Setepenra**, Filho de Ré, **Ramsés II, Amado de Amun**, vida concedida; eram sem limites. Então al(guém) veio para informar Sua Majestade, dizendo: ‘Contempla, o Grande Governante de Hatti [34] enviou sua filha mais velha com muitos presentes; eles cobriram a [estrada] com suas [chegadas], a princesa de Hatti e os grandes nobres da terra de Hatti carregando-os. (...)’⁸ (DAVIES, 1997, pp. 136-137, tradução própria)

⁷ No original: “I have come to you, I adore your beauty as Curber of the foreign countries. You are truly the Son of Sutekh; he has decreed for you the Hatti-land. I have divested myself of all my goods, with my eldest daughter at the head of them, to present them to your countenance. Good is all that you decree for us, (even as) I am under your feet eternally and forever, along with the entire Hatti-land. You have appeared upon the throne of Re, every land being under your feet forever.”

⁸ No original: “Then he had his eldest daughter brought with august gifts before her, (consisting) of gold, silver and much copper, servants and horses without limit, cattle, goats and sheep by the tens of thousands – the gifts that they brought (for) the King of Upper and Lower Egypt, **Usermare Setepenre**, Son of Re, **Ramesses II, beloved of Amun**, given life, were without limit. Then (some)one came to inform His Majesty, saying: ‘Behold the great chief of Hatti has sent his eldest daughter with a great many gifts; they cover the [road] with their [coming], the Princess of Hatti and the great noblemen of the land of Hatti carrying them.’”

É necessário analisar alguns termos egípcios lexicograficamente para que possamos entender de forma mais contextualizada a mensagem que a estela transmite. Os egiptólogos possuem uma certa tendência em traduzir a palavra *jnw*⁹ () como “presente” ou “tributo”. Entretanto, esta mesma palavra pode significar “contribuição”, “algo que é trazido”, “produtos”, “presentes” (que vêm do palácio ou presentes diplomáticos de países estrangeiros) e “tributos” (de países submissos) (GORDON, 1983, *passim*). No caso da estela, ao considerarmos seu texto como um todo, podemos pensar na palavra *jnw* como “tributo”, uma vez que Hatti aparece como um país estrangeiro rebelde que foi submetido ao poder faraônico. Entretanto, ainda é possível pensar na palavra como “presentes” ou mesmo como “algo que é trazido”, sem o tom ideológico das duas possibilidades anteriores, o que pode levar à interpretação de que o envio da princesa hitita em casamento não foi uma forma de tributo ao rei egípcio, e sim uma forma de consolidar a aliança entre os dois reinos (ainda que não de forma igualitária como pressuposta nas correspondências dessa negociação matrimonial, já que Hatti aparece como um país rebelde submetido às forças do rei egípcio). Portanto, as três interpretações são possíveis, ainda que a primeira seja mais plausível pelo contexto da estela.

A *dualidade* da representação do faraó, de sua relação com o reino de Hatti e no que se refere ao matrimônio também pode ser observada em outra passagem do texto. Ao analisarmos o restante do texto, há encaminhamento e a chegada da princesa hitita ao palácio, sendo ela apreciada em beleza pelo faraó e com a surpresa e submissão dos outros governantes estrangeiros diante desse evento. É durante o processo de viagem da princesa para a corte egípcia que os dois exércitos se encontram para escoltá-la em segurança. Neste momento, os hititas são representados de forma mais igualitária com os egípcios:

[39] (...) A filha do Grande Governante de Hatti viajou em direção ao Egito, a cavalaria e os nobres de Sua Majestade a seguiram – eles se misturaram com o exército e cavalaria de Hatti, [40] (...); e sua cavalaria e todas as pessoas da terra de Hatti se misturaram com o (povo do) Egito. Eles comeram e beberam

⁹ Conf. AL 1: 77.0319; AL 2: 78.0345; AL 3: 79.0241.

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

juntos como um só, como irmãos, sem se desgostarem, em paz e irmandade entre cada um como o modo do próprio deus, (nomeadamente) o Rei do Alto e Baixo Egito, **User-Maat-Ra Setepenra**, Filho de Ré, Senhor das Coroas, |41| **Ramsés II, Amado de Amun**, vida concedida¹⁰. (DAVIES, 1997, pp. 138-139, tradução própria)

Nesse caso, os hititas são representados como um só com o Egito, como irmãos. Diferentemente dos outros povos subjugados citados no decorrer da estela, Hatti foi representado ora como um reino rebelde que se submeteu ao faraó, oferecendo itens e uma princesa em casamento, ora como um reino irmão, aliado e em relativa igualdade.

Além dos termos apresentados, há ainda outros que podem ser analisados de forma que permitem expor a *dualidade* da representação da estela. Nas cartas de Amarna, quando o faraó se casava com princesas estrangeiras, elas se tornavam esposas secundárias, mesmo que durante as negociações os reis exigissem que elas se tornassem a rainha do Egito, a esposa principal do faraó. No caso da filha de Hattusili III, o resultado foi diferente. Da mesma forma que nas cartas de Amarna, foi negociado o status de esposa principal para a princesa hitita. Sob circunstâncias políticas e igualitárias estabelecidas entre os dois reinos após conflitos territoriais de longa data e de grande amplitude (diferentemente no período das cartas de Amarna, no qual os reis estavam em relativa paz entre eles), a Estela de Casamento coloca Maat-Hor-Neferu-Ré como $\square mt nswt$ ¹¹ ($\text{𓄏} \text{𓄏}$), título real para designar uma esposa do faraó, “esposa real”, “rainha”.

Essa situação é considerada excepcional no reinado de Ramsés II. Como aponta Cannuyer, o faraó teria se casado com pelo menos quatro princesas estrangeiras, mas nenhuma delas foi representada nas fontes egípcias que possuímos acesso como “Esposa

¹⁰ No original: “The daughter of the great chief of Hatti journeyed to Egypt, and the army, chariotry and the noblemen of His Majesty followed her – they being mixed with the army and the chariotry of Hatti, (...); and his chariotry and all the people of the land of Hatti mixed with the (people of) Egypt. They ate and drank together and they were as one, like brothers, without disliking one another, with peace and brotherhood between each other like the way of the God himself, (namely) the King of Upper and Lower Egypt, **Usermare Setepenre**, Son of Re, Lord of Appearances, **Ramesses II, beloved of Amun**, given life.”

¹¹ Conf. AL 1: 77.2680; AL 2: 78.2670; AL 3: 79.1954.

Real”, como no caso de Maat-Hor-Neferu-Ré. Da mesma forma, nenhuma outra princesa asiática que se casou com outros faraós anteriormente ao longo do curso da história egípcia conseguiu esse título (CANNUYER, 2010, p. 96). É necessário ressaltar que o título de “Esposa Real” não foi exclusivo de Maat-Hor-Neferu-Ré durante o reinado de Ramsés II quando pensamos nas rainhas egípcias nativas. Nefertari, outra esposa real do mesmo faraó e egípcia nativa, também possuiu o mesmo título.

Além disso, é significativo que o título da princesa hitita como “Filha do Grande Governante de Hatti” esteja inscrito na estela. É possível interpretá-lo não apenas como uma marca da origem estrangeira de Maat-Hor-Neferu-Ré, mas também como uma forma de consideração ao reino de Hatti. Este caso é bastante relevante, uma vez que não foi até então encontrado outro caso análogo sobre essa questão de forma equivalente (CANNUYER, 2010, p. 95).

Nas correspondências em que foram feitas as negociações do matrimônio, Ramsés II (em resposta a uma carta de Puduhepa) havia prometido que a princesa teria um status de rainha, superior à de suas outras esposas de origem estrangeira. A rainha havia insistido anteriormente para que o faraó não confinasse sua filha em um harém, onde ela não teria possibilidade de manter o contato com sua família e seu país de origem, como havia ocorrido com uma princesa da babilônia. Ramsés replica que o rei da Babilônia não era um “Grande Rei”, ao contrário do rei hitita, e que, portanto, a princesa hitita teria um tratamento mais honrável (BECKMAN, 1996, pp. 125-131).

Ao analisar o texto principal desta forma nos é permitido apreender o processo de significação de sua estrutura, entendendo as maneiras de significação não só do texto como um todo, mas de termos específicos, relacionando-os com seu contexto externo, com os elementos culturais, históricos e antropológicos da relação egípcia com o reino de Hatti. Para além de uma pura interpretação textual, a análise de discurso permite visualizar as tensões e conflitos presentes no texto de maneira mais ampla e contextualizada.

Já a análise iconográfica nos possibilita compreender uma outra dimensão narrativa da estela. A imagem quando analisada em conjunto com seus elementos simbólicos, históricos e

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

culturais é enriquecida do ponto de vista da análise documental. Ademais, a análise da estela considerando tanto seu aspecto imagético quanto textual nos concede uma visão mais unificada das mensagens do documento, ampliando o horizonte simbólico e interpretativo da fonte egípcia.

Considerações finais

A Estela de Casamento nos permite compreender um pouco da complexidade da relação de Ramsés II com os hititas e sobre como a representação dela e do evento matrimonial que consolidou a aliança entre as duas cortes são igualmente complexas e multifacetadas. A *dualidade* da representação do faraó e do reino de Hatti está relacionada com a excepcionalidade histórica da relação entre os dois reinos. Esta, previamente conflituosa com disputas territoriais e militares na qual os faraós nem sempre conseguiram se sobrepôr, passou para uma em que foi estabelecido um tratado de paz (excepcional também do ponto de vista hitita, já que Hattusili III procurou aliança e reconhecimento por parte de outros reinos para legitimar sua usurpação do trono de Hatti).

Procurando manter a tradição da representação egípcia de superioridade em relação aos outros reinos e ao mesmo tempo conciliar com o Tratado Eterno e igualitário com Hatti, a Estela de Casamento é uma exceção e adaptação da representação faraônica nas fontes egípcias. Ao mesmo tempo em que ela procura manter a tradicional visão de supremacia faraônica no que se refere ao exterior, ela faz algumas concessões em permitir um lugar de destaque ao reino hitita na sua relação com Ramsés II. A partir dela, podemos compreender uma série de questões sobre as formas de projeção do Egito e de reinos externos quando havia entre eles um acordo de paz e igualdade na própria cultura material egípcia.

Aparatos Técnicos

[...] – Texto perdido ou restaurado pelos autores consultados.

(...) – Palavras adicionadas para uma melhor compreensão na tradução.

|...| – Número da linha do texto da estela marcado nas traduções.

Palavras em negrito – Nomes e títulos inscritos em cartuchos reais.

Abreviações

AL 1: MEEK, Dimitri. *Année Lexicographique – Égypte Ancienne, Tome 1* (1977), 2ª Ed. Paris: Cybele, 1998.

AL 2: _____. *Année Lexicographique – Égypte Ancienne, Tome 2* (1978), 2ª Ed. Paris: Cybele, 1998.

AL 3: _____. *Année Lexicographique – Égypte Ancienne, Tome 3* (1979), 2ª Ed. Paris: Cybele, 1998.

Referências bibliográficas

BECKMAN, Gary. *Hittite Diplomatic Text*. Georgia: Scholars Press, 1996.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BRYCE, Trevor. "Hatti and the World of International Diplomacy: The Reign of Hattusili III (c. 1267-1237)". In: *The Kingdom of the Hittites*. Nova York: Oxford University Press, 2005, pp. 267-294.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CANNUYER, Christian. "Le grand «mariage hittite » de Ramsès II et son empreinte dans la mémoire égyptienne". In: BIETTLOT, S.; KLOCK-FONTANILLE, I.; MESHOUB, K., *Identité et Altérité Culturelles – Le cas des Hittites dans le Proche-Orient ancien*. Bruxelas : Éditions Safran, 2010, pp. 87-103.

DAVIES, Benedict G. *Egyptian Historical Inscriptions of the Nineteenth Dynasty*. Jonsered: Paul Aströms förlag, 1997.

DOYLE, Noreen; WILKINSON, Richard H. "Between Brothers: Diplomatic Interactions". In: *Pharaoh's Land and Beyond: Ancient Egypt and its neighbors*. Nova York: Oxford University Press, 2017, pp. 79-92.

FISHER, Marjorie. "A Diplomatic Marriage in the Ramesside Period – Maathorneferure, Daughter of the Great Ruler of Hatti". In: COLLINS, B. J.; MICHALOWSKI, Piotr (Eds.). *Beyond Hatti – A Tribute to Gary Beckman*. Atlanta: Lockwood Press, 2013, pp. 75-120.

A *dualidade* da representação de Ramsés II e dos hititas na Estela de Casamento – A relação do Egito com o reino de Hatti no século XIII a.C

HOFFNER JR., Harry A. *Letters from the Hittite Kingdom*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.

GORDON, Andrew H. *The context and meaning of the ancient Egyptian word inw – From the Proto Dynastic Period to the end of the New Kingdom*. Berkeley: University of California, 1983.

KITCHEN, K. A. *Pharaoh Triumphant: The Life and Times of Ramesses II, King of Egypt*. Inglaterra: Aris & Phillips LTD., 1982.

_____. *Ramesside Inscriptions: Historical and Biographical*, Vol. II. Massachusetts: Blackwell, 1979.

_____. *Ramesside Inscriptions: Translated and Annotated*, Vol. II. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente Próximo – História, Sociedade e Economia*. São Paulo: Edusp, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 23, nº 45. São Paulo, 2003, pp. 11-36.

_____. “História e Imagem: iconografia/iconologia e além”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012, pp. 243-262.

MIEROOP, Marc Van De. *The Eastern Mediterranean in the Age of Ramesses II*. Reino Unido: Blackwell, 2007.

OBSOMER, Claude. *Les Grands Pharaons: Ramsès II*. Paris: Pygmalion, 2012.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, 4ª Edição. Campinas: Pontes, 2012.

PETERS-DESTÉRACT, Madeleine. *Abou Simbel – À la gloire de Ramsès*. França: Éditions du Rocher, 2003.

PFOH, Emanuel. *Syria-Palestine in the Late Bronze Age – An anthropology of politics and power*. Devon: Routledge, 2016.

PODANY, Amanda H. *Brotherhood of Kings – How international relations shaped the Ancient Near East*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

RAINEY, Anson F. *The El-Amarna Correspondence – A New Edition of the Cuneiform Letters from the Site of El-Amarna based on Collations of all Extant Tablets*, Volumes I e II. Leiden: Brill, 2015.

REDE, Marcelo. “História e Cultura Material”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012, pp. 133-150.

_____. “Relações internacionais, diplomacia e direito na antiga Mesopotâmia”. In: *Phoenix*, 13. Rio de Janeiro, 2007, p. 167-177.

SCOVILLE, Priscila. *Queremos nos amar como irmãos: Uma análise historiográfica das cartas de Amarna e das relações entre Egito e Mitani entre c. 1390-1336 AEC*. Curitiba: Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR, 2017.

SETERS, John van. “A Historiografia Egípcia”. In: *Em Busca da História: Historiografia no Mundo Antigo e as Origens da História Bíblica*. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 143-201.

SHAW, Ian (ed.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

SILVA, Maria A. S. M. “Sobre a Análise do Discurso”. In: *Revista de Psicologia da UNESP*, Vol. 4, No 1, 2005, pp. 16-40.

VAN DIJK, Jacobus “The Amarna Period and the Later New Kingdom (c. 1352-1069 BC)”. In: SHAW, Ian (ed.), *The Oxford History of Ancient Egypt*. Nova York: Oxford University Press, 2000, pp. 263-307.

Imagens

Imagem 1: *A Estela de Casamento (Abu Simbel)*. General Research Division, The New York Public Library. “Neues Reich. Dynastie XIX. Abusimbel [Abû Sunbul]: a. Felsenstele links neben dem grossen Tempel; b. Basis einer Statue.” New York Public Library Digital Collections. Acesso em: 26 jan. 2019. Disponível em: <http://digitalcollections.nypl.org/items/510d47d9-59d7-a3d9-e040-e00a18064a99>. Domínio público da Biblioteca Pública de Nova York (NYPL ID: b14291191).

Imagem 2: *Planta do Grande Templo de Ramsés II (Abu Simbel)*. Autoria própria, baseada nas informações e nas plantas da obra *Abou Simbel – À la gloire de Ramsès* (PETERS-DESTÉRACT, 2003, *passim*).

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania¹

Giovanne Santos de Sousa*

Resumo: Este artigo tem como fim compreender a forma como elementos do mundo medieval e construções acerca deste, produzidos durante ou após o período, são valorizados e retomados na sociedade brasileira e no imaginário acerca do medievo, e como são materializados em obras iconográficas, e para tal se usará como fonte a série de cartas colecionáveis da Elma Chips intitulada Dracomania. Partindo dos estudos de Jacques Le Goff sobre o imaginário medieval e de José Rivair Macedo sobre os conceitos de "reminiscências medievais" ou "residualidades medievais" e "medievalidade", se buscará analisar como as cartas Dracomania são, por um lado, o resultado de um processo de revivalismo medieval, apresentando personagens que são representadas de acordo com uma Idade Média imaginada, com seres maravilhosos e humanos com aspectos sobrenaturais ou estereotipados, se encaixando no conceito de medievalidade e, por outro, são também o produto do imaginário medieval, criado e reproduzido por meio de suas lendas orais, obras literárias e criações artísticas e que sobreviveram e permanecem como fontes na atualidade.

Palavras-chave: Cartas Colecionáveis; Imaginário; Medievalidade; Revivalismo Medieval.

Introdução

Se a constituição de um campo de estudos sobre a Idade Média no Brasil é circundada

¹ Artigo escrito originalmente para a disciplina História Social da Arte ministrada pela Profa. Dra. Maria Cristina Correia L. Pereira no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

* Graduado em História pela Universidade de São Paulo. E-mail para contato: giovannesantos499@gmail.com.

por uma série de questões que tangem à sua legitimidade e pertinência, sobretudo por parte de uma visão "produtivista" do saber que rechaça as ciências que não possuem uma finalidade mercadológica imediata e acolhem aquelas que buscam respostas para problemas práticos provenientes da necessidade de se produzir e acumular capital², a acolhida da temática medieval em elementos da cultura brasileira se encontra em uma situação marcadamente diferente nestas primeiras décadas do século XXI.

Neste campo da mentalidade e de suas representações³, onde a presença da cultura medieval é evidente, há uma grande valorização da temática, que cresce de forma paralela à franca expansão dos estudos historiográficos medievais no Brasil (AMARAL, 2011, p. 448). Sem entrar no mérito dos elementos da sociedade brasileira que podem ser classificados como continuidades da Idade Média, tema tratado por Hilário Franco Jr. em seu ensaio "Raízes Medievais do Brasil" (FRANCO JÚNIOR 2008, p. 80-104) onde se afirma que, apesar de não haver uma Idade Média no Brasil, existe um "sistema de valores medievais" que influencia o comportamento coletivo brasileiro, o que se pretende aqui é levantar elementos para se buscar entender essa valorização do ideário medieval e de que forma o imaginário contemporâneo traz elementos deste período histórico e como eles são materializados por meio de representações iconográficas.

Com esta finalidade, diversas produções, sobretudo destinadas ao público jovem, poderiam ser analisadas de forma qualificada. Porém, tendo que os jogos e brincadeiras são construções virtuais humanas que, de forma geral, envolvem fatores socioculturais, e sendo a brincadeira, para o indivíduo, a porta de entrada em sua cultura; sua apropriação, no que tange ao panorama histórico-cultural (OTTATI; FREITAS FILHO, 2017, p. 151), acredita-se aqui

² Esse argumento que associa as ciências humanas com algo que não contribui ao progresso material da sociedade e, no caso particular da história, que vê esta ciência como um estudo de um passado não mais presente e relevante é a base da recente reforma do ensino médio, que diminui as aulas obrigatórias de ciências humanas e da maior ênfase nas disciplinas consideradas mais úteis ao mercado de trabalho. É a base também para as iniciativas que propõem a retirada do ensino de história antiga e medieval das salas de aula.

³ Seguem-se aqui as definições de "representação", "símbolo", "ideologia" e "imaginário" presentes no prefácio de Jacques Le Goff à primeira edição do livro "O Imaginário Medieval".

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

que manifestações lúdicas como jogos são fundamentais na construção do imaginário de um indivíduo e de sua coletividade e seu estudo tem grande importância para se compreender o *modus operandi* desta sociedade, portanto se analisará neste artigo a série de cartas colecionáveis Dracomania, que foi vendida na forma de brindes pela empresa Elma Chips em seus salgadinhos no Brasil no ano de 2008 e que, como será visto, representa de forma notável a materialização iconográfica do imaginário contemporâneo sobre a Idade Média.

O Brasil e as Representações da Idade Média: Possibilidades de Análise

Para se buscar compreender as razões que levam ao sucesso de produções contemporâneas com referências medievais, podemos partir de duas análises historiográficas não excludentes e complementares, que são os estudos sobre o imaginário ocidental acerca do mundo medieval realizados por Jacques Le Goff e a distinção feita por José Rivair Macedo entre "reminiscências medievais" ou "residualidades medievais" e "medievalidade".

Começemos pelo historiador brasileiro. Macedo distingue as reminiscências medievais dos elementos representativos do que ele chama de "medievalidade". O primeiro termo se refere às produções medievais que chegaram aos dias de hoje parcial ou integralmente, constituindo, portanto, um grupo de construções humanas materiais ou imateriais produzidas em determinado contexto e com uma finalidade específica e que hoje, fora de seu contexto original, se apresenta como um vestígio daquela sociedade, como um documento.⁴ Como exemplo podem ser citadas festas populares como o carnaval, celebrações religiosas como as do natal e construções arquitetônicas como as grandes catedrais.

Diferente dessas reminiscências, os elementos que expressam a ideia de medievalidade, muito próximo ao que Umberto Eco chama de "Idade Média Sonhada", são aqueles que se utilizam da ideia construída, muitas vezes de forma estereotipada, do que foi

⁴ Em seu artigo intitulado "Do Teatro da Memória ao Laboratório da História" Ulpiano Bezerra de Menezes demonstra como um artefato, trasladado de seu contexto de produção, passa a ser visto como um suporte de informação, perdendo seu valor de uso e se tornando um documento (MENESES, 1994, p. 9-42).

esse período, e não de documentos e vestígios da Idade Média. Este processo pode também ser comparado ao conceito de “Teatro da Memória”, de Ulpiano Bezerra de Menezes, que trata da forma como artefatos de outros tempos e lugares são hoje expostos de forma a tentar recriar uma história, sem problematizações e reflexões acerca de seu contexto, sendo que no caso dos mitos e lendas medievais busca-se a recriação a partir de um passado que não existiu, como pode ser visto em livros, histórias em quadrinho, filmes, séries e jogos⁵, muito populares já no século XX e que permanecem com sucesso no século XXI.

Contudo, é importante observar que essa revisitação da Idade Média observada nos séculos XX e XXI tem início ainda no XIX, no contexto romântico e nacionalista de busca de identidades nacionais e de idealização do passado medieval, quando no campo musical a ópera reforça cenários e seres da “Idade das Trevas” imaginada pelos renascentistas (LANGER, 2009, p. 3), na literatura autores como Willian Blake, Walter Scott, Victor Hugo, Alexandre Herculano, etc. retomam os temas medievais (OLIVEIRA; FREITAS FILHO, 2017, p. 143) e na área arquitetônica, com os inícios da noção de patrimônio cultural, intelectuais como o francês Viollet-le-Duc e o inglês John Ruskin passam a olhar as construções medievais como ricas obras de um período não mais visto como decadente (POBLADOR MUGA, 2014, p. 123). A essa retomada Jacques Le Goff vai dar o nome de “ressurreição romântica do imaginário medieval” (LE GOFF, 2009, p. 89), que sucedeu o período onde

a herança dos mitos, heróis e maravilhas foi vítima de um esquecimento, de uma “perda” nos séculos XVII e XVIII, período no qual constituiu-se e reforçou-se, do humanismo às Luzes, uma imagem “negra” da Idade Média: época de obscurantismo, mundo das trevas, dark ages (Ibid, p. 29).

Tratando das análises de Le Goff, pode-se explicar o sucesso da temática medieval no universo cultural contemporâneo como uma manifestação da continuidade do imaginário medieval no imaginário ocidental da atualidade. Por pertencer ao tempo das mentalidades, que é aquele tempo de longa duração, o que muda mais lentamente na evolução histórica, de

⁵ As obras de Tolkien, criando línguas, seres e lugares que remetem ao estereótipo do que é o mundo medieval, é a grande fonte de referência de obras audiovisuais e jogos que seguem a temática.

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

acordo com Fernand Braudel (Id, 1983, p. 188), as ideias, os mitos e as demais representações produzidas na Idade Média permanecem presentes na consciência coletiva com o passar dos séculos.

Em termos marxistas, o imaginário e suas representações fazem parte do campo das infraestruturas, aquele que demora a mudar, e não no das superestruturas, com rápidas modificações (LE GOFF, 1983, p. 246). Le Goff traz essa interpretação mostrando que é a partir da obra de J. Huizinga que a historiografia, sobretudo marxista, passa a compreender o mundo das representações como componente da categoria das infraestruturas, rompendo com a visão então consolidada de que ele estava exclusivamente no campo da ideologia, na superestrutura.

Esta continuidade, entretanto, não é linear e constante, havendo momentos de “eclipses e reflorescimentos”, onde determinados elementos são ora esquecidos, ora retomados, gerando uma situação em que apesar de um mito, símbolo ou ideia ter sido deixado de lado, aparentemente esquecido, não significa que tenha desaparecido. O campo do imaginário é muito fértil e de constante renovação por meio de revivalismos, e a cada mudança social novos símbolos são criados e, principalmente, recriados, a ponto de se poder afirmar que “se existe uma história profundamente perpetuada e renovada pelas grandes ondas das revoluções do texto e da imagem, é realmente a história do imaginário” (Ibid, p.31).

As possibilidades de análise apresentadas por Jacques Le Goff e por José Rivair Macedo, portanto, apresentam compatibilidades na medida em que ambas explicam a existência de elementos medievais no imaginário contemporâneo atual por duas razões: a continuidade de eventos criados naquele contexto e existentes ainda hoje e a criação de novos elementos na atualidade com referências naquele período.

Aquilo que Macedo chama de “reminiscências medievais” no mundo contemporâneo são as representações do imaginário medieval que sobrevivem na atualidade. São a materialização das ideias e dos mitos da Idade Média que foram construídos com base nesse

imaginário e serviram para alimentá-lo e reproduzi-lo, na época e nos dias de hoje, sendo que, se por um lado essas fontes nos abrem possibilidades de análise histórica a partir dos elementos que sobreviveram, responsáveis pela continuidade das representações, por outro elas nos permitem criar novos universos a partir da forma como aquele período se imaginava, não se atendo às fronteiras do real e natural.

Este processo de criação foi aprofundado a partir do século XIX onde, não bastando imaginar aquele período tal qual o era pensado na época, o movimento de revivalismo medieval passou a criar uma nova Idade Média, imaginada e não histórica, no que Macedo chama de medievalidade e que apresenta aspectos de criação, retomada e esquecimento constante de elementos específicos do imaginário.

As cartas Dracomania, tratadas neste trabalho, são o resultado desse processo do revivalismo medieval. Elas apresentam personagens que são representadas de acordo com essa Idade Média imaginada, com seres maravilhosos e humanos com aspectos sobrenaturais ou estereotipados, se encaixando no conceito de medievalidade. São também o produto do imaginário medieval, criado e reproduzido por meio de suas lendas orais, obras literárias e criações artísticas e que sobreviveram e permanecem como fontes nos dias de hoje, apesar de mudarem de significado.

A Coleção

A coleção de cartas da Dracomania compõe uma série de quarenta e duas unidades, sendo trinta e duas delas comuns e dez especiais, ilustradas com imagens que remetem à Idade Média imaginada (medievalidade). Ela foi vendida dentro de salgadinhos da Elma Chips⁶ no Brasil em 2008, fazendo parte de uma tradição da empresa de incluir brindes em seus produtos como elementos estratégicos de persuasão utilizados para conquistar consumidores potenciais, tradição que remete à década de 1980, quando começou com

⁶ A Elma Chips, empresa estadunidense fundada em 1974 e pertencente à PepsiCo, veiculava os brindes nos salgadinhos Cheetos, Fantangos, Ruffles e Doritos.

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

figurinhas de eventos esportivos, passando pelos anos de 1990 com os “tazos” de metal ilustrados com imagens de desenhos televisivos populares.

De baixo custo, os saquinhos coloridos de chips, em seus diversos formatos e sabores, têm sido um atrativo às crianças desde o seu surgimento no Brasil. Para além do universo plástico construído em volta do produto, a satisfação no ato de consumo do chips parece estar diretamente ligada à surpresa em seu interior: brindes atraentes que convidam à interação e à experimentação do produto (CORRÊA et al, 2014).

Os cartões, ou cards, como popularmente conhecidos, têm em sua face um formato retangular vertical (figura 1), tendo no verso todos a mesma representação de um dragão verde com o nome da coleção e a marca do produto (figura 2), produzindo uma imagem horizontal.



Imagem 1: a face/ Imagem 2: o verso

Eles foram vendidos dentro de um envelope plástico na parte interna do salgadinho. Desta forma, o consumidor não sabia qual card adquiriria quando comprava o produto, fazendo com que fosse impossível completar a coleção sem repetições e com que o colecionador interessado em completá-la tivesse que consumir muito mais salgadinhos do que o número de cards, visto que as trocas, muito comuns no campo dos cards, eram um

recurso para que se pudesse completar a coleção mais rápido, porém era um recurso limitado caso o colecionador não participasse de uma rede.

Dentre os trinta e dois cards comuns se percebe que foi dado um grande destaque aos dragões, que representam dez unidades, sendo os primeiros na ordem numérica, e que dão nome à coleção. O termo Dracomania é uma justaposição das palavras draco, derivada “drakon” que no grego significa grandes serpentes, e mania, que remete a hábito e coleção.

Por conta de os cards especiais serem cópias metalizadas destes dez dragões (figuras 3 e 4), neste trabalho nos centraremos apenas nos trinta e dois comuns. Entretanto, é importante ressaltar que a produção destes dez cards especiais tem pelo menos dois aspectos relevantes: o fato de ser mais um recurso mercadológico da empresa para conseguir embutir um valor maior ao produto e com isso elevar os lucros provenientes da coleção - coleção esta que passa a valer mais do que o próprio produto - e a forma como a venda dos cards especiais em salgadinhos mais caros se torna um empecilho para que colecionadores de baixa renda completem sua coleção, pois, além de serem menos numéricos, são mais caros, custando de três a quatro vezes o valor do salgadinho comum, que em 2008 custava em média R\$1,20.



Imagem 3: card comum (danificado) / Imagem 4: card especial

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

Os jogos de cartas, existentes desde pelo menos o século X a.C. na China, refletem, como todo objeto da cultura material, aspectos da sociedade que o produziu. Tendo chegado na Europa durante a Idade Média eles auxiliaram a manutenção do imaginário cultural medieval compartilhando ilustrações de criaturas fantásticas (OTTATI; FREITAS FILHO, 2017, p. 155). Esta tradição dos jogos de cartas culmina nos anos de 1970 numa categoria de jogos conhecidos como RPG (*Roleplaying Game*), onde os jogadores enfrentam criaturas e seres fantásticos diversos criados num universo mágico que muitas vezes tem referências no imaginário medieval e na Idade Média sonhada hoje.

Dentro deste universo cada ser tem atributos específicos, que lhe conferem habilidades próprias e fazem do jogo uma competição de poderes. Por essa razão cada card da coleção tem suas habilidades distribuídas em três elementos de poder: magia, força e fogo, representados numericamente por números que vão do 0 ao 31, e a competição se desenvolve com dois ou mais jogadores criando um deck (depósito de cartas) que após embaralhado é organizado e colocado com a face das figuras voltadas para baixo, de forma que possibilite ao jogador pegar a carta de cima sem saber qual é e sem ver as de baixo.

Quando cada jogador pegar sua carta, um é responsável por escolher qual será o poder determinante e vence a rodada quem possuir uma criatura com o número mais alto deste poder. Este vencedor recolhe as cartas do ou dos vencidos, as separa, e outra rodada é iniciada com outro competidor escolhendo o poder determinante. No final da partida, quando todas as cartas do deck já tiverem entrado em batalha, vence o jogador que tiver mais criaturas. Não é necessária a coleção completa para que se jogue e não há especificação de regras por parte da Elma Chips que indique um número ideal de cartas ou de jogadores para a partida.

Este modelo de jogo, de funcionamento muito simples se comparado aos jogos clássicos de RPG como o famoso Dungeons & Dragons, constava na embalagem dos salgadinhos. Não era desejável para a Elma Chips produzir um jogo mais complexo, que

exigiria mais cartas, em razão da dificuldade de compreensão por parte dos consumidores que tal mudança poderia gerar e por acreditarem que uma parcela considerável dos consumidores não investiria no produto por não verem possibilidades de conseguir todos os cards caso a coleção fosse muito extensa.

Dracomania e o Revivalismo Medieval

A coleção de cards Dracomania reúne representações de seres que podem ser divididas em três categorias, usando-se o critério da forma como as imagens foram produzidas e as figuras nelas desenhadas: a dos animais imaginários, a das criaturas humanas e a dos seres antropomórficos.⁷

Animais Imaginários

Na primeira categoria, a dos animais imaginários, temos a destacada série dos dez dragões, que são, na sequência numérica: Dragão Mestre, Dragão Dourado, Dragão Prateado, Dragão Bronze, Dragão Cobre, Dragão Branco, Dragão Negro, Dragão Vermelho, Dragão Azul e Dragão Verde.

O primeiro dragão, que é o número um justamente por ser o mestre, é desenhado com o corpo de lado e a cabeça de perfil (figuras 3 e 4), onde pode ser vista uma barba, traço comumente associado na cultura pop, em filmes, séries e livros, a mestres orientais. Os quatro dragões que se seguem são nomeados de acordo com metais, em ordem de preciosidade, e os cinco últimos têm seus nomes associados a cores.

As imagens dos dez dragões estão de acordo com as mais comuns representações atuais da criatura: um ser imenso, de aspecto reptiliano, similar a uma serpente ou a um lagarto, com hálito de fogo e poderes sobrenaturais (SENRA; OTTATI, 2017, p. 179). Estão também de acordo com as definições presentes em bestiários medievais como o de

⁷ "Animais Imaginários" e "Seres Antropomórficos" são categoriais usadas por Le Goff em seu "Inventário do Maravilhoso Medieval" (LE GOFF, p. 32-33, 1983).

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

Aberdeen, onde se lê que “o dragão é a maior das serpentes e das criaturas vidas da Terra. [...] Ele é a mais monstruosa serpente de todas” (ABERDEEN BESTIARY, folio 65v, 66r, tradução nossa).⁸

A presença destas criaturas em bestiários medievais demonstra seu caráter de veracidade na consciência coletiva da Idade Média, e o fato de ser dado tanto destaque aos dragões na coleção é muito sintomático do caráter de medievalidade. Estes seres, que estão presentes na consciência coletiva dos habitantes das terras brasileiras desde a chegada dos primeiros viajantes no século XVI (PALAZZO, 2007, p. 9), estão intensamente intrincados no imaginário medieval, apesar de não terem origem europeia, participando de lendas e sendo tidos como seres reais, e estão presentes na imagem criada de Idade Média de forma tão marcante que hoje é difícil encontrar produtos da ficção ambientados em um universo com características ditas medievais que não tenha a presença de estas criaturas.

Os outros dois seres que compõem essa categoria dos animais imaginários são o Pegasus e o Unicórnio. O primeiro deles é um ser de origem grega, presente em histórias da Antiguidade e pouco presente em lendas e códices medievais, tendo sido retomado nos séculos XVIII e XIX por autores como Henry Wadsworth Longfellow e Friedrich Schiller, além de servir de tema para ilustrações de Walter Crane, como indica Thomas Bulfinch em sua obra de referência, “O Livro de Outro da Mitologia” (BULFINCH, 2002, p. 153).

Pegasus, cavalo alado que segundo a mitologia grega surgiu do sangue de Medusa após ter a cabeça cortada por Perseu, voltou a figurar no imaginário coletivo no mesmo momento em que as lendas medievais são retomadas e revalorizadas, o que contribuiu para uma associação entre o ser e o medievo. Para reforçar esta associação, na coleção Dracomania, Pegasus, que foi representando com as asas abertas e as patas em posições diferentes, o que indica o movimento de voo, têm a seu lado parte da torre de um edifício

⁸ Original: “The dragon is bigger than all other snakes or all other living things on earth. [...] he is the most monstrous serpent of all”.

com o cume pontiagudo, associado à arquitetura gótica (figura 5).

Quanto ao unicórnio (figura 6), cujas descrições em geral se baseiam no naturalista romano Plínio que o descreveu como um animal feroz, de corpo semelhante ao de um cavalo, com a cabeça de cervo, patas de elefante, cauda de javali, voz retumbante e um único chifre preto na testa, há farta produção historiográfica que investiga seu sentido no imaginário medieval. Seu mito foi criado na Antiguidade e ressignificado na Idade Média, associando-o a poderes mágicos, visto que seu chifre serviria como antídoto a venenos, muito utilizados no período, e inserido num contexto religioso onde era associado tanto à Virgem Maria quanto a Jesus Cristo, de onde vem sua simbologia andrógena. Usando das palavras de Le Goff, pode-se dizer que

O unicórnio é um belo exemplo da presença de seres imaginários, em paralelo a personagens históricos ou seres reais, dentre os heróis da Idade Média. O destino do unicórnio, enquanto personagem heroica, ilustra, de um lado, a indiferença que durante muito tempo os homens e mulheres da Idade Média demonstravam com relação à fronteira entre imaginário e realidade e, de outro, a paixão deles por heróis surpreendentes e carregados de simbolismo (LE GOFF, 2009, p. 170).



Imagem 5: Pegasus/ Imagem 6: Unicórnio

Criaturas Humanas

Nesta categoria estão os seres de feições físicas humanas, denominados também como criaturas por estarem representados com características fantasiosas ou seguindo os estereótipos de uma Idade Média imaginada. Esta categoria pode ser subdividida em dois grupos, de acordo com classificações de personagens literários feita por Todorov (1979 apud SILVA, 2017, p. 166), a dos seres de *saber* e a dos seres de *fazer*.

Na categoria dos seres de saber estão as criaturas de feição humana com poderes mágicos, que têm essa classificação por agirem como sábios orientando os heróis e não intervindo diretamente na ação. São os detentores do sentido e do saber, e não da força, e por essa característica são os seres com maior numeração no poder magia da coleção.

São cinco os representantes do saber: feiticeira, bruxa, sacerdote, mago e Merlin. Este último é um figura muito presente em obras medievais, tendo suas primeiras menções nas obras de Geoffrey Monmouth, que o coloca ao lado do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda. Merlin é um profeta filho de um demônio com uma princesa e, em determinados momentos como no século XIII, aparece como mágico e intérprete de sonhos. É frequentemente revivido em filmes, séries e obras literárias.

Quanto aos outros quatro, chama atenção a forma como são representados com elementos mágicos, um deles com um crânio nas mãos (figura 7) e os outros três com substâncias brilhantes que remetem à magia (figura 8), indicando elementos das tão combatidas religiões pagãs que na Idade Média estavam sendo sublimadas pela Igreja Católica em seu período de institucionalização.



Imagem 7: Feiticeira/Imagem 8: Sacerdote

Outra característica a ser notada é a presença de duas figuras femininas. Com exceção da guerreira, tratada adiante, as representações da bruxa e da feiticeira são as únicas imagens marcadamente femininas na coleção. A existência de poucas figuras femininas no imaginário medieval e na ideia construída de Idade Média, referências destes cards, “corresponde bem a esse período, a essa civilização que Georges Duby chamou de “*mâle Moyen Âge*” (Idade Média Masculina) (LE GOFF, 2009, p. 17) que reduz a representação feminina nas lendas e mitos. Quanto à concentração das figuras femininas da coleção na categoria de seres humanos mágicos, o que explica é a associação realizada na Idade Média entre mulheres e bruxaria, paganismo e heresia. Citando novamente Le Goff: “A história das heresias é, sob muitos aspectos, uma história da mulher na sociedade e na religião” (Ibid, p. 191).

No grupo dos seres do fazer, aqueles que lutam em batalhas, temos o cavaleiro, a guerreira, o guerreiro, o herói, o bárbaro, o viking e o elfo, sendo que destes o único que destoa da imagem criada de Idade Média é o guerreiro, vestido com trajes leves, peito aberto, sem armadura, vestimenta contrastante às pesadas armaduras associadas à Idade Média.

Diferente do guerreiro, o cavaleiro e o herói vestem armaduras que cobrem todo o corpo, ambos possuem um escudo e uma arma de ataque, sendo a do herói uma espada, arma símbolo do

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

lutador medieval, associada à virtude, bravura e poder, possuindo nas histórias medievais uma relação afetiva com aquele que a maneja, como nas histórias de Sigfried e sua espada Balmuq, Carlos Magno e sua Joyeuse e o Rei Artur com a Escalibur (AMIM, 2017, p. 24).

Quanto ao cavaleiro, apesar da dificuldade de distinguir o mito do real, é consenso de que tem esse nome por lutar montado em um cavalo. Na representação feita pela Elma Chips, o animal tem um grande destaque, sendo proporcionalmente muito maior do que um cavalo comum (Figura 09). Para lutar na montaria, o cavaleiro deve possuir uma arma de longo alcance, e por isso maneja uma lança ao invés da espada.

Outro ser deste grupo, a guerreira, traz novamente a figura feminina. Ela é representada como uma figura forte que, apesar de não ser diretamente associada à bruxaria, pode ser aproximada ao paganismo por portar armas e vestimenta distintas daquelas observadas em representações de cavaleiros cristãos.

No card a guerreira é representada com um elmo com chifres, objeto inexistente segundo a arqueologia, portando como armas um escudo e um machado, o que a diferencia de um cristão portador de espada. Veste roupas curtas, deixando visíveis barriga e pernas e monta uma figura animal fantástica, que lembra um rinoceronte, mas tem pele escamosa. (Figura 10).



Imagem 9: Cavaleiro/Imagem 10: Guerreira

Tão reproduzido na cultura pop atual quanto os cavaleiros e heróis, este último que por sinal assumiu hoje um significado genérico que representa uma grande classe de guerreiros, é o viking. O grupo histórico tem sua representação constantemente alterada e atualizada para os padrões da medievalidade, sendo sempre muito musculoso e tendo entre seus adereços asas no capacete, criação do século XIX que não possui nenhuma evidência arqueológica (LANGER, 2002, p. 86) (Figura 11).

O viking, historicamente enquadrado no conjunto dos povos chamados “bárbaros”, aqui tem representação própria, sendo separado da representação estereotipada do bárbaro, que na coleção é um indivíduo musculoso, com barba e longo cabelo, brincos, portando uma arma que não a civilizada espada, para denotar seu caráter de inferioridade cultural (figura 12). Tanto a imagem do Viking quanto a do Bárbaro demonstram a persistência de imagens construídas sem embasamento histórico que formam o imaginário de tal forma a não serem dissociadas da História. São, nos dizeres de Elias Tomé Saliba, as “imagens canônicas” (1999 apud LANGER, 2002, p. 85).



Imagem 11: Viking/ Imagem 12: Bárbaro

Há ainda um elemento da cultura nórdica e celta, o elfo, representado como um ser de

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

feições humanas em meio a árvores, o que indica ser um habitante de florestas, portando um arco-e-flecha, arma que, como outras já tratadas, é tida como símbolo cultural de inferioridade em relação à civilização cristã e suas espadas (LE GOFF, 1983, p. 119). A representação deste elfo está de acordo com as realizadas por Tolkien em suas obras (figura 13), que depois viraram as premiadas trilógicas de "O Senhor dos Anéis" e "O Hobbit", o que denota a importância deste autor como fonte de referências.

Seres Antropomórficos

Nesta terceira e última categoria estão os seres que misturam aspectos humanos com características fantasiosas em sua aparência física, constituindo um grupo de oito criaturas: colosso, gigante de lava, ogro, anjo, lobisomem, sombra, esqueleto e múmia. Os dois primeiros, colosso e gigante de lava, remetem ao imaginário sobre gigantes, muito comum da Antiguidade à Idade Média (WOORTMANN, 2005, p. 280), porém, por terem características peculiares, um tendo seu corpo composto por rochas e o outro por fogo, se percebe que o mito antigo e medieval do gigante passou por ressignificações para que as criaturas fossem representadas como o foram pela coleção.

Quanto ao ogro, ser presente na mitologia clássica e nórdica, hoje muito associado à Idade Média sobretudo em razão dos contos infantis de Charles Perrault escritos entre o século XVII e XVIII, é um ser de grandes dimensões famoso por ter um intelecto pouco desenvolvido e comer carne humana. Sua figura é tão presente que, não por acaso, Marc Bloch, um dos maiores medievalistas franceses, usou a figura desta criatura para cunhar uma das mais famosas frases da historiografia ocidental, a respeito do ofício do historiador, a saber: "Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2001, p. 54).

Dentre os seres da categoria dos antropomórficos, talvez o mais presente em produções culturais da atualidade seja o lobisomem, criatura existente em diversas culturas,

como a grega, a escandinava e a brasileira, e que dificilmente se ausenta das produções de temática medieval. Segundo Le Goff em seu inventário do maravilhoso medieval, ele é classificado com um ser que se usa da metamorfose e que tem como função a contestação da ideologia cristã (LE GOFF, 2009, p. 36).

Em oposição ao lobisomem, ser de contestação da ideologia cristã, há uma criatura que reforça a ideia de força da religião institucionalizada, que é o anjo, ser bíblico que, no contexto das cruzadas, tem sua figura evocada como protetor dos combatentes. Pode-se inferir que por essa razão o anjo aqui retratado tenha uma representação masculina e musculosa, simbolizando poder e dominação (figura 14).



Imagem 13: Elfo/ Imagem 14: Lobisomem

Quanto às três criaturas restantes: a sombra, o esqueleto e a múmia, temos um quadro de poucas referências no imaginário medieval. Sobre a sombra, não foi encontrada nenhuma referência bibliográfica quando da elaboração deste artigo, porém, é curioso notar, ela está representada em uma mundialmente famosa produção cultural da atualidade: a série de livros "As Crônicas do Gelo e do Fogo", e a série televisiva Game of Thrones, baseada nas obras. No que se refere ao esqueleto e à múmia, estas criaturas são mais presentes em obras que remetem ao imaginário da antiguidade, associados ao contexto do Egito Antigo, do

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas colecionáveis Dracomania

que ao do mundo medieval, podendo-se concluir, portanto, que estão deslocados nesta coleção.

Conclusão

Sabendo que a análise pormenorizada de cada uma das trinta e duas cartas seria impossível, e indesejável, no espaço deste artigo, o que se buscou foi por meio da coleção como um todo ilustrar a forma como no Brasil, país que não viveu diretamente a Idade Média Ocidental, o imaginário medieval sobrevive e suas representações são revividas com frequência em diversos meios.

Filmes, livros, séries e jogos, como neste caso, têm na Idade Média um fértil campo de referências para criar universos e seres que transitam entre a sociedade medieval histórica e uma criação fantasiosa, abundante em elementos maravilhosos deste período, e a utilização destas mídias oferece grande potencial no Ensino de História, pois diversas problemáticas podem ser estabelecidas a partir deste material.

Questões como: com qual período estes cards se relacionam, quais lembranças surgem à mente quando eles são vistos, quais mídias (filmes, séries, livros, jogos) seguem a mesma temática e ambiente podem ser utilizadas pelo professor de História como ponto de partida para atividades que busquem fazer com que estudantes compreendam o significado da confecção destes cards em nossa sociedade, comparem esta Idade Média construída com aquela estudada em seus livros e aulas e reflitam sobre a forma como mitos e lendas se misturam com a História no imaginário coletivo.

Não sendo o papel do professor e historiador julgar se os processos de apropriação de temas do imaginário medieval e da criação de uma nova e sonhada Idade Média são benéficos ou não para a compreensão histórica, o que lhe cabe é compreender as formas e razões destes processos, para por meio desses estudos levantar elementos que auxiliem na compreensão da sociedade medieval, por meio de seu imaginário, e da sociedade atual que o revive e (re)cria.

Referências bibliográficas

- ABERDEEN BESTIARY. Special Collections Centre, University Library, Aberdeen. Disponível em: <<https://www.abdn.ac.uk/bestiary/ms24/f65v>>.
- AMARAL, Ronaldo. *O Medievalismo no Brasil*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 446-452, set./dez. 2011.
- AMIM, Mônica. "A Idade Média: um Tempo de Fazer Cristão". *Revista ComparArte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 116-141, jan./jun. 2017.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis*. Tradução de David Jardim Júnior. Rio de Janeiro, 26ª, Ediouro Publicações, 2002.
- CORRÊA, Laura Guimarães; SALGADO, Tiago Barcelos Pereira; CASTRO, Rebeca Heringer Lisboa de. *É impossível comer um só? Publicidade, embalagem e conteúdo dos salgadinhos Elma Chips*. Signos do Consumo, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 56-70, jul. 2014.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. "Raízes Medievais do Brasil". *REVISTA USP*, São Paulo, n.78, p. 80-104, jun./ago. 2008.
- LANGER, Johnni. "Os vikings e o estereótipo do bárbaro no ensino de história". *História & Ensino*, Londrina, v. 8, out. 2002.
- _____. "O ensino de História Medieval pelos quadrinhos". *História, imagem e narrativas*, Rio de Janeiro, n 10, abr. 2010.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- _____. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- MACEDO, José Rivair. *Sobre a Idade Média Residual no Brasil. A Idade Média Portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações*. Porto Alegre: Vidrágua, 2011.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.2 p. 9-42 jan./dez. 1994.
- OLIVEIRA, Beatriz dos Santos; FREITAS FILHO, Mario Marcio Felix. "A Idade Média no Cinema: uma (Re)Visão do Imaginário Ocidental". *Revista ComparArte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 142-150, jan./jun. 2017.
- OTTATI, Rafael Delgado Gomes; FREITAS FILHO, Mario Marcio. "Somos Bárbaros, Guerreiros, Magos e Feiticeiros: A Idade Média Revisitada nos Games". *Revista ComparArte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-161, jan./jun. 2017.
- PALAZZO, Carmen Lícia. *Visões francesas do Brasil: permanências medievais nos relatos da modernidade*. Univ. FACE, Brasília, v. 4, n. 1/2, jan./dez. 2007.

O mundo medieval no Brasil do século XXI visto através da série de cartas
coleccionáveis Dracomania

POBLADOR MUGA, María Pilar. *El neogótico y lo neomedieval: nostalgias del pasado en la era de la industrialización*. El recurso a lo simbólico: reflexiones sobre el gusto II, Zaragoza, p. 119-144, 2014.

SENRA, Flavio Pereira; OTTATI, Rafael. "Música Medieval Contemporânea?" *Revista ComparArte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 174-191, jan./jun. 2017.

SILVA, Renan Cardoso Pinho da. "A Representação do Imaginário Medieval nas obras de Epic Fantasy: o caso de As Crônicas de Gelo e Fogo." *Revista ComparArte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162-173, jan./jun. 2017.

WOORTMANN, Klass. "O selvagem na 'gesta Dei': história e alteridade no pensamento medieval". *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 25, n. 50, jul./dez. 2005.

Imagens

Imagem 1: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 19 comum, Merlin (frente). 2008.

Imagem 2: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 19 comum, Merlin (verso). 2008.

Imagem 3: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 1 comum, Dragão Mestre. 2008.

Imagem 4: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 1 especial, Dragão Mestre. 2008.

Imagem 5: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 21 comum, Pegasus. 2008.

Imagem 6: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 32 comum, Unicórnio. 2008.

Imagem 7: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 13 comum, Feiticeira. 2008.

Imagem 8: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 22 comum, Sacerdote. 2008.

Imagem 9: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 11 comum, Cavaleiro. 2008.

Imagem 10: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 14 comum, Guerreira. 2008.

Imagem 11: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 25 comum, Viking. 2008.

Imagem 12: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 24 comum, Bárbaro. 2008.

Imagem 13: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 27 comum, Elfo. 2008.

Imagem 14: COLEÇÃO DRACOMANIA. Carta nº 17 comum, Lobisomem. 2008.

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

Mariana Rodrigues de Vita^{*}

Thalita Mota da Silva^{**}

Sarah Cafe Santos^{***}

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a abordagem de História Medieval em livros didáticos como um documento histórico. Foram escolhidos três livros destinados a alunos de ensino médio e a metodologia utilizada consiste na análise da composição e do conteúdo das páginas, levando em conta haver ou não uma relação pertinente entre imagens e textos.

Palavras-Chaves: Livro Didático; História Medieval; Análise Comparativa.

Introdução

Este trabalho busca analisar o uso de imagens no conteúdo de História Medieval de livros didáticos. Para isso, utilizamos os livros "*Estudos de História, v.1*", dos autores Ricardo de Moura Faria, Mônica Liz Miranda e Helena Guimarães Campos, do ano de 2010, editora FTD; "*A Escrita da História*", de Flávio de Campos e Regina Claro, do ano de 2009, editora Escala

^{*} Graduanda de História na Universidade de São Paulo (USP). Faz parte do grupo de pesquisa Mulheres na América Portuguesa e do grupo de estudo de História da África, coordenado pela prof. Maria Cristina Wissenbach. E-mail: marianadevita@usp.br

^{**} Graduanda de História na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: thalita.ms@usp.br

^{***} Graduanda de História na Universidade de São Paulo (USP). Faz parte do grupo de estudo de História da África coordenado pela prof. Marina de Mello e Souza. E-mail: sarahcafe@usp.br

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

Educacional; e, por fim, o "*Livro-texto: Anglo – História (Ensino Médio)*", de Diego Lopez Silva, Gianpaolo Dorigo e Renan Garcia Miranda, do ano de 2016, SOMOS Sistemas de Ensino.

Os três livros foram escolhidos primeiramente por terem em comum a faixa etária: todos são destinados a alunos de ensino médio. No entanto, foram também consideradas as particularidades de cada um: por exemplo, o livro "*A Escrita da História*" é um volume único, enquanto os outros dois são segmentados. Além disso, a escolha avaliou a divergência de contexto entre eles, sendo que um é destinado à escola pública (*Estudos de História*), outro à escola particular (*A Escrita da História*) e por fim um voltado às escolas particulares com projetos pedagógicos que visam estritamente os vestibulares (*Livro-texto: Anglo*), sendo os dois últimos inseridos, portanto, em contextos socioeconômicos de classe média e classe alta. Assim, os livros pertencem a um grupo amplo, de livros para ensino médio, mas com divergências na base do estudo.

O estudo de caso a partir dos três livros escolhidos se propõe a gerar reflexões sobre como os livros didáticos utilizam determinada pedagogia diante de limitações da própria materialidade do livro, como questões de espaço na página ou até mesmo número de páginas, com questões práticas e teóricas que levam em consideração como determinado processo histórico será tratado nas variadas idades dos alunos. Diante desses objetivos mais amplos, o artigo tem como foco entender as relações imagem-texto apresentadas nos livros didáticos, se há uma preocupação em usar as imagens como documentos históricos, complexificando seu entendimento enquanto material documental e enquanto arte ou se o uso da imagem se dá de forma estritamente ilustrativa, não se conectando aos textos de forma complementar e embasada, levando em consideração que o conjunto material e teórico tem como público determinada camada socioeconômica. Logo, este artigo trabalhará a observação da dicotomia entre as imagens entendidas como para consumo rápido ou como objetos de discussão.

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

Assim, utilizamos conceitos – como o da teoria das funções da imagem, de Rodríguez-Diéguez – para classificar as funções didáticas das figuras presentes no conteúdo de História Medieval dos livros já citados e dessa forma identificar questões como a de hierarquia e autonomia entre texto e imagem, que, assim como as atividades relacionadas às imagens, indicam, por exemplo, se elas são tratadas como documento histórico ou ornamento, o que influencia na forma como o aluno se relacionará com a imagem, conseguindo ou não absorver todo o conhecimento que uma imagem pode carregar. Para isso, nosso fundamento teórico se dá essencialmente a partir dos estudos de Circe Bittencourt e Bárbara Barros Olim.

De forma comparativa, buscamos entender o livro didático em suas múltiplas funções: tanto referenciais (para o programa de ensino), como instrumentais (para facilitar a memorização, por exemplo) e documentais, seguindo conceitos trabalhados por Alan Chopin (CUNHA; XAVIER, 2011, p.125). No entanto, foi preciso levar em consideração que existe – conforme comentado por Erica Xavier e Maria de Fátima da Cunha – uma complexa relação entre os poderes da sociedade, do Estado, das editoras e da Academia que se chocam muitas vezes devido às disputas de narrativa, condicionando a produção e o conteúdo dos livros didáticos; logo, estes livros não são neutros, são “um espaço de lutas de representações, de narrativas vencedoras” (CUNHA; XAVIER, 2011, p.124-125), sendo tais representações diretamente ligadas ao presente, já que o livro se constrói como um espaço predominado pelas elites, com seus projetos políticos, culturais e de valores, além de sua própria identidade e noção de cidadania, atuando assim junto às editoras como uma indústria cultural (CUNHA; XAVIER, 2011, p.127).

A análise se baseou em um roteiro de questões elaboradas com base na bibliografia, a partir das quais foram redigidos os textos de análise individual dos livros e em seguida a comparação, onde procuramos tratar de similaridades e disparidades entre eles, além de padrões ideológicos ou usos didáticos em relação à utilização das imagens. O roteiro de questões levantadas engloba ainda o enfoque em sujeitos sociais – como é tratada a questão

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

das mulheres na Idade Média, por exemplo –, se o autor busca tratar a História de forma multifacetada e interdisciplinar (levando em consideração política, economia, cultura, etc.), assim como se existe a intenção de sair da zona de conforto, seja por meio de imagens que não estão no imaginário coletivo ou pela transgressão de estereótipos como o da “Idade das Trevas”.

Livro *A Escrita da História* (Flávio de Campos e Regina Claro, 2009 – Escala educacional)

Todas as imagens no livro são coloridas, o papel é de boa qualidade e reflete a luz, o que as faz aparecer de forma viva e brilhante. Todos esses fatores somados tornam mais prática e interessante a visualização das figuras, que ocupam espaços variados, desde quase uma página inteira até uma miniatura. O livro é atraente justamente pela combinação desses diversos fatores como cores brilhantes, imagens grandes e fundos coloridos, e, diante de tantas características, ele deixa de ser barato (OLIM, 2010, p.95). Como é um livro datado de 2009, atualmente já perdeu seu preço no mercado, mas está reformulado segundo o acordo ortográfico da época, o que também contribui para o aumento de seu valor, fazendo com que o público alvo se restrinja as escolas particulares e alunos com poder aquisitivo considerável.

O livro não trata de forma multifacetada os sujeitos sociais, assim como não mostra uma heterogeneidade dentro dos grupos, já que há uma escolha em tratar a Idade Média através da macrovisão política. A própria religiosidade, um dos pilares para o entendimento da Idade Média, é pouco explorada no que se refere a imagens. As mulheres também estão no grupo social que é marginalizado pelas imagens, já que são absolutamente tratadas como figurantes em quase todas as representações.

Elas raramente possuem sua presença representada e, quando isso acontece, estão em contexto de casamento, banquete ou como participante do sistema de trabalho feudal. As únicas personagens que ganham protagonismo nas imagens são Eva – que está representada com a maçã diante da serpente, em uma iluminura que mostra o pecado original – e a Virgem

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

Maria – representada no contexto da Anunciação, com Jesus em seus braços. Diante desse quadro de ausência da figura feminina fora dos espaços já compreendidos, o aluno pode entender que a mulher se reduzia aos lugares e tipos ideais que o autor apresenta (LOHN; MACHADO, 2004, p.122). Não existe um questionamento sobre quem produziu as imagens que são apresentadas. Mesmo considerando que na Idade Média a autoria tenha sido uma questão – como discute Jean Claude Schmitt (2007, p.293), no capítulo 8 de sua obra *“O Corpo das Imagens”* –, o livro não aborda a problemática que girou em torno dos artistas mundanos produzindo imagens sagradas (talvez, por ser um livro destinado ao ensino médio, o autor tenha considerado tal questão um tema além do que deveria ser cobrado e entendido). No que se refere ao entendimento das imagens na época, há um pequeno texto, que ocupa dois parágrafos apenas, em que é explicado o que são ícones, imagens de culto e a importância dos ornamentos, no entanto, o autor também não elabora sugestões de perguntas ou textos sobre qual a intencionalidade das imagens, o que elas representam ou porque são feitas de tal forma, o que elevaria a complexidade das mesmas (LITZ, 2009, p.2), além de colocá-las em um ponto de estudo no qual imagem equivale a documento. Existem divisões observáveis já no índice: a Idade Média é posta na segunda unidade (nomeada *“Idade Média, Idade dos Homens”*), sendo que a primeira é sobre a Antiguidade – que, segundo o livro, termina com a queda do Império Romano – e expõe uma frase de Lucien Febvre: *“A Europa surge quando o Império desmorona”*.

Existem ainda subdivisões dentro da própria unidade: ela é dividida em dois capítulos, sendo que o primeiro apresenta uma quantidade superior de mapas, abordando a formação territorial, e no segundo as imagens que mais se encontram são iluminuras. Pouco se mostra sobre arquitetura, fotografias de locais ou de documentos, esculturas, etc. Os autores optam por trazer no primeiro capítulo o enfoque geográfico da formação dos Impérios, para depois tratar sobre a história social, e, em meio a outros elementos, o fenômeno espiritual, que, segundo Sofia Boesch Gajano, é um fenômeno de múltiplas dimensões e importância crucial para o entendimento do período (2002, p.449), mas não existe uma abordagem que o

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

contemple de forma aprofundada durante a unidade. Usando como referência o artigo de Bárbara Olim (2010, p.99-108) – que se baseia na teoria das funções da imagem, de Rodríguez-Diéguez – podemos classificar a maioria das imagens presentes no material analisado como possuidoras de função facilitadora, vicarial e motivadora, já que estão simbioticamente conectadas a um texto que não modificaria seu sentido na ausência delas, mas que complementam o aprendizado do estudante. Em relação às legendas, pode-se dizer que elas são essenciais para o entendimento das figuras, já que possuem informações como data, título, tipo de imagem e algumas vezes contam a história daquilo que a imagem retrata, ou seja, são legendas de referência (OLIM, 2010, p.110). As legendas são sucintas, já que as reflexões se encontram nos textos adjacentes – que são uma divagação em relação ao texto principal e estão inseridos em um fundo de tom amarelado –, aos quais as imagens se referem diretamente como forma de ilustração. Existe um exercício de final de unidade que propõe a análise do quadro “*O jardim das delícias terrenas*” de Hieronymus Bosch, pintado no século XV. Este painel foi escolhido porque, para Jacques Le Goff, o quadro era uma síntese do imaginário medieval. As perguntas são sugestões de como analisá-lo e são bem abertas, como, por exemplo: “relacionar o quarto plano à religiosidade medieval”. Há também outro exercício, contendo duas imagens em tamanho grande e que propõe a comparação entre uma escultura denominada *Mater Dolorosa* do século XIV e a *Pietà* de Michelangelo (1498-1499). Existe um total de 23 questões nesse capítulo, entretanto, somente esses dois exercícios apresentam imagens.

O uso didático das imagens condiz com a faixa etária dos alunos – já que não há imagens infantis –, assim como propõe desafios, a exemplo do pedido para interpretar uma pintura no exercício de fechamento do capítulo (“*O jardim das delícias terrenas*” de Bosch, que já mencionamos). Entretanto, o livro não parece tratá-las como documento histórico (exceto nos exercícios), já que as imagens são um instrumento pedagógico em uma relação vertical com os textos, ou seja, há uma submissão na importância do tratamento das figuras em relação às palavras escritas, já que as imagens são como um instrumento de tornar concreta uma ideia dissertada no texto (BUENO, 2011, p.68-70). Os mapas, no entanto, não participam

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

dessa lógica, já que o texto é que se subordina a eles.

O livro não trata as imagens no que se refere a questões estéticas: técnicas de pintura ou escultura que remetessem a época, ou questionamentos sobre porque essa obra foi criada dessa forma, se ela foi feita para ressaltar um ideal ou uma situação; assim como não tem questionamentos de para quem foi feita a obra e por quem (seja grupo social ou artista). Há informações rasas e factuais nas legendas como a data de criação da obra, mas não existe a intenção de desenvolver a reflexão artística do aluno – discutindo estilo histórico, simbolismo ou técnica, por exemplo (LITZ, 2009).

As imagens sempre agem de forma comprobatória com relação aos textos, portanto não existem conflitos entre eles que possam gerar quebra de expectativa ou ampliação da noção de complexidade da realidade. Os créditos das imagens se encontram logo abaixo das mesmas, entretanto não há nenhum tipo de referência adicional ao final do livro, assim como não há sugestões de outros tipos de imagens ou veículos para expansão do assunto, como documentários, filmes, músicas, HQs, entre outros. Logo na capa percebe-se que o livro tem mais de um autor: Flávio de Campos, professor de História Medieval da Universidade de São Paulo, mestre e doutor em História Social e Regina Claro, doutoranda em educação na Universidade de São Paulo. Ambos fazem parte do grupo que trabalha a iconografia do livro, junto de Maria Alice Bragança (coordenação), Luis Sérgio Colombo e Neuza Faccini. Há um grupo separado para a confecção dos mapas, portanto é perceptível o cuidado na apresentação de imagens e na relação delas com os textos. Porém, as partes editoriais, de mercado, edição, revisão, coordenação de arte, projeto gráfico e diagramação, dentre outras, são trabalhadas por diferentes profissionais, que por mais que conversem entre si ainda constroem o livro de maneira fragmentada e da forma mais rentável possível, já que se trata de um produto (BITTENCOURT, 2015, p.71 e 73).

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

Dado o exposto, podemos concluir que existe uma preocupação em utilizar imagens coerentes com a proposta dos capítulos e do tema, mas a falta de questionamentos que iriam interferir diretamente na noção de verdade histórica e documental é algo a ser notado – não é possível saber se por uma exigência editorial, de mercado ou por uma opção dos autores. Em relação à interpretação de imagens o livro deixa muito a desejar, já que o único indicativo de tal análise se dá em apenas dois exercícios. Os simbolismos que as imagens contêm e a sua importância no contexto histórico são postos de modo secundário, o que levanta a hipótese das imagens atuarem como uma bengala dos textos.

Livro *Estudos de História* v.1 (Ricardo de Moura Faria, Mônica Liz Miranda e Helena Guimarães Campos, 2010 – FTD)

Este livro selecionado para ser analisado tem como público-alvo os alunos da 1ª série do Ensino Médio. Sua divisão é feita em dez partes, sendo elas: “Orientações de Estudo”, seis unidades que abordam grandes temas de história, “Sugestões de leituras complementares para os alunos”, “Sugestão de sites” e “Sugestões de filmes e documentários”. A terceira unidade, a qual nos é objeto de estudo, “A Europa Medieval”, apresenta seis capítulos de subtemas, sendo eles: “O cristianismo, a Igreja e os reinos bárbaros”, “Os mundos de Bizâncio e do Islã”, “Economia, sociedade e política no feudalismo”, “O desenvolvimento do comércio e o crescimento urbano”, “Religiosidade, mentalidades e vida cultural” e “Crise e transformações nos séculos XIV e XV”, além de dois dossiês (“África” e “História & Cidadania”) e um capítulo de exercícios. É interessante ressaltar que, na introdução desta unidade, é explicitada uma discordância em relação à visão da Idade Média como “Idade das Trevas” e no decorrer dos capítulos é possível ver que essa discordância se mantém e se torna mais evidente ainda nos dois últimos, onde se trata da produção cultural da Europa Ocidental.

Não se fala muito sobre questões como as cruzadas, a peste negra, as guerras ou a grande influência da Igreja – essa última tenta-se relativizar. Talvez seja por esse motivo que o livro não trate muito a respeito da religiosidade cristã – ao menos na unidade em análise – o que explica a reduzida presença de imagens com temática bíblica em seu conteúdo. Das 57

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

imagens da unidade, apenas quatro apresentam essa questão, sendo elas: três fotografias de vitrais (cujo foco se dá à questão arquitetônica, não ao conteúdo dos vitrais) e uma iluminura da Ressurreição de Cristo do "*Livro de horas do Duque de Berry*", mas que só aparece como um "exemplo de uma iluminura", conforme se apresenta em sua legenda (FARIA; MIRANDA; CAMPOS, 2010, p.120), num contexto onde são discutidas as artes na Idade Média, sendo que no texto da página não há menção a iluminuras. Nos seus seis capítulos, a unidade apresenta pouca profundidade quanto aos assuntos tratados e também quanto às imagens presentes. Somente o primeiro mapa é mencionado no decorrer do texto, pois retrata as invasões bárbaras ao Império Romano Ocidental, apresentando os povos germanos, que só vem a ter seus nomes distinguidos no texto no momento em que esse aborda o reino dos Francos. Tal imagem assume, então, função informativa e vicarial (OLIM, 2010). As demais imagens da unidade não são mencionadas nos textos que acompanham. A unidade "A Europa Medieval" tem 48 páginas e 57 imagens, ou seja, uma razão de 1,18 imagens por página. Entretanto, essa grande quantidade de imagens não significa que elas são tratadas como documento, pois raramente o são; em verdade, há sessões para interpretação de "documento escrito" e de "documento literário" (denominações dadas pelo livro), mas não há o uso da palavra "documento" para referir-se às imagens na unidade.

Existem atividades sobre imagens fora do capítulo voltado para os exercícios e uma questão (entre os exercícios) que utiliza uma tirinha. Das 56 imagens (aqui não contando a tirinha), existem 11 atividades relacionadas a 11 imagens, contendo uma questão simples em cada, sendo que 8 delas são de leitura e interpretação e 3 são de interpretação. Segundo Barbara Barros de Olim (2010, p.109), "é nesse tipo de atividade [leitura e interpretação] que o aluno trata a imagem como um texto imagético e é impulsionado para a alfabetização visual". Entretanto, essas atividades por si só, não levam o estudante a interpretar/analisar profundamente as imagens, pois as questões a elas referentes se prendem a elementos superficiais.

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

Em geral, as imagens da unidade representam elementos presentes nos textos, mas sem acrescentar informações ou propor algum debate, o que limita a interpretação a ser feita delas, pois dentre as 57 imagens, 46 delas cumprem função facilitadora, e as demais funções ocorrem em menor número, não ultrapassando uma dezena cada (uma vez que as imagens podem ter mais de uma função). Ainda segundo Barbara Barros de Olim (2010, p.100): “A função facilitadora redundante está quase sempre presente quando utilizamos imagens juntamente com texto, funcionando como complemento ou reforço da informação textual, pois, não só ilustra o conteúdo claramente manifestado no texto, mas também auxilia no entendimento e na atenção dada à página, pelo leitor”. Pode-se entender que o principal objetivo nesse grande uso de imagens e suas posições em relação aos textos seja tornar o ato da leitura mais fácil e interessante para o aluno. Essas imagens variam entre pintura, fotografia, mapa, ilustração, iluminura, gravura, miniatura, afresco, manuscrito, escultura, mosaico e tirinha. Com temáticas variando entre situação de belicosidade, religião islã, arquitetura, comércio ou comerciante, camponeses, nobres, populares (festa popular), universidade, medicina, escultura, mapas, religião cristã, peste negra, Joana d’Arc, etc.

As imagens que retratam mulheres como figuras de maior importância (onde ela é identificável por seu gênero, e não representada apenas como parte de um bloco social) são duas: a da imperatriz Teodora, esposa de Justiniano, oferecendo um cálice de ouro à igreja e de Joana d’Arc sendo amarrada a um tronco para ser queimada. Não há relação de submissão ou estereótipo, talvez por ambas estarem em posições relevantes. Há outras cinco imagens onde é possível identificar a figura feminina, entretanto, nessas, elas estão apenas como parte de um grupo social, como camponês ou nobre. As legendas repetem informações dos textos e explicam do que se trata a imagem, mas, por vezes, também trazem informações adicionais ao contexto do que é representado imagetivamente, e ainda há algumas figuras que são totalmente dependentes da legenda para que seu conteúdo seja compreendido.

Em suma, há uma hierarquia na unidade, onde as imagens são usadas em função de facilitar a leitura dos textos e atrair a atenção do aluno. Mas para isso, a interpretação

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

imagética não é incentivada. O fato é que há uma deficiência significativa ao não se agregar às imagens o seu valor como documento histórico, o que gera um prejuízo ao aluno. Essa falha do livro só pode ser recompensada com a iniciativa do professor.

Livro *Livro-texto: Anglo - História* (Diego Lopez Silva, Gianpaolo Dorigo e Renan Garcia Miranda, 2016 – SOMOS Sistemas de Ensino)

O último livro a ser analisado é pertencente ao Sistema Anglo, por isso diverge um pouco mais dos outros dois em seu formato. É um livro leve, com as páginas mais largas do que o usual, além de não ser dividido em unidades, e sim em dezessete capítulos. O livro tem como público alvo estudantes da 1ª série do ensino médio provavelmente de escolas particulares que priorizam a preparação para os vestibulares, já que pertence ao Sistema Anglo. É apenas um “livro-texto”, ou seja, não possui exercícios. Os alunos de escolas que utilizam esse material possuem para a matéria de História três materiais separados, um voltado apenas para textos (que é o que está sendo analisado), um apenas de exercícios e outro de resumos, além de uma plataforma digital com conteúdo diverso.

Nesta análise, vamos nos ater ao livro-texto, porque não tivemos acesso aos outros materiais, que são exclusivos para alunos e professores. Em uma análise mais técnica do uso das imagens no material, é válido dizer que elas são todas coloridas e seus tamanhos variam, mas não há nenhuma de tamanho tão reduzido a ponto de prejudicar sua compreensão (com certeza seria algo benéfico se os estudantes tivessem acesso apenas a imagens grandes, para analisá-las em detalhes, mas isso não seria prático para a organização do livro, além de não ser essencial).

Antes de partir para a análise direta das imagens, há algumas considerações sobre o material como um todo que consideramos importantes. O livro não discute questões como a do conceito de *Antiguidade Tardia*, mas cita que existem diversas formas de dividir historicamente os dez séculos correspondentes ao período medieval, alertando que usualmente seu início é marcado pela queda do Império Romano em 476, embora existam

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

divergências (que não são levantadas). Além disso, ele utiliza a divisão clássica de Alta (séc. V-X) e Baixa (séc. XI-XV) Idade Média, mas avisa que essas divisões são eurocêntricas e não muito adequadas para pensar na trajetória de outras civilizações como a bizantina e a islâmica.

No primeiro capítulo a respeito da Idade Média, o livro cita brevemente o fenômeno da iconoclastia no Império Bizantino, e conclui que, apesar disso, o conceito de imagens com caráter pedagógico (objetivo de educar os fiéis) será o que prevalecerá. O autor traça ainda, no mesmo capítulo, um paralelo entre a questão iconoclasta bizantina e a proibição de imagens religiosas também existente na formação do islamismo, citando um trecho relativamente longo da obra "*A História da Arte*", do estadunidense Horst Waldemar Janson, que fala sobre a condenação de Maomé à idolatria, ressaltando que esse aspecto se dava em relação às estátuas, enquanto as pinturas e outros modos de representação tem interpretação ambígua e mais complexa (SILVA; DORIGO; MIRANDA. 2016, p.58). Assim como no caso de H.W. Janson, há outros momentos em que o livro traz citações diretas de historiadores ou historiadores da arte, principalmente para comentar imagens dentro de boxes com temas específicos.

Há imagens que estão dentro de *boxes* temáticos (temas como patrimônio cultural e artístico, questões de gênero, o papel da floresta na sociedade medieval, entre outros) acompanhadas de textos que exploram o mesmo tópico, mas nem sempre se referem diretamente à imagem. Muitas vezes, é nesses *boxes* que estão as citações diretas de historiadores e historiadores da arte que já foram comentadas.

Quanto às legendas de todas as imagens do material analisado, pode-se observar que, na maioria das vezes, elas são sintéticas e se limitam a localizar a obra ou imagem no tempo e no espaço e explicitar o que está acontecendo em algumas delas.

Para um aluno preocupado em memorizar o conteúdo, como ocorre entre os pré-vestibulandos, as representações gráficas e sucintas de um texto auxiliam muito na fixação

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

do conteúdo, logo, podemos considerar que já que o Sistema Anglo é intimamente ligado a empresas de cursos pré-vestibular, esse é um aspecto que será valorizado em todos os seus livros.

Percebemos que as fotografias também são muito utilizadas, principalmente para trazer imagens referentes à arquitetura. Em seguida vêm as iluminuras e pinturas. As pinturas, iluminuras, afrescos, gravuras, entre outros tem suas técnicas citadas muito brevemente. O contexto histórico geralmente é dado, mas a procedência (quem fez, quando, onde, porque, para quem) é mais rara, talvez pela falta de informações, talvez por não considerá-las essenciais. A maior ênfase geralmente é dada à explicação de o que ocorre na cena. Assim como no caso dos mapas, todos os outros tipos de imagens são comumente utilizados como representação de algo geral. Ao analisar todo o conjunto de figuras, foi possível concluir que existe predomínio das funções vicarial e facilitadora, principalmente desta última. Vale notar ainda que no caso dos mapas, as funções geralmente são também catalisadoras e explicativas.

O último capítulo dentre os que atendem a temática medieval é nomeado “Cultura medieval”. É interessante citá-lo aqui porque o mesmo traz uma discussão a respeito de diversos setores da cultura, tais como as letras, as universidades, a filosofia, o pensamento e as artes plásticas, então era esperado que fosse dada uma atenção especial às imagens. De fato, houve maior disposição do autor em analisar melhor as imagens em dois momentos: primeiro ao trazer uma iluminura do século XIV e finalmente explicar ao aluno na legenda o que são as iluminuras e, por último, ao apresentar uma figura alemã que mostrava o fim de uma justa, pela primeira vez o livro irá comentar uma imagem em termos de analisá-la de fato, falando em perspectiva e inexpressividade. Mas a discussão acerca das cenas desse último capítulo parece ainda ser mais em torno dos textos do que das imagens, estas, por sua vez, são no geral ilustrações do conteúdo, com legendas curtas.

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

É importante ressaltar que aqui novamente o livro traz uma reflexão acerca do pré-julgamento que muitas vezes ocorre da produção imagética medieval por esta apresentar “cenas que parecem pouco realistas” e “personagens inexpressivas” (SILVA; DORIGO; MIRANDA. 2016, p.89): o autor destaca que o objetivo da pessoa que produzia aquela imagem não era mostrar a realidade e nem mostrar o que achava dela, a ideia central era estimular a espiritualidade, isto é, “o conteúdo ou sentido da imagem deveria ser construído pelo observador e apenas sugerido pelo artista” (SILVA; DORIGO; MIRANDA. 2016, p.89). Esse caráter era o mesmo quando se tratava de imagens profanas.

No livro, é possível perceber que, apesar de as legendas datarem as obras medievais, essa datação é muito ampla. Frequentemente uma imagem será creditada a um século específico, o que é um período temporal muito grande; isso provavelmente ocorre porque é difícil determinar a origem particular de cada obra. Também se pode pensar nas imagens que foram escolhidas para serem usadas no material: a maioria delas foi produzida durante a Idade Média, o que demonstra uma preocupação do autor em mostrar de fato a forma como o período era visto por aqueles que o viveram. Porém, há algumas figuras feitas posteriormente, como no caso do retrato de São Tomás de Aquino, de Sandro Botticelli. Podemos concluir, então, que algumas imagens são ilustrações do texto, e não do período, o que não é um problema, já que tudo isso está especificado nas legendas e até porque o autor demonstra consciência disso e até mesmo chega a comentar que uma das imagens trazidas pelo livro (uma iluminura do século XV que representa a conquista de Constantinopla pela Quarta Cruzada) seria um tanto quanto anacrônica, já que o autor da imagem não teria presenciado o fato retratado (as muralhas estilizadas parecem com um castelo europeu) (SILVA; DORIGO; MIRANDA. 2016, p.67).

O consumo das imagens acaba sendo rápido e superficial na maioria dos casos, mas essa proposta didática parece condizer com os objetivos de um aluno de ensino médio ou vestibulando, que possuem um volume considerável de informações para guardar. Os textos não são longos nem cansativos e possuem vários subtítulos, o que convém para o método de

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

ensino proposto pelo Sistema Anglo, que tem por parâmetros os vestibulares. O conteúdo é bastante pontuado, o texto não faz referências diretas às imagens, mas elementos citados rapidamente no texto são desenvolvidos indiretamente por elas, como acontece, por exemplo, quando o material apresenta uma foto da catedral de Santa Sofia (que só tem o seu nome dito no texto) acompanhada de uma legenda que detalha suas dimensões e a classifica historicamente (SILVA; DORIGO; MIRANDA. 2016, p.52).

Em algumas ocasiões acontece de a imagem vir antes do texto apresentando algo que ainda será dito, como uma espécie de introdução, porém não muito desenvolvida. Pode haver também a possibilidade de uma figura aparecer acrescentando uma informação que não é dada pelo texto em momento algum, ou seja, funciona como um complemento importante e que deve ser observado. Mas, em alguns momentos, essas imagens independentes também carecem de informações na legenda, o que é ruim, já que o texto também não se refere a elas, apesar de se relacionarem tematicamente e, com isso, elas não ficam muito bem estabelecidas.

Em virtude do que foi mencionado, podemos concluir que o uso das imagens neste livro muitas vezes serve para ilustrar os textos e concretizar seus dados, ou seja, existe uma hierarquia entre texto e imagem, na qual para entender o contexto da segunda, é necessário, na maioria das vezes, que o estudante compreenda o primeiro. Pode acontecer de o texto e a imagem trazerem a mesma informação, quase que completamente (como ocorre com alguns mapas). Porém, em alguns momentos, são as ilustrações que irão acrescentar um comentário a mais, além de que elas fixam o conteúdo de forma diversa da do texto. Levando em consideração esses aspectos, se pode entender que ambos se complementam e são, majoritariamente, apresentados de forma harmoniosa.

Análise comparativa dos três materiais didáticos selecionados:

Antes de entender o panorama histórico em que os livros se inserem e discutir as questões que foram observadas em cada um deles de forma comparativa, é interessante

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

levantar brevemente a história dos livros didáticos em contextos políticos e culturais distintos: o livro didático chega ao Brasil no século XIX – apenas para as elites, no Colégio Dom Pedro II – e sua abordagem, neste momento, contemplava as histórias de grandes nomes e heróis, preferencialmente. No entanto, a partir do surgimento da imprensa, a produção de livros foi notavelmente barateada e, juntamente a um projeto nacional de alfabetização, foi inserido um número considerável de pessoas no mundo educacional. O livro passara de um ideal de manual para uma construção devidamente pedagógica. É significativo fazer referência à Era Vargas e ao período Ditatorial Militar, nos quais a dominação intelectual consequente de projetos políticos específicos é abordada como um reflexo do próprio momento. No período de redemocratização, no entanto, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) implementa a Lei 91.542, que incorpora ideais democráticos, mais uma vez demonstrando a relação entre o período histórico e os materiais didáticos. Por mais que, desde 1996, muitos professores tenham passado a escolher os livros didáticos a serem utilizados em suas aulas, o Estado ainda tem um grande poder decisivo na qualificação e crítica dos livros, já que essa é uma área de muito investimento e que gera altíssimo lucro às editoras (assumindo assim sua dimensão mercadológica), estas por sua vez se adequam ao olhar determinado e estatal da História (CUNHA; XAVIER, 2011, p.128). Além disso, em muitas escolas, como é o caso das municipais, muitas vezes o professor não é quem escolhe os livros (OLIVEIRA, 2016, p. 87).

Os materiais didáticos analisados neste artigo, no entanto, encontram-se entre os livros de contexto cultural dos anos 2000, no qual há um considerável crescimento em relação à quantidade de imagens utilizadas. No geral, os livros se enquadram na História Tradicional, que leva em conta a temporalidade eurocêntrica, ao contrário da História Renovada, que é tratada por temáticas que colocam a História Política de modo integrado e não exclusivo, aguçando assim não só o pensamento crítico, mas a visão multifacetada da História (OLIVEIRA, 2016, p.90). Após a análise individual dos três livros (sendo o critério de escolha inicial dos mesmos a faixa etária, já que todos são destinados ao ensino médio), nota-se que cada um tem uma proposta didática diferente para retratar a Idade Média, seja na escolha do

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

que desenvolver e sintetizar em relação aos temas seja na escolha das imagens apresentadas; sendo assim, é possível aproximar ou distanciar diversos aspectos entre os livros. No que se refere às imagens, é crível que as escolhas das mesmas atuarão como um instrumento pedagógico, mas também como um atrativo rentável. O livro em si já traz limitações por reunir diversos conteúdos tentando aprofundá-los o máximo possível em apenas algumas páginas, então o autor tem que fazer escolhas difíceis a respeito do que priorizar diante dos seus próprios valores e referências historiográficas e pedagógicas.

Diante desse cenário, serão analisados alguns aspectos como: quebra de paradigmas – imagens que se comportam no contexto como um instrumento para transgredir estereótipos –, proposta didática, ou seja, critérios na utilização de imagens e dados técnicos do livro e, por último, a contextualização e uso das imagens.

No que se refere à questão da representação imagética da mulher, o livro do Anglo possui um *box* no capítulo 11 nomeado “Questões de gênero”, que contém uma iluminura que representa Cristina de Pisano, uma intelectual e poetisa. O texto ao qual a imagem faz referência disserta sobre as mulheres como grupo social na época das grandes cortes surgidas na Idade Média e como a mentalidade vigente refletia o seu papel na sociedade, mostrando assim uma preocupação em situar as mulheres em posições mais centrais e colocando em reflexão a mentalidade contemporânea de ver a mulher medieval como uma figura homogênea e de completa submissão. Uma situação semelhante é visível no livro *Estudos de História*, que contém imagens de mulheres ocupando um espaço de centralidade e protagonismo: são elas a Imperatriz Teodora e Joana d’Arc.

No livro *A Escrita da História*, entretanto, essa questão se coloca de maneira diferente. Nele, a mulher faz parte de um grupo marginalizado nas imagens, sempre aparecendo em um contexto de figurante, como trabalhadora ou em um banquete ao lado da figura principal que geralmente é o rei ou o papa; as únicas mulheres que tem destaque são: Eva, segurando a maçã em frente à serpente (não ocupando a totalidade ou centralidade da imagem, já que

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

há também Adão representado) e a Virgem Maria, no contexto da Anunciação e segurando o menino Jesus. Os três livros, em se tratando de imagens de sujeitos sociais da Idade Média, convergem para a proposta didática de macrovisão política, tratando os indivíduos de forma secundária, não retratando a realidade complexa e multifacetada, levando também em consideração o limite pequeno de páginas para tratar de assuntos tão vastos.

Passando para o outro item de comparação, a questão das propostas didáticas, primeiramente foi analisado como cada livro propôs uma divisão de capítulos diferentes segundo sua proposta interna; o livro *Anglo* trata o assunto fragmentado entre Alta e Baixa Idade Média, e possui capítulos específicos de feudalismo, cruzadas, renascimento e formação das monarquias. O livro parte da ideia de que a Idade Média começou com a queda do Império Romano, entretanto coloca que existem diversas formas de se dividir o período historicamente, e alerta que usa a cronologia mais usual mesmo ela sendo eurocêntrica e não tão apropriada para os bizantinos ou islâmicos.

Considerável quantidade de capítulos também é apresentada no livro *Estudos de História*, com uma unidade dividida em seis capítulos e ainda um dossiê sobre a África; diferentemente do livro *A Escrita da História*, que se mostra mais abrangente ao dividir a unidade em apenas dois capítulos sendo que o primeiro é chamado de “Alta Idade Média”, mesmo que este não venha seguido de outro chamado “Baixa Idade Média”.

De modo geral, todos os livros aqui analisados fazem um trabalho de qualidade em relação a intercalar imagens entre colunas ou demais lugares estratégicos para que a leitura, que já pode ser considerada desafiadora pela complexidade do conteúdo, funcione de modo pragmático. Sendo assim, os textos são curtos e existem diversas marcações visuais para separá-los e dar ênfase; também não há nenhum elemento corrompendo o entendimento das imagens ou dos textos de forma relevante.

Além do mais, a legenda também funciona como elemento facilitador para compreensão da imagem, entretanto, ocorre de modo diverso nos livros: no *Estudos de*

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

História e no Livro-texto Anglo não há um padrão referente às legendas, ou seja, algumas imagens apresentam legendas sintéticas, com informações referentes à data, autor, etc., enquanto outras vezes a imagem não vem acompanhada de legenda ou possui uma extensa legenda explicativa; o livro *A Escrita da História* possui sempre uma legenda sintética que acompanha todas as imagens, mas muitas vezes elas não possuem dados referentes a datas, locais, dimensões ou outras informações do tipo.

A qualidade das imagens também se torna um critério de avaliação entre os livros: todos os três possuem imagens coloridas que tornam o aluno capaz de analisar melhor e com mais detalhes as figuras, além de possuírem, na maioria das vezes, um bom tamanho, levando em consideração a harmonia entre todo o conteúdo e a quantidade de páginas a ele reservado.

Ainda sobre como os livros abordam as questões imagéticas, é notável a questão das atividades e exercícios (considerando que o livro do Anglo possui um livro de exercícios independente do livro-texto, ao qual não se teve acesso): no livro *Estudos de História*, existem 11 questões que são atreladas às imagens, entretanto não propõem uma análise e tratamento aprofundado sobre elas especificamente. Já no livro *A Escrita da História*, há apenas dois exercícios durante a unidade que contém imagens, contudo, elas protagonizam as questões sendo postas como documento histórico a ser entendido.

O modo como os livros conduzem os exercícios sem figuras é um reflexo de como as imagens são entendidas e retratadas durante os capítulos. Em nenhum dos três livros pode-se dizer que houve uma preocupação em destrinchar muitas das imagens, pontuando a visão do autor e ideologia que está retratada, tal como não existe um aprofundamento em relação ao entendimento da imagem num contexto histórico, mergulhado em determinado tipo de técnica e nem sua procedência, ou seja, quem foi o autor, de onde veio à imagem, porque e para quem ela foi feita, etc. E se o livro por si só possui limitações referente à utilização de imagens que tem que lutar para ocupar espaços do texto e vice-versa, os livros aqui

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

analisados não indicaram sugestões audiovisuais e de outras imagens fora do livro, com exceção do livro *Estudos de História*.

A maioria esmagadora das imagens nos três livros possui função facilitadora, portanto os textos aos quais elas se relacionam podem ser entendidos sem a presença da imagem, que aparece como uma forma de reafirmar o que foi dito, tornando mais visível o conceito e para ajudar na memorização. Existe uma hierarquia presente nos livros que põe a imagem para ser tratada de forma rápida e superficial e em posição mais baixa em relação ao texto no que concerne à apresentação de conhecimento. Assim, na maior parte das vezes, o texto será o detentor principal das informações. A seguir, apresentamos o gráfico que oferece um comparativo entre os tipos e quantidades de imagens em cada um dos materiais didáticos analisados:

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

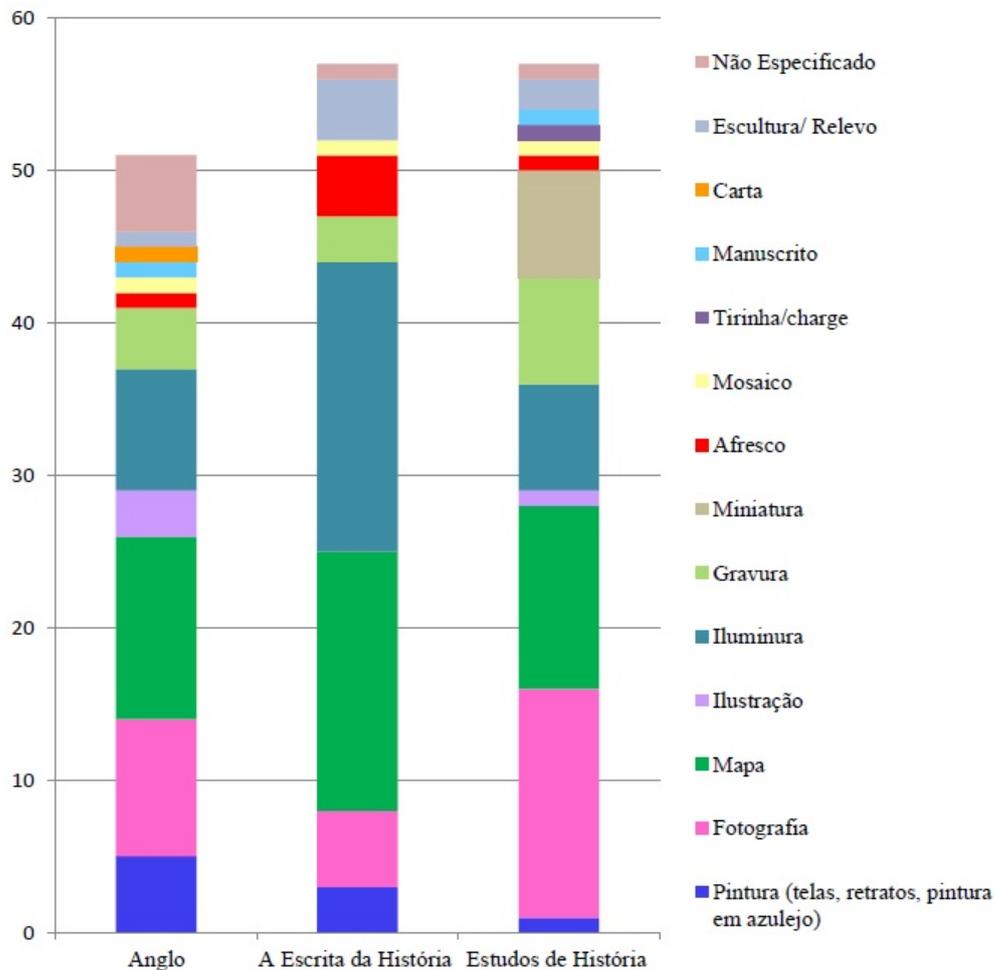


Gráfico 1: comparativo quantitativo de imagens presentes em cada livro analisado. No geral, todos os livros possuem muitas imagens, no entanto os tipos diferem entre si de acordo com cada proposta pedagógica e limitações editoriais.

Diante do gráfico é possível concluir, portanto, que os livros utilizam diversos tipos de imagens. O livro do Anglo, talvez por ser de uma empresa fortemente ligada aos vestibulares, preza pela praticidade e velocidade em fornecer os conteúdos, já que precisa pontuar os assuntos que mais caem no vestibular além de tratar da História em si de modo mais facilitador e cronológico possível, portanto, tal como nos demais livros, existe uma presença massiva de mapas, que são imagens que contém em si uma quantidade extensa de

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

informações de forma visual, objetiva e pragmática. Existe também um equilíbrio na distribuição dos diversos tipos de imagens que não se encontra presente nos livros *Estudos de História* e *A Escrita da História*, sendo que o primeiro contém uma quantidade considerável de fotografias e o segundo de iluminuras.

No entanto, mesmo com essas divergências, todos os livros possuem uma quantidade de imagens praticamente igual, sendo que o Livro-texto Anglo possui 51, e, os demais, 57 imagens durante os capítulos de Idade Média.

Esse comparativo revela, portanto, que os livros, no geral, são parecidos em diversos aspectos como na quantidade de imagens e nas funções que elas exercem no entendimento do assunto, mas existem diferenças em se tratando de quais tipos de figuras são as mais utilizadas e quais os temas e pessoas que as protagonizam.

Conclusão:

Durante a realização da presente pesquisa, foi possível observar que as imagens nos livros didáticos podem ter variadas funções: podem ser um instrumento pedagógico facilitador, uma ilustração direta ou complementar dos textos, um documento a ser analisado, uma forma de memorização ou fixação do conteúdo, dentre outras multifunções. Esses papéis podem ocorrer de forma simultânea ou ser priorizados de acordo com os objetivos dos autores. Nos materiais didáticos analisados, é possível que uma ou mais funções tenham sido consideradas durante o processo de curadoria. Além disso, há ainda os casos nos quais imagens específicas são utilizadas com propósitos singulares, como acontece no livro *"A Escrita da História"* com o uso do tríptico *"O Jardim das Delícias Terrenas"* de Hieronymus Bosch, que é bastante pedagógico ao propor o entendimento da Idade Média a partir de sua análise e reflexão, estimulando o aluno a prestar atenção especial à imagem.

O livro é uma materialidade da sociedade contemporânea, portanto pode ser estudado como documento, e, sendo assim, partimos do estudo de cada um dos livros escolhidos para entender como as escolhas historiográficas, políticas e pedagógicas se

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

relacionam com a sociedade e são recebidas em sala de aula, dando atenção especial à forma como foram selecionadas as imagens. Ficou atestado que muitos fatores influenciam a publicação de um livro didático, e, no caso das imagens, ainda deve se considerar a questão dos direitos autorais, as viabilidades de venda e o que deve ser priorizado levando em consideração as limitações financeiras.

Portanto, se faz necessário entender e refletir acerca da complexidade do livro didático, que atualmente possui uma dimensão global: como produto cultural, didático e mercadológico, que reflete mudanças da sociedade através do tempo – suas políticas, ideologias, debates, seu mercado e muitos outros aspectos que impactam na produção desse material.

Os livros analisados absorveram influências da chamada Nova História, que a partir dos anos 90 trouxe maior diálogo com outras áreas das ciências humanas, inseriu no debate sujeitos tradicionalmente marginalizados e alargou o foco dos estudos com a introdução de temas como História das Mentalidades e do Cotidiano. Também passaram a utilizar novas fontes, que não apenas documentos escritos. Essas mudanças se refletiram nos livros didáticos, uma vez que o mercado editorial participou ativamente das discussões da época. No entanto, vale ressaltar que apesar das mudanças que trouxe a Nova História, ainda hoje encontramos fortes resquícios do eurocentrismo nos livros didáticos que se utilizam da história integrada, mantendo a temporalidade tradicional, mesmo que com ressalvas, como é o caso do *"Livro-texto: Anglo"*, que alerta os alunos sobre a inadequação da periodização utilizada, mas a utiliza mesmo assim.

Escolher como contar a História é um ato político que é reflexo de uma indústria cultural social de grupos específicos que utilizam o livro didático como um instrumento para levar seus valores e ideias (BITTENCOURT, 2015) atuando como um veículo de controle discursivo (FERRARO, 2011, p.173). É sempre válido se pensar na forma como as imagens são usadas nos materiais didáticos e quais os efeitos que elas produzem no contato com os

Mariana Rodrigues de Vita, Thalita Mota da Silva e Sarah Cafe Santos

estudantes, pois elas também são documentos históricos e devem ser valorizadas como tal. E apesar do Estado, da Academia e da editora serem elementos que estão intimamente ligados entre si no processo de produção do livro didático, não podemos esquecer o consumidor final: a escola. Se o que muitas vezes ocorre é que em sala de aula utiliza-se o livro como referência única, entendemos que dessa forma se limita a experiência de aprendizado que o aluno poderia ter, com a utilização do livro como documento, por exemplo, para desenvolver o pensamento crítico, desenvolvendo também a autonomia do estudante. Ou seja, é necessário atribuir ao livro mais do que a função referencial (CUNHA; XAVIER, 2011, p.125).

Livros Didáticos:

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina. *A Escrita da História*. 2. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2009. cap. 5-6, p. 128-191. V. único.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz; CAMPOS, Helena Guimarães . *Estudos de História*. FTD, 2010. Unidade 3, v.1.

SILVA, Diego Lopez; DORIGO, Gianpaolo; MIRANDA, Renan Garcia. *ANGLO - História - Livro-texto*. São Paulo: SOMOS, 2016. cap. 7-13, p. 51-90.

Referências Bibliográficas:

BAIRRO, Catiane Colaço de. Livro didático: um olhar nas entrelinhas da sua história. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../Cj5GgE6L.doc>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 69-90.

BOCCHINI, Maria Otilia. Legibilidade visual e projeto gráfico na avaliação de livros didáticos pelo PNLD. Anais do Simpósio Internacional Livro Didático, Educação e História. São Paulo, Faculdade de Educação USP, 2007.

BOESCH GAJANO, Sofia. Santidade. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (Dir.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, v.2, 2002, p.449- 463.

BUENO, João Batista. Imagens visuais em livros didáticos de História. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas*, v. 19, n. 22, p.68-76, jul./dez. 2011.

Análise Comparativa do Uso das Imagens em Livros Didáticos com Conteúdo de História Medieval

CUNHA, Maria de Fátima da; XAVIER, Erica da Silva. Entre a indústria editorial, a academia e o estado: o livro didático de história em questão. *Cadernos do Ceom: Arquivos e tecnologias digitais*, Santa Catarina, Ano 25, v. 24, n. 34, p.123-146, jun. 2011. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/971/540>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

DELEGÁ, Etson. O Papel da Imagem no Livro Didático. *Jornal da Educação*, 2012.

FERRARO, Juliana Ricarte. A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria. *Cadernos do Ceom, Chapecó*, v. 24, n. 34, p.169-188, 2011.

GERMINARI, Geyso D.; MOURA, Anderson Fagundes de. Livro didático de história, entre conteúdos e epistemologia. *Educação Unisinos, São Leopoldo*, v. 21, n. 1, p.102-110, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.211.11/5858>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no Ensino de História. *Caderno Pedagógico - Universidade Federal do Paraná, Curitiba*, 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; MACHADO, Vanderlei. Gênero e imagem: relações de gênero através das imagens dos livros didáticos de história. *Revista Gênero, Niterói*, v. 4, n. 2, p.119-134, 2004.

OLIM, Bárbara Barros de. Imagens em livros didáticos de história das séries iniciais: uma análise comparativa e avaliadora. *Outros Tempos, Maranhão*, v. 7, p.93-118, dez. 2010.

OLIVEIRA, Esdras Carlos. As relações do livro didático de História com historiografia e Teoria da História, analisando as coleções integrais (IBEP) e História - cultura e sociedade (FTD). *Revista Labirinto: Ano XVI, Rondônia*, v. 24, n. 1, p.81-99, 30 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1687/1610>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SCHMITT, Jean-Claude. As relíquias e as imagens. In: Id. *O Corpo das Imagens. Ensaio sobre a cultura visual no Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2007. p. 279-299.

SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. In: SCHMITT, Jean-Claude; GOFF, Jacques Le. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p. 591-605.

SISTEMA ANGLO. Ensino anglo. Disponível em: <<http://www.sistemaanglo.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2018

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)¹

Thays Bueno Murrace*

Resumo: Este artigo visa relatar as experiências vividas nos quilombos de Mandira e Ivaporunduva e no Parque Estadual Caverna do Diabo – localizados no Vale do Ribeira – de modo a evidenciar a articulação de diversos elementos para a construção de narrativas identitárias das comunidades remanescentes de quilombo e suas trajetórias de resistência. O local apresenta um grande potencial hidrelétrico e mineral, sendo assim alvo de constantes disputas entre donos de terras, grandes empresas, as comunidades quilombolas e outros moradores locais. As informações coletadas foram encontradas em relatórios, documentos oficiais, fontes bibliográficas ou fornecidas pelos integrantes dos quilombos durante momentos de falas coletivas, discussões acerca do trabalho em campo e conversas que procuraram esclarecer dúvidas acerca do funcionamento das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: História dos afrodescendentes, Quilombos, História da África, História do Brasil, Vale do Ribeira

Introdução

O presente artigo é fruto das experiências vividas no parque estadual Caverna do Diabo e nas comunidades remanescentes de quilombo de Mandira e Ivaporunduva durante a excursão didática realizada ao longo de cinco dias no curso *História da África e dos*

¹ Agradeço à professora doutora Maria Cristina Cortez Wissenbach e David Ribeiro por terem proporcionado a experiência de estar em excursão didática nas comunidades quilombolas. Agradeço também à querida Eloisa Martins Galvão pela leitura atenciosa e troca de referências que enriqueceram a escrita deste texto.

*Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. Integrante do grupo de pesquisa “Cotidiano e Resistência Escrava nas Américas”. Contato: thays.murrace@usp.br

Afrodescendentes no Brasil: conteúdos e ferramentas didáticas para a formação de professores do Ensino Médio e Fundamental, ministrado pela professora doutora Maria Cristina Cortez Wissenbach. Excursões didáticas com um trabalho de campo durante a graduação em História mostram-se relevantes na medida em que possibilitam o exercício da coleta documental que vai para além do âmbito dos arquivos, sendo possível também dar historicidade a fenômenos e lutas coevas e relevantes na sociedade brasileira.

O Vale do Ribeira contém cerca de oitenta comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, mas que em sua totalidade ainda não receberam a sua titulação. Esse processo, marcado pela escrita de um relatório técnico-científico, envolve interesses relacionados à posse de terras e a o questionamento da autenticidade das identidades destas comunidades.

Origens do Quilombo de Mandira

Segundo conta a atual liderança da comunidade Francisco, chamado de Chico Mandira, o surgimento do Quilombo de Mandira data da segunda metade do século XIX. Antes parte da fazenda de arroz mais antiga do Vale do Ribeira, as terras da comunidade foram uma doação de Celestrina Benícia de Andrade a seu meio-irmão bastardo Francisco Mandira, fruto da relação entre Antônio Florêncio de Andrade e uma de suas escravas. A doação ocorreu em função da vontade de Dona Celestrina de partir para a região de Minas Gerais com o intuito de explorar ouro, ao passo que ela não desejava meramente abandonar as terras em que vivera até então.

Francisco Mandira então decidiu partir para o Paraná, deixando dois filhos na comunidade, João Vicente Mandira e Antônio Vicente Mandira, sendo que os dois dividiram entre si as terras que compoiam o “Sítio do Mandira”. João ficou com as terras que se localizam no Salto do Mandira, enquanto Antônio se estabeleceu nas terras baixas da serra da Boacica. Hoje essas terras são reivindicadas pela comunidade quilombola como áreas a serem tituladas.

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) foi criado o Parque Estadual do Jacupiranga, pelo Decreto Lei 145 de 08 de agosto de 1969 (BRASIL, Decreto-Lei nº 145, de 8 de Agosto de 1969. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual do Jacupiranga e dá outras providências, 1969). O preceito da criação deste parque é o mesmo que guiou e guia a criação de reservas ambientais nos Estados Unidos e no Brasil: o de um “naturalismo reativo”, que concebe o afastamento entre homem e natureza como única forma de preservar aquela. Este *neomito* – termo utilizado por Diegues - do paraíso desabitado, transposto aos países de terceiro mundo traz consequências socialmente negativas na medida em que mesmo nos locais que parecem desabitados, há populações de vida tradicional (DIEGUES, 1996) como as do Quilombo de Mandira. Como consequência, há a expulsão dessas comunidades do local em que se estabeleceram ao longo de várias gerações e que pode acarretar em um estado de calamidade social e miséria - uma consequência apontada principalmente pelos habitantes do Quilombo de Ivaporunduva.

As consequências mais diretas para a comunidade de Mandira foram a venda de terras por parte de algumas famílias nos anos 1970 e a mudança do seu lugar de moradia para um local próximo, mas que não favorece a agricultura, a caça, a pesca e a retirada da caixeta². Antes os moradores habitavam um sambaqui, uma formação que se dá através do acúmulo de conchas e outros materiais orgânicos, tornando o solo fértil, conhecido também como *terra preta de índio* (FIGUTI, 1993; TEIXEIRA, KERN, MADARI, LIMA, & WOODS, 2009)³.

É a partir dos anos 1970 também que os mandiranos passam a trabalhar clandestinamente com a ostra, um trabalho que era visto como pouco digno, ao qual os

² A caixeta (*Tabebuia cassinoides*) é uma madeira utilizada para a confecção de tamancos e anteriormente lápis. A árvore que cresce apenas no brejo, alcança até 25 metros de altura e 60 cm de diâmetro.

³ Cientificamente, o sambaqui é definido não só como o local em que se acumularam conchas, mas também um local de sepultamento, em que podem ser encontrados ossadas de animais e humanos, frutos de atividade humana durante o período pré-histórico. No litoral as conchas são o material predominante destas formações, na medida em que a coleta de moluscos parecia ser uma atividade de rendimento médio, mas ainda assim mais rentável do que a caça e a pesca. Formações parecidas são encontradas em outros locais do mundo; na Amazônia formações que são resultado de atividade parecida são conhecidas como *Terra Preta de Índio* (TPA).

quilombolas não gostavam de se associar, porque o trabalho era moroso e pouco valorizado tanto financeiramente quanto socialmente, sendo considerado uma atividade de segunda classe. Atualmente, há vinte e cinco famílias mais ou menos aparentadas entre si e que vivem perto de uma estrada.

Caracterização das atividades realizadas no Quilombo de Mandira

Se antes as famílias moravam em locais propícios ao cultivo de artigos de primeira necessidade, houve uma necessidade de mudança do local em função do parque. Como já foi dito, essas vinte e cinco famílias agora moram em um local que não permite a agricultura, a caça ou a pesca, de modo que na década de 1970 passou-se a trabalhar clandestinamente com a ostra. Outro trabalho realizado de forma ilegal no mesmo período – como relata Chico Mandira, sendo que ele mesmo realizava tal atividade – era a retirada da caixeta, que por crescer no brejo e atingir até 25 metros de altura, acabava exigindo o trabalho braçal que deveria ser feito em grupo na maioria das vezes, assim, o corte da caixeta era tão trabalhoso quanto a coleta de ostras.

O trabalho com a ostra passou por uma grande transformação a partir da década de 1990. Antes, a ostra era retirada clandestina e diretamente do mangue, havendo um potencial de sua extração tornar-se predatória. Vendida a preços risíveis a atravessadores, ainda havia a necessidade de se retirar a carne da concha. Com a ajuda da Universidade de São Paulo (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Húmidas Brasileiras – NUPAUB/USP) e do Instituto de Pesca (TURATTI, 2002, p. 33), Chico Mandira conta que fez uma tentativa inicial de realizar a engorda da ostra em viveiros, de modo que a ostra se tornasse um trabalho menos oneroso e mais lucrativo. Como a tentativa deu certo, mais e mais famílias passaram a trabalhar com o produto, havendo a necessidade de se legalizar a atividade. A comunidade organizou-se por alguns anos em torno de uma cooperativa, conseguindo atingir o consumidor final, não tendo mais que vender seu produto a atravessadores e valorizando ainda mais o fruto de seu trabalho.

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

A montagem da cooperativa, como relata Ney Mandira - filho de Chico Mandira - durante a visita a seu viveiro de ostras, passou por muitos altos e baixos: na época, a cooperativa conseguiu o selo do Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.). Os esforços dos mandiranos como cooperados tiveram resultados positivos como a chegada do produto ao consumidor final e a sua valorização, como já foi dito anteriormente.

O trabalho também acabou chamando a atenção de investidores, porém não houve interesse por parte da comunidade, haja vista que o seu objetivo principal não é o lucro ou a reprodução de capital, mas a busca de uma forma digna de manutenção de seu estilo de vida, que vê a terra e o trabalho como bem e atividade coletivos, preservando os saberes adquiridos ao longo de gerações e transmitidos através da prática e da oralidade.

Transformações ocorridas no Quilombo de Mandira

Na maior parte, quem nos conta a história do quilombo é a sua liderança local, Chico Mandira, de modo que a sua trajetória pessoal se mistura de forma intrínseca a da comunidade, o que envolve a sua breve partida retorno ao quilombo na década de 1970 e as suas viagens à África do Sul para recebimento de prêmio durante a Cúpula Mundial para Desenvolvimento Sustentável pelo trabalho feito na comunidade.

Mas há outros integrantes que também contam as transformações pelas quais o quilombo passou, dentre elas Rosana, nora de Chico Mandira. Durante breve conversa sobre os artesanatos, ela conta sobre as máquinas de costura presentes no galpão da lojinha e que foram fruto de uma parceria com uma organização não governamental, há mais de dez anos. Em registros do mesmo período a ONG Visão Mundial junto da Fundação Botânica Margaret Mee angariou verbas junto à empresa Shell do Brasil, para que outros recursos incrementassem a infraestrutura da comunidade no que diz respeito à sua organização e atividade produtiva. (ICMBio, 2010, p. 37; TURATTI, 2002, p. 34).

Rosana conta que na época as máquinas ajudaram a comunidade não só na medida

em que muito trabalho artesanal foi realizado, mas também puderam suprir algumas demandas básicas, como o acesso a roupas, isto é, a iniciativa da ONG também promoveu um aumento da qualidade de vida. Atualmente, as máquinas no galpão já não são utilizadas com tanta frequência devido a uma quantidade de outros serviços que os habitantes da comunidade têm: a própria Rosana e seu marido Inácio, têm trabalhado bastante com a ostra; Irene, sua sogra coordena a cozinha que prepara a comida servida aos visitantes do quilombo, além do bar/restaurante que atende algumas pessoas que passam pela estrada ao lado do quilombo; enquanto Ney, cunhado de Rosana, trabalha com a ostra, recebe visitantes no quilombo, trabalha no Instituto de Pesca e também se encarrega de parte dos serviços no bar. Apesar da quantidade de trabalho, as mulheres continuam fazendo artesanato em suas casas e colocando este trabalho à venda, sendo este artesanato uma importante forma de as famílias complementarem suas rendas. Além disso, é importante observar que Rosana comentou que na comunidade há uma rotatividade – que fica bastante evidente entre as mulheres que trabalham na cozinha para fazer o almoço e o jantar – entre os habitantes da comunidade em relação aos dias em que os trabalhos são realizados, de forma que todos possam se ocupar de atividades diferentes, uma rotatividade que evidencia ao visitante o quanto todas as atividades do quilombo são pensadas e organizadas tendo sempre a coletividade como pano de fundo. As segmentações e conflitos internos ficaram menos evidentes durante o período de estadia no Quilombo do Mandira, mas devem ocorrer na medida em que nem todos os seus integrantes optaram por viver na comunidade seja pelas condições de vida encontradas no quilombo em período anterior às parcerias realizadas, seja por outras motivações.

Além disso, a comunidade e seus parceiros colaboraram recentemente com a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) para o projeto “Peixes do Lagamar”, que propõe a pesquisa científica no local e a capacitação da comunidade local, incluindo os mandiranos, para que haja a promoção de ações educativas e a preservação do Rio das Minas.

A comunidade possui uma escola que oferece ensino fundamental que compreende

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

os anos que vão do 1º ao 5º ano. Para cursar os anos que compreendem o ensino fundamental II, as crianças precisam se deslocar para o bairro mais próximo, Porto de Cubatão. Porém, a prefeitura municipal fechou a escola localizada no bairro do Mandira há um ano para reformas ainda não iniciadas, segundo o que os moradores informaram. Como consequência, as crianças precisam se deslocar para outra escola próxima, com o auxílio de transporte que vem buscá-las antes da aula.

Embora seja do desejo da comunidade que haja profissionais provenientes do quilombo, nenhuma das escolas oferece uma educação especial quilombola, que diria respeito à sua cultura, costumes, história, dentre outros elementos. Neste sentido, a importância da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica na Educação Básica, reside não apenas no fato de o Brasil ser um país cuja população é majoritariamente afrodescendente, mas também em uma construção histórica da desigualdade racial a partir de uma série de fatores, dentre eles uma produção científica bastante etnocêntrica. Como consequência o sistema educacional sofre de sequelas homogeneizadoras e que pouco representam a diversidade que compõe o país (SILVA, 2011, pp. 56-62), afetando também a subjetividade dos alunos não brancos nas escolas.

Narrativas identitárias

Como já foi dito antes, a história do Quilombo de Mandira se mistura de forma intrínseca e orgânica à vida de seus habitantes, como é o caso de Chico Mandira, que ficou dois anos fora da comunidade para trabalhar para terceiros durante os anos da década de 1970.

Entretanto, toda narrativa é uma construção e quando se trata de uma narrativa identitária, os seus autores mobilizam elementos que dizem respeito às suas ações no tempo (HALL, 2006, p. 17; LISBOA, 2013, pp. 100-103). No caso das comunidades quilombolas, elementos como as suas práticas no presente e a sua etnia também são importantes e

embora a etnia possa ser manipulada por “atores sociais da identidade étnica”, ela não é um elemento que pode ser temporariamente suspenso dependendo das situações de contato (Cf. O'DWYER, 2002, p. 16).

Hoje, a comunidade tem muito orgulho em se afirmar como negra, quilombola e de trabalhar com a ostra, mas como o próprio Chico Mandira relatou nem sempre foi assim, nem sempre a comunidade teve orgulho de suas características. Houve, então, mobilização por parte de um clérigo local para que acontecesse um diálogo entre a comunidade de Mandira e outras comunidades quilombolas, no sentido de se construir essa identidade política. Chico afirma que antes de 2002 não havia um diálogo perene com outras comunidades quilombolas. Diante disso, é necessário observar que embora tenha sido necessária uma espécie de incentivo, a comunidade foi e é capaz de construir uma narrativa e identidade políticas que agenciam não só o fato de serem negros e quilombolas, mas também os articula como possuidores de um conhecimento sobre a mata que muitas vezes é ignorado pelas ciências acadêmicas. Este saber local torna os quilombolas agentes de preservação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira, sendo que a ausência dos mandiranos no local provavelmente já teria resultado em desmatamento do local num período que antecede a criação da área de preservação⁴.

Pode-se tomar como exemplo desse saber transmitido através da oralidade a história contada por seu Leonardo – outro morador da comunidade - e Chico Mandira durante a visita ao sambaqui e ruínas do engenho de arroz. Ambos contam que o sambaqui é fruto de um redemoinho que acontecera durante grande dilúvio do rio Mandira e que concentrara as conchas em um morro; por outro lado, a explicação científica – a qual os quilombolas chamam de *lenda* - é de que houve um grande acúmulo de conchas por populações autóctones que se alimentavam das ostras conhecidas como Lambigão. Leonardo em

⁴ Neste sentido, Ronaldo Joaquim Lobão discute como a criação das Reservas Extrativistas Marinhas tornaram-se locais de constante tensão ideológica e estas abrem espaço para uma nova cosmologia política que coloca as comunidades locais como tuteladas e reconstrói as suas identidades de fora para dentro ou de cima para baixo, dessa forma, eclode uma política de Ressentimento (LOBÃO, 2006). A comunidade de Mandira poderia ser tida como exemplo de resistência a este tipo de política.

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

particular conta que acredita mais na história do dilúvio.

O que torna tal mito fundador interessante não é apenas o fato de que esse conhecimento possa ajudar as populações a preservar a mata na medida em que se constrói uma memória e tradição de respeito à terra. Há também outros dois aspectos que fazem necessária nossa observação: o primeiro deles é como esse conhecimento tradicional é mobilizado como elemento de resistência a um modo de vida ocidentalizado e torna *lenda* aquilo tido como um pensamento lógico-racional. Isto suscita não só o debate acerca de como o pensamento humano é construído, mas também uma problemática do “pensamento primitivo” (GEERTZ, 1997, pp. 220-245), que hierarquiza os diferentes campos da ciência de acordo com o grau de objetividade e subjetividade, sendo que as ciências biológicas, físicas e matemáticas estariam no topo desta hierarquia.

O segundo aspecto a ser notado é a série de subseqüentes apropriações e reapropriações do espaço do sambaqui. No litoral sudeste e sul a ocupação dos sambaquis pelas populações indígenas constituía um acúmulo que se dá pelas relações sociais que o circundam, suas memórias e temporalidades. Esta ocupação sofre interrupções quando as conchas passam a ser utilizadas pelos portugueses para a produção caieira (calçamentos e edificações), sendo riqueza para os proprietários das terras em que se encontravam (CALAZANS, 2016, p. 4). Em Mandira, o que vemos é a apropriação deste espaço pelos quilombolas inicialmente como local propício para moradia e roçado durante o século XIX e início do XX e depois como marcador paisagístico possuidor de uma memória, após a mudança da comunidade para local próximo em função da criação do parque do Jacupiranga.

No entanto, a construção desta identidade é um processo difícil, que inclui dar um sentido positivo a características que sempre foram tidas como negativas pela sociedade presente no Vale do Ribeira, na qual se insere a comunidade quilombola do Mandira. Como é notado nas falas dos mandiranos, há um orgulho em ser negro e quilombola, porém esse auto reconhecimento passou por etapas dolorosas, que passam inicialmente pela negação

dessa identidade, e no caso dos mandiranos, pela tentativa de descolar-se do trabalho de extração da ostra.⁵ Ainda assim, é interessante observar como essas pessoas constroem uma história para si mesmos de forma autônoma, tanto como comunidade quanto como indivíduos, em vez de simplesmente aceitarem narrativas já construídas a seu respeito.

Apropriações, enraizamentos e identidades

Outro ponto de igual relevância que merece atenção é o fato de haver uma ligação e uma relação com a terra em que se vive, ligação e relação essas, que são esclarecidas por narrativas que remontam a tempos imemoriais.

Segundo Ana Fani Carlos em *O lugar do/no mundo* o espaço é exatamente o local em que se dá a produção das condições básicas para a vida humana, bem como a sua reprodução. No entanto, quando tal espaço transforma-se em mercadoria, ele torna-se um não lugar, isto é, um *locus* que não pode ser tido como identitário, relacional ou histórico; há um relacionamento pouco orgânico com este espaço (CARLOS, 2007). Assim, é interessante pensar na indiferença e aceleração do tempo na cidade moderna, pois é na cidade moderna que tais fenômenos se concretizam com maior força e que o maquinismo e a universalidade da modernidade representariam a vitória da racionalidade sobre a natureza, trazendo como resultado a derrota do pensamento folclórico e tradicional.

Dessa forma, a cidade moderna dificulta a existência de outras dimensões temporais que não aquelas marcadas pelo mecanicismo, pelo ritmo acelerado, antes da produção e agora do acúmulo de capital financeiro. O que também traz como consequência uma pauperização e desenraizamento dos seus habitantes mais antigos (haja visto que eles são apartados de seus amigos e memórias materializadas em um determinado lugar) enquanto aliena os mais jovens, pois os tradicionais locais de encontro, como praças e parques são abolidos ao passo que a cidade é cada vez mais um espaço de passagem, mas não de

⁵ Outras situações que os mandiranos contam é a de que o termo *negrada* lhes era atribuído de forma pejorativa, assim como a culpa de uma série de prejuízos ao município também lhes era atribuída.

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

encontros e vai tomando os contornos da violência, do medo e do isolamento e já não é mais possível materializar memórias em locais específicos (SANTOS C. S., 2016, pp. 8-31).

Assim, as comunidades quilombolas ao construírem uma narrativa, uma história e um saber que superam a racionalidade do capital e daquilo que é tido como ciência, associam-se e enraízam-se à terra de uma forma capaz subverter não só a lógica da transformação do espaço em um não lugar, mas também de uma lógica de acúmulo do capital.

Origens do quilombo de Ivaporunduva

Quem nos conta a história de Ivaporunduva, quilombo localizado perto de Eldorado, é Setembrino, um dos habitantes do quilombo. As origens de Ivaporunduva também remontam uma propriedade escravista, mas esta data do período de 1630, quando uma dona chamada Maria Joanna chegou à região para explorar e escoar ouro através do Rio Bocó. Dali saíram cerca de 400 arrobas de ouro, segundo conta o próprio Setembrino.

A história de Ivaporunduva dataria do século XVII, quando dois irmãos chegaram à região com cerca de dez escravos com o intuito de explorar ouro na região. Assim, estes irmãos fundaram o povoado de Ivaporunduva, sendo este anterior ao povoado de Xiririca (posteriormente Eldorado). No mesmo período teria chegado ao local uma mulher chamada Joanna Maria, citada pelos quilombolas como Maria Joanna. É a partir desta mulher que a história de Ivaporunduva se tece como uma trajetória de resistência: são escassas as informações acerca de Dona Maria Joanna; segundo registros do Livro do Tombo da Paróquia da Xiririca, a senhora doou suas terras e libertou seus escravos antes de sua morte (FRIZERO, 2016, p. 2), mas não se sabe a quem estas terras foram doadas e qual destino seus escravos tomaram. Setembrino e outros moradores do quilombo relatam que ela partiu para Portugal em busca de tratamentos médicos e abandonou suas terras.

Desta forma, os primórdios de Ivaporunduva remontam a um abandono e como consequência deste abandono, um constante esforço de resistência: os escravos que ali

permaneceram tiveram de lidar com novas condições de sobrevivência, a necessidade do cultivo, caça e pesca de seus alimentos, bem como outros víveres necessários e a constante ameaça de captura por outros senhores de escravos, donos de fazendas circunvizinhas.

Caracterização das atividades realizadas no Quilombo de Ivaporunduva

Durante os anos 2000, a comunidade foi beneficiada com programas federais como o “Luz para todos” e a construção de uma ponte, que contribuiu para uma razoável quebra de isolamento promovido pelo Rio Ribeira de Iguape.

Diferente do Quilombo de Mandira, a comunidade de Ivaporunduva apresenta uma atividade agrícola mais predominante: as famílias plantam alimentos como arroz e feijão, além de criação de galinhas e outros animais, como é possível ver em uma breve caminhada ao longo do quilombo. A banana, no entanto, parece ser um dos principais produtos agrícolas, sendo produzida pela agricultura orgânica. Essas bananas são compradas por um dos programas da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), de forma que haja uma renda não só para o quilombo, mas também para todos os envolvidos na cadeia produtiva, distributiva e de consumo, sendo as frutas destinadas aos que se encontram socialmente excluídos e as escolas da rede pública.

Além dos recursos que provêm da colheita de bananas, o artesanato – assim como em Mandira – também é importante fonte de recursos para os moradores do quilombo, os artesãos confeccionam com a palha de bananeira variados objetos, como cestos.

Outra importante atividade de renda para a comunidade é o turismo de base comunitária, sendo essa também a principal fonte de renda do quilombo. No entanto, o turismo realizado pelo quilombo de Ivaporunduva caracteriza-se por ser um turismo educacional. A comunidade tem por hábito receber escolas e dentre essas escolas estão aquelas em que estudam crianças advindas de famílias com o melhor padrão de vida do país e que podem ter acesso à melhor formação e informação, isto é, famílias que são ou podem vir a protagonizar o poder brasileiro, agindo principalmente pela via institucional (Estado,

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

empresas e organizações). Casos como o Vale do Ribeira – que tem grande potencial hídrico – representariam um lucro que os governantes veem traduzidos sobretudo em impostos, além de outros recursos. Grandes empresas, por sua vez, receberiam alguns incentivos fiscais, além do lucro inicial que a exploração do local e da mão de obra trariam. Logo, ao realizar tal atividade, é possível perceber como o quilombo de Ivaporunduva se articula politicamente

Questão agrária: modernidade e arcaísmo

A luta através da via institucional para garantir as terras pertencentes ao quilombo de Ivaporunduva é uma de suas marcas. Ela pode ser percebida nas primeiras conversas com Setembrino, mas é mais enfática nas falas de Ditão, liderança da comunidade, e seu filho Elson.

Como Setembrino coloca, para chegar à comunidade de Ivaporanduva era necessário atravessar o Rio Ribeira de Iguape de canoa. Tal isolamento geográfico em relação à cidade mais próxima, Eldorado, teria facilitado relações endogâmicas entres os próprios habitantes de Ivaporunduva (QUEIROZ, 2006, p. 22)⁶, assim como teria facilitado a construção de sua identidade como afrodescendentes ou afro brasileiros.

No que concerne o processo de titulação, Setembrino observa que tanto governos do Partido dos Trabalhadores⁷ quanto do Partido da Social Democracia Brasileira mostraram-se frustrantes⁸. Até a obtenção do título de território quilombola foram necessárias idas e vindas

⁶ Durante sua coleta inicial de dados sobre a comunidade de Ivaporunduva, Renato da Silva Queiroz relata o estranhamento que a população Eldorado apresentou em relação a sua procura de informações acerca do bairro, pois que razões haveria para o pesquisador se interessar por “gente simples, alguns até com seis dedos em cada mão, correndo ainda o risco de atravessar o Ribeira de canoa, muito depois da Caverna do Diabo”?

⁷ Setembrino não deixa claro a qual gestão do partido ele está se referindo, contudo é importante ter em mente que ao final de seu primeiro mandato, Dilma Rousseff tinha titulado apenas nove territórios quilombolas; todos parcialmente. Enquanto o governo Lula tituló oito e regularizou o registro em cartório de quatro. (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2014).

⁸ Depreende-se dessa situação que a ação das comunidades quilombolas precisa, ser antes de tudo, uma luta e militância pragmáticas, que negocia com governos dos mais diversos alinhamentos.

entre São Paulo e Brasília, que de início resultaram na formulação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) na Constituição Brasileira de 1988, que garante aos remanescentes de quilombos vivendo em suas terras a propriedade permanente de seus territórios, sendo dever do Estado emitir-lhes título (BRASIL, Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos., 1988), além da criação do ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) em 1999⁹, durante o governo de Mário Covas (1995-2001). Porém, o registro em cartório das terras de Ivaporunduva como terras pertencentes à comunidade remanescente de quilombo ainda enfrentaria três empecilhos: o de estar em área de preservação ambiental, o de abranger áreas de terras devolutas – terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que nunca integraram o patrimônio de um particular, mesmo que estejam sob a posse privada irregular - e o de se localizar em propriedades privadas.

As áreas de propriedade privada, porém, trazem consigo o problema constante de se demarcar como privados aqueles territórios que seriam pertencentes ao poder público ou, neste caso, à comunidade quilombola, em resumo, grilagem. Esta prática, porém, não é algo peculiar a donos de terras somente. Ela pode ser observada entre os agentes do Estado: em visita ao Sítio do Porto do Meio, próximo ao quilombo de Mandira, Reinaldo, proprietário do sítio e integrante da comunidade de Mandira, também relata que os agentes tentaram incluir parte do que seriam suas terras em área de reserva de preservação ambiental, sendo necessário que ele consultasse mapas para evitar que tal “roubadinha” acontecesse.

As primeiras articulações que Ditão, a liderança do quilombo de Ivaporunduva, se recorda começaram durante os anos 1970 com sua participação na Guerrilha do Ribeira – na época era oficialmente conhecido como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um movimento guerrilheiro contra a ditadura, fundado por Carlos Lamarca (ABREU, 2009;

⁹ O ITESP é responsável pelo planejamento e execução de políticas agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo, de forma que o acesso à terra seja democratizado em prol de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, quilombolas e posseiros e implanta políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades com que atua.

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

Memorial da Resistência, 2017; Vanguarda Popular Revolucionária, 2006)¹⁰ -, em que a questão das comunidades tradicionais tornara-se caso de polícia, na medida em que comunidades como André Lopes e a do bairro de Guapiruvu teriam passado por um processo de expulsão das terras que habitavam.

No início da década de 1980, o governo do Estado de São Paulo investiu em melhorias nas estradas que dão acesso à região do Vale do Ribeira. O investimento estatal trouxe também o interesse de latifundiários e grandes empresários. No mesmo período, o Estado de São Paulo passou a se apoiar em organizações sociais existentes na região para implementar políticas de desenvolvimento rural, ao passo que setores da Igreja Católica incentivavam que organizações rurais já existentes permanecessem nos locais em que ocupavam há décadas.

Durante a década de 1990, foram promulgadas leis ambientais que restringiam as formas de utilização dos recursos da Mata Atlântica. É nesse contexto em que o Vale do Ribeira se destaca no cenário político devido a projetos que objetivavam a construção de barragens (ANDRADE & TATTO, 2013, p. 12). Logo, além da abordagem dos fazendeiros, o quilombo – com incentivo de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (Instituto Socio Ambiental, 2008, p. 10)¹¹ - precisou também se mobilizar junto de outras comunidades quilombolas para conter o projeto que objetivava construir barragens para hidrelétricas por todo o Vale do Ribeira e que envolvia grandes empresas como a Votorantim. A articulação entre comunidades teve como fruto a construção do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB).

¹⁰ No Vale do Ribeira foram instalados dois campos de treinamento da Vanguarda Popular Revolucionária, pelo Capitão Carlos Lamarca. Alguns dos habitantes locais foram aliados essenciais do grupo na manutenção de suprimentos básicos, mas parte considerável da população foi alvo de forte repressão por parte dos militares, sofrendo com toques de recolher, restrição de circulação pelas matas e até mesmo bombardeios com Napalm.

¹¹ O trabalho de base da Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou nos anos 1980 e no início dos anos 1990 foi criada a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), que organizava as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. O incentivo de setores da Igreja Católica mostra como ela pode ser uma instituição de papel ambíguo ao longo da história, que se por um lado catequiza em detrimento de uma tradição anterior durante o período colonial, também auxilia a preservação de um modo de vida durante a modernidade.

Hoje, a comunidade de Ivaporunduva conseguiu barrar o projeto, mas sempre precisa lidar com abordagens que tentam construir barragens de forma difusa. Diante deste contexto de mobilizações entre quilombos, é possível pensar sobre o estabelecimento de redes de articulação política e institucional, no momento em que os indivíduos das comunidades quilombolas estabelecem relações entre si, formando um padrão análogo a uma malha intrincada, conhecida como *rede social* (SANTOS C. B., 2010, p. 339). Esta rede se amplia à medida que os integrantes das comunidades estabelecem relações com indivíduos externos ao quilombo ou quando as comunidades estabelecem laços de cooperação entre si – o que Carlos A. B. P. dos Santos chama de *redes-irmandades* (SANTOS C. B., 2010, p. 338) – e com outras instituições, como é caso da Universidade de São Paulo, ONG's e as esferas governamentais.

Todos estes conflitos - e o fato, por exemplo, de Leonardo ser caseiro e viver na propriedade de um latifundiário que não reside na propriedade e por hora decidiu por não fazer intervenções no local - colocam às claras o quanto uma modernidade europeia e liberal, almejada pela burguesia nacional do final do século XIX e início do XX encontra no Brasil seus limites e consegue ser subvertida por uma lógica paternalista e agrária em que o favor parece ser a via média das relações (SCHWARZ, 2014, pp. 47-64).

Luta pelos direitos quilombolas: ação institucional, rupturas e continuidades

Em conversa com Ditão, liderança do quilombo de Ivaporunduva e da luta nacional pelos direitos dos quilombolas, e seu filho Elson, há uma percepção mais clara de como o Quilombo de Ivaporunduva se articula no âmbito da política nacional para garantir os direitos dos quilombolas através da via institucional, em particular do Estado e das instituições de ensino. Ditão, assim como Setembrino, Elson e outros guias pertencentes à comunidade, faz questão de afirmar que a luta pelos direitos daqueles que vivem em territórios remanescentes de quilombos não é apenas uma luta por terras, mas uma luta por inclusão e liberdade, e que se renova todos os dias. Nesse sentido, os integrantes do quilombo colocam que a Lei Áurea deixa de ser mero acontecimento de ruptura para transformar-se em

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

processo que não é compreendido apenas pelo Pós-abolição, mas que compreende também os tempos coevos e vai desde acessar os níveis mais básicos de educação a lutar contra o racismo e microagressões intrínsecas a um sistema que engendra desigualdades dos mais diversos tipos.

Outro período marcante e que lhes diz respeito é o decreto 4887 de 20 novembro de 2003 (decreto 4887/2003), que regulamenta o procedimento para identificação, demarcação e titulação de territórios quilombolas, do qual trata o artigo 68 do ADTC (BRASIL, Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADTC, 21 de novembro de 2003). O decreto 4887/2003 envolve questões que se referem ao fato de o quilombo ser um sítio arqueológico. Porém, o que mais tem pesado ao longo dos anos são disputas de cunho imobiliário. No Vale do Ribeira essa disputa também assume cunho energético, tendo em vista o potencial hídrico que a região apresenta, o que acaba por envolver latifundiários e grandes empresas norte-americanas nas disputas. Em decorrência disso, os quilombos do Vale se mobilizaram no âmbito do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB).

Desde 2004, uma ação movida pelo partido Democratas (DEM) tramitava no Supremo Tribunal Federal contra o decreto 4887/2003 para que sejam consideradas remanescentes de quilombo apenas comunidades formadas antes da Lei Áurea de 1888. Além dessa ação, havia também uma proposta de reformulação do decreto, redigida pelo então deputado Valdir Collato (Partido do Movimento Democrático Brasileiro/SC) (SOUZA, 2011). Nesse contexto lideranças quilombolas de todo o país, inclusive do quilombo de Ivaporunduva, viram a necessidade de viajar a Brasília para convencer os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo de três votações em cerca de seis anos, a manter o decreto 4887/2003 – é neste contexto que se forma um movimento quilombola em âmbito nacional. Tamanho foi o êxito das lideranças quilombolas, que o STF aprovou por unanimidade na última votação de

2017 a decisão que considera constitucional o decreto 4887/2003.

Tal episódio, assim como o da luta contra a construção de barreiras no Vale do Ribeira, evidencia o quanto as lutas pelos direitos quilombolas são um processo em que nada é definitivamente garantido, assim como é necessário mobilizar-se a todo instante, estabelecendo diálogos com outros territórios quilombolas e colocando tal luta sempre num âmbito de coletividade não só para que novas lideranças sejam formadas, mas também para que o sistema capitalista não os engula.

Educação quilombola

Como já foi dito anteriormente, Mandira possuía uma escola próxima e que atendia às necessidades dos alunos de primeiro grau da rede básica de ensino, porém esta não era uma escola quilombola e encontra-se fechada pela prefeitura de Cananéia há cerca de um ano. Ivaporanduva, junto de outras comunidades do Vale Ribeira, é atendida por uma escola estadual quilombola, sendo Elson professor da rede pública de ensino. A Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, funciona desde de 2005 na Comunidade de André Lopes, que fica perto das outras seis comunidades atendidas; assim, as crianças quilombolas não precisam se deslocar até a área urbana para estudar. A escola tem por objetivo tratar temas básicos da trajetória da etnia da qual faz parte a maioria dos quilombolas: ocupação, conquistas, escravização, migração e emigração, mas há também a necessidade de abordar a história de figuras consideradas importantes para as próprias comunidades, seus costumes e festas (SILVA, 2011, pp. 65-71).

Chico Mandira fala de maneira breve sobre a educação quilombola: ele espera que as crianças se formem e construam um conhecimento que se alie à preservação do quilombo, porém ele também nota a necessidade de se respeitar as vontades individuais de cada aluna e aluno, caso queiram exercer sua profissão longe da comunidade, como uma das habitantes que se formou em medicina e optou por trabalhar como médica no Paraná junto ao

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

programa Mais Médicos¹².

Ivaporunduva parece estar mais bem articulado nas questões concernentes à educação quilombola: junto das comunidades de São Pedro, Galvão, Nhunguara, Sapatu e André Lopes, a comunidade de Ivaporunduva conseguiu formar uma escola quilombola. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais colocam que os docentes orientem suas ações para a afirmação de uma diversidade étnica e cultural, bem como determina o Artigo 26 das Leis de Diretrizes e Bases, a comunidade já promoveu três seminários com propostas para que seja promovida uma educação adequada aos alunos habitantes destas comunidades tradicionais, que promoveria um saber que se estende para além da sala de aula, com aulas que articulem conhecimentos sobre a terra e as tradições do quilombo e que é transmitido por gerações e gerações. Nesse sentido, Elson pode ser considerado o mais atuante: atualmente professor pela rede estadual de ensino, Elson concluiu seu mestrado pela PUC-SP em 2011. Sob a orientação de Circe Bittencourt, o professor pesquisou sobre o processo de educação diferenciada na Escola Estadual Quilombola E. E. Maria Antonia Chules Princesa, analisando os embates entre as lideranças das comunidades quilombolas e os representantes da Secretaria de Educação na cidade de Eldorado (Cf. SILVA, 2011, p. 6). Ao longo dos anos, Elson também colaborou para que fossem formuladas diretrizes e bases para uma educação adequada às comunidades remanescentes de quilombo, em especial *Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012*, que “Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica” (BRASIL, CEB/CNE nº8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola da Educação Básica, 2012).

Se o acesso à educação de nível básico por parte da comunidade quilombola já é dificultado, chegar ao ensino superior é um desafio maior ainda, o qual Elson venceu a duras

¹² O programa Mais Médicos é uma iniciativa lançada pelo Governo Federal durante o mandato de Dilma Rousseff, cujo intuito era suprir a carência de médicos, sobretudo em municípios do interior e nas periferias das grandes cidades no Brasil.

penas, quebrando uma série de estereótipos: apesar de Elson ter conseguido apoios externos à comunidade durante sua graduação em pedagogia, o seu percurso foi marcado pela carestia e pelo desemprego. Porém, durante o mestrado, o professor foi agraciado por uma bolsa da Fundação Ford, que lhe permitiu fazer mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e cursar um semestre de sua pós-graduação na Universidade do Arkansas. Como já se sabe, Elson voltou seus olhos para sua comunidade e vem trabalhando para seja construída uma educação adequada às comunidades quilombolas, mas a luta pela educação vem dando frutos que vão além: Ivaporunduva conseguiu enviar dezoito jovens para universidades, sendo que quatro deles já se formaram.

Cultura quilombola e musealização do patrimônio

Na construção de uma narrativa e uma identidade quilombolas tanto a comunidade de Mandira quanto a de Ivaporunduva agenciaram elementos arqueológicos para tecer uma história de resistência. Em Mandira, Chico Mandira e Leonardo apresentam o sambaqui, formado por um acúmulo de conchas e as ruínas de um engenho de arroz. Em Ivaporunduva, Setembrino e Tio Lé - habitante de Ivaporunduva - nos apresentam os locais de pousada para o trabalho ao longo da semana, casas simples, feitas de pau-a-pique e os locais de limpeza do ouro coletado em aluvião.

Na medida em que estas comunidades agenciam e articulam elementos tais quais os apresentados, podemos falar de um processo de musealização. No que diz respeito a musealização de elementos arqueológicos, Karl Pomian aponta duas vertentes: uma que valoriza os aspectos estéticos e outra que valoriza os aspectos tecnológicos dos artefatos. No entanto, a ação museológica da arqueologia tem conseguido superar tal dicotomia “e priorizado inéditos problemas que valorizam a perspectiva de interseção entre a herança dos diversos fluxos socioculturais e as questões contemporâneas, moldada pelas potencialidades do uso qualificado do patrimônio” (POMIAN *apud*. BRUNO, 2013, p. 7).

Se por um lado a musealização e em especial, a musealização dos artefatos

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

arqueológicos, coloca em discussão as implicações acerca da construção da memória em territórios coletivos e individuais, por outro, as suas práticas se orientam por um interesse pelos conjuntos patrimoniais - isto é, pelo conjunto de bens materiais e imateriais, fruto das relações do homem com a natureza e sociedade e as suas respectivas interpretações – e pelo objetivo de identificar, socializar e preservar os indicadores paisagísticos destes patrimônios. Em suma, há uma ação de administração dos sistemas de memória promovido pelo campo da Museologia (BRUNO, 2013, pp. 9-10)

No Brasil, Maria Cristina Bruno observa que as tradições museológicas promoveram uma “estratigrafia do abandono” em relação a povos nativos (BRUNO, 2013, p. 13). Podemos inserir neste rol de “estratigrafia do abandono” as comunidades quilombolas e aliar tal fato ao próprio conceito de musealização para dizer que embora não haja uma iniciativa institucional para reconhecer que as ruínas de Mandira e Ivaporunduva são também acervos de memória. As próprias comunidades se preocupam em identificar, socializar e preservar tais patrimônios para construir autonomamente sua história, que não é livre de sofrimento, mas que também é marcada por luta e resistência. Como exemplo, temos a história que Tio Lé nos conta sobre um negro, que fugido, habitava as matas de um morro próximo às bacias de lavagem do ouro, a quem os demais escravos recorriam procurando seus saberes de curandeiro durante o período de funcionamento da fazenda e após o seu abandono por Dona Maria Joanna.

A forma como Tio Lé conta as histórias peculiares do quilombo de Ivaporunduva e o seu conhecimento acerca do meio em que ele vive, ou seja, o seu domínio acerca da cultura quilombola serve como um complemento da agência política de Ditão e dá mais um suporte para que Ivaporunduva se afirme como comunidade quilombola. E este também é um aspecto observado em Mandira a todo momento, como já foi colocado anteriormente.

Caverna do Diabo: desapropriação e reapropriação

A Caverna do Diabo se localiza no município de Eldorado. O parque da Caverna do Diabo foi criado em 1969 sob a justificativa de o Estado fazer a salvaguarda de um patrimônio

ambiental.

O parque conta com guias locais, que por vezes são advindos de comunidades quilombolas, como por exemplo o Quilombo de André Lopes¹³. As origens culturais da Caverna do Diabo remontam o período de surgimento das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira: os guias que atenderam nossa visita contam que a gruta era utilizada pelos quilombolas para armazenar grãos, mas que era comum ruídos vindos de dentro da caverna serem escutados pelos habitantes próximos, logo, os quilombolas atribuíam os assovios que escutavam de dentro da caverna ao diabo, que habitaria aquela gruta. Durante o século XIX, esta mesma história foi contada pelos habitantes a um viajante alemão que se propusera a estudar a caverna.

Antes da criação do parque, a gruta parecia pertencer aos territórios de um dos quilombos próximos (CARVALHO, 2000)¹⁴. A marca da salvaguarda ambiental que se guia pelo *neomito* do paraíso desabitado (DIEGUES, 1996)¹⁵ teve grande capacidade de penetração nas vidas dos quilombolas: Carlos, um dos monitores que guiou a visita, conta ser filho de caçador, sendo esperado que ele mesmo seguisse o ofício do pai. Contudo, como ele se tornou monitor do parque, havia uma certa esperança de se redimir pelos seus pecados¹⁶ contra a preservação da natureza, pecados esses que seriam traduzidos na caça e coleta da fauna e flora presente nas áreas que rodeiam os territórios quilombolas.

¹³ Não fica claro como se dá a formação dos guias e monitores do parque, mas pelo relato mostrado mais à frente, esta formação se guiaria pelo ideal de um parque ambiental que protegeria flora e fauna de quaisquer intervenções humanas, que por sua vez seriam sempre danosas ao meio ambiente.

¹⁴ Provavelmente a Caverna do Diabo pertencia à comunidade André Lopes ou Nhunguara. Embora estes quilombos não tenham sido visitados, cabe citá-los, uma vez que parte dos funcionários do parque da Caverna do Diabo advém destas duas comunidades.

¹⁵ O *neomito* do paraíso desabitado concebe o afastamento humano da natureza como única forma de preservação. As reservas naturais e parques ecológicos tornam-se desta forma um *locus* contemplativo e condena qualquer outro tipo de ação humana. Ver pág. 1 deste artigo.

¹⁶ Neste contexto, os *pecados* – termo utilizado pelo próprio Carlos –, não podem ser considerados uma categoria nativa, concebida dentro das comunidades quilombolas, mas deve ser compreendida dentro do contexto da criação das reservas ambientais a partir do *neomito* do paraíso desabitado.

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

Por outro lado, o emprego da população quilombola não é só consequência das perdas de parte dos meios necessários para exercer um estilo de vida muito próprio de cada comunidade. O trabalho como monitor - como fica claro quando Carlos, ao saber que somos um grupo que se propôs a fazer um estudo sobre duas das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, enuncia que ele e Maycon, outro monitor que guiou a visita, são provenientes do Quilombo André Lopes - pode também representar a opção dessas comunidades de tentar ter um controle mínimo sobre discursos que o Estado coloca não só no que concerne às ações de preservação do parque, mas sobre as próprias comunidades quilombolas, pois é sempre importante ter em vista que a relação que o Estado - sobretudo nas esferas municipal e estadual - estabelece com essas comunidades de modo de vida tradicional é amigável em raras ocasiões: Ivaporunduva nem sequer aparece no site do município de Eldorado como local aberto à visitação.

Conclusão

Neste trabalho foram levantadas as origens históricas tanto do quilombo de Mandira quanto da comunidade de Ivaporunduva, bem como relatou-se a breve experiência na Caverna do Diabo. Procurou-se entender de forma breve quais os elementos agenciados pelos quilombolas para construir identidades que se relacionam ao território em que se estabeleceram, formando assim um espaço identitário, relacional.

O estilo de vida quilombola não se insere totalmente numa visão capitalista, isto é, a sua terra não é vista como propriedade, a sua produção não visa exclusivamente o lucro e as suas relações sociais são guiadas pela coletividade (suas ações e consequências). Contudo este ainda é um modo de vida que também apresenta percalços, que podem ou não ser evidenciados quando a comunidade constrói uma narrativa que deseja mostrar ao restante da sociedade brasileira e ao mundo. Isto não significa que o quilombo deva ser desvalorizado ou que a preservação de tais comunidades possa ser deslegitimada, pois há todo um conjunto de valores que podem ser positivados e que os quilombolas trazem consigo desde

suas origens como afrodescendentes, escravos, ex-escravos, libertos ou fugidos. A partir dessas origens é que foi possível observar as transformações pelas quais estes grupos passaram, mantendo sempre forte ligação com os territórios em que se estabeleceram e a partir deles construindo um conhecimento que por vezes se localiza à margem do conhecimento acadêmico científico, mas que traz uma potência igualmente enriquecedora na produção de conhecimento

Tais saberes são aliados a uma série de outros elementos e patrimônios materiais - em um movimento que pode ser lido como musealização - pelas comunidades na construção de identidades que não podem ser consideradas meramente históricas, mas políticas e culturais, uma vez que é perceptível como, ao longo do tempo, estes grupos articularam elementos históricos, práticas e saberes presentes em suas comunidades para construir uma narrativa que lhes identificasse.

Referências Bibliográficas

Instituto Socio Ambiental. (2008). Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. São Paulo.

Vanguarda Popular Revolucionária. (2006). Manifesto da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sobre a experiência guerrilheira no Vale do Ribeira . Acesso em 27 de Abril de 2019, disponível em Centro de Documentación de los Movimientos Armados: <http://www.cedema.org/ver.php?id=329>

ABREU, A. A. (2009). Vanguarda Popular Revolucionária. Acesso em 27 de Abril de 2019, disponível em FGVCPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguardapopularrevolucionaria-vpr>

ANDRADE, A. M., & TATTO, N. (2013). Comunidades quilombolas e o Vale do Ribeira. In: A. M. ANDRADE, & N. TATTO, Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira: Abobral (margem esquerda), Bombas, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Mandira, Maria Rosa, Morro Seco, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Pilões, Porto Velho, Praia Grande, São Pedro, Sapatu (pp. 7-36). São Paulo: Instituto Socioambiental.

BRUNO, M. C. (2013). Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. Revista de Arqueologia , pp. 4-15.

BRASIL. (1988). Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

títulos respectivos. In: BRASIL, Constituição da República Federativa de 1988. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (2012). CEB/CNE nº8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola da Educação Básica. Diário Oficial da União , 1, 26.

BRASIL. (21 de novembro de 2012). CEB/CNE nº8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola da Educação Básica. Diário Oficial da União , 1, 26.

BRASIL. (21 de novembro de 2003). Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADTC. Diário Oficial da União .

BRASIL. (21 de novembro de 2003). Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições. Diário Oficial da União .

BRASIL. (12 de Agosto de 1969). Decreto-Lei nº 145, de 8 de Agosto de 1969. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual do Jacupiranga e dá outras providências. Diário Oficial , p. 3.

CALAZANS, M. O. (2016). Sambaquis e edifícios coloniais: uma proposta de musealização integrada. Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia (pp. 1-16). Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência: Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, M. C. (2000). Relatório técnico-científico sobre a comunidade de quilombo de André Lopes, localizada no município de Eldorado no Vale do Ribeira - SP. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; Instituto de Terras do Estado de São Paulo, São Paulo.

CARLOS, A. F. (2007). O lugar do/no mundo. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. (2014). Terras Quilombolas - Governo Dilma titula apenas nove terras, todas parcialmente. Acesso em 27 de Abril de 2019, disponível em Comissão Pró-Índio de São Paulo: <http://cpisp.org.br/terras-quilombolas-governo-dilma-titula-apenas-nove-terras-todas-parcialmente/>

DIEGUES, A. C. (1996). "O mito do paraíso desabitado". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional .

FIGUTI, L. (1993). O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos samaqueiros. Revista do Museu de Arqueologia e Etonologia , 3, 67-80.

- FRIZERO, M. G. (2016). Comunidade Quilombola Ivaporunduva. Belo Horizonte: FAFICH.
- GEERTZ, C. (1997). Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno. In: C. GEERTZ, O saber local: novo ensaios em antropologia interpretativa (5ª ed., pp. 220-245). Petrópolis: Vozes.
- ICMBio. (2010). Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Mandira. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Cananéia (SP).
- HALL, S. (2006). A identidade na pós-modernidade (11ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- LISBOA, M. A. (2013). O conceito de identidade narrativa e alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações. Impulso, 23 (56), 99-112.
- LOBÃO, R. d. (2006). Cosmologias políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- Memorial da Resistência. (2017). Casa de Treinamento da VPR - Memorial da Resistência. Acesso em 27 de Abril de 2019, disponível em Memorial da Resistência: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/131890290888145212_FICHA_CASA-TREINAMENTO_VPR_2017.pdf
- O'DWYER, E. C. (2002). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: E. C. O'DWYER, & A. B. Antropologia (Ed.), Quilombos: identidade étnica e territorialidade (pp. 14-42). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- QUEIROZ, R. d. (2006). Capiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica (2ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, C. B. (2010). "Das 'irmandades' negras ao movimento negro: redes e conexões". In: C. A. SANTOS, Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- SANTOS, C. S. (abril de 2016). O espaço da metrópole, o tempo dos velhos e a alienação urbana". Mais 60: estudos sobre envelhecimento, pp. 8-31.
- SCHWARZ, R. (2014). "As ideias fora do lugar". In: R. SCHWARZ, As ideias fora do lugar: ensaios selecionados. (pp. p. 47-64). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- SILVA, E. A. (2011). A educação diferenciada para o fortalecimento da identidade quilombola: estudo das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira. Dissertação (Mestrado em Educação: História, política e sociedade). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOUZA, D. (2011). Quilombolas se unem em defesa do decreto nº 4887/2003. Acesso em 02 de Junho de 2018, disponível em Fundação Cultural Palmares: <http://www.palmares.gov.br/archives/13843>

Realidades em transformação: os territórios quilombolas de Mandira e Ivaporunduva na construção de espaços identitários no Vale do Ribeira (SP)

TURATTI, M. C. (2002). Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Mandira/ Cananeia - SP. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; Instituto de Terras de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, W. G., KERN, D. C., MADARI, B. E., LIMA, H. N., & WOODS, W. I. (2009). As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

Jorge Arbage*

Resumo: Desde o fim do regime do Khmer Vermelho sobre o Camboja em janeiro de 1979, inúmeras obras se debruçaram sobre o tema, eventualmente moldando o pensamento a respeito desse regime e da relação de sua ascensão com o contexto da Guerra do Vietnã e do bombardeio americano. Muitos desses estudos focaram no papel de Nixon e Kissinger, atribuindo a ambos (e aos Estados Unidos) a responsabilidade pela ascensão e modus operandi do Khmer Vermelho. Este artigo é uma tentativa de oferecer uma outra perspectiva a respeito da questão: busca explicar como e porque os Estados Unidos bombardearam o Camboja entre 1969 e 1973, qual o objetivo da operação e quais os impactos disto na ascensão do Khmer Vermelho.

Palavras-chave: Bombardeio do Camboja, Guerra do Vietnã, Khmer Vermelho, Pol Pot, Kissinger, Nixon.

Os santuários

Desde a independência do Camboja em 1954, a cena política do país era dominada pela figura de um homem faustoso e extravagante. Apesar de seu caráter teatral e pomposo, ele soube jogar com as forças políticas ao seu redor, de modo a se manter no poder. Poucos políticos tiveram a capacidade de flertar com diversas forças quanto o rei Norodom Sihanouk; e desde o início da guerra o monarca havia tomado a decisão de fazer do Camboja um país neutro, atitude que gerou sérios problemas para os Estados Unidos: os americanos sabiam

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. E-mail: Jorge.brito@usp.br

que os norte-vietnamitas se aproveitavam de tal neutralidade e que, desde a escalada do conflito, vinham utilizando o território cambojano para enviar suprimentos através de seu território; ademais, se aproveitavam da situação para montar bases do outro lado da fronteira.

Na virada de 1968 para 1969 já se tornara evidente, tanto para os correspondentes de guerra quanto para acadêmicos e políticos, que o Vietnã era causa perdida. Chomsky, por exemplo, alertara que: “tal como se mostram hoje as coisas [1969], parece improvável que a resistência vietnamita entre em colapso” (CHOMSKY, 2006, p. 18).

Para os americanos, interromper o fluxo de suprimentos que seguiam através da trilha Ho Chi Minh¹ e destruir as bases secretas presentes no Camboja - chamadas pela inteligência americana de “santuários” - se tornara condição indispensável para o sucesso de uma retirada organizada. A prioridade se tornou, então, sair do Vietnã sem que Saigon entrasse em colapso, encontrar, nas palavras de Nixon, um “fim honrado” para a guerra, expresso em sua famosa expressão: “Paz com honra”.

Portanto, antes de sair da guerra, era vital garantir que seu aliado, o Vietnã do Sul, pudesse resistir às forças comunistas dos exércitos do Vietnã do Norte e dos Vietcongues. A administração Nixon adotou, então, a doutrina da ‘Vietnamização’. No papel, era algo extremamente simples: os Estados Unidos iriam gradualmente retirar suas tropas do Vietnã ao mesmo tempo em que fortaleciam o exército do Vietnã do Sul. Pode-se, inclusive, levar o nome ao pé da letra: ao sair da guerra, os EUA estariam ‘vietnamizando’ o conflito, ou seja, Washington transferiria a responsabilidade integral da guerra às mãos de Saigon. A nova doutrina previa somente apoio logístico, treinamento e suporte material ao exército sul-vietnamita.

¹ Trilha Ho Chi Minh’: nome dado ao emaranhado de milhares de túneis, trilhas e estradas que conectavam o Vietnã do Norte ao Vietnã do Sul, passando através da fronteira com o Laos e o Camboja, pelo meio da selva densa, que possibilitavam o envio ininterrupto de soldados, armas e suprimentos para as tropas comunistas.

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

Se retirar sem que o Vietnã do Sul entrasse em colapso não era, de forma alguma, uma tarefa fácil. O problema da 'Vietnamização' era o tempo, haja vista que os Estados Unidos só poderiam retirar suas tropas à medida que o Vietnã do Sul conseguisse fortalecer seu exército, de forma a evitar um colapso militar após a retirada americana.

Há algo muito importante a se destacar por detrás deste processo – ele representa, acima de tudo, o cerne da lógica para a retirada do Vietnã: a 'Vietnamização' significa que Kissinger e Nixon não enxergavam o Vietnã do Sul somente como um agente de grande importância no processo, mas um agente cuja sobrevivência era vital; para ambos, a única forma de se retirar da Guerra seria por meio de um acordo de paz trilateral, que envolvesse Washington, Hanói e Saigon. Uma retirada unilateral ou um acordo em separado com o Vietnã do Norte estavam, portanto, descartados. A implicação disso era gravíssima, pois a partir daquele momento toda a lógica da retirada estaria atrelada à sobrevivência militar do Vietnã do Sul, um país militarmente frágil e que, com o retorno das tropas americanas, corria grandes riscos de ser derrotado pelo Norte.

Não obstante, para agravar ainda mais a situação, um novo grupo havia entrado em cena: o Khmer Vermelho. Este novo exército de guerrilheiros começou a efetuar uma série de ataques contra a monarquia de Sihanouk. Uma nova insurgência estava começando e em 1967, com o início das atividades armadas do KV, tinha início a primeira etapa da guerra civil do Camboja.² Um ano depois, em janeiro de 1968, o Khmer Rouge iniciou uma nova ofensiva rumo ao poder - a contragosto dos vietnamitas, que fariam de tudo para manter o rei Sihanouk no poder e se aproveitar de sua neutralidade.

Para os americanos, o problema se intensificou. Agora, havia dois inimigos a combater: os comunistas do Vietnã e os do Camboja. Mas como atacar o inimigo no Camboja se

² O envolvimento do Khmer Vermelho na ofensiva de 1967 é controverso. Ao que tudo indica, eles foram de fato responsáveis pelos eventos mas, devido ao fracasso, apagaram a ofensiva de 1967 de sua história e tomaram 1968 como o início da luta da armada. Para mais, ver: Ben Kiernan (2004), pp. 249,250, 267; Ben Kiernan (2008), p.126; Philip Short (2004), pp.165-167; David P. Chandler (1991), pp.163,164,166.

Sihanouk declarara neutralidade? Aquela pequena e agrária nação do Sudeste Asiático se viu, de repente, no centro das atenções. Um ataque ao Camboja poderia ser a solução. Iria, ao mesmo tempo, resolver uma série de questões: enfraquecer a trilha Ho Chi Minh, combater o Khmer Rouge no Camboja e os santuários na fronteira, apoiar o regime aliado do Vietnã do Sul e, o mais importante, ao proteger a fronteira oeste do Vietnã do Sul, o ataque ao Camboja garantiria uma retirada segura dos EUA do conflito.

Mas havia um impasse: Sihanouk sabia que era preciso manter o Camboja neutro e faria de tudo para tal. Para o monarca, a neutralidade era “a condição para a sobrevivência do povo cambojano” (STATEMENTS, 1973, p. 1). Sua atitude não era somente um posicionamento político; era, acima de tudo, a garantia de que o Camboja estaria fora da Guerra do Vietnã. Quais seriam os impactos de uma guerra dentro de um país tão pobre e atrasado? O rei sabia dos riscos e desde que se tornou uma figura pública, cerca de vinte anos antes, mudou constantemente seu posicionamento político de modo a manter o Camboja sempre distante dos conflitos que assolavam a Ásia. Para um embaixador americano, suas atitudes, “embora bizarras”, eram “moldadas por um nacionalismo intenso e de raízes profundas”, no qual ideologias possuíam “pouca, ou nenhuma, influência” (SHAWCROSS, 2002, p.71).

Sihanouk era tudo, menos previsível; para alguns, um oportunista, um perfeito exemplar do fisiologismo; para outros, “um talentoso estudante da realpolitik” (CHANDLER, 1997, p. 28). Por trás do modo intransigente como defendia a neutralidade de sua nação havia, sem sombra de dúvidas, uma lógica de autodefesa. Nas palavras de Chandler:

Se ele tivesse recusado apoiar os insurgentes vietnamitas, eles teriam estabelecido bases no Camboja sem sua permissão e matado quantos cambojanos fossem necessários para cumprir seu objetivo. Se ele tivesse se alinhado ao Vietnã do Sul, o Camboja teria sido sugado para dentro do furacão da guerra. Se ele tivesse declarado apoio para qualquer lado do conflito, os outros teriam aberto fogo. [...] Sua contraditória política de buscar alinhamentos sem alianças enfurecia seus oponentes, embora fizesse sentido para ele. As alternativas eram piores (CHANDLER, 1991, p. 182).

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

Graças aos esforços de Sihanouk, no mapa da Indochina, “apenas o Camboja permanecia inquebrável”. Shawcross escreve:

Sua vulnerável neutralidade era abusada por todos lados do conflito, especialmente pelos comunistas vietnamitas, mas a política [de neutralidade] permitiu que a vasta maioria do povo vivesse em volta de seus pagodes, trabalhasse nos campos e pescasse em seus rios. Havia, em 1969, um pequeno movimento insurgente, o Khmer Rouge, com cerca de 4 mil membros. Ele conseguia atingir postos militares isolados, assassinar oficiais de vilarejos, mas não havia nenhum prospecto de sucesso. A honesta ilusão de abundância, paz e segurança era o suficiente para convencer a maioria da população. Por isso, quase todo o crédito – salvo aquele que deve ser dado ao relativo autocontrole de Johnson – deve ir para o Príncipe Sihanouk. Apesar de muitos de seus fracassos domésticos e estrangeiros, ele enxergou, sozinho, como o povo do Camboja poderia ser protegido e, sozinho, ele o conseguira (SHAWCROSS, 2002, p. 73).

Tudo mudou em janeiro de 1969 com a ascensão de Nixon; era só uma questão de tempo até a Guerra do Vietnã atravessar as fronteiras do Camboja. Dado que uma ação unilateral estava fora de cogitação e que a retirada estava intimamente conectada à sobrevivência do governo de Thieu, não havia outro modo de os Estados Unidos saírem da guerra sem atacar o país, posto que a presença velada dos soldados comunistas dentro dos santuários no Camboja impossibilitava que os EUA pudessem sair da Indochina sem comprometer o regime de Saigon. Localizado a oeste do Vietnã, o Camboja precisava se manter um território seguro e livre da influência comunista para que, assim, quando os americanos deixassem o Sudeste Asiático, o Vietnã do Sul pudesse resistir. Como citado em um memorando enviado à Nixon pelo secretário de defesa Melvin Laird, os militares indicavam que bombardear o país tinha “importância direta no sucesso da Vietnamização” (DOCUMENT 263, 1970).

Em discurso à nação meses depois, Nixon foi claríssimo quanto a questão. Disse que diante da situação, havia somente três opções, sendo a primeira delas “não fazer nada”: o resultado da inércia seria que “as vidas de americanos que permanecerem após nossa próxima retirada de 150 mil homens estarão ameaçadas”. A segunda delas seria armar o exército cambojano, o que não poderia ser feito “de maneira rápida e eficaz”. O presidente, então, se posicionou ao lado de um mapa do Sudeste Asiático e falou:

Se o Vietnã do Norte também ocupar toda essa faixa do Camboja [indicando a região da fronteira] ou o país inteiro, significará que o Vietnã do Sul estará completamente cercado. As forças americanas e sul-vietnamitas na região ficariam em uma posição militar insustentável. [...] Nossa terceira opção é ir ao cerne do problema: isso significa limpar grandes territórios ocupados pelos norte-vietnamitas e pelos Vietcongues. Estes santuários servem como base para ataques contra forças cambojanas, estadunidenses e sul-vietnamitas (NIXON, 1970).

O ataque aéreo ao Camboja era, portanto, uma condição inevitável da lógica da retirada americana do Vietnã. Embora a violência do bombardeio deva ser reconhecida, a ação não foi um ato de barbárie gratuita, tampouco um capricho das personalidades maléficas de Kissinger e Nixon. Não podemos cometer o erro de ignorar o quão limitadas eram as opções para a retirada. Veja só, era preciso obter um acordo de paz com a participação do Vietnã do Sul e podemos refletir sobre qual era a chance do governo de Thieu aceitar a retirada dos EUA sabendo que havia tropas comunistas cercando seu país ao longo de toda sua fronteira terrestre. Não havia lógica alguma em cogitar um acordo sob tais condições. Da mesma forma, para os Estados Unidos – que entraram na guerra justamente para garantir a independência do Vietnã do Sul – se retirar do conflito sem resolver a questão da fronteira não fazia sentido. Bombardear o Camboja não tinha o objetivo, como alegou Pilger em seu famoso documentário, de “o presidente Nixon mostrar aos vietnamitas apenas o quão duro ele era” (PILGER; MUNRO, 1979), embora demonstrar força fosse fundamental dentro da lógica do poder.

Olhando em retrospecto, Kissinger diria anos depois: “Do meu ponto de vista, não tínhamos opção”; para o diplomata, ou os americanos enfrentavam “um colapso total do

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

Vietnã”, ou deveriam “tentar sair gradualmente...”.³ Como se vê, a chave do fim da presença americana na guerra estava do outro lado da fronteira: para Nixon, levar a guerra ao Camboja era a chance de assinar um acordo de paz mais favorável e, em suas palavras, “vencer essa maldita guerra”; porque, como o presidente disse na época, “nós não iremos ficar parados na mesa de conferências. Mas nós não iremos ganhar com esses babacas vindo aqui, dizendo que há uma crise no Camboja” (DOCUMENT 2, 1970).

A solução, acreditava a Casa Branca, era explorar ao máximo ataques estratégicos de forma a forçar Hanói a ceder na mesa de conferências. Como certa vez disse um funcionário americano em Saigon entrevistado pelo *New York Times*: “Há dez anos estamos tentando ser bonzinhos com os asiáticos, e o fracasso é total. Não dá mais para sustentar” (CHOMSKY, 2006, p. 265). Movidos por uma diplomacia de realismo férreo, Nixon e Kissinger acreditavam que os comunistas só respeitavam a força e só negociariam de boa vontade quando conhecessem o “homem louco” [*Madman Theory*] que havia em Richard Nixon. De modo que pudesse alcançar seus objetivos, Nixon pretendia bombardear a Indochina com tanta violência que “em dois dias o próprio Ho Chi Minh estaria em Paris implorando por paz”.

O bombardeio

Tudo começou em 9 de fevereiro de 1969. Naquele dia, fotos aéreas obtidas pela inteligência americana indicaram que o alto comando militar norte-vietnamita se encontrava infiltrado dentro do Camboja, próximo à fronteira com o Vietnã do Sul, em uma área denominada Área-Base 353 (SHAWCROSS, 2002, p. 19).

A informação chegou a “mais alta autoridade” e foi dado o sinal verde para um ataque aéreo sobre a região. Os militares batizam a operação de *Operação Breakfast* (café da manhã). A princípio, *Breakfest* seria um único bombardeio, somente sobre a Área-Base 353; em 9 de

³ Entrevista a Charlie Rose, 16 de abril de 1998.

fevereiro não se cogitou, em momento algum, um bombardeio geral do Camboja ou uma operação aérea ampla sobre o país. Mas isso mudaria em breve.

Não podendo atacar uma nação neutra, os Estados Unidos planejaram e efetuaram a operação em total sigilo, sem a autorização do congresso ou conhecimento da opinião pública. A expansão do conflito para o Camboja foi, portanto, um ato inconstitucional. Nixon e Kissinger demonstraram uma obsessão pelo segredo da operação: tanto o *Chief of Staff* quanto o Secretário da Força Aérea não foram informados sobre *Breakfest*. Kissinger buscou se justificar dizendo que “não era um bombardeio do Camboja, *mas um bombardeio dos norte-vietnamitas dentro do Camboja*”,⁴ e que o bombardeio seria feito sobre aéreas despovoadas. Todavia, os documentos da própria inteligência americana de antes do ataque reportavam que, somente na área-base 353, viviam 1.640 cambojanos (SHAWCROSS, 2002, pp. 28, 29).

Tudo ocorreu no mais absoluto segredo, como planejado. Os pilotos não eram informados com antecedência sobre seus alvos e somente seguiam instruções de operadores de radar no solo, onde os responsáveis pela emissão das coordenadas possuíam ordens expressas de reunir todos registros, aguardar até a noite e queimar todos os arquivos relativos ao Camboja. Na madrugada de 18 de março de 1969, a Área-Base 353 foi bombardeada. Mais de 40 aeronaves com mais de 30 toneladas de bombas cada, lançaram seus explosivos por quase uma hora de bombardeio ininterrupto sobre uma área de poucos quilômetros quadrados.

O segredo teve seus riscos, mas demonstrou seu valor, posto que o silêncio foi interpretado como sucesso e deu confiança aos americanos. Por que não bombardear as outras aéreas estratégicas? Afinal, aos olhos dos comandantes, *Breakfest* fora um sucesso. Nos 14 meses seguintes, novas operações foram feitas. O bombardeio da Área-Base 609 recebeu o nome de *Lunch* (almoço); o da Área-Base 351, *Snack* (lanche); o da Área-Base 352, *Dinner* (jantar), e assim por diante. Aquilo que começou com uma única operação terminou

⁴ Entrevista de Henry Kissinger a Charlie Rose, 16 de abril de 1998.

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

com um ano de bombardeios sistemáticos sobre diversas áreas do país. O café da manhã rapidamente se tornou um cardápio completo. No fim, o conjunto das operações recebeu um nome apropriado, pelo qual a primeira etapa do bombardeio do Camboja seria conhecida: *Operação Menu*.

Não se sabe ao certo se Sihanouk autorizou o bombardeio ou simplesmente aceitou que não havia nada que pudesse fazer para impedi-lo.⁵ Para os dirigentes do Khmer Rouge foi, literalmente, um presente que caiu dos céus. Quanto mais as bombas caíam, mais as pessoas se juntavam às fileiras dos comunistas. Se aproveitando das casas destruídas, dos familiares mortos e dos sobreviventes desejosos de vingança, o bombardeio americano foi a arma de propaganda suprema. Um Khmer Vermelho lembraria: “Embora eles não quisessem se juntar a nós, quando a tempestade chegou, eles vieram e tiveram que se refugiar em nossos abrigos” (KIERNAN, 2004, p. 297).

O fato é que a Guerra do Vietnã estava rapidamente afetando o Camboja. Era simplesmente impossível negar que os vietnamitas se encontravam infiltrados nos santuários; os serviços de inteligência estimavam que havia 40 mil soldados vietnamitas dentro do Camboja (KIERNAN, 2004, p. 286). Sihanouk, como Dom Quixote, lutava contra os ventos; ele tentou, por meio da neutralidade, fazer do Camboja um local de paz em meio a um subcontinente imerso em uma guerra sangrenta. Mas sua tarefa era simplesmente impossível: os americanos precisavam sacrificar o Camboja para salvar o regime aliado do Vietnã do Sul e o início do bombardeio foi o primeiro sinal de que as coisas estavam saindo do controle do rei. Em *Year Zero: The Silent Death of Cambodia*, Pilger alega que “o objetivo final [dos bombardeios] era acabar com a base vietcongue no Camboja. Base esta que só existia na imaginação dos generais americanos” (PILGER; MUNRO, 1979). Não é uma afirmação correta, pois, como se vê, tanto a inteligência americana quanto a khmer indicavam que a ocupação do território cambojano por parte das tropas vietnamitas era um problema real.

⁵ A questão é controversa. Ver: David P. Chandler (1999), p.83; Philip Short, (2004), p.182; William Shawcross, (2002), pp. 68, 69, 70,94; David P. Chandler, (1991), p.173.

Desde o início dos anos 1960, Sihanouk viu a guerra afetar a economia cambojana. Para piorar ainda mais, seu estilo autoritário o havia alienado da esquerda, dos intelectuais e jovens urbanos. Ao mesmo tempo, seu comportamento errático e imprevisível (e seu hábito de dominar todos os assuntos da nação) vinham tornando-o impopular com a classe média. Por fim, a direita estava insatisfeita com o ímpeto com que o príncipe buscava manter a nação fora da guerra quando os comunistas ocupavam descaradamente seu território. Cada vez mais, o rei passava a ser ofuscado por outras figuras do governo: seu primo, Sirik Matak, e o primeiro-ministro, Lon Nol.

Nacionalista fanático, Lon Nol, nas palavras de Chandler, “via a si próprio como o salvador do Camboja” (CHANDLER, 1997, p. 38). Ele fora o principal responsável pela repressão aos comunistas ao longo do reinado de Sihanouk e, até a escalada da guerra, fora o braço direito do rei. Como responsável pela defesa, ele e seu exército se alimentavam da Guerra Civil e passaram a exercer cada vez mais influência e pressão sobre Sihanouk, exigindo que o Camboja tomasse lado no conflito e declarasse guerra aos vietnamitas.⁶

Aproveitando que Sihanouk estava fora do país, Lon Nol realizou um golpe de Estado e assumiu o poder em 18 de março de 1970. Foi uma jogada política inesperada, apesar de pouco surpreendente; um homem disposto a acabar com o status quo neutro era exatamente o que o governo Nixon estava aguardando, a despeito de, ao que parece, os norte-americanos não terem tomado parte no golpe por acreditarem que pudessem convencer Sihanouk a declarar seu apoio ao Ocidente (KIERNAN, 2004).

O golpe mudou totalmente o balanço de forças. Não podemos, de forma alguma, subestimar seu impacto: o novo governo rompeu com a neutralidade e, além de manter conflito contra o Khmer Rouge, também se juntou na luta contra o Vietnã do Norte. Se até então a guerra era entre a monarquia de Sihanouk e as guerrilhas comunistas, a partir deste

⁶ “Um dos temas favoritos de Lon Nol, sobre o qual ele produziu uma série de panfletos, era a “guerra religiosa” no qual ele tentava identificar os comunistas khmer e vietnamitas com os *thmil*, os inimigos da fé verdadeira, de acordo com o velho folclore budista”: Michael Vickery (1984), p.11

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

momento, novos atores entravam em cena: com o Camboja tomando lado na guerra, o exército do Vietnã do Norte se juntou ao Khmer Vermelho para derrubar o governo de Lon Nol.

Foi um erro de cálculo fatal para a história do Camboja. Ao implementar o golpe, os militares - e a classe média urbana que os apoiaram - subestimaram as forças a seu redor, pensaram que havia chance de o país tomar um lado na guerra sem ser engolido por ela. Com o governo pró-ocidente de Lon Nol entrando em conflito com o Vietnã do Norte, a fronteira oeste do Vietnã do Sul se viu, subitamente, como palco da Guerra. Os Estados Unidos, então, decidiram intervir no país e combater os norte-vietnamitas infiltrados e o Khmer Rouge dentro do próprio Camboja. A primeira etapa do conflito cambojano (1967-1970) chegava ao fim. A guerra do Vietnã atravessava as fronteiras do Camboja: começava a segunda etapa da guerra civil.

A Guerra ultrapassa a fronteira

Um mês depois, em 29 de abril, tropas americanas, com o auxílio do exército do Vietnã do Sul, adentraram o Camboja. Nixon descreveu a operação como uma “extensão necessária da guerra no Vietnã.” No dia seguinte, em um discurso transmitido ao vivo para toda a nação, o presidente foi enfático: “Esta não é uma invasão do Camboja”. Foi uma operação polêmica, cujo único intuito era defender a fronteira do Vietnã do Sul; iria não somente prolongar a participação dos EUA na guerra, como também iria intensificá-la ao expor mais soldados na linha de frente. Para muitos analistas, uma incursão terrestre ao Camboja iria, além de gerar criticismo interno, prolongar e dificultar a saída do país do conflito. Mas, atrelados ao regime de Thieu, os Estados Unidos estavam dispostos a prolongar sua participação na guerra, se necessário, para manter vivo seu projeto de ‘Vietnamização’. Como protesto, três dos assessores de Kissinger renunciaram em oposição à incursão e o país foi tomado por protestos estudantis, dentre eles, *Kent State*.

Em março, após o golpe, os bombardeios cessaram temporariamente. Até aquele momento, os B-52s haviam lançado dezenas de milhares de toneladas de explosivos sobre a região leste do Camboja, sendo, em sua maioria, sobre regiões povoadas. Em maio, as bombas retornaram com força máxima. Com Lon Nol no poder, as operações no Camboja atingiram novos níveis de violência. Começava uma nova operação de ataques aéreos [Operação *Freedom Deal*], desta vez mais brutal que, ao longo de seus três anos de duração, afetaria aproximadamente 20% do território cambojano.

Consequência imediata da escalada dos bombardeios, o êxodo rural atingiu proporções assustadoras. Phnom Penh, por exemplo, tinha cerca de 600 mil habitantes antes da guerra; em 1975, a população da capital era de cerca de 2,5 milhões. Se considerarmos a população do Camboja na época, os números indicam que cerca de 20% da população do país era composta de refugiados vivendo na capital. Um estudo de 1971 – dois anos antes do ápice dos bombardeios – apontava que 60% dos refugiados entrevistados nas cidades haviam fugido por causa das bombas (KIERNAN, 2004, p. 350).

Seria essa massa de camponeses pobres, que haviam perdido tudo, que formaria o primeiro grupo a se juntar às fileiras do Khmer Vermelho. Seriam eles que, revoltados, pegariam em armas contra o regime de Lon Nol. A inteligência de Lon Nol e dos EUA indicavam que, em 1969, os Khmer Rouges eram cerca de 2.400. Do início de 1969 até o final de 1970, mais de 50 mil khmers se juntariam aos comunistas (KIERNAN, 2004). Pol Pot se recordaria anos depois: “De quase mãos vazias em 1968, até março de 1970 nós tínhamos um exército de 4.000 homens e 50.000 guerrilheiros espalhados pelo país” (POT, 1978a, p. 10).

Outro fator agravaria ainda mais a situação: Sihanouk, desapontado com a perda do poder, declarou seu apoio aos comunistas. Em 23 de março de 1970, poucos dias após o golpe, o monarca se juntou ao Khmer Vermelho e anunciou a formação da Frente Unida Nacional do Kampuchea (FUNK), convocando a população a se insurgir contra Lon Nol. Ao derrubar a monarquia, se aliar aos EUA e se posicionar contra Hanói, o golpe de Lon Nol fez

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

algo que jamais teria sido possível em outro momento da história do Camboja: unificou Sihanouk, os comunistas do Khmer Rouge e os norte-vietnamitas.

Em um país com um histórico milenar de lealdade monárquica, o apoio do rei direcionou as massas: apoiado pelo antigo rei e seus seguidores, o Khmer Rouge se fortaleceu mais e mais. Para Lon Nol, a situação se deteriorava rapidamente. É notável como em um período de poucos meses, o bombardeio americano, o apoio político de Sihanouk e o apoio militar do Vietnã do Norte conseguiram transformar completamente o KR, que passou de uma guerrilha minúscula e desorganizada para uma imensa massa de soldados. Como Kiernan constou:

O apelo de Sihanouk, e o fato de que (como a inteligência de Lon Nol reportou) 'os bombardeios aéreos contra vilarejos causaram perdas civis em larga escala', foram fatores que, combinados, deram aos comunistas a vantagem no Camboja apenas meses após o golpe de Lon Nol (KIERNAN, 2004, pp. 307, 308).

Em julho de 1970, a operação terrestre americana foi encerrada, os soldados americanos se retiraram do território do Camboja após três meses, como planejado. Daquele momento em diante, somente os bombardeios iriam continuar. Por um lado, a breve operação terrestre no país foi um sucesso ao temporariamente neutralizar as tropas de Ho Chi Minh ao longo da fronteira e garantir uma breve sobrevida à fronteira oeste do Vietnã do Sul; por outro, essa mesma operação, aliada aos bombardeios, teve uma consequência catastrófica: ao invés de expulsá-los de volta ao Vietnã, terminou por deslocar os exércitos comunistas do Khmer Vermelho e do Vietnã do Norte ainda mais para dentro do Camboja, deixando-os cada vez mais fortalecidos. O caráter paradoxal da luta no Camboja era evidente: combater os comunistas do Vietnã do Norte fortalecia os comunistas do Camboja.

A popularidade do governo de Lon Nol despencava. Mais um evento piorou a situação: em 9 de outubro de 1970, Lon Nol proclamou a República Khmer; acreditava-se que uma ruptura com o passado era necessária para modernizar o país. Analisando em retrospectiva, podemos afirmar que a proclamação da república foi uma atitude suicida. Os camponeses do

Camboja acreditavam na divindade do rei, no seu poder de fazer chover, de controlar o clima e as colheitas - o Camboja não estava nem um pouco preparado para uma interrupção abrupta após séculos de monarquia. Nenhum camponês, e estamos falando de um país com cerca de 80% de sua população com origens no campo, lutaria por qualquer outro homem além do deus-rei Sihanouk. Um documento norte-vietnamita capturado, referente ao Camboja, indicava que a luta estava sendo bem-sucedida, e que “a maioria do povo khmer apoia Sihanouk” (KIERNAN, 2004, p. 317). Como Short (2004) falou, para “um povo medieval”, a derrubada de Sihanouk fora “um evento cósmico”.

A República foi o último prego no caixão do novo governo. Com Sihanouk e o Vietnã do Norte aliados ao Khmer Vermelho e Lon Nol desacreditado, a questão não era se, mas quando o Camboja iria cair nas mãos dos comunistas. Em 9 de dezembro, desapontado com a crescente força de seus inimigos, Nixon vociferou: “Ah, o maldito Abrams [comandante americano no Vietnã] pode fazer mais e a maldita força aérea pode fazer mais quanto a atingir o Camboja!”. Em seguida, ordenou a Kissinger: “Qualquer maldita coisa que voe, que vá até o Camboja e atinja qualquer alvo que se mexa!” (DOCUMENT 2, 1970).

No campo, o regime do Lon Nol caía feito um castelo de cartas. Fora das cidades, o país cedia a ritmo veloz nas mãos dos rebeldes – a insurgência era movida pelo apoio da enorme massa camponesa. De acordo com um memorando secreto do Conselho Nacional de Segurança (ASSESSMENT...,1973) enviado a Kissinger, o governo se encontrava “progressivamente imobilizado”.

Em um círculo vicioso, a violência atingiu patamares horrendos, a guerra se tornava cada vez mais sangrenta e brutal. Os bombardeios continuavam e, nas palavras de um cambojano, “as pessoas estavam bravas com os Estados Unidos e é por isso que tantas delas se juntaram aos comunistas do Khmer” (KIERNAN, 2004, p. 351).

Os Acordos de Paz de Paris

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

A notícia chegou ao quartel dos Khmer Rouges no final de 1972: Hanói estava disposta a assinar a paz com os americanos. Ódio, revolta e desespero se disseminaram pelas fileiras do KR. Agora que os vietnamitas estavam prestes a selar a paz, o que aconteceria com os Khmer Rouges? Ora, o representante dos comunistas era a FUNK, liderada – mesmo que simbolicamente – por Sihanouk. E se Kissinger decidisse convocar Sihanouk à mesa de negociações e lhe devolver o Camboja, retirando dos comunistas a chance de vitória? Com a retirada do exército norte-vietnamita do Camboja prevista no acordo, mais Sihanouk sendo aceito como governante legítimo pelos EUA e pelo Vietnã do Norte - e apoiado pelo campesinato leal ao rei - não haveria chance alguma do Khmer Vermelho tomar o poder.

Havia somente uma solução: continuar a guerra; isso minava qualquer chance de uma paz em separado entre Sihanouk, Kissinger e Hanói. A continuação da luta armada era, acima de tudo, a única forma de os Khmer Rouges garantirem que seriam eles os que tomariam o poder. Pol Pot informou os diplomatas de Hanói: “Nós respeitaremos o que os camaradas do Vietnã decidirem em relação a seus assuntos. Quanto a nós, nós não iremos cessar fogo. Nós iremos continuar a luta e estamos certos da vitória” (BLACK PAPER, 1978, p. 70).

Sabendo que se assinassem o acordo eles estariam ou submetidos a Sihanouk, a um governo satélite do Vietnã ou a um governo de frente com elementos não desejados, os Khmer Communists se recusaram a ir às negociações. Pressionada por Washington para chegar a um acordo, Hanói decidiu pressionar o KV. Além de retirar suas tropas, suprimentos de armas também foram cortados. Os cambojanos, no entanto, foram resistentes. Por fim, para evitar conflitos com seu vizinho, o Vietnã retomou o envio de suprimentos após algumas semanas, mas o atraso em receber munições teve fortes implicações, pois impossibilitou uma grande operação antes da estação das chuvas, atrasando em meses a ofensiva final contra Phnom Penh.

Se nenhum ano é tão importante para a ascensão política do Khmer Rouge quanto 1970, certamente nenhum é mais importante para sua ascensão militar do que 1973. Entre o

golpe de 1970 e o final de 1972, o exército do Vietnã do Norte foi a principal força que lutou contra Lon Nol. O mal treinado e mal equipado exército do Khmer Rouge – apesar de numeroso – jamais teria sido capaz de ter conquistado suas vitórias sozinho. Agora, mesmo que solitários em sua luta, os comunistas khmer perceberam que conquistar o Camboja era um objetivo, embora duro, alcançável.

Mas tal recusa em se sentar à mesa e negociar a paz teve seu preço. A atitude dos comunistas cambojanos despertou a cólera dos americanos. Kissinger havia dito que se os cambojanos continuassem a “rechaçar compromissos e negociações”, B-52s seriam enviados para “destruí-los” (BECKER, 1998, p. 27; BLACK PAPER, 1978, p. 70).

Apesar das ameaças, eles mantiveram sua posição. Em 27 de janeiro de 1973 foi assinado o Acordo de Paris para o Fim da Guerra e Restauração da Paz no Vietnã. Os acordos previam o fim dos bombardeios sobre o Vietnã e o Laos – mas não sobre o Camboja. Posto que o Khmer Vermelho se recusou a assinar o Acordo, não foi, de forma alguma, coincidência que 1973 tenha sido o ano mais brutal dos bombardeios. Dado os termos do Acordo, os Estados Unidos estavam livres para bombardear o país à vontade e assim o fizeram: entre janeiro e agosto de 1973 foi realizado sobre o Camboja um dos maiores bombardeios da história do conflito humano. Em somente oito meses, “mais de 250 mil de toneladas de toneladas de bombas foram lançadas sobre um país que não estava em guerra com os Estados Unidos e não possuía tropas americanas dentro de suas fronteiras” (CHANDLER, 1999, p. 96).

Tinha início o período que o Khmer Rouge chamou de os “200 dias e 200 noites de terror”. Desdém é uma palavra demasiado fraca para descrever como o Camboja era visto, os oficiais militares o chamavam de “the only game in town”, uma zona de bombardeio livre, um “*Sideshow*”, ou seja, um coadjuvante no palco da guerra. Podemos citar um caso ocorrido em 1973, quando uma tripulação americana lançou, por acidente, suas bombas sobre uma cidade aliada. Mais de 150 pessoas morreram e outras 250 ficaram feridas no incidente. Quando os repórteres ocidentais pressionaram as autoridades por esclarecimentos, o adido

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho militar da embaixada dos Estados Unidos foi lacônico: “Eu vi algumas bombas pela cidade, mas não foi nenhum grande desastre” (SCHANBERG, 1985, p. 4).

Os bombardeios sobre o Camboja continuaram em escala faraônica até que em junho foi aprovada a emenda Case-Church, que legalmente proibia o presidente de interferir no Camboja e no Laos sem a aprovação prévia do congresso; ademais, o congresso ordenou que a partir de 15 de agosto os bombardeios cessassem. Entre 1969 e 1973, os Estados Unidos lançaram sobre o Camboja mais do que o dobro de bombas lançadas sobre o Japão ao longo da Segunda Guerra. Ao todo, foram mais de 3.600 missões, com aproximadamente meio milhão de toneladas de bombas lançadas sobre o país. Nas palavras de Shawcross: “o velho Camboja fora destruído para sempre”.

A Geopolítica

Era uma questão que ia muito além das vontades pessoais de Nixon e Kissinger ou do sucesso de um projeto de retirada da região. Não era somente uma questão de prestígio, mas de geopolítica. Era mais do que a Teoria do Dominó: não se tratava somente dos vizinhos de Vietnã, mas de todo país fora da esfera americana que pudesse, de uma forma ou de outra, seguir o exemplo da Indochina. O equilíbrio das forças globais da Guerra Fria estava em jogo e os Estados Unidos, como grande potência, não poderiam correr o risco de permitir tamanha instabilidade nas esferas de poder. Em outras palavras: o único acontecimento que poderia ser mais prejudicial que o colapso do Vietnã do Sul era o impacto ideológico que isso teria no resto do mundo. Em um artigo de 1968 sobre as negociações de paz, Kissinger escreveu:

Uma retirada unilateral ou um acordo que, inintencionalmente, leve a isso, poderia levar a uma erosão das amarras e a uma situação internacional ainda mais perigosa. Nenhum *policymaker* americano pode ignorar os perigos (FERGUSON, 2016, p.842).

Apenas três anos antes, em uma viagem ao Vietnã, o diplomata percebera o dilema americano e anotou em seu diário que a questão da Indochina significava muito mais que a salvação do regime de Saigon:

O que estava em jogo aqui era a posição futura dos Estados Unidos no mundo. Clifford me perguntou se eu achava que valia a pena salvar os vietnamitas. Eu disse que a questão já não era mais essa... (FERGUSON, 2016, p.xvi; a ênfase é minha)

A máxima de Shawcross é, pois, perfeita: “No Camboja, as vontades de um povo pequeno e vulnerável foram sacrificadas de maneira consciente em prol dos interesses das decisões estratégicas” (SHAWCROSS, 2002, p. 396). Mais uma vez, o discurso à nação de Nixon é esclarecedor:

Nós não iremos reagir a esta ameaça a vidas americanas [a presença dos santuários no Camboja] com meros protestos diplomáticos. Se o fizéssemos, a credibilidade dos Estados Unidos seria destruída em todas áreas do mundo em que somente o poder dos Estados Unidos impede a agressão. [...] Se, quando a situação está difícil, a nação mais poderosa do mundo age como um gigante desamparado e digno de pena, as forças do totalitarismo e da anarquia irão ameaçar as nações e instituições livres ao redor do mundo (NIXON, 1970).

Para o presidente e seu secretário, o papel do bombardeio é, pois, ressignificado ao longo de sua própria existência e ele se torna um poderoso instrumento geopolítico. À medida que os Estados Unidos retiravam suas tropas da Indochina, a ação militar readquiria significado e aumentava seu papel por sua capacidade de criar – ou manter – uma ordem política que lhes parecia favorável. Retomando Kissinger, impedir a vitória do Khmer Vermelho significava também impedir “a erosão das amarras” do equilíbrio global, o que estava em jogo era “a posição dos Estados Unidos no mundo”. Não se tratava de salvar os regimes de Lon Nol e de Thieu: “A questão já não era mais essa...”

Conclusões

Os efeitos dos bombardeios na ascensão do Khmer Vermelho não são, de forma alguma, simples de serem esclarecidos e há muita controvérsia quanto ao efeito das operações. Para alguns autores, bombardear o Camboja não alimentou o KR; muito pelo

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

contrário, atrasou sua vitória. Para outros, o Khmer Vermelho é um “filho” dos Estados Unidos. O caráter paradoxal do bombardeio permite que ambos os lados tenham suas razões. De certo modo, o bombardeio do Camboja funcionou como uma enorme panela de pressão selada: ao mesmo tempo em que impedia que as forças que estavam dentro dela saíssem, alimentava essas forças e as tornava cada vez mais poderosas. Até 1973 o Khmer Rouge se viu impossibilitado de lançar grandes ofensivas. Em um sentido militar e geográfico, os bombardeios tornavam difícil a mobilização de grandes tropas e, conseqüentemente, grandes operações. Não fossem os bombardeios americanos, a falta de comunicação e heterogeneidade entre as zonas conquistadas, e a citada breve ruptura com Hanói, os Khmer Rouges teriam conquistado Phnom Penh já em 1973. Contudo, a destruição material gerada pelas bombas, embora limitasse o poder de ação das tropas, fazia com que milhares de camponeses desabrigados se juntassem às fileiras dos insurgentes. Era apenas uma questão de tempo até a panela explodir. Uma vez encerrada a operação aérea, as forças que ela simultaneamente continha e alimentava, simplesmente saíram de controle. Aqui, tocamos no grande calcanhar de Aquiles do bombardeio: uma vez iniciado, ele simplesmente não podia parar; na verdade, seu curso inevitável era se tornar cada vez mais intenso.

Seu impacto na desestabilização da sociedade rural do Camboja é impossível de ser subestimado. Os campos no leste do país estavam completamente devastados e os milhares de desabrigados simplesmente não tinham para onde ir; para muitos, juntar-se aos comunistas era uma escolha óbvia (BIZOT, 2014). Chandler explica perfeitamente os efeitos contraditórios do bombardeio:

É difícil de se julgar o efeito dos bombardeios na sociedade rural, mas, tendo em vista a tonelagem e o despreparo do Camboja, devem ter sido catastróficos. Alguns estudiosos argumentam que os bombardeios ajudaram o Khmer Vermelho a ganhar milhares de recrutas engajados e vingativos. Há corroboração para isso. Claramente, acelerou o colapso da sociedade rural e pavimentou o caminho para o controle político comunista. Também empurrou milhares de camponeses para as cidades [...] A curto prazo, porém, a campanha teve o efeito que os americanos desejavam – rompeu o cerco

comunista a Phnom Penh. A guerra iria se arrastar por mais dois anos (CHANDLER, 1999, pp. 96,97).

Kissinger, em uma entrevista de 1998, falou sobre o bombardeio e revelou um pouco dessa faceta paradoxal:

Nós estávamos bombardeando os Khmer Rouges que estavam matando cambojanos [...] dizer que aqueles que realmente tentaram impedir a tomada de poder do Khmer Rouge foram responsáveis pelo Khmer Rouge assumir o poder é o mesmo que dizer 'pessoas que bombardearam Hitler são responsáveis pelo genocídio'.⁷

Em sua grande maioria, o campesinato apoiou os comunistas do Camboja. Muitos camponeses se juntaram ao KR por acreditar que sua ideologia libertaria os povos do campo. Ademais, não era difícil de fazer a associação de que os americanos bombardeavam incessantemente o Camboja rural para sustentar os governos de Lon Nol e Thieu. Uma vez que a queda de ambos regimes era iminente, por que não acelerar o processo, se juntar aos comunistas e terminar com os bombardeios, com as mortes, com a fome? Short escreve:

Os B-52 foram uma corda no pescoço do governo ao inundar as cidades com um desmoralizado detrito de miséria humana que as autoridades não podiam amenizar, e deram aos Khmer Rouges a sorte grande que eles exploraram ao máximo como arma – levando camponeses para aulas de educação política no meio de crateras de bombas e estilhaços, explicando para eles que Lon Nol havia vendido o Camboja aos americanos para se manter no poder e que os EUA, como a Tailândia e o Vietnã, estavam de olho na aniquilação do país para que, quando a guerra acabasse, o Camboja deixasse de existir (SHORT, 2004, p. 218).

Um historiador francês certa vez escreveu que “sem Sihanouk mudando de lado e os Vietminh oferecendo enormes pedaços de território cambojano ao Khmer Rouge, os jovens guerrilheiros jamais teriam entrado vitoriosos em Phnom Penh” (LOCARD, 2005, p. 126). Sua afirmação aborda uma questão de grande importância: será possível negar o impacto das dinâmicas internas do Camboja na ascensão de Pol Pot? Embora o bombardeio feito pelos Estados Unidos tenha contribuído para a vitória do Khmer Vermelho ao jogar o campesinato

⁷ Entrevista a Charlie Rose, 16 de abril de 1998.

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho definitivamente contra o governo republicano de Lon Nol, é preciso ressaltar que o Golpe de 1970 foi tão importante quanto os B-52s na conquista comunista.

Como negar a importância da aliança firmada entre Sihanouk e o Khmer Vermelho? E, tão importante quanto a aliança do rei com os comunistas foi a decisão tomada por Lon Nol de romper a neutralidade: a ruptura levou a um efeito dominó incontrolável e trouxe a guerra do Vietnã para dentro do Camboja. Foi o golpe de 1970, e não o bombardeio americano, que colocou o poderoso exército do Vietnã do Norte contra o frágil Estado cambojano. Atribuir ao bombardeio americano a responsabilidade integral pela ascensão de Pol Pot ao poder é ignorar fatos importantíssimos. Mais: é eliminar o Camboja da história, atribuir-lhe um papel coadjuvante, sem importância, monolítico, imutável – cujo destino é decidido, única e exclusivamente, pelas mãos das potências. É uma história que silencia o outro.

A história lida com o que foi. E, dentro do modo como a história se desenrolou naquele pedaço do Sudeste Asiático e naquele determinado período de tempo, o bombardeio demonstrou ser uma opção viável e lógica – tão viável e tão lógica que, dadas as circunstâncias, se tornou difícil, quase impossível, de ser impedido.

Não há sombra de dúvidas que a violência com que os Estados Unidos bombardearam o Camboja alimentou um dos mais fortes sentimentos demonstrados pelo Khmer Rouge: o exacerbado senso de autoafirmação. Um membro da comitiva iugoslava que visitou o país em 1978 se lembraria dos comunistas khmer como homens que pareciam uma pessoa quieta e tímida, totalmente ignorada ao longo dos anos, mas agora que finalmente tinha voz falava sem parar e em constante estado de êxtase (SHORT, 2004). A queda de Phnom Penh foi um evento de extraordinária importância para esse pensamento, posto que a tomada da capital foi vista como a prova de que, desde o princípio, o Khmer Rouge havia tomado o caminho certo. Sua vitória sobre o Camboja alimentaria um senso radical de autoafirmação, fazendo da conquista do país um evento lendário, folclórico, uma tarefa impossível que foi realizada graças à obstinação do Khmer Rouge em sua luta e fanatismo. Pol Pot falou:

Conquistamos todas essas vitórias gloriosas com total independência e soberania. Vencer, ao mesmo tempo, quatro inimigos tão cruéis [os EUA, Lon Nol, Thieu e o Vietnã do Norte] é uma façanha única nos anais do Kampuchea e um evento raro no mundo. Esta é, realmente, uma vitória gloriosa! (POT, 1978b, p. 5).

A um incrível custo humano, o território e a sociedade cambojanas foram estilhaçados “em prol de decisões estratégicas” que, eventualmente, foram malogradas. Em abril de 1975, Phnom e Penh e Saigon cairiam – com somente 13 dias de diferença – nas mãos dos exércitos comunistas do Khmer Vermelho e do Vietnã do Norte. No olho do furacão, o Camboja foi arrastado para uma guerra indesejada. O Khmer Vermelho de Pol Pot enfim conquistava Phnom Penh, e os três anos e oito meses seguintes entrariam para a história da barbárie humana.

Referências Bibliográficas

ASSESSMENT OF CAMBODIAN SITUATION (March 14, 1973). Arquivo número: LOC-HAK-31-5-17-3. Disponível nos arquivos da CIA por meio do Freedom of Information Act em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-31-5-17-3.pdf>

BECKER, Elizabeth. When the war was over: Cambodia and the Khmer Rouge Revolution. Nova York: PublicAffairs, 1998.

BIZOT, François. O silêncio do algoz. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

BLACK PAPER: Facts & evidences of the acts of aggression and annexation of Vietnam against Kampuchea. Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs of Democratic Kampuchea, 1978.

CHANDLER, David P. Brother Number One: A Political Biography of Pol Pot. Boulder: Westview Press, 1999.

CHANDLER, David [P.]. “Three visions of politics in Cambodia”. In: DOYLE, Michael W.; JOHNSTONE, Ian; ORR, Robert C. (ed.). Keeping the Peace: Multidimensional UN operations in Cambodia and El Salvador. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CHANDLER, David P. The Tragedy of Cambodian History: Politics, War, and Revolution since 1945. New Haven: Yale University Press, 1991.

CHOMSKY, Noam. O poder americano e os novos mandarins. Rio De Janeiro: Editora Record, 2006.

O bombardeio do Camboja (1969-1973): uma análise a respeito de suas causas e seu impacto na ascensão do Khmer Vermelho

DOCUMENT 2: Kissinger and President Richard M. Nixon, 9 December 1970, 8:45 p.m. (The Kissinger Telcons). Acessado em 04/01/2019. Disponíveis no Arquivo da Agência de Segurança Nacional: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB123>

DOCUMENT 263: Memorandum From Secretary of Defense Laird to President Nixon Washington, April 27, 1970. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume VI, Vietnam, January 1969–July 1970. Disponível na série Foreign Relations of the United States (FRUS) em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v06/d263>

FERGUSON, Niall. Kissinger: 1923-1968: The Idealist. Nova York: Penguin Books, 2016.

LOCARD, Henri. State Violence in Democratic Kampuchea (1975–1979).

European Review of History. Vol. 12, No. 1, Março de 2005.

KIERNAN, Ben. How Pol Pot Came to Power: Colonialism, Nationalism, and Communism in Cambodia, 1930-1975. New Haven: Yale University Press, 2004.

KIERNAN, Ben. The Pol Pot Regime: Race, Power, and Genocide in Cambodia under the Khmer Rouge, 1975-79. New Haven: Yale University Press, 2008

NIXON, Richard M. Address to the nation on the situation in Southeast Asia, 30 de abril de 1970. O discurso na íntegra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lkcqGo97NI>. Acessado em: 02/01/2019

PILGER, John; MUNRO, David. Year Zero: The Silent Death of Cambodia, 1979. Filme-documentário.

POT, Pol. Speech by Comrade Pol Pot: Secretary of the Central Committee of the Communist Party of Kampuchea at the great mass meeting commemorating the 10th anniversary of the founding of the Revolutionary Army of Kampuchea. Phnom Penh, January 17, 1978. Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978a

POT, Pol. Speech by Comrade Pol Pot: Secretary of the Central Committee of the Communist Party of Kampuchea on the occasion of the 18th Anniversary of the founding of the Communist Party of Kampuchea, Phnom Penh, September 27, 1978. Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978b

SCHANBERG, Sydney H. The Death and Life of Dith Pran. Nova York: Penguin Books, 1985.

SHAWCROSS, William. Sideshow: Kissinger, Nixon, and the destruction of Cambodia. New York: First Cooper Square Press, 2002.

SHORT, Philip. Pol Pot: anatomy of a nightmare. Nova York: Henry Holt and Company. 2004.

STATEMENTS by Prince Norodom Sihanouk: 1965-1973. Washington: Embassy of the Khmer Republic: Press Section, 1973.

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII¹

Anna Beatriz Corrêa Bortoletto*

Resumo: Durante o período de indefinição nas fronteiras entre as Américas portuguesa e espanhola, a atuação dos comerciantes foi essencial para a mudança de estilo na administração colonial portuguesa em meados do século XVIII, na área do sertão matogrossense. Através da análise de três pedidos organizados pelo Capitão Povoador Luis Rodrigues Vilares e encaminhados ao rei de Portugal pelo Ouvidor geral das minas do Cuiabá, verificaremos o papel desse mercador na articulação de uma rede de comerciantes em busca de maneiras alternativas para aumentar o volume de seu comércio. Tal questão é indissociável da transgressão dos limites fronteiriços e do contrabando feito sem a devida autorização do rei, desafiando as instruções reais a respeito da exploração territorial. Verificaremos como Vilares forçou a troca de mercadorias com as Missões espanholas de Moxos e Chiquitos e sua busca por novas rotas de comércio interno, através de caminhos que facilitassem o transporte de fazendas dentro da Colônia, analisando como sua capacidade de articular homens para concretizar seus projetos repercutiram na metrópole, forçando uma mudança nas políticas de proteção das fronteiras interioranas.

Palavras-chave: comércio de monções; contrabando; povoamento; sertão matogrossense; Tratados de limites.

¹Agradeço a Lievin e Gabriel, por nunca me deixarem desistir; a Ulisses por me apoiar nas horas mais difíceis; e a Prof.^a Maria Aparecida de Menezes Borrego, que me introduziu nessas tramas da história.

* Graduanda do Bacharelado em História da Universidade de São Paulo. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: anna.bortoletto@usp.br

Introdução

O século XVIII foi um período de grande importância para a Coroa portuguesa no que diz respeito aos planos de exploração e expansão da colônia americana. A descoberta das minas de Cuiabá, em 1719, por Paschoal Moreira Cabral, deu início a um movimento de dilatação das fronteiras para o oeste, que possibilitou a ocupação de uma enorme porção de terra que ultrapassava claramente os limites acordados com a Coroa espanhola pelo Tratado de Tordesilhas². A busca por ouro e outros metais preciosos levou muitos habitantes, principalmente oriundos de São Paulo, a uma vez mais encararem o sertão desconhecido em busca de riquezas, abrindo novos caminhos e estabelecendo rotas, vilas e povoações pelo interior da colônia setecentista. Tratava-se de uma área de intenso conflito, tanto entre os vassallos de ambas as Coroas ibéricas como entre os sertanistas, os grupos indígenas e os jesuítas que por ali habitavam. O sertão matogrossense foi uma área de intensa circulação – apesar do clima considerado hostil pelos europeus que se instalaram na região – onde o encontro de práticas, técnicas e conhecimentos de diferentes culturas acontecia, gerando uma movimentação pelo processo de negociação, que acabou por resultar não na sobreposição de um conhecimento sobre o outro, ou numa relação de hierarquia centro-periferia, mas na formulação de um novo tipo de conhecimento (RAJ, 2015).

Abundante em minas de ouro e também de diamantes, tratava-se de uma região “com matos virgens de arvoredos muito elevado e corpulento, que entrando a penetrar-o (sic), o foram appellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva toda aquelle districto” (FONSECA, 1866, p. 354). Além da busca pela tão desejada riqueza através da mineração, alguns homens – reinóis em sua maioria – aproveitaram esse momento de grande fluxo pelo território americano para acumularem fortunas por meio do trato comercial. No

²Cabe ressaltar que essa ocupação não se deu em território desocupado, mas em uma região onde circulavam diversos grupos indígenas. As relações estabelecidas entre os colonos e essas populações autóctones variaram muito e foram significadas e ressignificadas, passando desde a submissão religiosa até o confronto bélico, como foi o caso com os grupos Paiaguá e Bororo, guerreiros que dominavam as vias fluviais e estavam presentes na região onde foi estabelecida a Fazenda de Camapuã, propriedade ocupada por portugueses (HOLANDA, 2014, pp. 97-99; PRESOTTI, 2008. pp. 83-91).

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

presente trabalho, verificaremos como um desses comerciantes, Luis Rodrigues Vilar, apoiado pela administração local, mobilizou sua rede de sociabilidade para influenciar o Conselho Ultramarino nas decisões sobre os métodos para garantir a posse dessas terras ocupadas além dos limites do Tratado de Tordesilhas. Desde pelo menos o início da década de 1740, os negociantes das minas do Cuiabá e Mato Grosso propõe ao Conselho Ultramarino a construção de feitorias ao longo dos rios que percorrem a região, tanto para proteção contra os espanhóis como para servir de entreposto comercial e ponto de contrabando com América espanhola. A princípio, o Conselho se posicionará contra as propostas apresentadas, mas veremos que a partir da segunda metade do século XVIII o modelo de fortalezas será posto em vigor, com as funções planejadas inicialmente pelos comerciantes. Assim, inferimos que a participação dos particulares na ocupação da América portuguesa não se deu somente através da prática, mas também teve papel fundamental nas discussões de projetos estratégicos pela Coroa e o Conselho Ultramarino. Cabe ressaltar que as fontes aqui utilizadas já foram tratadas por outros autores, como Sérgio Buarque de Holanda, Mario Clemente Ferreira, Francismar Alex Lopes de Carvalho e Thiago Kramer de Oliveira, mas não com o viés aqui apresentado.

A função do comércio na expansão para o oeste

O comércio foi essencial para a garantia da ocupação portuguesa no interior da colônia. A região das minas do Cuiabá e Mato Grosso era abastecida pelo comércio das monções paulistas, realizado através da navegação de rios e da travessia de varadouro³. A principal rota partia de Ararituaba (atual Porto Feliz, nas proximidades de Itú), passando pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Paraguai e Cuiabá. As partidas aconteciam normalmente entre os meses de março e maio, época de cheia dos rios, podendo a viagem durar entre cinco e sete meses

³ Varadouros são, pela definição de Raphael Bluteau (1721, p. 362) “a paragem em que se varão os navios em terra”. No caso das monções do interior paulista, os varadouros eram os locais de travessia entre as cabeceiras de dois rios, nos quais era necessário realizar a passagem das canoas por terra, descarregando as cargas. O transporte era feito, em determinados casos, em carros de bois, e mais comumente pelos escravos. Alguns pontos de varação eram de longa extensão, e devido a quantidade de carga e ao número de canoas, o processo de travessia era lento, o que possibilitou o surgimento dos pousos e o desenvolvimento do comércio nesses locais.

(HOLANDA, 2014, p. 108). Apesar das inúmeras cachoeiras a serem transpostas, da ameaça de ataque de povos indígenas não submetidos ao jugo cristão, da dificuldade em conseguir alimentação, entre outros obstáculos que o percurso apresentava, o empreendimento dos monçoeiros tinha grandes possibilidades de render altos lucros, dado que os preços cobrados pelas fazendas secas e molhadas na região mineradora do oeste paulista eram altos (pela escassez e dificuldade de abastecimento) e negociados diretamente com ouro em pó.

Nesse trajeto das monções destaca-se a Fazenda de Camapuã, pouso que se torna essencial para as expedições⁴. Estabelecida em um ponto de variação de canoas no trecho entre os rios Pardo e Taquari, ligando a bacia do Tietê com a do Paraguai, era ali que as tropas repousavam durante a difícil travessia. Tratava-se de um local garantido onde os navegantes podiam descansar da jornada e se alimentar novamente de carnes que não lhes dependesse da caça. A descoberta daquele trecho de terra diminuiu o tempo de travessia das monções (HOLANDA, 2014, p.91-2). A fazenda chegou a abrigar diversas autoridades, como o Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, durante sua expedição de reconhecimento da região; o Conde de Azambuja; e os membros das expedições científicas, já no final do século XVIII e início do século XIX; até o seu declínio quando da completa substituição dos caminhos fluviais por rotas terrestres (ESSELIN, 2016, p.61). Assim como nas minas daquele sertão, na fazenda de Camapuã os preços cobrados por produtos alimentícios básicos, como feijão e toucinho, eram extremamente altos, podendo chegar a custar 16 e 32 oitavas de ouro cada, respectivamente (OLIVEIRA, 2015, p. 226). Desde 1727 o local era administrado pelo homem de negócios Luis Rodrigues Vilares, em parceria com seu sogro e o concunhado.

Vilares nasceu em São Mamede de Ferreira, lugar de Villares, concelho de Coura, no Arcebispado de Braga. Chegou à América Portuguesa provavelmente na década de 1720,

⁴ Os pousos eram locais de passagem que se tornavam, por períodos determinados, ponto de fixação, criando uma relação ambígua entre o passageiro e o permanente (VIDAL, 2016).

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

onde passou a atuar como comerciante⁵. Em São Paulo, casou-se com Angela Vieira, filha do também mercador reinol Manuel Veloso, com quem teve dois filhos: uma moça, que como a mãe casou-se com um comerciante reinol (BORREGO, 2010 p. 253) e um menino, que entrou para o serviço da Igreja. Apesar de seus passos iniciais na colônia indicarem uma maior proximidade com São Paulo, é na região mineradora do Cuiabá e Mato Grosso que Luis Rodrigues exercerá influência⁶. Como parte dos monçoeiros que atravessam de São Paulo para o interior, Vilares – além de exercer a atividade de comerciante – também organizava bandeiras que exploravam o sertão em busca de metais preciosos. Durante sua permanência na região, chega a receber o título de Capitão mor Povoador da localidade (*Annaes do Senado da Câmara do Cuyaba 1719-1830*, p. 60).

O avanço em direção aos espanhóis

Em 1736, uma destas expedições encaminhada por Vilares à Chapada dos Parecis – região do rio Sararé, afluente do Guaporé, nas proximidades de onde mais tarde seria fundada a Vila Bela da Santíssima Trindade – encontra ouro na região e funda ali o Arraial de São Francisco Xavier (FONSECA, 1866, p. 354). É na vizinhança desse arraial, entre as cabeceiras dos rios Jauru e Guaporé, que em 1745, Luis Rodrigues – num projeto assinado por doze homens e que articula ainda outros moradores da região – pretende construir um varadouro, baseado no modelo da bem sucedida Fazenda de Camapuã (*Projecto de abertura do caminho de Terra ou Varadouro desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Vilares em MDCCXLIII*). José Gonçalves da Fonseca, então secretário de Estado do

⁵ Como o perfil traçado por Scott, Berute e Scott (2017), trata-se de um homem português vindo do norte do país ibérico, que se estabelece na colônia através do comércio e case-se com uma mulher nascida no Brasil, ligando-se a uma rede de sociabilidade preexistente, através do matrimônio com filhas de homens de negócios já estabelecidos na América. Não podemos afirmar que Luis Rodrigues Vilares chegou à colônia ainda enquanto jovem, como nos casos analisados pelos autores, mas tal afirmação não pode ser descartada.

⁶ Era através de casamentos que as redes de comerciantes cresciam e se espalhavam ao redor da colônia. Luis Rodrigues Vilares inicialmente adere à rede mercantil do sogro, ligada a São Paulo, conforme nos mostra Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010), mas como veremos, quando já estabelecido em Cuiabá, passa a articular com outros homens da região mineradora, originando novas redes sociais e de comércio. Tais redes possibilitam Vilares a ter contato com uma região cada vez maior do território português, expandindo suas conexões para o Grão-Pará e posteriormente para a Bahia.

Maranhão, acusa Vilares e seu principal associado nesse projeto, João de Souza de Azevedo, de quererem tomar para si aquelas terras, pois se tratava de local “aonde já corria a fama, que havia diamantes” (FONSECA, 1866. p. 369). Tal conjectura não pode ser descartada, visto que mais tarde seriam encontrados diamantes na região (que passaria a ter acesso restrito devido ao monopólio real na extração desse bem precioso), mas – devido à trajetória de Vilares na região mineradora – acreditamos que os motivos comerciais foram a razão de tal empreitada. A ligação entre os dois rios, para além de facilitar o abastecimento das minas do Mato Grosso, representaria a ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata, abrindo assim a possibilidade de uma nova rota de monção, partindo então não mais de São Paulo, mas do Grão-Pará. Outra oportunidade que um fácil acesso ao rio Guaporé traria à Vilares e seus associados seria a facilitação do contrabando que ocorria entre os comerciantes portugueses e as missões jesuíticas espanholas do Moxos e Chiquitos, e outras que se instalavam em ambas as margens do dito rio⁷.

Já em 1738, Luis Rodrigues Vilares “invocava saber que aquelas missões [castelhanas de Moxos e Chiquitos], estavam próximas, pelo que seria conveniente conhecer a efectiva distância delas” com relação às povoações portuguesas, vigiando os padres e o eventual aumento dos aldeamentos para o que acreditavam ser então o lado luso da fronteira (FERREIRA, 2010, p.270). Na verdade, o que estaria por trás dessa expedição seria a primeira tentativa de Vilares em contrabandear produtos para os aldeamentos indígenas, estabelecendo assim uma forma de comércio com a América espanhola. O sistema de porto único adotado pela Coroa de Castela dificultava a chegada de produtos, principalmente europeus, às regiões interioranas da América espanhola, o que tornava atraente – para ambos os lados – esse comércio ilegal, que consistiria na troca de fazendas como tecidos, açúcar e vinhos portugueses por gados e cavalos das missões castelhanas (CARVALHO, 2011,

⁷ Sobre o varadouro, não sabemos se de fato Vilares e os demais signatários do projeto conseguiram colocá-lo em prática, mas há informações de que anos mais tarde, em 1773, se realizavam obras naquela região com o fim de possibilitar a varação de canoas por terra (AHU_ACL_CU_010, Cx. 17. D. 1045).

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

p. 599). Entretanto, Vilares não conseguiria sair com essa primeira expedição que planejava aos limites espanhóis, por intervenção do Intendente e Provedor da Fazenda Real, Manuel Rodrigues Torres.

No mesmo ano, uma bandeira a mando do Ouvidor geral das minas do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, sai em direção ao Paraguai, com a mesma justificativa de averiguar a verdadeira distância entre as terras de Portugal e Espanha, e em busca de ouro. Ferreira (2010, p. 270) afirma que esta excursão seria uma resposta ao veto do Intendente – que mais tarde acabaria preso por ordem do Ouvidor geral (AHU_ACL_CU_010, Cx. 2. D. 131) – em relação aos planos de Luis Vilares. Apesar da iniciativa não ter tido sucesso em chegar às missões castelhanas, os oficiais da Câmara de Cuiabá informam ao Conselho Ultramarino que a “bandeira para a parte do Paraguay na deligencia de descobrir ouro, fora dar em huma aldea do gentio Aravirá, dos quaes apanhara alguns, e the acharam quatro machados de feitio de cunhas, q elles dicerão seremlhe dados pellos castelhanos” (AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 142). A notícia gera preocupação entre os conselheiros, pois indicava que a influência espanhola estava mais próxima das minas e povoações portuguesas.

Em consulta de 30 de janeiro de 1741 (AHU_ACL_CU_023, Cx. 3, D. 177) – em uma réplica a outra carta de João Gonçalves Pereira, encaminhada ao Conselho Ultramarino com um “auto summario perguntando por elle quatorze testemunhas pellas quaes se provava a distancia que há daquella Villa, e povoaçoens de seu destrito, a algumas de Hespanha” – o Conselho Ultramino responde sobre os apontamentos feitos pelo Ouvidor a respeito da necessidade de proteger o espaço português. Ele teria sugerido levantar fortalezas no Rio Cuiabá, que deveriam ser acompanhadas de pelo menos duas companhias de infantaria; e proposto que a Coroa desse aos moradores das minas do Cuiabá favores nos tributos e direitos de entrada, com a finalidade de atrair à localidade um maior número de habitantes. Os conselheiros concordam com a necessidade de assegurar o território português:

mas para que a Fortaleza, que o Ouvidor aponta, seria naquella paregem de muita despeza, e pouca utelidade, pois com ella serão feitas todas as portas

por onde se pode entrar, e para subsistência da Fortaleza he necessario demaes do Prezidio de Soldados estabalecimento de moradores na sua vizinhança (AHU_ACL_CU_023, Cx. 3, D. 177).

A proposição do Conselho é que então se garanta a posse do sertão cuiabano através da construção de novas povoações e de uma nova vila, que teria por tempo determinado diversos benefícios e isenções, para que se atraíssem àquela região longínqua novos habitantes – parecer este com o qual o rei concorda e manda consultar os Governadores de São Paulo e Rio de Janeiro a respeito dos benefícios a serem concedidos aos moradores da nova localidade a ser criada. É o princípio de *uti possidetis* que começa a ser posto em prática anos antes da negociação do Tratado de limites que seria assinado pelos reis ibéricos em 1750.

Os pedidos dos comerciantes

Porém, antes mesmo de receber o dito Parecer do Conselho Ultramarino, os comerciantes e moradores da Vila de Cuiabá, liderados por Luis Rodrigues Vilares e intermediados pelo Ouvidor geral, encaminham à Portugal três pedidos no dia 20 de setembro de 1740. No que chamaremos aqui de *primeiro abaixo-assinado* (AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140), os sertanistas partem de uma articulada argumentação pedindo novamente ao rei que os permita “a sua custa fazer sobre o Rio Paraguai grande nas partes em que aponta o dito Doutor Ouvidor Geral ou nas que parecerem mais convenientes algumas feitorias com baluartes e neles artilharia [...]” para proteção das terras adquiridas em favor do reino e pela facilitação da inserção de mercadorias portuguesas nas missões castelhanas.

A fim de justificar tal empreitada, os comerciantes e moradores da Vila de Cuiabá que assinam o pedido alegam a

diminuição muito grande nos seus cabedais empregados em fazendas por não poderem dar-lhes saída nas ditas minas e do que têm dado a algumas estão por embolsar da maior parte do seu produto por o estado da terra assim o permitir; o que procede do diminuto número de moradores, e falta de ouro por não haver quem o procure e tire motivos ambos para a total ruína dos negócios(AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140).

É no comércio com a América Espanhola “necessitado das fazendas e mais gêneros que

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

os suplicantes conduzem a estas Minas para negócio” que eles enxergam uma solução tanto para o aumento de suas finanças como para o problema da falta de povoadores nas regiões sertanejas, pois que outros homens seriam atraídos àquelas minas ao perceberem a nova oportunidade de ganhos que o comércio entre os habitantes das duas Américas poderia trazer, “com o que se aumentarão as povoações nestes dilatados estados de V. M.; e terá multiplicados direitos a Real Fazenda tanto nas alfândegas dos portos marítimos, como nas destes sertões”. Assim, avisam da saída de uma nova bandeira em julho daquele ano sob a justificativa de que finalmente se pudesse saber a verdadeira distância entre os domínios portugueses e castelhanos. A dita bandeira chegará ao seu destino com uma carta aos Padres Missionários enviada por Vilares propondo a abertura das relações comerciais (AGI Charcas 425; FERREIRA, 2010, p. 271). Ainda neste *primeiro abaixo-assinado*, Vilares e seus associados pedem que a Coroa colabore com o suprimento de pólvora e armas para socorro do povo.

Os diversos pontos presentes nos pedidos do *primeiro abaixo-assinado* são justificados com base em capítulos dos Regimentos do Vice Rei datado de 1677 e do Governador do Rio de Janeiro de 1679. Tais regimentos falam em pressionar o comércio com os espanhóis via Rio da Prata, trocando bens europeus portugueses pelos metais preciosos americanos exportados pela Espanha. Baseados neles, os comerciantes usam do exemplo da colônia de Sacramento como modelo a ser seguido no interior oeste da América portuguesa. Pedem ainda que, quando da efetiva construção das fortalezas que permitirá extrair riquezas dos castelhanos,

no caso que além dos suplicantes venha algum terceiro que à sombra das ditas feitorias queira fazer ver-se o seu negócio seja sempre com a obrigação de pagar aos suplicantes a mesma comissão de dez por cento, porque como os suplicantes a V. M. para fazerem à custa de suas fazendas as sobreditas defesas por esta razão parece devem ter a esperança de que V. M. se digne fazer-lhes a mercê que pedem, concedendo-lhes que só eles possam usar das ditas feitorias e embarcações com artilharia montada, e no caso que haja outros comerciantes que recebam de V. M. a mercê que os suplicantes pedem sempre estes a recebem de V. M. pagando comissão do seu negócio(AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140).

Este *primeiro abaixo-assinado* chega ao Conselho Ultramarino e será posto junto com a matéria que discute os meios de proteção do território português, que acaba por gerar dois pareceres principais. Um, datado de 05 de abril de 1742 (AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 196, anexo; AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140, anexo), é expedido enquanto se aguarda o parecer dos Governadores sobre o melhor meio de se proteger a região. Recomenda o fim das expedições aos domínios espanhóis, para evitar inquietar os castelhanos e sugere ainda a proibição de qualquer tipo de comunicação entre os vassallos das duas Coroas por não haver modo seguro de realizá-las. A resposta definitiva sobre o melhor modo para se realizar a defesa do território português se dará apenas em 26 de abril de 1746, quando – apoiado pelo parecer de D. Luis Mascarenhas, Governador de São Paulo – o Conselho recomenda seguir-se o primeiro parecer dado em 30 de janeiro de 1741, que apóia a garantia dos domínios através do povoamento. Apesar de Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro, ter se posicionado a favor da construção de fortalezas pelos rios de fronteira, juntamente com o provedor da Fazenda real, o Conselho as via como intempestivas.

Ora, esse último parecer de 1746, trata de reassegurar a proibição do trato comercial entre os vassallos portugueses e espanhóis, aplicando penas severas aos infratores. O próprio Luis Rodrigues Vilares viria a ser expulso das minas do Cuiabá nesse mesmo ano, por uma nova tentativa de contrabandear suas fazendas nos domínios castelhanos (AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 16, D. 1599 e Siarq: (cm/SBH) Pi 482/22:221 p.30). O Conselho Ultramarino estabelece que não se deve mais misturar outras questões com a matéria de conservação e proteção dos domínios portugueses na região da fronteira, que se dará a partir da construção de uma nova Vila. Daí surge a Provisão Régia de 05 de agosto de 1746 que pelas contas “que me deu João Gonçalves Pereira e attendendo a informação que nella me destes [...] mandar erigir huma vila no districto de Mato-Grosso” (AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 65, D. 15194), sobre a qual falaremos adiante.

Além deste *primeiro abaixo-assinado*, Luis Rodrigues Vilares articulará os moradores da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá em outros dois pedidos. O que chamamos de

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

segundo abaixo-assinado (AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141) é relativo aos direitos de entradas das cargas naquelas minas, sobre os quais um novo contratante tentava estabelecer um tipo de cobrança que não era a usualmente aplicada aos produtos que saíam de São Paulo rumo às minas e vilas do sertão paulista. Usando uma argumentação baseada principalmente nos costumes; realçando as dificuldades de levar mercadorias de São Paulo até aqueles interiores, pedem a manutenção do sistema como era feito desde seu início – com a cobrança realizada em Cuiabá, e não em Ararituaba, e o pagamento das taxas com base em 3 arrobas e não em 2 (como se dava no restante das minas da colônia) – devido à ameaça de ataques indígenas na rota das monções e da perda ocasional de mercadorias ao longo do trajeto.

Os comerciantes aproveitam este pedido para mais uma vez falar sobre a necessidade de se construir feitorias nos rios dali “para com ellas se abrir comercio com os castilhanos e gentios.” Em seu parecer sobre as intenções dos comerciantes, o Ouvidor João Gonçalves Pereira (que viria a arrematar os contratos de direitos de entrada no ano de 1743) diz ser justo o pedido daqueles homens “porque alem de todos os riscos, q os suplicantes pondirão, há outro mayor, que he a do gentio, q tem chegado a destruir, e acabar tropas inteiras dentro do ditto Rio Coyabá, razão porque se deve fazer o registro em parte conveniente”. Além de ajudar na garantia do território e na luta contra os vassalos da Coroa rival, as fortalezas também ajudariam na redução dos indígenas à Coroa portuguesa e à Igreja.

O *terceiro abaixo-assinado* (AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 139), firmado pelos moradores da Vila de Cuiabá, pede a construção de uma Casa de Misericórdia na comarca pois que muitos têm “perdido a saúde nos dilatados sertões dessas conquistas, navegando perigosos rios e atravessando Mattos, serranias, e campos pelo discurso de mezes e annos inteyros padecendo grandes fomes por falta de sustento”; e o envio de padres missionários à região para atender o “numerozo gentio bravo, a que não tem chegado a luz da fé por falta de missionários, que athe o presente não pasarão a estas conquistas de que tem resultado grande prejuízo ao serviço de Deos, e a estenção dos domínios de V. Mage.” Segundo Gonçalves Pereira, em seu

parecer, a construção das feitorias mencionadas nos dois outros pedidos feitos na mesma data serviam inclusive para atender estes pontos, pois que se poderia “aplicar hum por cento do rendimento dellas para ajuda da cômgrua sustentação dos Misionarios, e outro para a Misericordia, e hospitalidade dos enfermos pobres.”

Os modelos implementados para proteção do sertão

Percebemos que o intento dos comerciantes, tendo Luis Rodrigues Vilares e João Gonçalves Pereira como figuras-chave, de construir feitorias nos rios da região de fronteira entre a América das duas Coroas ibéricas – e consequentemente abrir comércio com as missões castelhanas do Moxos e Chiquitos – teve um importante peso na discussão do Conselho Ultramarino sobre como proteger aquele sertão paulista cada vez mais dilatado e ameaçado pelo inimigo ibérico. Dois meios principais foram apontados como solução para defesa do território português: a construção de fortalezas, modelo defendido pelos comerciantes da região (com apoio de autoridades locais e do então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada); e o povoamento, proposto naquele momento pelo Conselho Ultramarino (com apoio do Governado de São Paulo, D. Luis Mascarenhas) e aceito pelo rei D. João V na década de 1740.

Ambos os métodos seriam postos em prática ao longo do século XVIII, sendo que na segunda metade os dois são utilizados concomitantemente pelos administradores reais. Como mencionado anteriormente, o parecer do Conselho Ultramarino escrito em 26 de abril de 1746 tem como desdobramento a emissão de uma Provisão régia editada naquele mesmo ano que ordena a fundação de uma vila “no districto do Matto Grosso em o sitio que se julgar mais conveniente o qual da parte do Cuyabá tenha por termo o Cubatão dezembocadouro do rio Jacorú [Jauru]”, na qual os habitantes terão por período determinado de tempo diversas regalias como a isenção de uns e a diminuição de outros tributos e a não execução de eventuais dívidas (AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 65, D. 1519.). Nasce daí Vila Bela da Santíssima Trindade, que será fundada a cinqüenta léguas da boca do rio Jauru, em 1752, pelo

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

Governador da recém-criada Província do Mato-Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, da qual será a Capital (*Auto da Fundação da Villa Bella da SS. Trindade do Mato Grosso*, p. 191-2).

Apesar dos pedidos dos comerciantes de Cuiabá para realizarem a construção de feitorias às margens dos rios da região não ter sido aceito de imediato pelo Conselho Ultramarino e a Coroa, na segunda metade dos setecentos o sistema de fortalezas vigorará nos Rios Paraguai e Guaporé, tendo como principais representantes os fortes de Nova Coimbra (no atual Mato Grosso do Sul) e Príncipe da Beira (localizado no que hoje é o Estado de Rondônia). Este último, desde sua construção, serviu como ponto de contrabando entre as duas Américas (CARVALHO, 2012, p. 98; 2011, p. 605), tendo inclusive sido construído com materiais que vieram do lado espanhol.

Os fortes fizeram parte de um plano de urbanização da colônia dirigido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (ARAÚJO, 2012, p.49ss). Foram um marco da fixação portuguesa nos rincões da América e funcionavam como símbolo do poder português na expansão para territórios além da fronteira demarcada no Tratado de Madri, este não mais em vigor desde o reinício das hostilidades entre portugueses e espanhóis (FERREIRA, 2011. p. 8). Serviram ao propósito de *uti possidetis*, da posse pelo uso, que marcava os Tratados de limites que foram negociados entre as monarquias ibéricas ao longo da segunda metade do século XVIII. Ao redor dos fortes, os portugueses instalavam povoações que contavam com casas não só para os colonos portugueses, mas também para os indígenas que se tornassem súditos do Rei Fidelíssimo. Mesmo com a nova política indigenista que passava a vigorar no Brasil colônia e com os incentivos dados pelas autoridades administrativas para atrair novos habitantes para o interior, o problema da população dispersa persistiu, o que fica evidente nas observações enviadas pelo engenheiro militar responsável pela construção do Forte Príncipe da Beira, nas suas *Reflexões sobre a Capitania do Mato Grosso*, ao então Governador do Mato Grosso, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres:

fica evidente, digo, que todos os habitantes capazes de pegar em armas n'esta capital do Matto Grosso e Cuyabá serão todos elles necessários para a

vigorosa defesa do Guaporé, suppondo-o atacado ao mesmo tempo pelas duas distancias de Chiquitos e de Moxos, sem que haja outros vassallos que vão preenchendo as diárias perdas de gente que a guerra consome (FERREIRA; SERRAS, 1849, p. 383)

Na América em disputa, essas fortalezas serviram como modelo de atração para que os povos nativos se juntassem às Coroas europeias (CARVALHO, 2012, p.89). Garantir a presença dos indígenas como súditos em locais permanentes era essencial para que se garantisse de fato a ocupação e a conseqüente posse da terra. Além da força bélica frente ao inimigo, os fortes demonstravam o poder de conquista da terra e de redução do gentio à Coroa e à Igreja. No lado português da América, os povos naturais eram desde o século XVI usados no processo de dilatação das fronteiras, mas com as mudanças no regimento dos indígenas, seu papel foi alterado, tornando-os participantes mais ativos da disputa territorial entre as duas Coroas ibéricas. Como nas primeiras fortificações portuguesas ao longo das costas estrangeiras, os Fortes de Nova Coimbra e Príncipe da Beira tinham como alvo principal o inimigo europeu, e não os povos autóctones. Ademais – como na Ásia as fortalezas deveriam garantir o controle da navegação nos oceanos –, nos rios Paraguai e Guaporé elas deveriam servir como garantia de navegação exclusiva portuguesa nas rotas fluviais das respectivas baías.

O imaginário cristão é indissociável da expansão portuguesa pelo mundo. A colonização lusitana, tanto nas ocupações orientais como no Brasil, tiveram uma justificativa mística⁸. Desde o século XVI, vemos a defesa de que era em terras brasileiras se encontrava paraíso terreal, na localidade chamada de Lagoa Xarayes⁹. Mesmo no século XVIII, período em que a colonização passa por um novo projeto ilustrado – que visa à urbanização e equilíbrio da

⁸ Já no século XV, D. Manuel defendia que a Reconquista de Jerusalém se daria pelas rotas comerciais do Índico, passando pelo Mar Vermelho até que o inimigo infiel fosse derrotado e a terra santa retomada para os povos católicos (DORÉ, 2010, pp. 66-7).

⁹ Há uma longa discussão teológica-científica em vigor durante os séculos XVII e XVIII sobre a Lagoa Xaerez, o paraíso terreal e o mito da ilha-Brasil. Seus principais expoentes, com quem os comerciantes do sertão paulista têm contato através da leitura, são o padre Simão de Vasconcellos – autor das *Noticias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* – e o fundador da Academia dos Esquecidos, Sebastião Rocha Pita – autor da *História da América Portuguesa*. (DOMINGUES, 1999; KANTOR, 2007).

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

balança comercial em favor de Portugal – essa noção continua presente. Luis Rodrigues Vilares também se apropria deste imaginário português, através da leitura da obra *Noticias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, e coloca como justificativa de seu já mencionado projeto de construção de um varadouro entre as nascentes do Jauru e Guaporé, a busca pela mítica Lagoa e a ligação fluvial que separaria a América em duas. Durante o projeto de construção dos fortes nos rios Guaporé e Paraguai, buscava-se ainda o controle deste ístimo que permitiria a delimitação da Ilha-Brasil.

Conclusão

Por último, é importante ressaltar que os fortes construídos nos rios de fronteira brasileira tiveram um papel importante não só para a administração colonial, que garantiu um maior controle sobre a região em disputa, mas também para a atividade comercial exercida nos sertões do interior matogrossense. Como vimos, o forte de Príncipe da Beira foi construído com o apoio do contrabando entre portugueses e espanhóis e serviu por muitos anos como ponto estratégico de desvio de bens da Coroa Espanhola para o território português. Já o forte de Nova Coimbra foi construído em área pouco fértil, o que impedia sua autossuficiência. Acreditamos que esse erro abriu mais uma rota comercial para os comerciantes baseados em Cuiabá, que passaram a ser responsáveis pelo suprimento de grãos e outras fazendas para a fortificação.

Luis Rodrigues Vilares não viu suas idéias serem postas em prática, pois ele morre em janeiro de 1769 (*Annaes do Senado da Câmara do Cuyaba 1719-1830*, p. 60), mas elas circularam na América portuguesa e não passaram despercebidas pelo Conselho Ultramarino. Sua habilidade de colocar homens em movimento para ver suas demandas atendidas chamou a atenção de autoridades, mesmo após sua morte, quando seus papéis – sabidamente o *Projecto de abertura do caminho de Terra ou Varadouro desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Vilares em MDCCXLIII* – circulam pela colônia chegando às mãos do então Governador de São Paulo D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, e do engenheiro militar Brigadeiro José Custódio de Sá e

Faria, participante da Primeira Expedição Científico-Demarcatória do Tratado de 1750 entre Portugal e Espanha sobre os limites territoriais de ambas as Coroas na América. O comércio com os aldeamentos espanhóis que Luis Rodrigues tanto forçou na década de 1740 e as fortalezas que ele e João Gonçalves Pereira tanto insistiram na construção se tornaram uma realidade na década de 1770.

Os comerciantes, com o apoio de autoridades locais, como foi o caso aqui apresentado, incentivaram no final da década de 1730 e início da década de 1740 a discussão que mais tarde definiria os modelos adotados pela burocracia portuguesa para ganhar influência e garantir a posse de um maior território em relação ao espaço ocupado pelos espanhóis durante as negociações dos Tratados sobre a divisão das Américas entre as Coroas ibéricas.

Fontes Manuscritas

AGI CHARCAS 425 Cópia de La carta de Luys Roys Vilares escrita em Cuiabá em 22 de junho deste año de 1740 a los P.s miconeiros de Chiquitos solicitando La yntroducuion de su comercio por estas partes en peru.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 7, D. 662. CARTA do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, ao rei [D. João V], sobre a informação pedida pelo superintendente das minas de Goiás, Agostinho Pacheco Teles, se pela parte da vacaria se poderia introduzir algum socorro de cavalos na colônia; informando sobre a importância do comércio com os índios guaicurú, que podem colaborar na observação dos espanhóis e no combate ao gentio paiaguá. Anexo: informação (cópia). 1739, Setembro, 8, Cuiabá.

AHU_ACL_CU_010, Cx. 2. D. 131. CARTA do Intendente e Provedor da Fazenda Manoel Rodrigues Torres ao rei [D. João V] sobre as injustiças feitas pelo Ouvidor João Gonçalves Pereira e a maneira ilegal como foi preso sem culpa formada. Anexo: 14 doc, 1740, fevereiro, 20.

AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 139. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos moradores da Vila de Cuiabá do estabelecimento de uma igreja da Misericórdia que sirva também de hospital e que lhe seja atribuído parte dos dízimos da comarca e pede ainda o envio de missionários. Anexo: 2 representações e consulta. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá

AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre a pretensão dos comerciantes da Vila de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

margens do rio Paraguai Grande e abrir comércio com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai. Anexo: 4 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá

AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos comerciantes da Vila de Cuiabá relativo aos direitos das entradas das cargas. Anexo: 3 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá

AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 142. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a saída de uma bandeira para a parte do Paraguai e do encontro com uma aldeia do gentio Aravirá, que tinha em sua posse ferramentas dadas pelos castelhanos. 1740, Novembro, 10, Lisboa

AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 146. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre as entradas nas terras de Castela. 1740, Dezembro, 4, Vila de Cuiabá

AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 196. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a conta que deu o ouvidor da Vila de Cuiabá a respeito da distância que há daquela vila e suas povoações às Índias de Espanha com que confinam aqueles sertões. Anexo: 3 doc. 1746, Abril, 26, Lisboa

AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 65, D. 1519. PROVISÃO régia pela qual foram concedidos diversos privilégios, prerrogativas, isenções de direito e liberdades aos moradores de uma nova Vila que se mandara fundar no distrito de Mato Grosso. 1746, agosto, 5, Lisboa

AHU_ACL_CU_023, Cx. 3, D. 177. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a averiguação feita pelo ouvidor da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, a respeito da possibilidade de invasão da região pelos espanhóis da fronteira próxima àquela vila. 1741, Janeiro, 30, Lisboa.

AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 16, D. 1599. CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís Mascarenhas a (D. João V), pedindo que ordene ao ouvidor da comarca do Cuiabá (Manuel Antunes Nogueira) que remeta para o povoado Luís Rodrigues de Vilares porque pretendia meter fazendas nos domínios de Castela, encobrindo a sua intenção com o pretexto de caridade em acudir ao próximo; e João Oliveira Cardoso que cobrou no Rio de Janeiro e fugiu para o Cuiabá e é um "revoltoso". Anexo: 2 cartas 1746, Junho, 03, Vila e praça de Santos.

Siarq (cm/SBH) Pi 400/18:83 P28. Anotações do relato "Projeto da abertura do caminho de terra, ou varadouro, tirado desde o Rio Jauru até o Rio Guaporé na Capitania do Cuiabá" de Luis Rodrigues Vilares, referindo-se as dificuldades encontradas no sertão, dentre os que assinaram o documento, encontrava-se o Capitão João de Sousa de Azevedo. Cuiabá, 23 fev. 1743. s.ref. 7p. Campinas: Unicamp.

Siarq: (cm/SBH) Pi 482/22:221 P30 Ordem Régia ao Governador Capitão General da Capitania de São Paulo, por intermédio de Thomé Joaquim da Costa Corte Real e Antonio Freire de Andrade Henriques, Conselheiros do Conselho Ultramarino respondendo e apoiando a carta na qual o governador informou a expulsão de Cuiabá, de Luiz Roiz Vilares e João de Oliveira,

que inquietavam as minas e favoreciam contatos com os castelhanos. Lisboa, 25 abr.1747. 2p. Campinas: Unicamp.

Projecto de abertura do caminho de Terra ou Varadouro desde o rio Jauru até o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Vilares em MDCCXLIII, 1743. São Paulo, Biblioteca Mario de Andrade, Coleção de Obras Raras e Especiais, Mss. 43.

Fontes impressas

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830 [transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT : Entrelinhas ; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007

Auto da Fundação da Villa Bella da SS. Trindade do Mato Grosso, em 19 de março de 1752 in RIHGB. n. 216. p. 191-194 jul-set. 1952

BLUTEAU, R. Vocabulário português e Latino (T-Z). v. 08. Lisboa: Paschoal Silva, 1721.

FERREIRA, Joaquim José; SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Reflexões sobre a capitania do Matto Grosso In RIHGB. Tomo XII. v. 12. p. 377-399. 1849

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes. In RIHGB. Tomo XXIX - Parte Primeira n. 29(31). p. 352-390. 1866.

Instrucções dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato-Grosso D. Antonio Rolin de Moura em 19 de janeiro de 1749. In RIHGB. Tomo LV - Parte I. n.55(85). p. 381-393. 1892

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.17. n.2. p. 215-235. jul.- dez. 2009.

ARAUJO, Renata Malcher. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.20. n.1, p. 41-76. jan-jun. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate. Texto baseado na fala apresentada em vídeo no Seminário Em nome d' El Rey: 2º seminário comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de maio de 2015.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda; Fapesp, 2010.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.12, p.193-234, jan-dez. 2004

O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão matogrossense no século XVIII

_____. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulo*. São Paulo, v.17, n.2, p.111-153, jul-dez. 2009

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). *Antíteses*, v. 4, n. 8, p. 595-630, jul./dez. 2011.

_____. Com despesas próprias a bem do Real Serviço: funcionários, colonos e a defesa da fronteira extremo oeste da América portuguesa, c. 1750-1800. *História (São Paulo)*, v.33, n.1, p. 171-194, jan./jun. 2014.

_____. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do sul (segunda metade do século XVIII). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

DOMINGUES, Beatriz H. A Filosofia e Ciência Modernas nos escritos do Padre Simão de Vasconcelos In *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*. Juiz de Fora, v. 2, n.2, 1999, p. 105-139

DORÉ, Andréa. Sitiados: os cercos às fortalezas portuguesas na Índia. São Paulo: Alameda, 2010

ESSELIN, Paulo Marcos. A fazenda Camapuã. *Cadernos Lepaarq*. Vol. XIII, n. 26, p.48-65, 2016.

FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005.

_____. O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos. In OLIVEIRA, Francisco Roque de; Mendoza Vargas, Héctor. *Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos, séculos XVI a XIX*. Lisboa: Universidade de Lisboa; Cidade do México: Universidade Autónoma do México, 2010, p. 267-297.

_____. A disputa ibérica pelo domínio do rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica. *Anais do I Simpósio de Cartografia Histórica*. Paraty, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*; organização de Laura de Mello e André Sekkel Cerqueira. 4ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas In *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37. p. 70-80. jan-jul 2007

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Indias*, vol. LXXV, n.º 265, p. 681-710, 2015a.

_____. Por uma cartografia da conquista: espacializações portuguesas no centro da América do Sul (1718-1752). Anais do I simpósio brasileiro de cartografia história. Paraty, 2011.

_____. Roças, Fazendas, Engenhos, Currais: Uma Cartografia Da Ruralidade Colonial Nas Minas Do Cuiabá (Primeira Metade Doséculo XVIII). Revista de História (São Paulo), n. 173, p. 211-251, jul.-dez., 2015b.

PRESOTTI, Thereza Martha. Na trilha das águas. Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII). Brasília, Universidade de Brasília: 2008

SCOTT, A.; BERUTE, G. S.; e SCOTT, D. Negócios em Família. Migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre / Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX). In Acervo. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 105-120. jan/jun 2017

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 41-81.

VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. Tempo. Niterói, v. 22, n. 40, p. 400-419, 2016.

Esta página foi
deixada
propositalmente em
branco

ensaios



Richard Wagner e a Idade Média¹

Jaqueline Uzai Tavares*

Resumo: Este ensaio tem como objetivo demonstrar as concepções do compositor Richard Wagner presentes na obra *A arte e a revolução* e em sua mais famosa ópera *O Anel do Nibelungo* acerca da Idade Média e de sua mitologia. Alinhado às ideias do romantismo alemão em voga no século XIX, Wagner constrói uma imagem idealizada e historicamente pouco precisa sobre os chamados povos germânicos e seus mitos. Apesar disso, porém, a extensão e a profundidade do impacto de Wagner na cultura contemporânea fazem que com que muitas dessas concepções ressoem, até hoje, no imaginário sobre a Idade Média.

Palavras-chave: Idade Média, Mitologia, Richard Wagner.

Winhelm Richard Wagner (1813-1883) é conhecido até os dias atuais como um dos mais influentes compositores eruditos de todos os tempos. Seu estilo influenciou diferentes áreas do estudo e composição artística (WHITTALL, 1995, p. 461-462). A forma única pela qual ele produziu suas óperas revolucionou completamente as apresentações do gênero e trouxe inúmeras inovações ao teatro, na construção de espetáculos nos quais Wagner trabalhou de maneira minuciosa, conectando cenário, narrativa e poesia. Além dessa esfera de produção artística direta, porém, o músico foi também um ensaísta que refletiu e escreveu extensamente sobre arte, tentando contemplá-la de um ponto de vista teórico, a partir de sua totalidade, tratando-a como elemento central de formação e reprodução da mentalidade e do comportamento de uma dada sociedade.

¹ Agradeço ao professor Marcelo Candido do Departamento de História por toda ajuda prestada na orientação do presente ensaio.

*Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: j.u.tavares@usp.br.

Suas concepções sobre essa temática estavam alinhadas às ideias em circulação na época, derivadas do idealismo e do romantismo alemães. Ambos movimentos se preocupavam, sobretudo, com uma apreensão ampla e sensível da realidade através da introspecção, tomando a arte como importante parte desse processo, no qual a construção de uma chamada nova mitologia desempenha papel fundamental (HOLLINRAKE, 1995, p. 62), semelhante aquele que da mitologia clássica nas antigas civilizações. (STURMA, 1995, p. 24-25). A essas preocupações, se somava também uma atenção em estudar, retomar e reconstruir as particularidades de cada povo, derivadas de sua língua, literatura e cultura próprias.

As obras de Wagner trazem consigo muitas dessas características. Em termos de forma, seu estilo particular de compor e produzir integrava música, cenário, história e interpretações. Em termos de temática, a representação de uma mitologia dada como germânica, pagã, resultado convergente de uma série de inspirações e reinterpretações literárias diferentes são em muitos sentidos a tentativa de recriar e glorificar o passado de um povo. O que Wagner buscava era um trabalho grandioso, impactante, uma obra de arte total, tanto do ponto de vista estético quanto social.

O processo de criação artística e sua função social são assuntos de grande interesse para Wagner e se encontram frequentemente presentes em seus textos. Há um estudo consciente sobre o próprio trabalho, que explicitamente analisa e considera quais devem ser suas características estéticas e seu papel na sociedade. Há, de fato, um projeto, dentro do qual uma mitologia dita medieval consiste em uma das principais fontes de inspiração. As obras artísticas resultantes dessa combinação penetraram no imaginário, ressoando até hoje.

Para compreender tais ressonâncias, porém, é necessário traçar o sentido que suas obras assumiram à sua própria época. Há duas facetas políticas oriundas de seu trabalho que eram elementos fundantes dos debates estabelecidos pelo músico com os contemporâneos interessados em suas obras. A primeira delas considera o trabalho de Wagner como uma tentativa de resgate de uma arte pura que demanda, em sua construção, a negação da arte

Richard Wagner e a Idade Média

moderna como entretenimento descartável. A revolução da arte depende da superação da modernidade e das amarras que esta impõe à criação artística. A inovação deve vir não apenas na medida do conteúdo das obras, mas também na forma que estas são apresentadas, na maneira que seus elementos são articulados internamente e no impacto que a arte deve exercer sobre a vida. O espetáculo deve tornar seu espectador um extemporâneo, que se desprende de si para apreciar a obra em sua totalidade, ao invés de encará-la como mera distração de seus tormentos, tal como era a arte moderna aos olhos do músico (NIETZSCHE, 2009, p. 39-40)².

O outro sentido político tomado pelas obras de Wagner na época de sua criação é a de símbolo nacionalista, que buscava resgatar e glorificar o espírito do povo a partir do passado e seus mitos, na tentativa de construção de um discurso legitimador para as nações em formação à época. A arte consiste em uma ferramenta de comunicação política, de uma tal maneira que uma filosofia estritamente científica não seria capaz de ser (BOWIE, 2008, p.240-241). Décadas após a sua morte, a dimensão nacionalista do seu trabalho talvez tenha se tornado a mais persistente na memória, perpetuada em uma versão exacerbada e profundamente negativa através da reapropriação de sua obra pelo Partido Nazista e pela associação construída entre a ideologia e sua figura através deste movimento.

A despeito dessa imagem, porém, o impacto da figura e das obras de Richard Wagner sobre a cultura ocidental não se limitam a ela. As inovações artísticas trazidas pelos seus trabalhos, bem como as consequências filosóficas derivadas desta nova estética, permeiam a música e as artes cênicas contemporâneas. Citando apenas algumas de suas inovações na produção de óperas, destacam-se o uso da luzes em consonância com a música na composição da atmosfera de cena e o *Leitmotiv* (GREY, 1995, p. 259- 260). A técnica pode ser definida como o uso de temas musicais específicos para ilustrar ou antecipar alguma

² Há limitações em se tratar as interpretações da arte de Wagner a partir de seus críticos e não diretamente de seus escritos. Nietzsche foi, porém, correspondente e a amigo íntimo do músico, ao menos durante parte de sua vida. Apesar das discordâncias posteriores e da complexidade desta relação que é, em si, um tópico extenso demais para ser tratado aqui com mais detalhes, a ideia de regeneração da cultura através de uma nova arte permanece um elemento constante no pensamento de ambos.

situação, personagem ou emoção particular e, ainda que não tenha sido criada por Wagner, foi por ele aperfeiçoada. Hoje, esse é um recurso profundamente difundido, sobretudo na composição de trilhas sonoras, usado na construção cênica no cinema, no teatro e mesmo na televisão.

Dada essa introdução, apenas com objetivo de demonstrar de maneira panorâmica o impacto de Wagner, nos voltemos agora para os trabalhos que serão propriamente analisados aqui. *A arte e revolução* (1849), seu primeiro ensaio no qual ele estabelece considerações sobre arte e sociedade será o texto teórico analisado. Em paralelo, tomando-se uma das obras artísticas do músico, será trabalhado também o conteúdo *O Anel do Nibelungo* (1874), sua maior, mais famosa e mais influente ópera.

Começando então pelo ensaio, *A arte e revolução* trata, em linhas gerais, de dois temas principais. Inicialmente, Wagner escreve sobre como os movimentos e agitações políticas do século XIX alteraram a realidade dos artistas. A partir de tal descrição, ele então sugere que a revolução poderia e deveria recriar a arte, trazendo como exemplos e antiexemplos para construção dessa nova realidade a arte de povos antigo e sua relação com suas respectivas sociedades. É neste movimento de comparação entre diferentes casos (ou, ao menos, entre as visões que Wagner tinha de cada um deles) que o texto se constrói.

A primeira e mais frequente aparição é a dos gregos, que são vistos de maneira muito elogiosa, como o verdadeiro ponto de origem histórico do desenvolvimento da arte na Europa (WAGNER, 2000, p. 37). No ápice da admiração de Wagner pela arte grega, encontrava-se o drama, definido por ele “[...] a mais elevada obra de arte que é possível conceber [...]” (WAGNER, 2000, p. 40). O autor argumenta que a grandiosidade do drama derivava de sua capacidade, ao mesmo tempo, de ser uma arte una, completa, e de expressar, criar e recriar o espírito do povo que a produz (WAGNER, 2000, p. 39-41). Wagner chega mesmo a associar o declínio da tragédia como forma de arte a própria decadência do chamado Estado ateniense (WAGNER, 2000, p. 44). A arte e a sociedade como um todo estão, então, profundamente associadas. Sua ruína é conjunta.

Richard Wagner e a Idade Média

A arte usada como modelo ideal de inspiração é uma arte europeia, e sobretudo, pagã. Não apenas vinda de um povo pagão, mas cujas temáticas, que são destacadas por Wagner pela descrição dos rituais a Apolo contidas na obra, também o são (WAGNER, 2000, p. 38-41). O teatro tão elogiado pelo autor é sobretudo o que trata sobre mitologia que, não circunscrita apenas a uma esfera religiosa segregada, se articula com outros elementos culturais e ajuda a formar o próprio espírito do povo, e a reproduzi-lo através da construção de um Estado.

Esse posicionamento acerca da arte pagã grega se torna ainda mais evidente e relevante quanto contraposto à visão de Wagner sobre o Cristianismo. O tema aparece inicialmente quando o autor, depois de suas considerações acerca do mundo grego, segue cronologicamente e começa a dissertar sobre os romanos, vistos de maneira negativa, como um grupo de “brutais conquistadores” que, embora se inspirassem nos trabalhos gregos, não eram capazes de alcançar sua totalidade. Nesse conjunto, o Cristianismo é associado aos romanos, utilizado como mais um elemento para descrevê-los perniciosamente:

“[...] Arte é alegria de ser, é júbilo pela existência presente, pelo contexto geral a que se pertence, pelo contrário, nos finais do Império Romano vigorava o desprezo-próprio, a repulsa pelo caráter visível da existência, o horror face à sociedade. A expressão desse estado de coisas não podia ser, portanto, a arte. Tinha que ser o Cristianismo.”[...] (WAGNER, 2000, p.48)

O Cristianismo é colocado como contraponto à arte. Não apenas isso, como algumas páginas adiante, é descrito como uma força negativa que moldou séculos da história humana, contra a qual todos aqueles que desejassem de fato produzir arte deveriam lutar. É nesse contexto que aparece a única menção direta de Wagner à Idade Média e a seus povos:

“[...] A hipocrisia é aliás o traço mais saliente, a fisionomia característica dos séculos cristãos até aos nossos dias. Um vício cada vez mais cruamente visível, cada vez menos envergonhado, à medida que a humanidade, apesar do Cristianismo, se ia refrescando na sua inextinguível fonte interior e amadurecia para o cumprimento de sua verdadeira tarefa. É tão forte a natureza, tão irreprimível sua permanente capacidade de gerar o novo, que não chega a ser possível imaginar uma violência que consiga enfraquecer-lhe a fertilidade. Nas veias enfermas do mundo romano veio a verter-se o sangue pleno de saúde e frescura das nações germânicas e, apesar da adoção do Cristianismo, os novos senhores do mundo conservaram o elemento de uma forte inclinação para a actividade, do desejo da empresa audaz, de uma autoconfiança sem

peias. E ao longo da história da Idade Média, da mesma maneira que encontramos sempre como traço mais característico a luta do poder temporal contra o poder despótico da Igreja Romana, também a expressão artística desse mundo novo, sempre que procurava manifestar-se, tinha que se afirmar em contradição, em conflito com o espírito do Cristianismo.[...]" (WAGNER, 2000, p.52)

Desse enfático trecho de crítica ao Cristianismo e de exaltação às chamadas nações germânicas, é importante destacar a oposição desses dois elementos. Não há, em nenhum momento, uma convergência entre ambos: se há contato, é através de um conflito entre o poder da Igreja e o poder temporal. As tentativas de criação artística dos germânicos ocorrem apesar do Cristianismo, cujo espírito é contrário a tal tipo de expressão. Parece haver um descompasso, um conflito inconciliável, entre a religião hegemônica deste contexto e aqueles que nele viviam, sempre atuando, segundo o texto, apenas para combater esse controle.

Há, ainda, uma segunda contraposição, feita entre o mundo romano e o povos germânicos, que são descritos como um novo elemento de construção desse mundo, mas dotados de uma natureza diferente. A Idade Média para Wagner é constituída pela sobreposição destas duas culturas distintas, opostas por ele em uma caracterização profundamente valorativa. Há a parcela romana; ela é hegemônica, cristã e decadente. Sua antítese são os germânicos, que deveriam combatê-la, pertencendo a um mesmo contexto sem, porém, compartilhar com cristãos e romanos nada em comum. Não há, na cultura cristã, a penetração da religião no verdadeiro espírito do povo ou, pelo menos, não de maneira a gerar a partir desse contato uma arte digna deste nome.

Em si, os povos germânicos descritos por Wagner são, essencialmente, um conjunto homogêneo. Sem se reter às tentativas de descrevê-los com melhor detalhes, Wagner projeta sobre esses povos uma unidade que não sabemos se de fato existia, e que no entanto ele não parece em nenhum momento questionar. Tal homogeneidade consiste não apenas na coesão deste conjunto, mas tem como elemento central dessa uniformidade a sua oposição aos romanos e sua dissonância intrínseca aos preceitos cristãos. As pesquisas históricas realizadas para questionar a ideia de povos germânicos são posteriores a Wagner. O músico

Richard Wagner e a Idade Média

era um leitor ávido de literatura, filosofia e história, é de se pressupor, então, que ele estivesse alinhado com as concepções de sua época acerca da história germânica. Assim sendo, para as perspectivas contemporâneas ao ensaio, a construção do autor é aceitável.

É necessário ressaltar, porém, que esse alinhamento não consiste apenas em uma mesma base de chamados fatos históricos, mas também uma mesma visão política e ideológica acerca da função dos estudos e da memória sobre esses povos, suas culturas e mitologias. A aceitabilidade não implica apenas plausibilidade factual e interpretativa da construção narrativa do autor sobre este passado, como também um mesmo sentido pelo qual este conjunto é apropriado e tornado um recurso de legitimação de demandas nacionalistas em voga no século XIX. Ainda que o texto traga uma reflexão utópica e idealista sobre as funções da arte na sociedade através de exemplos históricos aparentemente distantes, há nesse ensaio um projeto engajado e profundamente conectado com as demandas do próprio tempo. E, ainda que Wagner se coloque como um crítico à mentalidade e à arte moderna, se projetando como um vanguardista que desejava quebrar os moldes que limitavam a produção artística de sua época, ela ainda se encontra preso às bases interpretativas nacionalistas, idealistas e românticas que são, historicamente, modernas.

Encerrando a análise interna do ensaio e considerando-o para a segunda fonte todas as reflexões de Wagner para a construção das próprias obras, podemos no reter agora a examinar a mais famosa delas. *O Anel do Nibelungo* é um conjunto de quatro óperas: *Das Rheingold* (*O Ouro do Reno*), *Die Walküre* (*A Valquíria*), *Siegfried e Götterdämmerung* (*Crepúsculo dos Deuses*). As peças narram a história em torno de um anel de poder roubado do Rio Reno e as disputas por sua posse. Foi apresentado originalmente em 1874 no Teatro Bayreuth, construído por Wagner especialmente para abrigar suas óperas. O conjunto de obras foi anualmente reapresentado no local, que se tornou uma espécie de ponto peregrinação dos admiradores do trabalho do músico e um antro de nacionalismo, primeiro do próprio Império

Alemão, depois do regime nazista. As rerepresentações foram responsáveis pela perpetuação de sua fama, assim como também o foram o tamanho e a grandiosidade da ópera.

Não cabe aqui apreender todo o impacto da obra atualmente, mas é possível afirmar que suas redes de influência subterrâneas se estendem além do conhecimento explícito de suas origens. Em outras palavras, Wagner criou em *O Anel do Nibelungo* conceitos e temas hoje incorporados à cultura popular e mais conhecidos do que a própria ópera e seu criador. Trechos de sua música foram repetidamente tocados em filmes ao ponto de serem reconhecidos - ainda que não nomeados pelo público. Os capacetes com chifres de seus figurinos foram incorporados ao imaginário dos nórdicos. Talvez o melhor exemplo desse legado seja a influência de sua releitura do mito do Anel do poder - que ressoa em um dos maiores best sellers e sagas cinematográficas dos séculos XX e XXI através de *O Senhor dos Aneis*, de J.R.R. Tolkien - justificando *O Anel do Nibelungo* como a maior obra de Richard Wagner, digna de ser melhor analisada.

Para tal, a versão aqui utilizada do texto é a transcrição feita por Andrew Porter. A ópera não consta em seu idioma original, o alemão; é uma tradução da obra para o inglês. Se tratando de uma peça musical, porém, o autor não teve como objetivo realizar uma tradução literal, mas sim uma que fosse capaz de considerar o sentido do texto com a musicalidade que ele deveria manter mesmo em outro idioma. Esse aspecto da fonte não é, contudo, influente para o que se pretende estudar aqui. Apesar de pequenas diferenças de vocabulário ou de sentido restrito de algumas palavras, o enredo e as temáticas do texto se mantêm, e é neles, bem como em suas origens inspiracionais, que a análise se retém.

A temática mitológica da obra fica clara já nas listas de personagens no início de cada ciclo: deuses, gigantes, deusas, valquírias. É uma obra pagã com personagens pagãos. Wagner, ávido leitor de uma chamada literatura medieval, se inspirou em quatro diferentes conjuntos de mitos medievais para a composição das peças: *a Saga do Volsungos*, *a Saga Trideks*, *a Canção dos Nibelungos* e *a Edda Poética* (FURNESS, 1995, p. 62). Há algumas

considerações interessantes a se fazer sobre esses textos, utilizando como exemplo dois deles.

Não há uma única explicação para a origem da *Edda Poética*, e as versões apresentadas não são claras. Acredita-se, porém, que boa parte dos textos que sobreviveram até os dias atuais venha da Islândia, produzidos na ilha no período posterior a chegada do Cristianismo, que trouxe consigo o alfabeto na rúnico na qual estes foram escritos. (HOLLANDER, 1928, p. VII-XVIII). O material resultante é bastante fragmentado, e foi submetido a uma série de leituras, reconstruções e transposições, até chegar no século XIX. Um caminho parecido teve *A canção dos Nibelungos*. Escrita por volta de 1200 d.C, a origem das histórias remete aos séculos V e VI d.C, e foi recitada pela primeira vez na região que atualmente compreende a Áustria. O local em que ela foi escrita não é certo, e é provável que seus diversos registros derivem de regiões e datas diferentes (HATTO, p. 356-370, p. 396-401, 1969).

O que esse apanhado do histórico dos textos demonstra é que eles já tem, por si, uma origem muito nebulosa e incerta. Locais e datas precisos sobre esses registros não existem, assim como referências sobre qual subgrupo ou povo específico os escreveu. De fato, não há uma resposta única para essas questões porque, pelo que indicam os estudos (HATTO, p. 396-401, 1969), não existe apenas uma versão dessas obras. Sua trajetória, desde suas incertas origens, passa por uma série de modificações e transposições, até chegarem ao século XIX e serem resgatadas pelos românticos. À medida que esse material é inúmeras vezes reinterpretado pelas perspectivas desses leitores, mais ele se torna uma nova construção do que, de fato, um resgate da mitologia.

Em meio a esse histórico impreciso, a compreensão do sentido original dessa mitologia ou, em melhores termos, o entendimento de suas características e de sua relação com os povos específicos do período e da região em que primeiro estas foram contadas ou escritas se torna cada vez mais difícil. Pode-se chamar atenção, porém, para a relação que essa chamada mitologia pagã tinha com o Cristianismo, na qual o quadro parece ser mais complexo do que a mera oposição posta por Wagner. Não é possível saber somente com os

textos em questão em que medida há o descompasso de mentalidades afirmado pelo músico, mas o contato entre as culturas dicotomizadas por Wagner parece ser parte importante para sua sobrevivência e reconstrução, a despeito das divergências que essas possam ter ou não. No caso da *Edda Poética*, por exemplo, o próprio registro escrito da narrativa se dá a partir do contato com a religião, e com o alfabeto trazido por ela. Não cabe dizer que tal registro só poderia ser feito de tal maneira, mas o evento atesta que havia contato entre o mundo pagão e o cristão, e que sua simbiose foi, em certos aspectos, parte do processo do registro de suas mitologias e da perpetuação de sua memória.

Tal imprecisão histórica não necessariamente frustra o projeto de Wagner, uma vez que seu trato com a mitologia não remete estritamente a uma tentativa de recriação precisa do passado, mas seu uso na construção de uma narrativa de impacto e de uma arte plena. Em parte, ao menos, ele obteve sucesso. Suas obras se tornaram parte integrante do imaginário existente sobre o medievo, a cultura e a mitologia nórdicas, e a memória construída sobre isso muitas vezes se confunde com a história.

Por outro lado há, porém, uma longa linha de reapropriações que cerca toda essa mitologia e o sentido de sua arte. Há as seleções realizadas pelos povos que as produziram e as conservaram ao longo dos séculos. Então, o recorte optado por aqueles que as leram no século XIX e as ressignificaram a mercê das próprias perspectivas e demandas. Finalmente, nos dias atuais, o desenrolar do mesmo processo, sob o julgo de uma outra mentalidade. A imagem mitológica do medievo formada carrega consigo todas essas camadas de reinterpretação, não necessariamente alinhadas umas às outras, mas sobrepostas. Compreender as formas pelas quais ocorre essa reapropriação e o que há de novo cada uma dessas camadas é parte do processo de entender o imaginário sobre o medievo atual, e como os usos políticos e culturais deste não estão sob efetivo controle das forças discursivas que o reconfiguravam e o legaram até o presente.

A Idade Média vista por Wagner é uma de conflito de forças. Há, no plano político, uma tradição cristã que tenta suprimir o que há de melhor na natureza humana e em seu

Richard Wagner e a Idade Média

potencial artístico. Ela não é plenamente capaz dessa tarefa, porém. Os povos germânicos consistem na oposição a essa força tão negativa. Eles são um conjunto coeso, contemporâneo aos romanos, mas brutalmente diferentes destes. Esses povos pagãos, cuja mitologia é um elemento de particular interesse, são capazes de tentar resistir ao poder e aos ideais cristãos. São esses os povos exaltados por Wagner, cuja imagem é formada a partir das informações disponíveis à época e configuradas de acordo com as perspectivas ideológicas e filosóficas daqueles que buscavam resgatá-las. A despeito da precisão histórica dessas construções, essas reapropriações ainda repercutem na memória contemporânea que, nem sempre atenta a esse processo de reconfiguração pelo qual as mitologias passam, encaram as obras românticas tais como as óperas de Wagner como medievais sem considerar a camada moderna presente nestas.

Uma última camada se coloca sobre esse emaranhado memorial, composta pela reinterpretação da obra do próprio Wagner e de seu legado, tão multifacetado e polêmico. Temos a mitologia medieval, sua reapropriação romântica e, finalmente, a perspectiva contemporânea acerca daqueles que a realizaram, criando uma linha temporal sobre esse legado memorial que extrapola o que poderia ser chamada da mitologia em si. O imaginário acerca do medievo não diz respeito apenas a ele; diz respeito a forma pela qual ele foi usado no século XIX para construção de narrativas nacionalistas, para se criar contos e óperas que, a despeito de sua inspiração no passado, eram profundamente carregados com questões do seu próprio tempo.

Essa ressignificação se estende até os dias atuais. Há modificações, porém, tanto na arte quanto na mitologia que ela perpetua. O conjunto possui traços contemporâneos que, sem neutralizar todas as camadas anteriores de reinterpretação memorial, adicionam a ela todo um novo sentido. As influências wagnerianas, sejam elas temáticas, musicais ou cenográficas, que permeiam a música, o teatro e o cinema, possuem sentidos próprios. Carregam, por um lado, a grandiosidade característica das obras do músico, capaz de coordenar diferentes elementos artísticos na criação de um conjunto único que absorve o espectador por inteiro.

Talvez nada ilustre melhor essa totalidade englobante que tira o observador dos próprios olhos para transportá-lo a um novo mundo do que as salas de cinema. Pelo outro, representam o resgate do interesse por narrativas medievais, na ausência de termo melhor. De Wagner a Tolkien ao grande número de produções artísticas conectadas ao tema, elas refletem uma fascinação por toda essa medievalidade mas que, carrega, em cada caso, reinterpretações características do próprio tempo.

O impacto do trabalho do músico é profundo. As formas narrativas e os recursos sensoriais capitaneados por ele foram responsáveis pela construção de uma mais importantes formas de arte no mundo atual, que permeiam o imaginário e nos incutem virtudes e valores, ideais de beleza e grandiosidade e ajudam a formar nossas perspectivas sobre o mundo, ainda que de maneira parcial e muitas vezes inconsciente.

Isso não implica, porém, um impacto nos moldes aos quais Wagner o pensaria, de maneira a conectar o povo com o próprio espírito e negar a modernidade e sua arte alienante. Em primeiro lugar, porque as perspectivas contemporâneas sobre a nacionalidade são em muitos sentidos diferentes daquelas do século XIX. Apesar do poder do cinema na construção de narrativas que possam servir aos interesses das nações que os produzem, sua difusão é global. Sua tendência consiste mais na dissolução de fronteiras culturais a serviço das grandes potências produtoras do que em uma forma de proteção das chamadas culturas nacionais como um todo. Em segundo lugar, porque sua indústria é altamente capitalizada e os filmes consistem, entre outras coisas, em produtos de entretenimento. Se seu legado auxiliou na construção de novas formas de arte que, idealmente, influenciam na formação de nossas perspectivas de mundo, isso se dá em uma realidade que em muitos sentidos ainda carrega as características materiais de reprodução criticadas por Wagner.

A função desse exemplo bastante prosaico é, afinal das contas, ilustrar como o legado wagneriano se apresenta contemporaneamente, pensando-o em relação ao que poderia desejar seu criador. Por um lado, sua estética e sua forma reverberam em diferentes produções, ao mesmo tempo que as representações acerca Idade Média perpetuam-se em

nosso imaginário. Pelo outro, o papel político e filosófico desta arte, bem como a forma pela qual ela é reproduzida e apropriada ainda trás muitas das características modernas que o músico tanto criticava. Wagner, afinal, teve profundo impacto na cultura, mas não o teve somente como quis.

Fontes

PORTER, A. [Tradução e Introdução]; WAGNER, R. The Ring of the Nibelung 1. ed. Londres: Faber Music Lta, 1976.

WAGNER, R. A arte e a revolução. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2000.

Referência bibliográficas

BOWIE, A. German idealism and the arts. In: AMERIKS, K. [Organizador]. The Cambridge Companion to German Idealism. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 239-257

FURNESS, R. Panorama Intelectual: Literatura. In: MILLINGTON, B. [Organizador]. Wagner:um compêndio: Guia completo da música e da vida de Richard Wagner,. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 62.

GREY, Thomar S. Um glossário Wagneriano. In: In: MILLINGTON, B. [Organizador]. Wagner: um compêndio: Guia completo da música e da vida de Richard Wagner,. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 254.

HATTO, A. The Nibelungenlied: 2. Ed. Penguin Classics: Londres, 1969.

HOLLANDER, L.M. The Poetic Edda: 1. Ed. Austin: University of Texas, 1928.

HOLLINRAKE, R. Conclusão: a metamorfose final. In: HOLLINRAKE, R . Nietzsche, Wagner e a filosofia do pessimismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.198-229.

HOLLINRAKE, R. Panorama intelectual: filosofia. In: MILLINGTON, B. [Organizador]. Wagner:um compêndio: Guia completo da música e da vida de Richard Wagner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p.62.

LARGE, D. A receptividade da obra: Alemanha. In: MILLINGTON, B. [Organizador]. Wagner:um compêndio: Guia completo da música e da vida de Richard Wagner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p.456-457.

MILLINGTON, B., Opiniões e perspectivas: Wagner e os judeus. In: MILLINGTON, B. [Organizador]. Wagner: um compêndio: Guia completo da música e da vida de Richard Wagner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 181-185.

NIETZSCHE, Friedrich. Wagner em Bayreuth. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

PORTER, A. [Tradução e Introdução]; WAGNER, R. O Anel dos Nibelungo: 1. ed. Londres: Faber Music Lta, 1976.

ROSS, Alex. The Ring and the Rings. Nova York, 2003. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2003/12/22/the-ring-and-the-rings>. Acesso em: 24/01/2019.

STURMA, D. Politics and the New Mythology. In: AMERIKS, K. [Organizador]. The Cambridge Companion to German Idealism. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 219-238.

WHITTALL, A., O Impacto de Wagner na história da música. In: MILLINGTON, B. [Organizador]. Wagner: um compêndio: Guia completo da música e da vida de Richard Wagner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 461- 462.

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em *Da Pintura* (1435) e *Sobre a família* (1433)¹

Bárbara Diniz Gonçalves*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo entender a abordagem da história segundo Leon Battista Alberti (1404-1472), tendo como ponto de partida dois documentos de sua autoria: o discurso em comentários *Da Pintura*, primeiro a sistematizar uma doutrina sobre o tema ao entrelaçar geometria e retórica, e o diálogo *Sobre a família*, que apresenta a ideia de uma família virtuosa como sendo a fundação da sociedade. Para isso, metodologicamente, partiu-se do princípio de que toda obra se constitui numa representação, como teoriza Roger Chartier. Em ambas as fontes, lemos o discurso de Alberti como uma construção social que nasce das práticas da realidade que o circunscreve e com ela interage. A partir da análise, pudemos identificar que as principais linhas de força constitutivas de ambos os documentos, apesar de suas diferenças no que concerne à temática e ao gênero textual, passam por uma retórica que mobiliza o conceito de história de forma muito semelhante, destacando sua função pedagógica e virtuosa. Concluímos que, utilizando-se de tal retórica, o autor contribuiu para a divulgação de uma nova narrativa histórica que recupera Cícero e se volta à moralidade humanista.

Palavras-chave: Alberti; História; Humanismo; Moralidade.

¹ Este artigo é fruto das discussões realizadas na disciplina de História Moderna I (Departamento de História do IFCH - Unicamp) ministrada pelo Prof. Dr. Rui Luis Rodrigues, a quem agradeço as orientações e a correção atenta. À Profa. Dra. Patricia Dalcanale Meneses e ao Prof. Dr. Gabriel Ferreira Zacarias, sou grata pela disposição para responder minhas dúvidas nessa e em outras situações.

* Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com ênfase em História da Arte e Patrimônio Histórico e Cultural. Contato: bdg.barbara@gmail.com.

Aquilo que escrevemos não escrevemos para nós, mas para toda humanidade.
(ALBERTI, 1890, p. 293)

“O mundo visual e como representá-lo com linhas e cores, o mundo social e como analisá-lo em palavras”² (GRAFTON , 2002, p. 6, tradução própria): assim Anthony Grafton sintetizou os temas e formas que, inicialmente expressos na primeira peça de Alberti – uma comédia latina, *Philodoxeos* –, o ocupariam durante toda sua vida em todas suas diferentes formas de expressão: tratados, diálogos, sátiras, poemas³, pintura, arquitetura. Tais mundos visuais e sociais foram por ele representados de forma entrelaçada, por meio da junção de ideias e imagens e de linguagem letrada e artística, que antes existiram separadamente. Alguns dos fios que as enlaçam, os quais guiarão a análise a ser realizada no presente trabalho, são a beleza, compreendida como proporção, equilíbrio e decoro; a virtude, vida boa e beata ou *bene beateque vivendum* (CÍCERO, *De republica*, I, 39); e, finalmente, a história, narrativa moral que contextualiza uma obra em um sistema mais amplo de valores, que é aquele do pensamento humanista.

Esses três fios perpassam vários escritos do autor, embora sejam mais estudados no âmbito da estética e da arquitetura, por exemplo. Nesses estudos, *Sobre a família* é levado em conta, mas parece descolado da análise das outras obras – apesar de conter elementos comuns a elas e de ter tido seus quatro volumes escritos e publicados concomitantemente à primeira edição *Da pintura*. Partindo dessa percepção, o objetivo do presente trabalho é realizar uma breve análise quanto ao gênero dos textos, à relevância para o momento histórico da publicação e aos posicionamentos do autor no primeiro volume do diálogo *Sobre a família* e no tratado *Da pintura*. Depois, buscamos compará-los e entrelaçá-los, especialmente no que concerne à abordagem da história proposta por Alberti. Assim delimitados os objetivos, impõe-nos definir seu marco metodológico. Adotamos, ao examinar as práticas artísticas do Renascimento, o “critério do verossímil histórico – o que tais práticas

² No original: “The visual world and how to represent it with lines and colors, the social world and how to analyze it in words.”

³ São de autoria de Alberti os primeiros hexâmetros em italiano.

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em *Da pintura* (1435) e *Sobre a família* (1433)

podem ter significado para os homens dos séculos XV e XVI, segundo costumes e preceitos de ampla circulação e difusão cultural” (CHARBEL, 2009, p. 6). Entendemos ainda que toda obra, independentemente de seu gênero – tratadístico, científico, artístico, literário – constitui-se em uma representação. Nesse sentido, o discurso de Alberti é lido como uma construção social que nasce das práticas da realidade que o circunscreve. Daí

o interesse manifestado pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação. Tal tarefa cruza-se, de maneira bastante evidente, com a da hermenêutica, quando se esforça por compreender como é que um texto pode “aplicar-se” à situação do leitor, por outras palavras, como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência (CHARTIER, 2002. p. 24).

Mas quem foi esse homem e, especificamente, qual é o filtro de seu tempo? Leon Battista Alberti (1404-1472)⁴ nasceu em Gênova, quando sua família estava exilada de Florença. Foi o segundo filho, ilegítimo, de Lorenzo di Benedetto Alberti e de Bianca Fieschi, nobre genovesa. Não se sabe muito acerca de seus primeiros estudos, mas é possível que eles tenham se realizado no Ginásio de Gasparino Barzizza, em Pádua, com forte influência da cultura da Antiguidade Clássica. Sabe-se que, em 1428, conseguiu seu diploma de direito canônico em Bolonha, apesar de tais estudos terem sido anteriormente interrompidos por um período de doenças e dificuldades em razão da morte de seu pai, em 1421. Nesse intervalo, em que foi vítima de contestações patrimoniais e de circunstâncias financeiras ruins, dedicou-se à física e à matemática, construindo assim o alicerce sobre o qual se apoiariam, mais tarde, suas obras técnicas, artísticas e arquitetônicas. Visto como protótipo do homem universal renascentista em Burckhardt⁵, Alberti de fato mobilizou uma erudição impressionante da tradição clássica greco-romana e, a partir dela, construiu pedagogias da

⁴ Todas as informações biográficas foram consultadas em GRAYSON, 1999, pp. 35-70.

⁵ “Em Burckhardt, Alberti é o precursor de Leonardo da Vinci, o protótipo do homem universal, senhor de todas as suas possibilidades, representante da geração cuja ciência, cultura e razão haviam vencido o ‘obscurantismo’ medieval” (BRANDÃO, 2000, p. 29). Burckhardt trata elogiosamente de Alberti na Parte II de seu *A Cultura do Renascimento na Itália*, onde explana sobre o tema da personalidade no contexto do desenvolvimento do indivíduo. Para ele, “em todas as atividades em que se pode ganhar elogios, Leon Battista foi, desde a infância, o primeiro” (BURCKHARDT, 1991, p. 86-87).

moral de seu tempo. Porém, somam-se a isso, como estudou Garin em contraste com a visão homogênea de Burckhardt, as críticas tecidas por Alberti acerca do próprio humanismo; de um humanismo cujo discurso ele percebe ser inútil, já que descolado da *virtú*⁶.

Partimos da percepção de que tanto o conceito de “Humanista” como o de “Renascimento” – e, conseqüentemente, de “homem do Renascimento” – comportam diversas interpretações possíveis, diferentes e até mesmo contraditórias. Portanto, aqui se considera que simplesmente definir Alberti como Humanista ou, ainda, anti-Humanista, nada nos auxilia para a compreensão de seu tempo ou dele próprio como ser histórico. Porém, afirmamos, com base na interpretação de Agnes Heller, que Alberti se encaixa no conceito dinâmico do homem que, segundo a autora, teria surgido no período compreendido como Renascimento. De acordo com ela, indivíduo e sociedade, permeados por identidades contraditórias e em mutação, passam a ter a sua própria história de desenvolvimento. “A relação entre o indivíduo e a situação torna-se fluída; o passado, o presente e o futuro transformam-se em criações humanas” (HELLER, 1982, p. 9). Para que o uso dos conceitos facilite esse entendimento, é importante expor que:

“Humanista” e “homem do Renascimento” não são coincidentes. *Stricto sensu*, “humanismo” deriva dos *studia humanitatis*, as humanidades e *ars liberalis* que protagonizaram a educação do homem renascentista. Umanista e umanesimo, são termos que se difundiram, ao que parece, a partir da Universidade de Bolonha na segunda metade do século XV mas, já no final do século XIV, eram referidos ao estudo dos clássicos greco-romanos, ciceronamente designado por *studia humanitatis*. (...). Um leitor dos clássicos não é necessariamente um “renascentista”, a não ser que dê a estes estudos uma força intelectual, moral e política capaz de transformar o ser humano, a sociedade e a cidade do *quattrocento*; que faça da investigação do passado um modo de também investigar o presente, construir um novo futuro e um novo homem. (BRANDÃO, 2000, p. 150)

⁶ *Virtú*: Virtude, faculdade, poder, capacidade de fazer algo; também pode se referir às artes liberais. Segundo Garin, “a educação humanística, como formação do homem completo através da revivida cultura clássica, vinha perdendo-se em uma educação puramente literária e aristocrática, contraposta à cultura concreta”. (GARIN, 1952, p. 99). É a esses seus contemporâneos humanistas que Alberti se contrapõe.

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em *Da pintura* (1435) e *Sobre a família* (1433)

A dimensão humana da realidade, bem como a centralidade da experiência moral do homem é, pois, acentuada⁷ com o tipo de saber dos *studia humanitatis*. Este se centrava no estudo da gramática, da retórica, da história, da poética e da filosofia moral, ou seja, se diferenciava das disciplinas que compunham a escolástica: *trivium* (gramática, retórica e dialética) e *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia). Juntamente com os *studia humanitatis* como protagonistas da educação do homem renascentista – considerando as ressalvas aos termos – foram citadas as *ars liberalis*. Estas constituem também o filtro do tempo de Alberti, sendo parte relevante da conjuntura em que se inserem as obras que serão analisadas aqui. De acordo com Arthur Danto, tal liberação foi marcada pela modificação da consciência do que é arte, bem como dos papéis e funções do sujeito artista na sociedade. (DANTO, 1997, pp. 3-20). Essa mudança de narrativa sobre a história da arte aconteceu no momento específico do século XV e, assim, cumpre um papel educador e pedagógico da moral e do exercício das virtudes humanistas. Ainda segundo Danto, Alberti pertenceu à geração dos fundadores dessa narrativa e, como tal, contribuiu para a divulgação dessa nova consciência através de suas obras (DANTO, 2005, p.4).

Destas obras, as duas que serão analisadas a seguir, com já se disse, são *Da pintura* e *Sobre a família*⁸. Tal análise pretende conectá-las segundo os referidos três eixos – a beleza, a

⁷ Há um debate na historiografia, que não cabe ser desenvolvido aqui, em torno das continuidades, rupturas e inovações do humanismo em relação ao Medievo, tanto como movimento de ideias quanto acerca de seu caráter político. O último caso foi identificado por Hans Baron na década de 1920 com o nome de humanismo cívico (BARON, 1966). Baron, nascido em Berlim em família judaica, era um ávido republicano em um contexto de emergência de formas políticas autoritárias. Sua leitura acerca do humanismo como um retorno a virtudes republicanas, portanto, está intrinsecamente relacionada com as necessidades de seu próprio momento histórico. Para mais informações sobre o tema, ver: NEDERMAN, Cary. "Civic Humanism". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/humanism-civic/> consultado em 27/04/2019.

⁸ No presente trabalho, será citada a edição brasileira de *Da Pintura* publicada em 1999 pela Editora da Unicamp, que traz o texto integral; aos trechos seguem notas de seu referencial em toscano consultado em: ALBERTI, Leon Battista. *De Pictura* (versione latina e volgare). Laterza, 1980, a cura di Cecil Grayson. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lb000014.pdf>>. No caso do *Sobre a família*, no corpo do texto constam citações da versão brasileira de 1970 realizada pelo Editorial Grijalbo Ltda. Porém, dado que tal edição é parcial, aos trechos segue em nota seu referencial em italiano, consultado na versão integral da Editora Einaudi: ALBERTI, Leon Battista. *I libri della Famiglia*, Nuova Universale Einaudi, 1994. A cura di Ruggiero Romano, Alberto Tenenti, Francesco Furlan. Disponível em: < http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_3/t49.pdf> consultado

virtude e a história –, esta última cuja narrativa, ou discurso, permeia as outras duas e as encadeia em prol de um objetivo comum, a ser exposto após uma breve análise formal de ambas as obras.

Da pintura, redigido em 1435 ou 1436⁹, é o primeiro escrito sobre arte a expor uma doutrina sistematizada da pintura, que alia a própria pintura simultaneamente à geometria e à retórica. Há uma peculiaridade quanto a sua redação: ela é dupla, latina e toscana, e nem uma nem outra podem ser consideradas traduções, já que se percebem diferenças de conteúdo entre elas. Consideramos aqui a dupla redação “como se fossem paráfrases de si mesmas” (ZANCHETTA, 2014, p. 13), paráfrase sendo uma reescrita que concorre com o modelo, dizendo as mesmas coisas de forma diferente – nem melhor, nem pior – e por outros caminhos. Em suma, nenhuma das versões se reduz ao mesmo pensamento, ainda que convirjam para pensamentos semelhantes. Tal bilinguismo parece ainda constituir a defesa que Alberti faz da língua toscana, igualando-a ao latim quanto à utilidade e, ainda, quanto aos recursos nela presentes propensos à elaboração uma escrita douda¹⁰. No que concerne ao gênero da obra, podemos considerá-la um discurso em comentários (ZANCHETTA, 2014, p. 24). Discurso está no sentido do *oratio* dos filósofos sobre os quais escreve Cícero, a saber, ornado e eloquente cujos temas não são turbulentos. Tal discurso apresenta-se em forma de comentários que o esclarecem, fazendo com que *Da Pintura* seja “tanto uma exposição da

em 26/04/2019.

⁹ A datação é feita com base na cronologia dos manuscritos, já que acredita-se que as versões posteriores são correções e refinamentos realizados por Alberti. Porém, a maior parte dos manuscritos não é datada. As duas datas seguras para o *Da Pintura* estão em anotações do próprio Alberti, uma feita em seu exemplar do Brutus de Cícero em que consta o dia 26 de Agosto de 1435 e outra que se encontra no fim no manuscrito toscano com dedicatória a Brunelleschi: “Fim. Louvor a deus. No dia 17 do mês de julho de 1436”. (Alberti *apud*. ZANCHETTA, 2014, p. 3).

¹⁰ Um exemplo de tal defesa, bem como do polimento da língua toscana em prol de escritas mais eruditas, é a *Grammatichetta* de Alberti, primeira gramática toscana, que apresenta uma doutrina para falar com correção. “Coisa semelhante fizeram os engenhos grandes e estudiosos, primeiro, com os gregos e depois com os latinos; e chamaram a estas admoestações para escrever aptamente e falar sem corruptela com o nome *Gramática*. Esta arte e o que ela é em nossa língua, ledes-me e entendê-la-eis.” (Alberti, *Grammatichetta*, 1, *apud*. ZANCHETTA, 2014, p. 20)

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em *Da pintura* (1435) e *Sobre a família* (1433)

arte quanto uma coleção de coisas úteis à arte, como as noções matemáticas e óticas” (ZANCHETTA, 2014, p. 24).

Sobre a família, por sua vez, é um diálogo em quatro livros escritos durante a década de 1430. Nos dois primeiros, o autor tem como tema principal o matrimônio em geral e o cuidado com a educação dos filhos, bem como sobre que bases os pais devem se apoiar para fazê-la de forma virtuosa e prezando pelos bons costumes. O terceiro trata, sobretudo, do posicionamento do pai quanto à organização da família e à administração dos bens domésticos. O quarto, escrito posteriormente a uma revisão dos três primeiros, começa com uma explanação acerca de casamento, aprendizagem e amizade para, por fim, chegar aos três tipos de amizade propostos por Aristóteles: a boa, a agradável e a utilitária¹¹. Aqui, o foco da análise será no primeiro volume: um diálogo entre um homem maduro e com família constituída, Adovardo, o qual aconselha o jovem Lionardo quanto à criação de filhos e à escolha de uma esposa – sendo a relação conjugal definida como a fundação da sociedade.

Sobre o diálogo como gênero textual, é relevante que tenha sido o escolhido por Alberti em detrimento de algum gênero mais prescritivo como o tratado, por exemplo. Ao empregá-lo – o diálogo –, o autor conscientemente desautoriza leituras únicas e, em alguns casos, enviesadas de seu texto, já que as respostas geralmente não apresentam um entendimento único e coeso do problema explorado. Ao contrário, continuamente são colocadas questões que não têm soluções definitivas (NAJEMY, 2008. pp. 135-152). De fato, o contraste entre otimismo e pessimismo, relevante em *Sobre a família*, talvez se deva, em parte, à experiência pessoal de Alberti como jovem órfão e exilado. Porém, é impressionante que, no conjunto da obra, o autor não só exalte a família Alberti como também construa, por meio de diálogos,

¹¹ “Há, portanto, três espécies de amizade (...) Os amigos cuja afeição é baseada no interesse não amam um ao outro por si mesmos, e sim por causa de algum proveito que obtém um do outro. O mesmo raciocínio se aplica àqueles que se amam por causa do prazer; não é por seu caráter que gostamos das pessoas espirituosas, mas porque as achamos agradáveis. [...] A amizade perfeita é a existente entre as pessoas boas e semelhantes em termos de excelência moral; neste caso, cada uma das pessoas quer bem à outra de maneira idêntica, porque a outra pessoa é boa, e elas são boas em si mesmas.” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VIII, 3, 1156a-1156b)

um ideal brilhante da família como núcleo social, cultural e, sobretudo, moral. Ou seja, a obra “representa um momento de otimismo e de plena confiança na capacidade do homem em criar em si e à sua volta uma vida harmoniosa, inspirada em elevados conceitos de virtude e operosidade” (GRAYSON, 1999, p. 40). Ou, segundo comentário de Franco Borsi,

Leon Battista sublinha a relação entre sua própria vocação e a ascendência familiar. (...) Na tentativa de reconhecer uma vocação comum a ele próprio e à família, Alberti tenta esconder sua porção *deraciné*, tenta superar a própria condição de alheio solitário, obrigado a viver do próprio trabalho e a repropor em termos dinásticos (...) sua própria origem: a condição, completamente moderna, de nobre decadente forçado a trabalhar. (BORSI, 1999, p. 9)

“A história é testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado. Que voz, se não a do orador, pode torná-la imortal?” (CÍCERO apud. HARTOG, 2001, p.181)¹² : eis a sentença inolvidável de Cícero em *De Oratore*, no qual é feita a afirmação da utilidade do relato histórico e a exaltação daquele que, a partir da oratória, permite à humanidade acessá-lo. Alberti a retoma e ressignifica nas duas obras, de forma a direcionar seus eixos de análise com o objetivo da liberação das artes e de sua consequente atribuição – no caso *Da Pintura* – “ao pintor da responsabilidade de atuar na construção de dramas que cumpram a função educadora na *paidéia*, no sistema moral, religioso e cultural da sociedade” (MORTIMER, 2015, p. 87). Em torno do conceito de história, Alberti escreveu em *Da Pintura* que:

A história, merecedora de elogio e admiração, deverá com seus atrativos se apresentar de tal forma ornada e agradável que conquistará, pelo deleite e movimento de alma, a todos que a contemplem, doutos e indoutos. A primeira coisa que proporciona prazer na história provém da variedade e copiosidade das coisas. [...] Para mim é muito copiosa a história em que em seus lugares se misturam velhos, jovens, meninos, mulheres, meninas, criancinhas, frangos, gatinhos, passarinhos, cavalos, ovelhas, construções, províncias e todas as coisas semelhantes. Louvarei toda e qualquer riqueza que pertença à história. (ALBERTI, 1999, p. 120)¹³

¹² No original (*editio stereotypa*): “Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis, qua uoce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?” (CÍCERO, *De Oratore*, 36)

¹³ “Sarà la storia, qual tu possa lodare e maravigliare, tale che con sue piacevolezze si porgerà sì ornata e grata, che ella terrà con diletto e movimento d'animo qualunque dotto o indotto la miri. Quello che prima dà voluttà nella

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em Da pintura (1435) e Sobre a família (1433)

Narrativa humana, drama que liga os componentes da pintura e se desenvolve na janela aberta no retângulo da superfície pictórica: eis a função da história nessa forma de arte. Função pedagógica, mas não doutrinária; função de “guia para o futuro” na apropriação de Cícero, segundo a qual, apesar de sua autonomia como reguladora do contexto dentro da representação artística, ela é ainda assim situada numa hierarquia e, nela, submetida à ética humanista do Renascimento. Descrição semelhante poderia ser feita acerca das responsabilidades do pai na criação dos filhos: função pedagógica, autonomia reguladora e simultaneamente estabelecida sob a virtude, a partir da qual se espera que a educação, como guia, gere frutos abundantes no futuro. Diz Lionardo, em resposta à dor de Adovardo derivada da preocupação com os meios de ensinar virtude aos filhos:

O homem tem como que inata a ideia da finalidade das coisas que o rodeiam. Ele tem em si uma força de percepção divina e maravilhosa que o faz distinguir as coisas boas das más, as saudáveis das nocivas, as que lhe servem e as que lhe são prejudiciais. (...) E não há nos filhos sinais tão duvidosos, nem há pais tão ignorantes e primitivos que não cheguem a descobrir pelas atitudes naturais das crianças as tendências que poderão dar copiosos frutos, no futuro. (ALBERTI, 1970, p. 54)¹⁴

Tal “força de percepção divina e maravilhosa” (ALBERTI, 1970, p. 54)¹⁵ deveria, portanto, servir para que os homens se guiem em direção ao bene *beateque vivendum* (CÍCERO, De republica, I, 39): o melhor que um pai pode deixar a seu filho, assim como a finalidade última

istoria viene dalla copia e varietà delle cose. Come ne' cibi e nella musica sempre la novità e abbondanza tanto piace quanto sia differente dalle cose antique e consuete, così l'animo si diletta d'ogni copia e varietà. Per questo in pittura la copia e varietà piace. Dirò io quella istoria essere copiosissima in quale a' suo luoghi sieno permisti vecchi, giovani, fanciulli, donne, fanciulle, fanciullini, polli, catellini, uccellini, cavalli, pecore, edifici, province, e tutte simili cose: e loderò io qualunque copia quale s'apartenga a quella istoria.” (ALBERTI, *De Pictura*, II, 40)

¹⁴ Como posto anteriormente, a edição brasileira de 1970 é parcial. Quando citada, seguirá em nota aos trechos o referencial da versão integral em italiano realizada pela Editora Einaudi. “E piú nell'ingegno e intelletto de' mortali have ancora inseminato la natura e inceso una cognizione e lume di infinite e occultissime ragioni di ferme e propinque cagioni, colle quali conosca onde e a che fine sieno nate le cose. E agiunsevi una divina e meravigliosa forza di sapere distinguere ed eleggere di tutte qual sia buona e qual nociva, qual mala, qual salutarifer, quale accommodata e qual contraria. E vedi sí tosto come la pianta si scopre sopra della terra, così allora il pratico e diligente la conosce, e chi meno fusse pratico, colui alquanto piú tardi la conoscerebbe.” (ALBERTI, 1994, pp. 46-47)

¹⁵ “(...) divina e meravigliosa forza di sapere” (ALBERTI, 1994, p. 46)

da arte. Em *Sobre a família*, é dito: “Que os pais, portanto, incitem os filhos a seguir a virtude e atingir o bom nome, a concorrer para alcançar honra e louvores (...) e sintam-se felizes de possuir filhos desejosos de merecer louvor e aplauso” (ALBERTI, 1970, p. 62)¹⁶. Quanto ao âmbito artístico, para Alberti, como explana Carlos Brandão, deveria ser a função de um artista merecedor de “louvor e aplauso” combater a “alienação estética”¹⁷, ao fazer com que sua arte trabalhe em favor do desenvolvimento de “um mundo mais justo e mais feliz”¹⁸ (BRANDÃO, 2000, p. 136-140). Em prol de incitar tal objetivo ao artista, o argumento do aspecto intelectual envolvido na produção pictórica passa novamente pela história. É explícita, aqui, a visão da pintura, de seus elementos, personagens e técnicas, como instrumentos da mensagem histórica:

A maior obra do pintor não é um colosso, mas uma história. A história proporciona maior glória ao engenho do que o colosso. Os corpos são parte da história, os membros são partes dos corpos, a superfície é parte dos membros, portanto as primeiras partes da pintura são as superfícies. Da composição das superfícies nasce aquela graça nos corpos a que chamamos beleza. (ALBERTI, 1999, p.114)¹⁹

Emulando autoridades latinas como Quintiliano e Vitruvius²⁰, além do já referido Cícero, Alberti compreende tal beleza como uma conexão entre equilíbrio, decoro e proporção. Em

¹⁶ “Adunque e' padri con piacere incitino e' figliuoli a seguire virtù e fama, confortingli a concorrere ad attignere onore, festeggino chi vince, godano d'avere e' figliuoli presti e avidi a meritare lode e pregio.” (ALBERTI, 1994, pp. 53-54)

¹⁷ Alberti entende por “alienação estética” uma arte inútil à modificação da realidade. Nesse sentido, ele faz uma defesa do artista como agente promotor do sentimento cívico e divulgador da pedagogia ética humanista, em diálogo com outros campos culturais antes considerados superiores, como as *litterae*. Isso aconteceu no período histórico de mudança do *status* do artista, que passa a ter valorizado o aspecto intelectual de seu trabalho.

¹⁸ Tal justiça e felicidade relacionam-se à mesma vida boa e beata, *bene beateque vivendum* (CÍCERO, *De republica*, I, 39) defendida no *Sobre a família* como virtude maior a ser passada de pai para filho. Aqui, é o artista que deve tomar para si a responsabilidade de difundir tal virtude entre todos os membros da sociedade.

¹⁹ “Grandissima opera del pittore non uno colosso, ma istoria. Maggiore loda d'ingegno rende l'istoria che qual sia colosso. Parte della istoria sono i corpi, parte de' corpi i membri, parte de' membri la superficie. Le prime adunque parti del dipignere sono le superficie. Nasce della composizione delle superficie quella grazia ne' corpi quale dicono bellezza” (ALBERTI, *De Pictura*, II, 35)

²⁰ Quintiliano, nascido em 35 d.C., escreveu em Roma uma importante obra acerca da retórica intitulada *De institutione oratoria*, que pode ser traduzida como *Educação do Orador*. Como o próprio título sugere, sua ambição era de conjugar em uma única obra tudo aquilo que seria necessário à formação completa do orador, desde sua

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em *Da pintura* (1435) e *Sobre a família* (1433)

Alberti, portanto, a *imitatio* não é uma simples cópia da realidade e da natureza, realizada de forma descritiva. Ao contrário, trata-se de “procedimento prudencial de conhecimento das coisas do mundo, envolvendo *inventio*, *dispositio* e *elocutio*”²¹(CHARBEL, 2009, p. 10) – seleção do que dizer e de que forma dizer, a partir de vasto repertório, disposição harmônica dos elementos que compõem o drama e o dizer ornado. Em suma, “da *mimesis* do mundo fenomênico passa-se à do mundo moral. Simetricamente, a jusante da cena representada, os corpos pintados fazem a história dirigir-se à alma e não aos olhos do espectador” (BRANDÃO, 2000, p. 157). E é dirigindo-se à alma dos jovens que, utilizando-se dessa mesma concepção de mundo moral o personagem Lionardo, representando talvez o próprio Alberti, os aconselha:

Sejam assíduos aos estudos das letras, ó jovens; procurem suas alegrias no conhecimento das coisas passadas e dignas de memória; gravem em si estas memórias tão úteis à vida; alimentem seu intelecto de belas sentenças; deleitem-se com ornar sua alma de esplêndidos costumes; sejam civis no convívio com os outros e cheios de maravilhosas gentilezas; procurem, enfim, conhecer as coisas divinas e humanas. (ALBERTI, 1970, p. 85)²²

Finalmente, em passagens, Alberti parece considerar *Da Pintura* um monumento como estes que ele descreve e recomenda aos jovens – aquilo que traz algo à memória e é, ao mesmo tempo, uma obra grandiosa que preserva essa mesma memória.

infância até o fim de sua carreira. O tema da beleza e do decoro tem lugar no argumento sobre a eloquência (QUINTILIANO, *De institutione oratoria*, II, 16, 10) e sobre o modo de falar (QUINTILIANO, *De institutione oratoria*, II, 10, 13). Vitruvius, arquiteto romano do século I a.C., escreveu o tratado arquitetônico *De Architectura Libri Decem*, no qual a ideia de decoro (*decor*) é conectada com a de proporção (*symmetriae*), onde reside a beleza (VITRÚVIO, *De Architectura*, VI, 2, 5).

²¹ Os conceitos fazem parte do domínio da retórica e foram definidos por Cícero em *Rhetorica ad Herennium* e por Quintiliano em *De institutione oratoria*. Correspondem a aspectos que se complementam com o objetivo de formulação do discurso. *Inventio* é a fase de estabelecimento do conteúdo argumentativo; *dispositio* se refere à organização e à estruturação dos elementos do *inventio*; *elocutio* compreende o estilo e as qualidades da forma expressiva.

²² “Siate assidui; piacciavi conoscere le cose passate e degne di memoria; giovivi comprendere e' buoni e utilissimi ricordi; gustate el nutrirvi l'ingegno di leggiadre sentenze; dilettevi d'ornarvi l'animo di splendidissimi costumi; cercate nell'uso civile abondare di maravigliose gentilezze; studiate conoscere le cose umane e divine, quali con intera ragione sono accomandate alle lettere.” (ALBERTI, 1994, p. 72)

A partir desse entrelaçamento de obras que, inicialmente, podem parecer distantes no tema e na forma, foi possível concluir que não apenas nos escritos sobre arte o autor contribuiu para a divulgação de uma nova narrativa histórica que recupera Cícero e se volta à moralidade humanista. Como um homem dinâmico que a partir da análise de suas obras podemos dizer que ele foi, filho de um tempo tão dinâmico quanto – apesar das continuidades com seu passado, talvez mais proeminentes mesmo que as rupturas –, Alberti buscou juntar *res* e *verba*, verdade e discurso, nos mais variados temas sobre os quais se propôs a escrever, segundo acreditava, para toda a humanidade.

Fontes

ALBERTI, Leon Battista. Da pintura. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

____. De Pictura (versione latina e volgare). Laterza, 1980, a cura di Cecil Grayson.

____. I libri della Famiglia, Nuova Universale Einaudi, 1994.

____. Sobre a família: Livro I. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1970.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Leon Battista. Opera inedita et pacua separatim impressa. (a cura di Hieronymo Mancini). Florença: Sansoni, 1890.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômacos. Brasília: Editada da Universidade de Brasília, c1985.

BARON, Hans. The Crisis of the Early Italian Renaissance: civic humanism and republican liberty in an Age of classicism and tyranny. Princeton University Press, 1966.

BORSI, Franco. Leon Battista Alberti – L’Opera Completa, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. O filósofo e o pintor: humanismo e anti-humanismo em Leon Battista Alberti. O que nos faz pensar, v. 19, n. 27, p. 149-164, 2010.

____. Quid tum?: o combate da arte em Leon Battista Alberti. Editora UFMG, 2000.

BURCKHARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

CHARBEL, Felipe. “Representações do Belo no Quattrocento florentino: Leon Battista Alberti e Marsilio Ficino”. In: Cadernos de estética aplicada, v. III, n. 6 (jan-jun/2009), pp. 1-22.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Algés: Difusão Editorial, 2002.

A mobilização do conceito de história na retórica de Leon Battista Alberti em *Da pintura* (1435) e *Sobre a família* (1433)

CÍCERO. *De oratore*. Edição de Kazimierz Kumaniecki. Editio stereotypa Stuttgart: B.G. Teubner, 1995. *Scripta quae manserunt omnia*. (*Scripta quae manserunt omnia*, fasc.3).

DANTO, Arthur. *After the End of Art: Contemporary Art and the Pale of History*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

____. *A transfiguração do lugar comum*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994

____. *L'umanesimo italiano*. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1952.

GRAFTON, Anthony. *Leon Battista Alberti: Master Builder of the Italian Renaissance*. Harvard University Press, 2002.

GRAYSON, Cecil. Introdução. In: ALBERTI, Leon Battista. *Da pintura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. pp. 35-70.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

NAJEMY, John. "Alberti on Love: Musings on Private Transgression and Public Discipline." In *Power, Gender, and Ritual in Europe and the Americas: Essays in Memory of Richard C. Trexler*. Toronto: Centre for Reformation and Renaissance Studies, 2008.

NEDERMAN, Cary, "Civic Humanism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/humanism-civic/> consultado em 27/04/2019.

MORTIMER, Junia. *Nas margens da modernidade: duas abordagens da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

NOUGARET, Louis. *Traité de métrique latine classique*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Silva de. *A cidade e o pensamento político de Leon Battista Alberti no De Re Aedificatoria e outros escritos*. 2010. 232f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFBA. Salvador, 2010.

PENNACINI, A. Ed. *Marci Fabii Quintiliani Institutio Oratoria*. Turim: Einaudi, 2001.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VITRUVIO. *De L'Architecture*. Livre VI. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

ZANCHETTA, Ricardo. *Da Pintura de Leon Battista Alberti: comentário e tradução do primeiro livro*. 2014. 305f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

resenhas



“Okinawa: A história de um povo insular” de George KerrAna Carolina Warigoda Guedes^{*}Filipe Starke Lee^{**}Celso Akihide Shiroma^{***}Erica Fernandes Costa^{****}Mateus Trigo Gonçalves^{*****}

George Henry Kerr (1911 - 1992) foi um importante pesquisador, acadêmico e diplomata estadunidense, cuja carreira se realizou principalmente no Leste Asiático. Em sua vida, estudou, trabalhou e residiu na Taiwan japonesa durante os anos 1930, e atuou como analista e diplomata por seu país durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), acompanhando de perto os conflitos no Pacífico e suas consequências. Como acadêmico, dedicou-se principalmente aos estudos de Taiwan e Okinawa, além de tangenciar questões japonesas e chinesas pertinentes a esses locais.

Quanto à história de Okinawa, Kerr dedicou-se à pesquisa em arquivos japoneses a partir da década de 1950. Isso resultou na publicação de dois livros, “Okinawa: Reino e

* Graduanda em História na Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Estudos Okinawanos da Universidade de São Paulo. E-mail: ana.carolina.guedes@usp.br

** Graduando em História na Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Estudos Okinawanos da Universidade de São Paulo. E-mail: filipe.lee@usp.br

*** Possui graduação em Ciência Política e Teoria das Relações Internacionais pela University Of The Ryukyus (2012). Graduando em Letras - Português pela Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Estudos Okinawanos da Universidade de São Paulo. E-mail: celso.shiroma@usp.br

**** Graduanda em Letras - Japonês na Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Estudos Okinawanos da Universidade de São Paulo. E-mail: erica.costa@usp.br

***** Graduando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e graduando em História pela Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Estudos Okinawanos da Universidade de São Paulo. E-mail: mateus.goncalves@usp.br

Ana Carolina Warigoda Guedes, Filipe Starke Lee, Celso Akihide Shiroma, Erica Fernandes Costa, Mateus Trigo Gonçalves

Província Antes de 1945" [*Okinawa: Kingdom and Province Before 1945*]¹ (1953) e "História de Ryukyu" [*Ryuukyuu no Rekishi*] (1955), este último em japonês. Sua grande síntese, entretanto, viria em 1958, com a obra "Okinawa: A História de um Povo Insular" [*Okinawa: The History of an Island People*], publicada originalmente pela Tuttle Publishing². Neste livro, o autor constrói uma História okinawana sob diversas perspectivas - social, cultural, econômica e política - desde seus primórdios "pré-históricos"³ até os primeiros anos do período pós-Segunda Guerra Mundial. Escrito de maneira acessível e com ricas referências, esse livro é ainda hoje considerado a obra mais consistente em língua inglesa sobre a História de Okinawa⁴.

Em sua primeira parte, obra de Kerr se inicia com a descrição geográfica das ilhas de Okinawa, que são caracterizadas pelo autor como de natureza inóspita, diminutas em tamanho e, em geral, pouco propícias para o assentamento humano (fatores que posteriormente serão centrais para as análises de Kerr). Em relação ao povoamento inicial das ilhas, os primeiros habitantes são descritos como náufragos e refugiados: ou seja, pessoas que não migrariam voluntariamente. Além disso, o autor constantemente compara as várias culturas do período pré-histórico okinawano a regiões vizinhas mais desenvolvidas,

¹ Todos os termos traduzidos na resenha são traduções livres nossas.

² Reeditada em 2000, edição que utilizamos nesta resenha.

³ Alguns termos utilizados no corpo da resenha são reproduções daqueles utilizados pelo próprio autor. É o caso do termo "pré-histórico".

⁴ Nota sobre os termos utilizados: Okinawa é a principal e maior ilha das ilhas Ryukyu; tal grande arquipélago é localizado ao sul das ilhas centrais do Japão se estendendo de Kyushu até Taiwan, sendo formado por vários arquipélagos menores, entre eles, as Ilhas Okinawa, cuja ilha principal é a homônima Ilha de Okinawa, com capital em Naha. Aqui, usamos Okinawa como referência ao arquipélago menor das "Ilhas Okinawa" (embora a maior parte dos acontecimentos ocorram na ilha principal) bem como de parte de outras ilhas integrantes do grande arquipélago ryukyano que estiveram em certos momentos política e culturalmente conectadas a ilha de Okinawa; quando necessário, designamos outras ilhas. Já o reino próprio constituído em Okinawa chamava-se Ryukyu, cuja corte se localizava em Shuri, de forma que esses termos só serão utilizados quando designamos o reino independente, não o local físico do arquipélago. Quanto à população, referimo-nos a eles como okinawanos. Vale ressaltar que esses termos são japoneses: em uchinaguchi (língua okinawana ainda viva), o arquipélago é chamado Uchinaa, e os habitantes e seus descendentes, uchinanchu.

“Okinawa: A história de um povo insular” de George Kerr

o que reforça a ideia de que quaisquer avanços técnicos ocorridos no arquipélago seriam resultado da introdução de conhecimentos estrangeiros.

O período pré-histórico do arquipélago tem fim com a ascensão de Shunten, o primeiro líder que centraliza seu poder no território de Okinawa, e cuja existência é aceita pela historiografia. Não por acaso, o autor atribui o notório êxito de seu reinado às inovações vindas da Ásia continental e do Japão. Após o fim da dinastia de Shunten, há um período de fragmentação política, em que se fundam três reinos em Okinawa (Nanzan, Chuzan e Hokuzan; respectivamente, reinos do Sul, Centro e Norte). Em seguida, o arquipélago é novamente unificado por Sho Hashi, que, com a fusão dos três reinos sob Chuzan, funda o Reino de Ryukyu e é um de seus soberanos mais celebrados. Seu reinado marca o início de uma época de grande prosperidade: impulsionado por uma extensa rede de comércio que se estendia da China ao mundo árabe, Ryukyu vive sua “era de ouro”.

Esse período de apogeu tem fim com dois eventos exteriores a Okinawa. Em primeiro lugar, a chegada de comerciantes europeus coincide com o declínio do comércio ryukyano. Ainda que não aponte nenhuma relação de causalidade entre ambos os eventos, Kerr nota que, conforme as redes comerciais portuguesas se expandem nos oceanos Índico e Pacífico, as ryukyuanas se retraem em um movimento oposto. Em segundo lugar, a escalada de tensões entre o Japão recém unificado por Toyotomi Hideyoshi e a China situa Ryukyu em uma posição precária. Encurralado entre dois vizinhos muito maiores, o reino acaba se tornando um objeto de disputa entre as ambições japonesas e chinesas; por fim, em 1609, o clã Shimazu, de Satsuma (importante senhorio⁵ do sul do Japão), invade Ryukyu, evento que encerra o período de plena independência de sua história.

As fontes utilizadas pelo autor nessa parte são majoritariamente documentos estrangeiros, como os anais das cortes chinesa (“Anais dos Três Reinos Combatentes”), japonesa, coreana e tailandesa, além de registros de jesuítas viajantes no Leste Asiático.

⁵ Localidade de maior autonomia e posse da terra, frequentemente aproximado – de maneira eurocêntrica – ao “feudo”.

Ana Carolina Warigoda Guedes, Filipe Starke Lee, Celso Akihide Shiroma, Erica Fernandes Costa, Mateus Trigo Gonçalves

Como documento escrito proveniente de Okinawa, Kerr analisa a primeira obra de história okinawana realizada no arquipélago, o Chuzan Seikan. Por fim, também se insere em debates antropológicos quando trata da ocupação das ilhas e formação de sua cultura.

Kerr inicia a segunda parte de sua obra (que aborda os anos de 1573 a 1797) explorando o contexto histórico bastante conturbado no Japão - da ascensão e morte de Toyotomi Hideyoshi até o novo shogunato de Tokugawa Ieyasu - cujas consequências para o Reino de Ryukyu são a perda de sua soberania para o senhorio de Satsuma. Depois, dedica-se a explicar as consequências da invasão do clã Shimazu e a situação de dupla subordinação de Okinawa perante o Japão e a China - da qual era reino tributário e que também se encontrava em problemas políticos: à época, uma rebelião manchu derrubara a dinastia Ming em Beijing, instaurando a dinastia C'hing. Diante dessa mudança de paradigma, a ilha antes famosa por seu pujante comércio marítimo se viu presa a um acordo extremamente oneroso e prejudicial - era para Satsuma e, depois, para Edo, que a grande maioria dos lucros seriam encaminhados, e não mais para Naha - mergulhando o povo em níveis de pobreza alarmantes e reduzindo o nível de vida das classes nobres.

O autor também aborda a introdução do cultivo de cana-de-açúcar e batata doce, dois produtos que se tornariam importantíssimos para, respectivamente, garantir alguma vantagem comercial diante do mercado japonês e sustentar as camadas populares em períodos de fome, muito recorrentes na ilha. Além disso, o autor faz um extenso registro de costumes, hierarquias e dinâmicas sociais okinawanas, incluindo sua relação frutífera com as artes (especialmente a dança e a música), a particular composição da vila de Kumemura (composta por imigrantes chineses), a leveza de caráter, as tradições religiosas e os eventuais contatos com estrangeiros.

É interessante notar que Kerr se utiliza de variadas fontes para embasar suas descrições históricas. Documentos oficiais, como os tratados firmados entre Ryukyu e Satsuma para a regulamentação do monopólio comercial, foram compilados na íntegra, servindo de

“Okinawa: A história de um povo insular” de George Kerr sustentáculo para a narrativa do livro. Fontes mais cotidianas também foram listadas e Kerr dá muito peso a cartas de viajantes e representantes de outras nações. Relatórios sobre Okinawa escritos por emissários da corte chinesa, assim como cartas de mercadores e navegantes europeus figuram entre as muitas referências utilizadas pelo autor para embasar sua escrita. Um exemplo recorrente desse tipo de citação é na construção do ideário okinawano para os estrangeiros: “o ideal confuciano era colocado em prática - um governo essencialmente civil, ao mesmo tempo absoluto e patriarcal, sem depender de nenhuma força armada”⁶ (CHAMBERLAIN apud KERR, 2000[1958], p. 193).

A terceira parte do livro engloba o período de 1797 a 1878, no qual Kerr descreve Okinawa como “entre dois mundos” [“between two worlds”] (KERR, 2000[1958], p. 235), uma vez que essa se encontrava entre os interesses japoneses (Shogunato Tokugawa) de fechamento de portos, e os interesses das potências ocidentais (EUA, Rússia, França e Grã-Bretanha) de comercializar com o Japão e quebrar o monopólio holandês. A situação inicial de Okinawa nesta parte era de “dupla subordinação” - entre relações de comércio com a China e o controle do Japão exercido pelo senhorio de Satsuma, ainda que conservando aspectos de autonomia, como a manutenção da monarquia própria de Ryukyu. Entretanto, a entrada dos interesses ocidentais e as mudanças internas nesses impérios asiáticos levariam à mudança drástica nesse cenário.

Nesse período, inicia-se a construção de imagens discrepantes sobre Okinawa: por um lado, viajantes estrangeiros criam o imaginário de um povo cordial e hospitaleiro, essencialmente não beligerante, pintando o arquipélago como porta de entrada (econômica, religiosa e militar) ao Japão; por outro lado, o missionário protestante Bettelheim, após estadia inoportuna e conflituosa⁷, vê os okinawanos como traiçoeiros. Essa visão guiaria a abordagem do Comodoro Perry, enviado a Okinawa para perseguir interesses dos EUA no

⁶ Original: “Confucius’ ideal was carried out - a government purely civil, at once absolute and patriarchal, resting not on any armed force”.

⁷ Entre as ações do missionário, encontram-se: atracar sem permissão, ocupar um templo sagrado, invadir casas para pregação, desrespeitar leis locais e assediar nativos que trabalhavam aos domingos.

Ana Carolina Warigoda Guedes, Filipe Starke Lee, Celso Akihide Shiroma, Erica Fernandes Costa, Mateus Trigo Gonçalves

Japão. Sua atuação é descrita por Kerr como coercitiva e autoritária, chegando a designar a relação de poder entre Okinawa e Perry como “o rato e a águia” [“the mouse and eagle”] (KERR, 2000[1958], p. 297).

Afinal, o Comodoro consegue a assinatura do Pacto de Lewchew, que, aliado ao Tratado de Kanagawa⁸, consolida em 1854 os interesses estadunidenses no Japão. Mas há ainda um recrudescimento nas políticas japonesas pelo controle de Okinawa. Kerr chega a insinuar que a incapacidade do shogunato Tokugawa em defender as regiões fronteiriças auxilia na eclosão da Restauração Meiji (1868), que derruba o *shogun* e retoma o poder efetivo ao Imperador. Dessa forma, o governo centralizado passa a disputar o domínio de Ryukyu de maneira mais incisiva com a China, saindo vitorioso, e então designando o reino como senhorio [“*han*”, em japonês] subordinado a Tóquio. Por fim, a Parte 3 se encerra com a crescente tentativa de anexação de Okinawa como prefeitura [“*ken*”]⁹ japonesa, o que significaria o fim da própria existência de Ryukyu.

As fontes mais recorrentes nessa parte são: relatos de viajantes estrangeiros em Okinawa, decretos do governo japonês, correspondências entre Perry e os governos dos EUA e de Ryukyu, tratados diplomáticos, acordos comerciais e jornais japoneses. Essas fontes, por vezes, estabelecem visões diferentes sobre um mesmo acontecimento, o que dá maior credibilidade ao estudo.

Na quarta parte, que cobre os anos de 1879 até 1945, Kerr trata do processo de assimilação da cultura japonesa pela população okinawana, a partir da anexação de Ryukyu ao Japão como a prefeitura de Okinawa, até a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial.

⁸ Respectivamente, os acordos regulavam as trocas comerciais em Naha e reabriam os portos japoneses aos países ocidentais.

⁹ Unidade administrativa equivalente a divisões regionais, próximo a “província”. Em japonês, é representado pelo sufixo “-ken”; em inglês, é traduzido oficialmente para “prefecture”. É o sistema vigente até hoje no Japão.

“Okinawa: A história de um povo insular” de George Kerr

O autor inicia com uma narrativa da anexação, mostrando a reação da corte de Shuri, o tratamento recebido pelo rei de Ryukyu no Japão e as tentativas chinesas de renegociar o domínio do arquipélago, que se encerram com a derrota da China na Guerra Sino-Japonesa em 1895. Essas transformações criam problemas sociais e financeiros no Japão, de forma que Tóquio opta por realizar mudanças na nova prefeitura de Okinawa de forma lenta, mantendo certos privilégios da antiga nobreza e priorizando a educação nacionalista nas classes populares. Essa política educacional tem um papel importante em preparar os okinawanos para reverenciar o imperador japonês e assimilar a língua japonesa, em detrimento de sua cultura própria.

A expansão da monocultura da cana-de-açúcar em Okinawa, vendida de maneira bastante rentável às demais ilhas do Japão, deu-se em detrimento da agricultura de subsistência, tornando a província mais dependente de outras regiões. Um dos eventos mais significativos que ocorreram em Okinawa nesse período foi a reforma agrária de 1903, que eliminou os impostos que a antiga nobreza ainda recebia. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, o arquipélago apresentou grande aumento populacional, apesar de sofrer com epidemias de cólera e desastres naturais. Assim, a emigração se tornou uma saída promissora para os problemas okinawanos, gerando uma intensa onda emigratória.

Essas políticas de assimilação promovidas pelo governo central japonês em Okinawa tiveram efeito com o crescimento de uma nova juventude okinawana, de forma que, no momento de eclosão da Segunda Guerra Mundial, já havia entre eles um sentimento de lealdade e pertencimento à nação japonesa. Nesse mesmo período, Okinawa volta a ser associada à noção de fronteira estratégica, uma vez que sua localização geográfica constituía um ponto central para o exército japonês; além disso, as recorrentes crises econômicas no arquipélago tornaram sua população suscetível ao recrutamento militar. A partir de 1938, o Japão promove a Lei de Mobilização Geral Nacional [*“National General Mobilization Law”*] (KERR, 2000[1958], p. 462), a qual cessa as liberdades individuais em Okinawa e permite a

Ana Carolina Warigoda Guedes, Filipe Starke Lee, Celso Akihide Shiroma, Erica Fernandes Costa, Mateus Trigo Gonçalves

utilização de algumas de suas regiões pelo exército japonês, também mobilizando grande número de jovens okinawanos para o conflito.

Com o avanço da Guerra e o acirramento das disputas, o território okinawano foi vítima de bombardeios (p.e. Naha, em outubro de 1944) e presenciou a Batalha de Okinawa, iniciada em abril de 1945 e marcante da resolução dos jogos de força no Pacífico. Esse conflito foi um ponto de reviravolta nos poderes combatentes, com a saída dos EUA fortalecidos e o Japão enfraquecido. Além disso, seu efeito sobre a vida dos okinawanos foi drástico: em primeiro lugar, foram contabilizadas (apenas na Batalha de Okinawa), mais de 47 mil baixas civis¹⁰. Em segundo lugar, os exércitos estadunidenses que lá atracaram em abril de 1945 nunca deixaram Okinawa. Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, houve o estabelecimento de bases militares dos EUA em Okinawa no período pós-guerra, e “a ilha se tornou um imenso, negligenciado depósito de lixo militar” (KERR, 2000[1958], p. 5)¹¹.

Como embasamento de seu estudo, o autor cita nomes como Ota Chofu, Basil Hall Chamberlain, obras sobre a imigração okinawana na América Latina, diários de viagem, publicações ocidentais e japonesas sobre a batalha de Okinawa, referências culturais (como o artesanato okinawano) e um relatório a respeito do tesouro de Shuri, que teria sobrevivido à guerra.

Tendo em vista a exposição feita até este ponto sobre o autor, a obra, sua estrutura argumentativa e fontes, podemos traçar algumas conclusões quanto ao projeto e posicionamento de George Kerr ao longo de seu livro.

Nesta obra, é notável o projeto do autor de formular uma síntese da história okinawana, desde os primeiros processos de ocupação humana do arquipélago, até o período em que o autor escrevia (anos 1950). Essa síntese histórica leva o autor a recorrer a

¹⁰ Dados fornecidos pelo autor (KERR, 2000[1958], p. 472)

¹¹ Original em inglês: “The island became an immense, neglected military dump”

“Okinawa: A história de um povo insular” de George Kerr diversas abordagens, de forma que trata alternadamente de temas culturais, sociais, econômicos e políticos, recorrendo a fontes diversas, como já mencionadas. Essa história não é contada, entretanto, sem um movimento interno a ela: em muitos sentidos, Kerr narra a construção de um reino (Ryukyu) e uma cultura propriamente okinawanos, e a gradual perda de sua autonomia para poderes maiores, com o triunfo final da conquista pelo Japão. Nesse sentido, pode-se dizer que o autor tece, prematuramente, uma narrativa de longa duração, sob uma perspectiva da “história dos vencidos” - ou seja, a longa história de um povo que sucumbiu perante potências mais poderosas.

Quanto à representação dos okinawanos na obra, vale ressaltar que, embora Kerr os apresente como reféns de acontecimentos externos, ainda lhes atribui a defesa de seus interesses próprios, muito embora não possuíssem poder suficiente para prosperarem. Nesse sentido, quanto às relações entre Okinawa e os demais atores, é preferível a metáfora de Spalding (membro da missão de Perry), o qual assim denomina o Pacto de Lewchew: “Pacto da Galinha com o Cavalo no Estábulo: eu não pisarei nos seus pés se você não pisar nos meus.”¹² (SPALDING, apud KERR, 2000[1958], p. 244), em detrimento de uma representação mais simplista como aquela, já mencionada, do “rato e a águia”. Mantém-se, portanto, uma agência dos personagens okinawanos, a qual apenas não triunfa porque possui potência menor em relação aos interesses externos sobre eles.

É possível, ainda, refletir se Kerr assume um posicionamento pró-identidade okinawana, mais simpática aos EUA, em oposição à identidade japonesa que foi então assimilada pela população. Isso é por vezes justificado devido às menções frequentemente negativas ao poderio japonês e seu domínio de Okinawa - tanto por Satsuma, quanto posteriormente pelo governo central de Tóquio. Entretanto, Kerr também tece críticas aos personagens simbólicos do poder ocidental na obra, como a coerção excessiva de Perry e as atitudes inoportunas de Bettelheim, além da constatação dos danos à população nativa e civil durante a Segunda

¹² Original em inglês: “Compact of the Chicken with the Horse in the Stable – I won’t tread on your toes if you won’t tread on mine”.

Ana Carolina Warigoda Guedes, Filipe Starke Lee, Celso Akihide Shiroma, Erica Fernandes Costa, Mateus Trigo Gonçalves

Guerra Mundial. Dessa forma, é possível dizer que o autor defende uma identidade okinawana, em detrimento de uma assimilação japonesa; mas não se pode ir tão longe quanto afirmar que ele ainda defende a presença estadunidense no arquipélago.

Por fim, vale concluir reforçando a importância da obra de Kerr na produção acadêmica em língua inglesa sobre a História de Okinawa, e seus esforços - ainda na metade do século XX - por construir uma história crítica e fundar questões para estudos posteriores.

Referências Bibliográficas

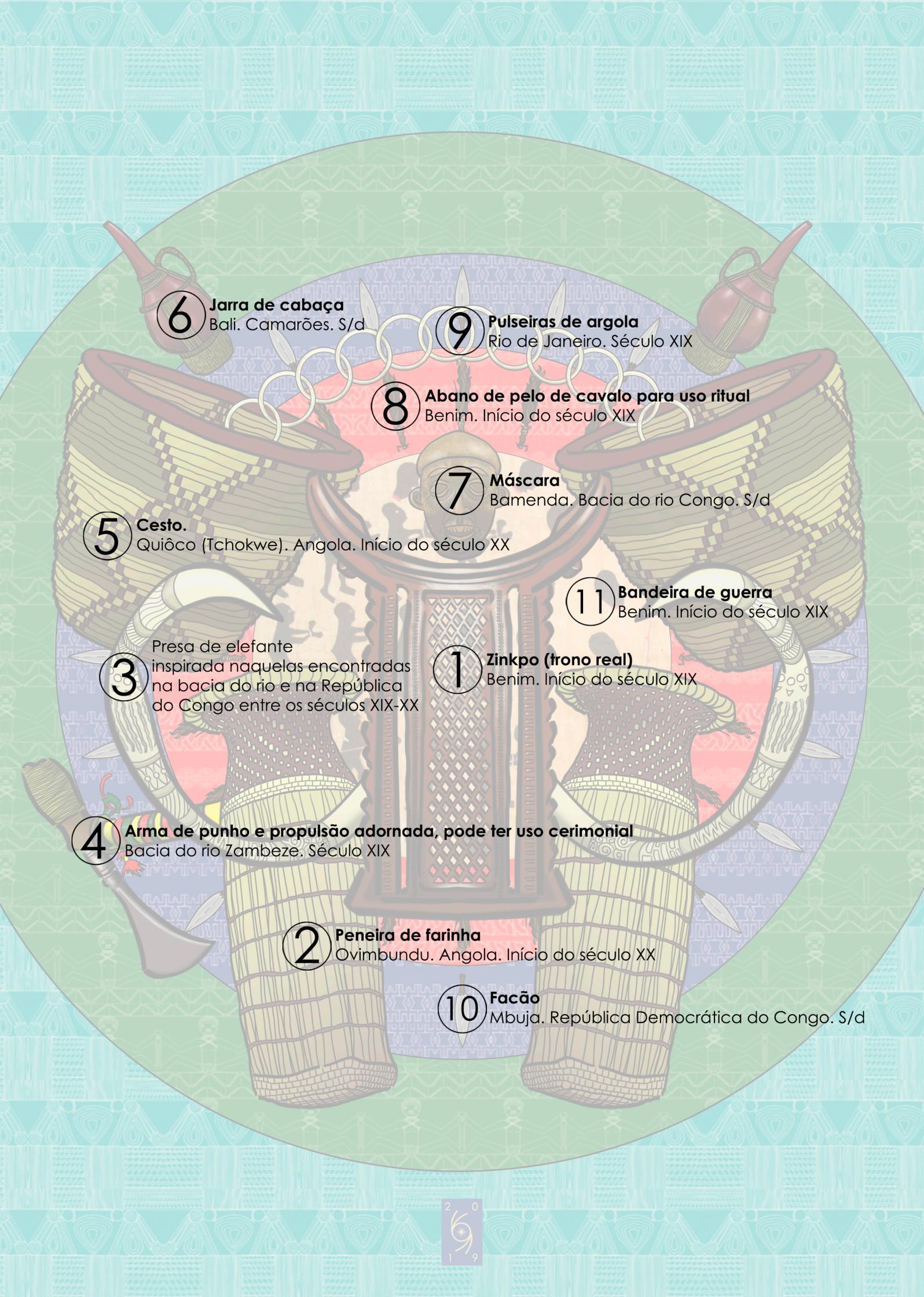
DEUTSCHEN NATIONALBIBLIOTHEK. Katalog der Deutschen Nationalbibliothek. Catálogo da biblioteca nacional alemã. Disponível em: <<http://d-nb.info/gnd/173129765>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

HOOVER INSTITUTION ARCHIVES. Register of the George H. Kerr papers. Online Archive of California, 2003. Disponível em: <<http://www.oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/kt558013kc/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

JENKINS, A. P. "G.H. Kerr's Okinawa: The History of an Island People and Beyond" The Ryukyuanist: a newsletter on Ryukyuan/Okinawan Studies, Urbana and Champaign, n° 52, Verão/2001. Disponível em: <<http://www.uchinanchu.org/uchinanchu/ryukyuanist.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

KERR, George H. OKINAWA: The History of an Island People. Revised edition. Tokyo, Turtle Publishing, 2000[1958]





6 Jarra de cabaça
Bali. Camarões. S/d

9 Pulseiras de argola
Rio de Janeiro. Século XIX

8 Abano de pelo de cavalo para uso ritual
Benim. Início do século XIX

7 Máscara
Bamenda. Bacia do rio Congo. S/d

5 Cesto.
Quiôco (Tchokwe). Angola. Início do século XX

11 Bandeira de guerra
Benim. Início do século XIX

3 Presa de elefante
inspirada naquelas encontradas
na bacia do rio e na República
do Congo entre os séculos XIX-XX

1 Zinkpo (trono real)
Benim. Início do século XIX

4 Arma de punho e propulsão adornada, pode ter uso cerimonial
Bacia do rio Zambeze. Século XIX

2 Peneira de farinha
Ovimbundu. Angola. Início do século XX

10 Facão
Mbuja. República Democrática do Congo. S/d

DA HISTÓRIA À ANTROPOLOGIA... E DE VOLTA À HISTÓRIA: UMA CONVERSA COM MARIZA DE CARVALHO SOARES

Por

Letícia Oliver Fernandes

Pedro José de Carvalho Neto

Raphael dos Santos Gonçalves

A trajetória de Mariza de Carvalho Soares é marcada pela pluralidade nos caminhos que traçou dentro da academia brasileira – e fora dela, também. Ao dividir sua história conosco, Mariza Soares demonstra como aspectos pessoais, materiais e acadêmicos caminham simultaneamente na construção dos desejos e escolhas que desenham a trajetória de um intelectual. Exemplo disso, é o entrecruzamento da História e da Antropologia, que é tão ímpar na sua produção acadêmica. Em uma longa e divertida conversa, em São Paulo, numa noite de maio, a historiadora compartilhou conosco suas pesquisas e comentou sua passagem pelo Museu Nacional – e a tragédia ocorrida ano passado –, as condições atuais da produção acadêmica brasileira e, mais do que tudo, sobre a importância de circular pelos diferentes espaços que a universidade oferece.

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1971-1978), é mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981-1990) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1994-1997). Autora do livro *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão, século XVIII* (Civilização Brasileira, 2000), teve passagem nas universidades de Yale, Stanford e Vanderbilt, nos Estados Unidos. Em 2019, fez a curadoria da exposição *Nas Asas da Panair*, no Museu Histórico Nacional, e lançou o livro *Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina* (Chão Editora). Atualmente, é professora aposentada da Universidade Federal Fluminense e, também, professora visitante da Universidade Federal

de São Paulo.

Agradecemos à professora por ter aceitado nosso convite e pela generosidade com que compartilhou sua história e seu conhecimento. Ao fim da entrevista, apresentamos uma bibliografia selecionada contendo as principais obras por ela publicadas.

Epígrafe_ Gostaríamos de começar falando da sua escolha pelo curso de História. A senhora se formou em História, pode falar um pouco sobre a escolha do curso, o que influenciou essa escolha, se a senhora já tinha um interesse em Ciências Humanas...

Mariza Soares_ Antes de entrar para a faculdade, em função de ter amigos mais velhos, eu queria ganhar um dinheirinho, então comecei a trabalhar de assistente de pesquisa. Comecei a fazer algumas transcrições de entrevistas de alguns amigos meus que já estavam no mestrado e aí achei interessante aquela coisa de Antropologia. Quando fui fazer o vestibular, não tinha Antropologia na graduação, só na pós-graduação. Eu tinha que fazer alguma coisa antes. Normalmente, as pessoas faziam Sociologia, mas eu não gostava de matemática, não gostava de estatística. Na época, na PUC [Pontifícia Universidade Católica], tinha um curso de Sociologia que diziam que era legal, mas não tinha como fazer Sociologia sem matemática e estatística. Aí eu desisti da Sociologia e resolvi fazer História, que era um assunto que eu gostava também. Acabou que gostei muito de História, me formei e trabalhei com História.

Na verdade, eu fiz muito mais do que quatro anos de História, porque nesse meio tempo eu casei. Meu ex-marido fazia Antropologia, a gente se conheceu nesse processo. Fomos morar em Brasília e eu tive de interromper a graduação no Rio. Em Brasília fui trabalhar na FUNAI [Fundação Nacional do Índio], porque eram os contatos que a gente tinha na área de Antropologia. Estudei na UnB [Universidade de Brasília], e na UnB tinha Antropologia na graduação. E eu fiz dois anos de Antropologia a nível de graduação. Tive filho, a vida enrolou toda. Voltamos para o Rio, sem que eu tivesse tempo de me formar. Voltei pro Rio e para a História. Me formei em História, na PUC. Então eu tenho quatro anos de História

e dois anos de Antropologia, na graduação. Meu currículo de graduação é monstruoso [risos]... Tem uma coleção de eletivas que não serviram para nada, porque os currículos eram muito diferentes. Mas eu ganhei muita experiência. No período que morei em Brasília, trabalhei com os índios Tikuna na Amazônia, morei na aldeia... Fiz trabalho de campo, aquela coisa de Antropologia bem tradicional... Eu fui auxiliar de pesquisa do Roberto Cardoso de Oliveira, um antropólogo famoso, já falecido... Quando eu terminei História, falei: "vou fazer mestrado em Antropologia", fiz. Mas aí eu já tinha dois filhos pequenos, não podia ir para a área indígena, que era uma coisa que eu gostava. Fui trabalhar em uma ONG fazendo as mais variadas coisas. Muitos anos depois, eu já estava com quarenta anos, quando eu resolvi fazer concurso para a UFF [Universidade Federal Fluminense]. Achei que eu precisava organizar a vida, ter um emprego público [risos]. Na época o concurso foi para assistente. Eu não tinha doutorado. Aí falei "bom, agora que eu já tenho um emprego, eu vou fazer o doutorado". Como eu estava no departamento de História, fui fazer o doutorado em História. É engraçado, porque eu sempre gostei muito das questões teóricas da Antropologia, mas eu sempre tive muita dificuldade, não gosto dessa interação entrevistador-entrevistado. Eu não tinha dificuldade nenhuma em me relacionar. Morei em uma aldeia indígena dormindo em rede, isso para mim não era problema. Mas essa coisa da entrevista... Eu retomei essa questão quando veio a moda da História Oral. Naquela época eu nem sabia muito explicar porquê, era uma coisa meio intuitiva. Eu me sentia em um terreno meio pantanoso. E eu aprendi a gostar do documento escrito. Tanto que a minha monografia de graduação foi uma coisa que as pessoas faziam muito pouco. Eu fiz uma monografia sobre o Regimento das Missões na Amazônia, século XVII. Na época eram poucos os que se interessavam por colônia, e pouquíssimos os que se interessavam por índios da Amazônia, menos ainda quem quisesse ler documentos do século XVII. E essa questão da história da Igreja acompanhou toda a minha formação. E eu sempre coloquei essa questão da Igreja diante de grupos sociais diferentes: trabalhei com os índios da Amazônia no final do século XVII; meu mestrado foi sobre a questão do Candomblé, Igreja Católica e das igrejas protestantes, como cada religião lida com a questão da morte; no doutorado estudei as irmandades católicas de "homens

pretos". É meio estranho falar, mas é a palavra da época. Então, a Igreja Católica e como a ela está muito bem alicerçada na nossa sociedade, é uma coisa que sempre me interessou.

A minha relação com a História é sempre interdisciplinar. Eu sempre gostei muito da Antropologia, e a partir de um determinado momento eu comecei a me preocupar muito com a Geografia. Eu fui muito amiga do Maurício Abreu, um geógrafo que faleceu há uns anos atrás. Para mim o maior geógrafo brasileiro dos últimos tempos. Claro que não vou desmerecer outros mais velhos, mas da minha geração. Eu acho que eu absorvi muita coisa nas nossas conversas, como lidar com o espaço, com a distribuição das pessoas no espaço. Acho que isso tem a ver com ele. Então meu trabalho conversa com a Antropologia e com a Geografia. Sou historiadora aberta a outras coisas. Quando veio a moda da História Oral, eu pensei: "é isso que na minha cabeça não juntava". Eu lembro sempre do Philippe Joutard, historiador francês. Ele foi um dos primeiros a discutir fontes orais. E ele usava sempre "fontes", ele não falava "História Oral". Se você pegar os primeiros textos dele, ele fala em fontes orais. Pra mim foi ficando claro que eu não gostava da ideia de História Oral, ainda hoje prefiro fontes orais.

No fundo, eu acho que a minha discussão da História Oral e com a Antropologia era o excesso de peso das entrevistas no conjunto a análise, muito insuficiente para compor o quadro de uma sociedade ou de um segmento social qualquer. Eu sempre gostei de trabalhar cruzando uma variedade de fontes. De um lado me incomodava o antropólogo não olhar a História; de outro eu achava que a História tinha que abarcar uma variedade de fontes. Hoje tudo mudou muito. Mas o nosso esteio ainda é o documento escrito, que é o que eu gosto. Então, depois do mestrado fui voltando para a História que eu tinha aprendido na faculdade, eu gostava de Brasil Colônia. Eu acho que o Ilmar [Rohloff de Mattos] eu brinco que fui a única a estudar Colônia com ele [risos]. Em 1972 ele ainda não era doutor. Ele dava Brasil I e II. Depois passou a dar só II, que era Império. Então muito pouca gente fez Brasil Colônia com ele. E eu li muita fonte impressa... Tipo assim, a gente estudava lendo [André João] Antonil. Isso me incentivou a trabalhar com documentação primária. E naquela época, a gente não

tinha biblioteca, não tinha xerox, todo mundo comprava livros. Eu tenho, até hoje, o Antonil que eu comprei em 1972. A gente frequentava os sebos, pedia emprestado. Então tive essa formação, voltada para valorizar os documentos escritos, ler documentos. A gente acha que já leu tudo, e a gente hoje em dia está vendo que tem que ler de novo! Tem que ler toda hora. Porque toda hora que você lê um manuscrito ou um documento impresso e você descobre uma coisa nova.

Epígrafe_ Nessa relação da História e da Antropologia, esse é um caminho pouco usual, em geral a gente é levado a ficar só na História, essa interdisciplinaridade é pouco comum no nosso curso.

Mariza Soares_ Na minha época não era.

Epígrafe_ É isso que eu ia perguntar, era muito diferente?

Mariza Soares_ Eu sou de uma geração PUC anos 70. Você quer ver uma coisa? O Ricardo Benzaquen [de Araújo] foi meu contemporâneo. Ele fez um percurso parecido com o meu, só que o Ricardo fez mestrado e doutorado em Antropologia, mas a base dele era a História. Os trabalhos dele têm um caráter, digamos assim, mais antropológico no sentido que ele era uma pessoa extremamente teórica nas reflexões, mas tem uma marca muito forte da História. Passando dele para o Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*¹, que é outro exemplo, essa conversa é antiga. Então eu acho que na época várias pessoas fizeram isso. A Dóris Rinaldi, por exemplo, que era da Sociologia, hoje em dia é psicanalista. A PUC naquela época favorecia isso porque a gente tinha um ambiente... Os cursos eram pequenos e a gente vivia ali. Convivia muito. Muitos casaram, namoraram [risos] uns com os outros. Os professores também circulavam. Tinha o Manoel Maurício, que era da História, mas dava aula na Sociologia. Se quisesse fazer uma cadeira com ele tinha que ir na Sociologia. Foi um momento muito particular, que produziu uma geração de profissionais que circulou e circula muito.

¹ Gilberto Freyre. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Epígrafe_ A senhora acha que isso está faltando hoje?

Mariza Soares_ Acho que mudou. Não sei se está faltando, talvez na época faltasse uma especialização maior. Estou me lembrando também do Silvio Tendler. Ele fez História na PUC e acabou no Cinema. Então eu posso, assim, te dar uma lista. Hoje em dia isso é menos comum. A gente tinha uma formação mais ampla, mas hoje em dia tem mais condição de especialização... Acho que as coisas mudam, não sei se é melhor ou pior.

Epígrafe_ Como somos uma revista de graduação a entrevista é voltada para os alunos de graduação, queríamos saber como foi seu processo de escolha do tema de mestrado, de doutorado... Como a senhora chegou até mesmo no orientador, como foi esse processo?

Mariza Soares_ Bom, o que eu vou dizer é meio... converso isso com os meus alunos. A gente tem a impressão de que a gente escolhe o tema. "Eu quero fazer isso". Na prática, isso não acontece muito. Quando acontece, às vezes não dá muito certo. Às vezes, é uma maravilha, porque quando você escolhe seu tema e o seu orientador aceita o tema que você escolheu, você vai muito fazer a sua trajetória individual. O orientador vai ali, vai te dar umas dicas, e tal, mas é a sua escolha... Hoje em dia, muitas pessoas fazem isso e dá certo. Na minha formação eu tive várias experiências, e eu procurei, depois de professora, promover esse mesmo tipo de coisa, trabalhar em grupo. E eu aprendi muito por trabalhar em grupo. Quando você trabalha em um grupo de pesquisa, muitas vezes você não tem tanta autonomia para escolher um tema. Mas em compensação, você ganha um dinheirinho, tem um financiamento e tem pessoas interessadas em alguma coisa parecida com o que você está fazendo, então você tem troca de experiências. Normalmente você tem um diretor do projeto que efetivamente se interessa por você e pelo que você está fazendo. Não estou dizendo que os orientadores não se interessem pelos alunos, mas muitas vezes, pelo modo como a pós-graduação está organizada, orientam teses que fogem aos seus interesses mais diretos. Eu, por exemplo, muitas vezes recusei alunos que queriam trabalhar comigo dizendo: "não vai dar, para eu orientar esse tema tenho que estudar, ou então eu vou te dizer

generalidades. E eu não tenho tempo para estudar isso porque tenho que estudar outras coisas". Então, muitas vezes você tem uma ótima relação com seu orientador, mas esse orientador não pode dar tudo o que talvez um outro grupo de pesquisa, com outro assunto, você tivesse em termos de retorno. Então, embora a concepção e a escrita do trabalho sejam individuais – eu sempre invento umas coisas diferentes para fazer –, procuro sempre trabalhar em grupo.

No caso da minha monografia de bacharelado, eu trabalhava num projeto da FINEP [Financiadora de Estudos e Projetos], no Museu Nacional, e um dos segmentos do projeto era estudar os índios da Amazônia. E eu fiquei encarregada da parte histórica, no caso, as missões religiosas. Então eu tinha a possibilidade de discutir meu tema com as pessoas da equipe que estavam trabalhando com índios da Amazônia atuais. Eu dizia assim... “nossa, esse índio que você está falando aí, eu tenho ele mencionado na minha documentação do século XVII”. Depois, na minha dissertação de mestrado, eu estava trabalhando numa ONG chamada ISER [Instituto de Estudos da Religião]. Ainda existe, mas hoje é pequena. Na época era uma ONG que desenvolvia projetos de pesquisa e intervenção religiosa. Tinha o pessoal católico da Teologia da Libertação, que trabalhava naquelas assessorias de pastoral de base; tinha um projeto de prevenção de AIDS nas comunidades de Candomblé; tinha o pessoal protestante, de esquerda... Hoje em dia, a gente acha que todo protestante é de direita, mas na época tinha um grupo de esquerda bem interessante (os metodistas, presbiterianos, mesmo os batistas). E foi daí, dessa coisa, que surgiu a minha dissertação, porque eu convivia com eles... Na época, eu organizava cursos. Eu assistia os cursos, porque eu tinha que organizar, então eu via curso de Candomblé, curso de Protestantismo, uma infinidade de cursos... De repente eu falei assim: “gente, essas pessoas estão falando coisas diferentes, mas ao mesmo tempo tem a ver!”. E daí que saiu a minha dissertação de mestrado sobre a morte, como cada um deles falava da morte.

Quando chegou o doutorado pela primeira vez eu estava sozinha. Mas, de qualquer forma, eu tinha o LABHOI [Laboratório de História Oral e Imagem]. Quando eu entrei para a

UFF, a primeira coisa que eu fiz foi me juntar com alguém. O LABHOI era dirigido pela professora Ismênia Martins e pela professora Eulália Lobo. Elas estavam se aposentando e chamaram professores para meio que para sucedê-las [risos]. Aí foi a Hebe Mattos e eu, trabalhando com escravidão; e o Paulo Knauss e a Ana Maria Mauad com a parte de imagem. A História Oral ficou meio assim... A Hebe acabou assumindo a História Oral e eu acabei descobrindo que eu não gosto de História Oral [risos]. Porque eu falava “gente, eu gosto da ideia de fontes orais, agora não quer dizer que seja do meu gosto produzi-las”. Enfim, eu acho que a História Oral venceu. Até o Joutard desistiu e passou a falar em História Oral. No LABHOI eu tinha como principal interlocutora a Hebe. Criamos um grupo de alunos trabalhando com escravidão, eu acho que deu um caldo interessante. Embora a gente não tivesse um grupo formal, tínhamos uma interlocução entre nós e com outros professores como a Sheila [Siqueira de Castro Faria], o Luciano Figueiredo. E eu mantive, também, muito a interlocução com a Antropologia, a temática da identidade étnica que vem dos antropólogos. Acho que no *Devotos da Cor*² a marca de Antropologia é muito forte. Minha abordagem tem muito a ver com a teoria antropológica, mas minha metodologia de trabalho, meus temas, meu recorte cronológico, são da História. Eu me considero uma historiadora, eu não sou uma antropóloga meio fora do lugar, sou uma historiadora. Pinço várias coisas para elaborar meu trabalho de uma forma mais ampla alargando o objeto da História.

Epígrafe_ Continuando no campo acadêmico, a gente também notou, no seu currículo, pós-doutorados em universidades de perfis muito diferentes – três delas fora do país. Como foi esse processo de escolha, de contato com essas universidades?

Mariza Soares_ Mais uma vez eu te digo que a vida decide mais do que a gente mesmo. O que aconteceu foi o seguinte, quando eu comecei a fazer a pesquisa do doutorado, eu queria estudar irmandades católicas, meu eixo era a Igreja Católica, e eu queria entender a inserção

² Mariza de Carvalho Soares. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

dos escravos na Igreja Católica. No meio do doutorado eu descobri um documento que era basicamente sobre africanos. E aí eu disse “isso tem uma particularidade, eu tenho que entender isso”. E aí eu comecei a estudar para poder explicar esse documento... Acabei o doutorado, saiu o livro, e eu fiquei com aqueles africanos encasquetados na minha cabeça, querendo continuar a pesquisa, entender melhor os africanos. Fui para um congresso nos Estados Unidos e comecei a conversar com as pessoas. Conheci várias pessoas. Falava do meu trabalho e elas ficavam muito interessadas. Aí surgiu a possibilidade de eu fazer um pós-doutorado. Numa segunda viagem fiz contato com a Jane Landers, professora da Universidade de Vanderbilt. Ela me convidou para fazer o pos-doc com ela, achei que era um lugar legal e fui para lá [risos]. Isso já era 2003 e a gente já tinha a ideia, na UFF, de criar uma área de História da África, porque a UFF não tinha História da África. Então eu fui já com o objetivo de estudar História da África. Primeiro, para entender os Makis, que eu queria saber mais sobre eles; depois para entender como funcionava essa coisa ensino de História da África. Nos Estados Unidos e no Canadá o estudo de África é muito forte, eu fui conhecendo... Eu ia a congressos, um amigo indicava outro amigo, que indicava outro amigo... E eu acabei amiga das cabeças mais importantes de História da África dos Estados Unidos e do Canadá. Me ajudaram muito! Foi daí que voltei para o Brasil e falei “vamos criar uma área de História da África na UFF”. A Hebe apoiou... nós duas sempre ali, uma apoiando a outra... A gente nunca trabalha junto, mas a gente apoia uma a outra. E aí entramos no departamento com o pedido. Enquanto eu estava nos Estados Unidos eu consegui acertar de trazer um professor visitante, o Elisée Soumonni, do Benim para a UFF. Ele veio ainda na época que eu estava nos Estados Unidos... Eu conheci ele lá, perguntei se ele queria vir para o Brasil, e ele falou que ele queria! Mas disse que não tinha dinheiro. Aí eu falei “vamos dar um jeito”. Ele ficou morando na minha casa, eu estava morando nos Estados Unidos. E juntos conseguimos no Canadá uma bolsa para ele. Ele ficou acho que oito meses aqui. Ele deu dois semestres de curso e foi o maior sucesso. E aí estava implantada a área de África, era só uma questão de a gente ir burilando a coisa. Mais tarde vieram as novas vagas e o departamento acabou contratando quatro professores de História da África.

O tempo que eu fiquei nos Estados Unidos foi uma época de fartura de dinheiro. Viajei muito. Fui a vários países da África com dinheiro americano, sem nunca gastar um tostão de dinheiro brasileiro, eu fui para a Nigéria, Benim, Marrocos, Gana, mais de uma vez. Me facilitava falar inglês e francês, então eu transitava bem tanto na área colonial inglesa quanto na área colonial francesa.

Eu nunca escrevi sobre História da África, e nunca dei aula de história da África. Quando eu consegui montar o esquema de África na UFF, eu me aposentei. Então o que eu consegui fazer foi viabilizar a criação da área que ao longo dos anos seguintes promoveu a contratação dos professores que hoje estão lá. Também nunca publiquei nada. Nos anos depois do meu pós-doc, até me aposentar trabalhei em projetos coletivos para viabilizar os meus alunos. Eu falava “eu tive a minha vida viabilizada por projetos de pesquisa, então eu quero viabilizar a vida dos meus alunos”. Ainda durante o pós-doc fiz o *Ecclesiastical Sources in Slave Societies* junto com a Jane Landers, em 2005. Esse projeto hoje é um dos maiores projetos acadêmicos da área de História da escravidão nos Estados Unidos, mudou de nome para *Slave Societies Digital Archives*. Hoje em dia é um monstro, pega vários países das Américas... E eu fiz também um projeto para a Angola, o PADAB [Acervo Digital Angola-Brasil], *super* usado por jovens pesquisadores. Era muito caro ir a Angola. O PADAB disponibilizou uma documentação do Arquivo Histórico Nacional de Angola que trouxemos para o IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro]. Todo mundo que trabalha com Angola antes do século XIX passa por essa documentação.

Enquanto fazia esses projetos eu continuava a escrever sobre o que eu sempre escrevi, escravidão, africanos no Brasil, História Atlântica. Depois eu comecei a mexer com a área de patrimônio, que também é uma coisa de projeto coletivo e interdisciplinar.

Epígrafe_ Fechando essa parte da sua trajetória pessoal de formação, como a senhora foi parar no Museu Nacional?

Mariza Soares_ Eu fui parar no Museu Nacional quando eu estava na PUC fazendo graduação, 1972/3. Fiz algumas eletivas de Antropologia. E as professoras eram doutorandas do Museu Nacional: Lygia Sigaud e Alba Zaluar. A Lygia me indicou e fui trabalhar no Museu Nacional. Fui ser auxiliar de pesquisa do Moacir Palmeira, que na época era marido dela. Trabalhei com ele dois anos. Era um projeto sobre o comércio dos barracões na Zona da Mara pernambucana. Nada a ver com o que eu achava que ia fazer, mas precisava trabalhar, então eu trabalhei. Aprendi muito! Essa experiência foi me ajudar em outras coisas, para o resto da vida. Depois desse projeto eu recebi minha primeira bolsa, iniciação científica, hoje PIBIC [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica]. Eu devo ter sido uma das primeiras alunas a ganhar a bolsa de iniciação científica na PUC. Eu falei para o Ilmar: “Ilmar, eu soube lá no Museu Nacional que tem uma bolsa, eu posso pedir uma bolsa!”. No Museu eu era estagiária, tinha carteirinha de estagiária não remunerada! [risos]E a gente recebia um pagamento informal de acordo com as verbas de pesquisa dos professores, mas o vínculo formal era não remunerado. E surgiu a ideia de em pedir uma bolsa. Mas a bolsa não podia ser pelo museu, tinha que ser pela instituição onde eu estudava. E o Ilmar não sabia nada dessa bolsa. Aí eu disse: “Mas lá eles me falaram que tem bolsa, um negócio chamado “Iniciação Científica”. Aí o Ilmar falava assim: “não, não sei o que é isso...”, e eu: “é, um tal de CNPq tem esse negócio” [risos]. Ninguém sabia o que é que era. Fui ver a bolsa e o Ilmar não podia assinar, tinha que ser doutor, ele não tinha terminado o doutorado ainda. Ele então me disse: “vou falar com o [Francisco José Calazans] Falcon”. Aí fomos. O Falcon olhou para a mim “ah, isso não existe!”. Eu falei “existe, assina aqui. Se não existir, não tem problema. Mas assina aqui” [risos]. Aí ele assinou e a bolsa saiu [risos]. Na época, quem coordenava as bolsas era o [Francisco] Iglesias, outro historiador famoso da geração do Falcon. Aí eu mostrei a aprovação da bolsa e ele viu a assinatura: “O Iglesias!”

Enfim, eu estou falando uma porção de coisas ao mesmo tempo... Mas quero mostrar como circular é importante, você conhece pessoas, descobre coisas. O aluno que fica muito paradinho, faz tudo certinho, não abre a cabeça. E cada vez mais eu acho que um profissional

tem que abrir a cabeça. Estudar língua, por exemplo. Tem que falar inglês, francês, espanhol. Não pode ser historiador sem falar inglês. Eu adoraria falar alemão, não falo. Falar inglês e francês é fundamental. O espanhol a gente quebra o galho, tem que estudar um pouquinho, tem umas palavras que enganam, mas depois que você pega... Mas inglês e francês é fundamental. Por que é que eu circulei tanto? Porque eu sou mais inteligente? Não. Primeiro porque estou aberta a tudo, me oferecem, eu topo [risos]. Segundo porque falo inglês e francês. E não adianta só você ler. Você tem que conseguir falar e escrever. Porque você tem que escrever em inglês. Você pode dar o seu texto para uma pessoa rever. Tradução é muito caro, eu não tenho dinheiro para pagar. Então eu escrevo meus textos. Eu estou falando isso porque é uma revista de graduação [risos]. Bom, enfim, continuem aí que eu vou falando e vou perdendo o fio da meada.

Epígrafe_ Sobre o Museu, como a senhora entende esses ambientes ditos “não formais” de educação, como por exemplo o museu, na formação do conhecimento histórico? E também enquanto difusor desse conhecimento. As relações entre a pesquisa acadêmica histórica e o museu?

Mariza Soares_ Primeiro o museu é uma instituição formal. Não é informal. Eu posso estar lá de uma forma informal. Eu não estou enquadrada no organograma da instituição. No tempo em que trabalhei lá, eu era uma pesquisadora visitante, colaboradora. Mas a instituição em si, ela é formal. Tão formal quanto a universidade. No caso do Museu Nacional, o museu pertence à UFRJ. Diferente, por exemplo, do Museu Histórico [Nacional], que está ligado ao Ministério da Cultura. Agora, o que existe lá é uma maneira de trabalhar diferente de um departamento ou uma pós-graduação. O Museu tem os cursos de pós-graduação. Você pode fazer um curso de pós-graduação e trabalhar no Museu, ou só fazer um curso, ou só trabalhar.

No meu caso, eu fiz o mestrado e trabalhei no Museu, fiz as duas coisas, mas eram coisas separadas: primeiro o trabalho como estagiária, como técnica do acervo da Etnologia,

depois o mestrado e mais recentemente a curadoria da coleção africana. O Setor de Etnologia tinha coleções de índios do Brasil e de outras partes das Américas, África, Oceania e Japão. Primeiro, eu fazia um trabalho técnico. Eu tive que aprender museologia. Aprender a restaurar. Aprendi a catalogar, a limpar, a armazenar. Trabalho técnico que não tinha nada a ver com História ou com a minha pesquisa, que caminhava em paralelo. Mais recentemente voltei para um trabalho específico, ser curadora da coleção de África. Mas nunca fui membro do quadro permanente, nesse sentido sempre tive uma relação mais informal.

A relação do Museu Nacional com a História era zero. O Museu Nacional vem de uma linhagem acadêmica vinculada à História Natural, que não tem nada a ver com a História. Então, por exemplo, o Museu tem Antropologia porque no século XIX a Antropologia fazia parte da História Natural. Tem Botânica, Geologia, Paleontologia, tudo isso é parte da História Natural, não tem História, História é outra coisa. Então muito pouca gente se interessa por História no Museu Nacional. Na pós-graduação a maior parte se dedicava a uma Antropologia bem “clássica”. Na minha geração eu e outras pessoas fizemos essa ponte (já falei nisso antes). Essa separação é interessante porque alguns antropólogos vêm da História. Mas geralmente eles um pouco esquecem... [risos] Acho que eu fui lá, namorei a Antropologia [risos], fiquei um tempo... tirei o que eu podia aproveitar, e voltei para o meu pedaço, que é a História.

Hoje dia muitos alunos de História têm bolsa PIBIC na Antropologia. A Antropologia tem poucos cursos de graduação. E os alunos de História caçam bolsas em outros segmentos de Humanas. O aluno de História da UFF é *top*, aquela coisa do curso [nota] 7. Eles chegam e levam, fazem aquelas provas e ganham. Então, por exemplo, tem vários alunos da História da UFF trabalhando no Museu, e em vários museus diferentes. Porque embora não tenham uma formação em Museologia, eles são bem preparados, então quando eles vão competir, eles conseguem tirar notas melhores nas provas de seleção. Muitos alunos de História trabalham em museus, mas a maioria não tem os museus como perspectiva profissional. O mesmo deveria acontecer com a Arquivologia.

Eu dei aula para a Arquivologia na UFF. Lembro que uma vez eu perguntei. Era a primeira vez em que dava aula na Arquivologia, um curso de História do Brasil. Eu queria conhecer a turma e eu perguntei “vocês trabalham? Fazem estágio?” Todo mundo disse que sim. A maioria das pessoas trabalhava em arquivos técnicos, nada a ver com História ou Ciências Humanas. Só um trabalhava no CTAV [Centro Técnico Audiovisual], um arquivo de cinema. Aí eu falei que conhecia, que era um arquivo ótimo, ele disse “eu trabalho no almoxarifado”. Eu fiquei assim, pasma. Os alunos de Arquivologia estudam pouco História. Ao mesmo tempo, o aluno de História aprende muito pouco sobre arquivos.

Quando eu dava aula para a graduação e os alunos queriam fazer PIBIC comigo, eu dizia: “primeiro vai fazer transcrição de documento, lê esses manuais de paleografia” Aí você vai ver se a pessoa gosta ou não daquilo. Não adianta dizer que vai estudar colônia sem ler manuscritos. Tem que aprender, tem que ir aos arquivos, cada arquivo funciona de um jeito. Então, eu acho que essa coisa de você abrir a cabeça é muito importante, porque se você vai estudar colônia, mas não quer fazer paleografia e não quer trabalhar com arquivo... Eu tive uma aluna que dizia que era alérgica. Eu disse “desculpe, você tem que trabalhar com outra coisa, porque se você não consegue abrir um manuscrito sem começar a espirrar...”. A mesma coisa eu estava falando das línguas. Então às vezes o aluno de História acha que é só estudar e fazer aquelas matérias. O historiador tem que ser um erudito. Não tem como você ser um historiador sem ser um erudito, tem que estudar sempre mais do que você aprendeu na aula. Porque na aula você aprende o feijão com arroz, a aula não te dá o necessário para você ser um profissional de peso.

Tem uma outra coisa, os professores de História, falo de todos nós, não têm uma boa formação de Educação (didática, etc.). Eu acho isso uma lacuna na formação do professor de História. Voltando aos Estados Unidos, numa boa escola, um professor de História de *high school* é doutor e tem um bom salário. Dar aula em uma boa escola de nível *high school* pode ser melhor do que dar aula em universidade ruim. Ali eles têm condições de se qualificar. Aqui isso dificilmente acontece. A gente valoriza a pesquisa e esquece de formar bem o

professor... Você tem que caminhar mais para um lado do que pro outro, uns para a pesquisa outros para o ensino. Ou trabalhar em outro lugar, como um museu. Hoje na UFF tem um movimento que eu não acompanho muito porque já estou aposentada. Muitas pessoas não querem fazer pesquisa, querem ser bons professores, e a gente tem que respeitar isso. O Historiador tem que ampliar seu campo de trabalho.

Epígrafe_ Agora vamos tentar conciliar dois momentos na sua trajetória, eu imagino que seja nos anos 2010, que são a curadoria da exposição Kumbukumbu e a localização da coleção de objetivos trocados entre Dom João VI e o monarca daomeano. Como foi encontrar essas peças durante a curadoria...

Mariza Soares_ Para vocês verem como a vida é complicada. Não fechem portas nunca! Lembram que eu contei que lá na minha graduação eu fui estagiária não remunerada do Museu Nacional, e que depois eu passei a estagiária remunerada. Houve uma obra no Setor de Etnologia, então tudo precisou ser retirado da sala. Quando eu entrei lá a obra já estava pronta, e a gente tinha que colocar toda a coleção nos novos armários. Imagina, eram 40.000 objetos! Foi um projeto monstro financiado pela FINEP. Foi aí que eu comecei a ganhar um dinheirinho [risos]. Uma das coisas que eu trabalhei foi com a coleção africana. Ninguém dava pelota, eu mesma na época não dei a devida importância. Fiquei encarregada de organizar umas gavetas da coleção africana, era pequena. Eu me lembrava dos objetos porque eu limpava, arrumava, então ficava um tempo olhando. Eu não tinha muita ideia do que era a maioria das coisas, eu não pensava muito em África, Angola, Daomé, aquilo na época para mim era muito vago. Na época a gente trabalhava mais com números de catálogo do que com descrições. Mas ficou aquela coisa na cabeça.

Aí, quando eu me aposentei [em 2010], o pessoal do Museu me convidou para ser pesquisadora visitante. Eu queria fazer alguma coisa, e tinha trabalhado com africanos, ido à África, etc. Eu era pesquisadora do CNPq, tinha bolsa do CNPq, aí falei “quero fazer uma coisa diferente”. Aí na renovação da bolsa de pesquisa apresentei no CNPq um projeto para

estudar a coleção africana do Museu Nacional. A primeira coisa foi ir para o acervo, abrir os armários. Encontrei coisas que eu conhecia. O trono estava na exposição, lembrava das pulseiras de latão porque tinha limpado... comecei a listar tudo. Aí a Ana Lúcia Araújo veio ao Brasil e falou “o [John] Thornton descobriu uma carta do Adandozan, rei do Daomé no IHGB, eu estou escrevendo um texto sobre ele”. Aí apresentei ela ao pessoal do Museu. Ela foi lá, fotografou umas peças que estavam na exposição, que o [Pierre] Verger tinha falado. Quando eu comecei a fazer o inventário, eu já tinha lido a tal carta. Olha só como tudo se cruza! Nesse momento eu já tinha feito o PADAB e ali a gente digitalizou a documentação de África do IHGB, que era um inventário de 1600 e não sei quantos documentos. Nesta coleção estava a parte do acervo do [Conde das] Galveias que tem a tal correspondência com os reinos africanos. Quando fui ler essa carta que o Thornton encontrou, eu falei “essa correspondência a gente digitalizou”, aí fui lá [risos]... Olha que coincidência! Eu estava no Museu com a coleção, e tinha o PADAB com a carta. As coisas se conectam de alguma forma, parece coisa dos deuses, e quando li a carta encontrei não só o trono e outras peças de que o Verger falava, mas quase todas essas outras peças que estavam listadas na carta: as sandálias, as bolsas, as caixas de cachimbo... Tudo tão bem descrito pelo Adandozan que dava para reconhecer. Fui para o catálogo ensandecida e comecei a checar. Você consegue imaginar, quando a gente descobre um negócio desses? E eu comecei a procurar pela numeração do catálogo e essas peças todas tinham sido catalogadas praticamente uma atrás da outra. Isso não é explicação suficiente, porque era a segunda catalogação, mas mostrava que todas essas peças já estavam lá e que, pela descrição da carta, aqueles eram os objetos.

Conclusão: quando eu comecei o projeto, eu não sabia ainda que ia estudar a coleção do Daomé, eu ia estudar a coleção africana. Eu tinha especial interesse pelo Daomé. Os Makii que eu estudava na África, que é outro projeto derivado do Devotos, eles são vizinhos do Daomé, eles vivem ao norte do Daomé. Como começou a surgir muita informação, eu tive que fazer uma opção, deixar de lado o resto da coleção e me concentrar na coleção do Daomé. Para compensar tive a ideia de trazer outras pessoas para estudarem outras partes

da coleção. Aí eu fui procurar outras cartas, porque é aquilo que eu te falei: é uma correspondência, não são cartas. Então não é só a carta de Adandozan; tem a resposta do dom João (depois VI); tem a carta do governador da Bahia; tem as cartas do conde das Galveias. Eu comecei a juntar isso tudo. Eu achei uma coisa em cada lugar. Começou uma peregrinação atrás dessa correspondência (Museu, IHGB, BN). Consegui juntar isso tudo e aí eu falei: “eu tenho um livro”.

Eu escrevi aquele artigo que eu publiquei na [revista] *Afro-Ásia*³. Conversando com o João [José] Reis, falei que não era só um artigo, era um livro, porque aquele artigo é um aspecto, a questão diplomática, mas eu tenho vários outros assuntos dessa coleção. Estou preparando um livro e eu espero que fique pronto até o final do ano. Mas, realmente, as duas coisas caminharam juntas (a pesquisa e o trabalho de curadoria). Acho que elas cresceram muito porque caminharam juntas. Se eu tivesse só as cartas, como foi o caso da Ana Lúcia e do Thornton, ou se eu tivesse só os objetos, eu teria patinado no meio do caminho. A possibilidade de juntar as peças com a documentação escrita... Eu acho que o meu perfil permitiu que eu fizesse as duas coisas, de um lado aprofundar o trabalho de arquivo, ter essa preocupação de ir na minúcia. Porque não são só cartas, é pensar a questão da correspondência, da troca de cartas, que é um ponto de vista teórico diferente. Devo muito ao trabalho da Ângela Castro Gomes⁴ e à minha experiência de trabalhar com objetos, e o privilégio de ter tido acesso irrestrito ao acervo do Setor de Etnologia. Para isso eu tive que ser aprovada como pesquisadora colaboradora pelo conselho do Museu, foi um processo burocrático complicado. Então eu tive um acesso à reserva técnica, que não é normal para outros pesquisadores, então foi tudo isso junto que me permitiu chegar onde eu cheguei.

³ Mariza de Carvalho Soares. “Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812”. *Afro-Ásia*, Salvador, n.49, p.229-271, 2014.

⁴ Ângela de Castro Gomes. “Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freire”. In: _____. (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 51-76.

Epígrafe_ A senhora falou que não está mais no Museu, mas a senhora vê alguma possibilidade... se o acervo de África foi todo perdido, o que fazer agora?

Mariza Soares_ Pois é, o acervo foi praticamente todo perdido. O que não se perdeu: algumas peças de metal. Não se perdeu em termos, muitas estão deformadas pelo calor, mas estão preservadas as peças de ferro, ou as partes de ferro dos objetos. O problema agora é que tudo que foi resgatado do incêndio foi fotografado, catalogado e guardado. E o que vai acontecer agora depende do que vai acontecer com o museu como um todo. No momento, o fundamental é reconstruir o museu, não a coleção tal ou a pesquisa individual. Acho que tenho que dar um tempo para o Museu se recompor, saber o destino que o Museu vai dar a si mesmo, às pessoas. E seja lá o destino que for, a coleção africana é um grão de areia no deserto. Eles têm outros problemas muito mais urgentes para resolver. Então eu acho que a coleção africana não é uma prioridade no momento.

Meu plano, então, é dar andamento ao que posso. E se eu tiver energia para voltar, talvez eu volte mais tarde, se não, outra pessoa segue adiante depois. Eu tenho uma certa sensação de que meu trabalho lá acabou, não vou ter tempo de produção acadêmica para voltar. Inclusive, acho que uma outra pessoa, com uma outra cabeça, vai olhar aquilo de uma outra maneira. Vai ter que ser feito um trabalho enorme de pesquisa química, o que aconteceu com aquele ferro, aquilo queimou a 800 graus centígrados? Menos, mais? Tem que pensar, comparar... Se eu voltasse era o que eu ia fazer. Tentar identificar as ligas do ferro, comparar com outras ligas de achados arqueológicos na África. Eu acho que a pesquisa que vale a pena ali agora é a pesquisa interativa com outras áreas de metalurgia africana, que é uma pesquisa muito cara, que no Brasil não tem tradição e mesmo na África é muito cara e restrita.

Epígrafe_ Professora, é possível notar em seus trabalhos a utilização da cultura material como elemento fundamental. Em seu mais recente artigo na Revista *AbeAfrica*, a senhora

estuda rotas comerciais a partir da análise de mantas da cultura mandê⁵. Você acredita em uma continuidade metodológica nas relações entre cultura material e historiografia africanista?

Mariza Soares_ Eu acho fundamental, porque você lê esses objetos. O historiador está acostumado a trabalhar com documento escrito, esses objetos estão ali para serem lidos. É como você ler uma imagem, um quadro que você lê do ponto de vista da História, você situa o contexto, enfim... Esses objetos podem ser lidos também. Eu sempre falo que eu trabalho com objetos, mas eu não estudo objetos, eu sou uma historiadora dos objetos. É uma coisa que vários historiadores e antropólogos hoje falam, fazer a história dos objetos, a “biografia dos objetos”.⁶

Uma nova etapa de uma perspectiva de pesquisa, como a que foi desencadeada pela *Nouvelle Histoire*, pelo [Jacques] Le Goff. Na minha época de faculdade todo mundo lia essa coleção.⁷ É um pouco isso: é um olhar de historiador sobre outras fontes, no caso os objetos. Esse meu texto sobre as mantas é um bom exemplo disso. Eu falo das mantas o tempo todo, mas o texto está sustentado na historiografia dos movimentos das populações do Sahel, as migrações, nos Wangara em particular. Como aqueles povos transitam nas rotas comerciais; as conexões que eles têm entre eles em função das rotas. As mantas mostram isso, caminham junto com as pessoas. Minha discussão é com a historiografia clássica da África ocidental que fala do comércio do Daomé, dos povos do litoral Atlântico e não explora muito o comércio desses reinos litorâneos com o Sahel. É verdade que o tráfico de escravos joga o Daomé para o sul, para vender escravos no Atlântico, mas ele também negocia com o norte, só que comprando e vendendo outras coisas, não necessariamente escravos, mas até

⁵ Mariza de Carvalho Soares. “O comércio dos Wangara e as mantas mandês no Daomé (1810). *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-40, 2019.

⁶ Igor Kopytoff. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. Arjun Appadurai (ed.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF. 2008. pp. 89-121.

⁷ Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.) coleção *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

escravos, embora menos... Eu acho que muito do que eu estou discutindo é menos a manta e mais como a manta mostra a conexão que o Daomé tem com esses povos do norte, muçulmanos na maioria. O Robin Law⁸ fala dos muçulmanos do norte do Daomé, mas não parece importante para a análise dele porque ele privilegia o tráfico de escravos para o sul. Ele e todos os outros historiadores conhecem essas conexões. Mas na hora dos historiadores do Atlântico montarem seus quadros de análise, não consideram esse segundo segmento do comércio daomeano. Então eu acho que esse texto tem um pouco esse sentido, mostrar que essas conexões são importantes. É um texto de História, eu estou falando de pessoas, não de objetos. Estou usando os objetos para falar de pessoas.

Epígrafe_ Em geral, no campo de pesquisa africanista vemos uma especialização por regiões – e nos seus textos podemos ver um aprofundamento nas questões ligadas ao Daomé. Entretanto, recentemente a senhora publicou, nos Anais do Museu Paulista, o artigo "*Por conto e peso*": o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV–XVII⁹. Quais foram os motivadores para essa pesquisa sobre um tempo-espaço do continente africano que não é aquele que a senhora trabalha na maioria de suas publicações?

Mariza Soares_ É justamente essa minha preocupação de não estudar coisas isoladas, de fazer contrapontos. Quando eu lancei a coletânea, *Rotas Atlânticas*¹⁰, era porque o pessoal estudava Brasil e Costa da Mina, então quis fazer uma coisa cruzada e fui catando gente para fazer essa relação entre a Costa da Mina e Rio de Janeiro. Todo mundo falava das conexões entre Costa da Mina e Bahia – tem o trabalho maravilhoso do Verger¹¹ – e parecia que a

⁸ Robin Law. "Islam in Dahomey: a case study of the introduction and influence of Islam in a peripheral área of West Africa". *The Scottish Journal of Religious Studies*. vol. VII, n. 2, p. 95-122, 1986.

⁹ Mariza de Carvalho Soares. "Por conto e peso": o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV–XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.25, n.1, p.59-86, 2017.

¹⁰ Mariza de Carvalho Soares (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana - Da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2011.

¹¹ Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)*. Salvador: Corrupio, 2002.

conexão era só com a Bahia. Não! Tem conexão com o Rio de Janeiro também. Eu provoquei aqueles textos, tentando tirar as pessoas de suas zonas de conforto.

Quando eu comecei a estudar o Daomé, comecei a identificar um “modelão” de Costa da Mina baseado no Daomé com o comércio de escravos. Ao lado disso tinha outro “modelão” que é a Angola, diferente do Daomé. Mas é possível trabalhar fora desses dois “modelões”. Falar de Moçambique é falar fora do “modelão”. Moçambique geralmente aparece como um prolongamento do Atlântico. Mas lá existem particularidades, o comércio com a Índia, com o interior da África. Então eu comecei a pensar em outros casos. Na documentação de Costa da Mina às vezes aparecia referência ao Loango. Comecei a ler sobre o Loango. Quando escrevi o *Devotos da cor*, não deu para incorporar o século XVII e as conexões entre Mina e Loango. Eu cortei o livro no início do século XVIII, quando o comércio da Mina já estava mais organizado. Aí sobrou nas minhas bagunças a documentação da segunda metade do século XVII que tinha o Loango. E eu ficava sempre encasquetada com o Loango. Quando fui a Lisboa em 2015 comecei a levantar a documentação do Loango no Arquivo Histórico Ultramarino. Sentei e comecei a trabalhar, procurando tráfico de escravos no Loango... Marfim a dar com pau, para tudo quanto era canto, mas escravo não aparecia, só aparecia escravo na segunda metade do século XVII. Resolvi mudar o foco e estudar o marfim no Loango.

Um dia eu fui tomar café com o José [da Silva] Horta, professor da Universidade de Lisboa. Falei que estava estudando o comércio do marfim no Loango. Eu já sabia que ele trabalhava com marfim na Senegâmbia. Aí ele falou que estava começando um projeto, junto com o Peter Mark, que é um professor americano, e a Vanicléia Silva Santos, da UFMG, sobre marfim africano e que seria interessante se eu trouxesse o caso do Loango para o grupo. Entrei no projeto. Foram três anos, fechamos agora, o terceiro livro do projeto deve sair final de 2019/20. Mas o que aconteceu nesse meio tempo? Antes de entrar no projeto eu já tinha inscrito um trabalho no Encontro Internacional de História Colonial, o EIHC com o pessoal do Museu Paulista. Eu apresentei o texto e depois publiquei nos *Anais do Museu Paulista*. Não

quis repetir o texto no livro do projeto, daí fiquei de fora do primeiro livro. No segundo livro eu publiquei um texto menor sobre o Congo. No terceiro vai sair minha conferência de encerramento do projeto sobre as primeiras remessas de marfim do Congo para Portugal no século XVI. Mas é aquilo, gosto de privilegiar a interlocução. Aprendi muito com os portugueses, super eruditos, focados, conhecem muito mais documentação dessa época que a gente.

Esse trabalho dos marfins agora virou um capítulo no livro sobre o Loango que estou escrevendo. O livro ia ser sobre comércio de escravos, mas virou comércio de escravos e marfim. No início do século XVII predominou o comércio de marfim e, a partir de 1630, começou a crescer o comércio de escravos que explodiu na segunda metade do século. Eu comecei a juntar a documentação desse livro quando eu estava fazendo meu doutorado, interessada na Costa da Mina. Volta e meia eu via que os navios que iam pra Mina desciam até o Loango. Depois eu entendi. Os holandeses, por exemplo, estavam atrás de ouro, então eles percorriam a Costa da Mina. Em 1637 eles tomaram o Castelo da Mina (atual Gana) dos portugueses para conseguir acesso ao ouro ali vendido. Mas eles continuavam descendo, não parava ali. Iam comprando e vendendo escravos e outras coisas para fazer um comércio local, e iam trocando por ouro. Os navios que vinham da Holanda chegavam até à foz do Congo, passando pela costa do Loango. E o marfim servia de lastro. Um navio que vem cheio de mercadoria da Holanda, que vende essa mercadoria em troca de ouro vai ficando vazio, ouro não ocupa espaço e não pesa. Ele não pode enfrentar o mar aberto com os porões vazios, precisa de lastro. Então quando voltavam para a Holanda – porque os navios com escravos tinham outra rota - precisavam de lastro. E o lastro era marfim e madeira. Naquela região existia o tacula, madeira equivalente ao nosso pau-brasil, sai dele uma tinta vermelha. Desciam até o Loango, compravam marfim e tacula e iam embora, então tudo está ligado [risos]. Nada é por acaso.

Epígrafe_ É bastante frequente entre os pesquisadores africanistas a utilização de materiais localizados em arquivos africanos para compreensão da História do Brasil. Entretanto, a

senhora e alguns outros pesquisadores são pioneiros em um caminho *a priori* “inverso”: utilizam fontes históricas localizadas no Brasil para entender a História da África. Como a senhora entende esses diálogos e aproximações historiográficas?

Mariza Soares_ Primeira coisa: arquivos no Brasil e arquivos na África. A África ocidental só tem “arquivo”, como nós entendemos, a partir da presença colonial, antes disso é muito pouca coisa, as bibliotecas das mesquitas, por exemplo. Então você lida basicamente com História Oral. Existem vários historiadores africanistas cuja base do trabalho foi a coleta de depoimentos: Jan Vansina, [Joseph] Miller; Martin Klein. Todos eles trabalharam com relatos orais de velhos africanos, nascidos no final do XIX, início do século XX. O historiador recua o quanto pode a partir desses relatos. São também fundamentais os registros coloniais. Muitos funcionários escreveram livros que se tornaram clássicos da historiografia. Para períodos mais recuados você geralmente trabalha com fontes europeias: relatos, correspondências. São geralmente arquivos portugueses, ingleses, franceses, holandeses e não africanos. Esses arquivos europeus meio que preenchem a ausência de documentação escrita africana que não seja em árabe e para áreas não abarcadas pela islamização, como é o caso da África ocidental atlântica. Então o que aconteceu foi que a maior parte da produção da historiografia africanista foi produzida fora da África. Mesmo nos países africanos, a maioria dos historiadores africanos foi formada no período colonial. Ou iam para França, Inglaterra, Portugal ou ficavam nas universidades africanas, que também funcionavam segundo o modelo acadêmico europeu. Além disso, grande parte dessa produção acabou concentrada no século XIX e XX. O número de historiadores trabalhando do século XVIII para trás é muito reduzido. Quem trabalha até o século XVI, ainda consegue trabalhar com fontes escritas. Antes disso, o historiador depende muito da Arqueologia. Para o século XVII em diante a Costa da Mina tem um número grande de relatos de viajantes europeus, pelo menos uns 10 importantes, e você pode multiplicar isso para todas as partes da África litorânea. O interior é outra coisa.

No final da década de 1990/2000, nos Estados Unidos, as pessoas começaram a falar em História Atlântica. Foi mais ou menos quando cheguei lá. Eu tinha meu livro, *Devotos da cor* (2000) e comecei a participar de eventos, apresentar meu trabalho. Eu não tinha noção do que era História Atlântica. Nos *Devotos* não falo nem de História Atlântica nem de História da África. Eu li alguns autores para poder ter informação, mas eu não tinha a mínima ideia de que eu estava fazendo História da África ou História Atlântica. Eu estava fazendo História do Brasil, estava falando de africanos no Brasil. E aí eu comecei a ir nos lugares e as pessoas diziam que eu fazia História Atlântica [risos]. E eu me perguntando, “Que diabos é isso?”. Existia, claro, a História Atlântica antiga, o [Charles] Boxer já fazia. Mas era outra coisa. Primeiro estava ligada à história contemporânea, história do pós-guerra, quando os Estados Unidos e a Europa começam a ter conexões mais intrincadas. História Atlântica era a história do Atlântico Norte. O Boxer é dessa geração, e um dos poucos que trabalhou o Atlântico no sul “moderno”, não século XX.

Em 2000, saiu também o *Trato dos viventes*, do [Luiz Felipe de] Alencastro¹², que é excelente. Ele tem essa sacada de pegar a relação entre Brasil e Angola que ele tira do Boxer, que já tinha escrito sobre Salvador de Sá. Mas ele dá um passo adiante. Eu via esses trabalhos, mas eu não tinha noção de que eu estava fazendo isso [risos]. Aí eu comecei a notar que nos Estados Unidos e no Canadá as pessoas estavam me pagando para mostrar meu trabalho sobre História Atlântica. E é muito engraçado na História Atlântica que começou a aparecer de um lado, os historiadores da África ocidental e centro ocidental expandiram seu horizonte para o Atlântico; e, de outro lado, uma parte dos historiadores de América Latina saiu do continente e embarcou para a África. A História Atlântica dos anos 2000 foi resultado desses dois movimentos. E aí as coisas começaram a se cruzar, literalmente, em mesa de bar, jantar... Professores latino-americanistas, como eles chamam nos Estados Unidos, e africanistas começaram a conversar entre si e surgiu um grupo de profissionais

¹² Luiz Felipe de Alencastro *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

alguns *seniors* e muitos jovens – isso 20 anos atrás, hoje já estão todos estabelecidos – que estavam fazendo justamente essa História Atlântica. Nesse grupo no qual eu participei estavam todos pensando o Atlântico a partir do tráfico e da escravidão. O Robert Harms escreveu *The Diligent*¹³, sobre um navio negreiro que sai da Costa da Mina e vai parar no Caribe. É excelente, mas ele está na Linha do Equador, não vem para o sul. Tinha um grupo que focou no Atlântico Sul, Brasil. Mas você percebe que a questão da escravidão do sul não está nas preocupações do Harms. É completamente diferente do Alencastro.

Então o que acontece é que você tem, de um lado, o movimento dos latino-americanistas, que vão começar a criar um campo de trabalho novo. Quer dizer, existia a palavra “história atlântica”, mas não do jeito que se começou a fazer História Atlântica, a partir de 2000. Esse movimento começou a gerar um problema imenso, porque escrever não é só ter uma boa ideia. É dinheiro, política acadêmica, poder acadêmico. As pessoas começaram a provocar deslocamentos de recursos. Uma parte da turma “migra” para o Atlântico e leva junto recursos e quer vagas de emprego. Não é brincadeira, isso é um tumulto na vida das pessoas e das universidades. Também no Brasil os historiadores começaram a expandir seus horizontes: Índico e África.

Se você pega o [Paul] Lovejoy, por exemplo, ele é um historiador africanista, tem uma produção de muitos anos sobre História da África. A partir de 2000, ele começa a abrir o trabalho dele para o Atlântico. Você pega os títulos dos livros dele, ele vai chegando para o Atlântico; o Miller a mesma coisa. Todos eles, você percebe isso. Era um novo campo de trabalho lá e aqui. Trabalhar com Atlântico não foi uma decisão minha, e nem de nenhum de nós individualmente. Acho que foi uma conjugação de fatores. E isso levou a gente para fora, com aquelas restrições que a gente estava falando: tinha que falar inglês, francês, porque eles lá fora não falam português. Eles são absolutamente coloniais [*risos*]. Em relação a qualquer tipo de saber; eles acham que nós estamos indo lá aprender com eles, que é um

¹³ Robert Harms. *The Diligent: A Voyage Through the Worlds of the Slave Trade*. New York: Basic Books, 2002.

privilégio estar lá. E aos poucos eles começam a perceber que você tem mais a dizer do que eles pensavam, que na verdade você está complicando a vida deles, porque você está colocando o Brasil no mapa deles. Quando você fala de América Latina eles pensam México, adoram México. Escravidão africana é Caribe. Aí quando você fala de Brasil, é uma novidade, principalmente porque a maioria dos latino-americanistas fala espanhol. Stuart Schwartz é uma exceção. Então esses poucos brasilianistas deram muita força para os brasileiros que chegaram nos Estados Unidos.

Passei dois meses em Yale, com o Stuart. Ele foi orientador do João Reis (ainda em Minnesota). Recentemente o Aldair foi para lá também. No meu caso eu fiz o doutorado aqui. Fui para Yale por causa do Stuart, ganhei uma bolsa de Yale com recomendação do Stuart. Depois eu fui para Stanford, lá tinha o Herbert Klein que me convidou, pagou para eu ir para lá com dinheiro de Stanford. Então o que acontecia era que essas pessoas da geração mais velha, que hoje já está aposentada, 20 anos atrás estava ocupando postos chaves, com dinheiro. Eles pagavam para levar a gente para lá, porque eles achavam que os brasileiros podiam... E é engraçado, porque é uma coisa meio contraditória: de um lado eles achavam que a gente tinha que ir para usufruir de todos os benefícios das universidades americanas. Mas por outro lado, eles viam que a gente tinha uma coisa diferente a dizer, uma coisa nova. Quem conseguiu ir, como eu, realmente usufruiu de uma coisa muito especial. A universidade lá é incrível, tinha pessoas, tinha dinheiro e outros recursos para pesquisa, um conjunto de condições institucionais muito particulares. Agora está mais difícil, mas naquela época, entre 2000 e 2010, teve muito dinheiro. Todos os financiamentos que eu tive foram nesse período. E aí teve uma segunda parte da pergunta que eu esqueci.

Epígrafe_ Ah, sim, eu posso retomar, porque eu coloquei muita coisa de uma vez só. Os desdobramentos então desse momento que a senhora caracterizou, no interesse social, no ensino, no senso comum brasileiro, o que a senhora percebe nos estudos africanistas ou até afro-brasileiros na população?

Mariza Soares_ A cada vez que eu entrava numa universidade americana, por mais que eu já conhecesse, nos primeiros dias era um impacto, porque é tudo bom demais. Você tem uma biblioteca maravilhosa, você tem salas de aula maravilhosas, tem todos os equipamentos que precisa. Nem sempre é luxo, mas você sempre tem condições de trabalho. Se a sua biblioteca não tem os livros que você precisa, muitas vezes acontece, tem um sistema de empréstimo entre as bibliotecas que você pede o livro e ele vem. Vem de qualquer lugar dos Estados Unidos, até da Europa. Você tem direito como estudante, você pede e o sistema funciona. Cada vez que eu chegava lá, a coisa que mais me doía era que os nossos estudantes brasileiros não têm essa chance. O estudante brasileiro lida com dificuldades imensas, não é só a questão do dinheiro, mas de outros recursos. Porque houve até momentos em que a gente teve dinheiro comprar livros, mas o sistema das bibliotecas nunca chegou a funcionar.

O mesmo problema de má administração dos recursos acontece com o professor. Os professores americanos descontam tudo do imposto de renda. Se eles comem no horário de trabalho, compram livro, descontam no imposto de renda. Eu compro livro e não desconto nada, sai do meu salário. E tenho que comprar porque a biblioteca não tem. E você empresta seu livro para o aluno e o aluno não devolve. Eu tinha uma maldita lista que eu botava o nome do aluno e o livro, mas a lista sumia e eu perdia livro atrás de livro. Mas assim... Fizeram bom uso, se o aluno não devolveu, deve ter usado. Eu acho que, nesse momento, a gente fica muito centrada em cumprir as nossas tarefas, fazer o trabalho, fazer o curso, e não tem muito tempo para dizer para o aluno que ele precisa abrir a cabeça. No meu caso, eu acho que eu tive mil privilégios, mas eu acho também que eu soube lidar com as pessoas que foram muito importantes para mim para me alertarem para essas coisas.

A minha experiência de professora é muito pequena, e eu sempre procurei dar boas aulas. Eu não tenho qualificação para ensinar alguém a ser um bom professor, eu tenho qualificação para ensinar alguém que quer ser pesquisador. Sempre tentei entender a dificuldade que os meninos têm para seguir uma carreira, porque hoje em dia você não vê luz no fim do túnel, está difícil, muito difícil. Então eu acho que essa coisa do se

“internacionalizar”, eu não vejo outra saída para você se preparar para enfrentar qualquer mercado de trabalho. Porque a nossa tendência é cada vez mais cair no mercado, porque esse emprego público como a gente conheceu está acabando. Não sei o que vai acontecer nos próximos anos, mas esse emprego está acabando. De alguma forma a gente tem que conseguir remar contra a maré para não acabar todo mundo horista. E acho que a tendência, infelizmente, vai ser essa.

Eu acho que as pessoas têm de se qualificar muito para poderem dar um salto e garantir uma formação de qualidade. Como? Sinceramente, no momento, eu não estou muito animadora, não sei. Estou assustada com o que está acontecendo na universidade tão rápido. Porque eu já estava com a sensação de que ia haver uma destruição do sistema, porque o sistema tem falhas graves que facilitam essa destruição. Por exemplo, foi maravilhoso o PROUNI, esses projetos todos, esses recursos do governo Lula e Dilma. Eu votei no Lula, eu defendo a universidade pública. Mas a universidade tem problemas “crônicos” que não foram resolvidos. E eu acho que, agora, eles estão com a faca e o queijo na mão e eu não sei se a gente vai conseguir fazer alguma coisa em termos de movimento político. Eu espero que alguma coisa possa ser feita. Mas eu vejo um futuro difícil para a universidade pública. Eu acho que ou eles vão querer acabar com a universidade pública, ou eles vão querer transformá-la no modelo americano. Voltando àquilo que falei no início, o que é a universidade pública americana? A universidade é pública, o prédio, a instituição, mas os professores são contratados e os alunos pagam. É um conceito de público diferente. É um conceito de público muito americano, capitalista, digamos assim, para usar um termo meio chavão [risos]. Claro que o nosso público é capitalista também, mas a gente tem uma noção de que o nosso público tem que ser gratuito e para todos. Lá o público, a universidade pública, é um bem do Estado. E aí se você quer usufruir daquilo, você paga. Paga menos que em uma grande universidade privada, mas paga. Eu acho que aqui esse modelo de universidade que a gente conheceu está em crise, e eu não sei o que vai acontecer.

Quando eu penso nessa coisa que você tá falando, a História da África na universidade, eu acho que o que vai acontecer com a História da África no Brasil vai depender muito do que vai acontecer com o Brasil. Porque eu acho que não existe interesse, nesse momento, em avançar nas conexões entre o Brasil e os países africanos. Eu estou assustadíssima com o pessoal lá do Campo dos Malês da Unilab [Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira], na Bahia. Toda hora eu pergunto “gente, alguma novidade, como é que estão?”. A Unilab está cheia de estudantes africanos, todos com bolsa do governo brasileiro. O que vai acontecer com esses meninos? Porque não é só a gente que vai estudar na África. Ao longo desses últimos anos vieram muitos estudantes africanos para o Brasil. Não só de História, mas principalmente nas áreas técnicas, fazendo Engenharia, por exemplo. É isso que a gente tem que pensar também, a gente pensa só no ensino da História da África, mas você tem que pensar as conexões entre o Brasil e os países africanos hoje, uma coisa muito maior. E não só África. A UFF [Universidade Federal Fluminense] tem estudantes africanos de vários países e tem também muitos haitianos, sem contar agora os venezuelanos, os sírios e tantos outros segmentos da imigração recente que também estão chegando. O que vai acontecer com essas pessoas? Essa presença é muito enriquecedora para a universidade brasileira. Então essa conexão da gente com a África é muito mais ampla. Se a gente tivesse continuado a caminhar na direção que estávamos indo, essas conexões se acelerariam muito. O estudante brasileiro perde muito com isso. A experiência de viver em uma aldeia de índios no meio da Amazônia, como eu vivi, nos Estados Unidos, ou no Benim, foi insuperável. Viver em outro país – não estou falando de ficar hospedada em um hotel -, estar na casa das pessoas, conviver com elas no dia a dia, é viver uma outra realidade diferente da sua. Isso é fundamental. E isso dá ao historiador uma vivência para quando ele vai olhar o documento. Quando você pega o testamento de um escravo no século XVIII e ele conta que ele tinha erisipela e que possivelmente ele morreu da infecção daquela erisipela, o que isso diz para você? Nada. Você, que vive no Rio de Janeiro ou em São Paulo, nunca viu uma erisipela.¹⁴ Aí você pensa que esse homem foi escravizado, viveu e trabalhou anos em

¹⁴ Erisipela: “infecção cutânea causada geralmente pela bactéria *Streptococcus pyogenes* do grupo A, mas pode

péssimas condições de higiene. No Benim eu fiz uma pequena parte do percurso das caravanas de escravos que chegavam ao porto de Ajudá. Eu vi os pântanos por onde as pessoas passavam, às vezes em canoas, às vezes a pé. Vi também a savana quase deserta por onde eles passavam. O que eu fiz de carro e eles faziam a pé, carregando fardos na cabeça. Aí você entende aquilo! Sair da sua experiência pessoal te dá uma outra dimensão. Eu acho muito difícil para o estudante brasileiro que quer trabalhar com História da África -- ou até que quer trabalhar com história da Amazônia, ou de São Paulo -- desconhecer o que ele está estudando. É um pouco do que eu falei antes sobre o meu interesse pela Geografia. O historiador não pode olhar só o documento, ou mesmo só o assunto dele. Quando a gente pensa uma universidade humanista, a gente pensa uma universidade com espaço para essa troca de experiências.

Uma das experiências mais interessantes que tive no Benim foi quando estive lá um amigo caribenho. Lá eles me chamavam de "*femme yovó*": mulher (francês) branca (fon), branca no sentido de estrangeira, europeia. Meu amigo caribenho, negro, era *yovô* como qualquer outro homem branco. Ao chamarem um negro caribenho de *yovó* (branco europeu) eles não estavam nem aí para o fato do cara ser tão "negro" quanto eles. A cor não era o fator diferencial e sim o fato dele ser estrangeiro, o negro caribenho estava mais próximo dos outros *yovó* do que deles. É claro que eles sabiam que um era branco, o outro negro. Mas o corte fundamental ali era ser "da terra" e ser estrangeiro. De algum modo eu que falava francês e podia me comunicar direto com eles estava mais próxima deles que o homem negro caribenho que só falava inglês. Quem quer estudar História da África na sua dimensão mais ampla precisa conhecer a realidade africana no passado e hoje. Agora como isso vai acontecer nos próximos anos no Brasil, quem sabe décadas, eu não sei.

também ser causada por *Haemophilus influenzae* tipo B, que penetram através de um pequeno ferimento (picada de inseto, frieiras, micoses de unha, etc.) na pele ou na mucosa, disseminam-se pelos vasos linfáticos e podem atingir o tecido subcutâneo e o gorduroso." Fonte: Portal Drausio Varella. Disponível em <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/erisipela/>. [Acesso em 28.07.2019.]

Epígrafe_ Na última edição a gente entrevistou uma professora que é especialista em arquivo, a professora Heloísa Bellotto, da USP. E ela fala como uma especialista em arquivo. E agora a gente queria saber da senhora, da relação entre História e arquivo, só que a partir do historiador. Como o historiador entende o trabalho arquivístico, se o bom trabalho arquivístico pode influenciar o historiador... Qual a relação do trabalho historiográfico com o arquivo?

Mariza Soares_ Olha, eu tenho o maior respeito pelos arquivistas. Adoro os arquivistas, aprendo com eles em todos os sentidos. Tenho uma amiga arquivista que acompanha meu trabalho e a quem eu recorro sempre que eu posso, a Regina [Maria Martins Pereira] Wanderley. Trabalhou muitos anos no Arquivo Nacional, é professora aposentada da Uerj e até recentemente coordenadora de pesquisa do Instituto Histórico [e Geográfico Brasileiro]. Trabalhamos juntas no PADAB [Projeto Acervo Digital Angola Brasil]. Não posso deixar de mencionar também o Jaime Antunes [da Silva], que foi diretor do Arquivo Nacional muitos anos, e agora está dirigindo o arquivo do IHGB e retomando o PADAB que agora ficou sob a coordenação da Crislayne [Gloss Marão Alfagali]. Então assim, eu acho que o diálogo com os arquivistas é fundamental. É impossível ser um bom historiador, trabalhar com documentação primária, sem entender pelo menos um pouco sobre arquivos históricos. Tampouco entendo um historiador que não sabe um mínimo de paleografia, ou que não tem o livro da Maria Helena Flexor.¹⁵ Tem também que conhecer as letras, saber o que é uma letra ramista, senão você não consegue ler e entender o que lê. Eu acho que eu sei pouco, devia saber mais. Acho um absurdo os cursos de História não terem cadeiras de arquivologia, de paleografia. O historiador nesse ponto é muito autossuficiente. A gente vê que, por exemplo, no Arquivo Nacional, você depende do arquivista para te dar as dicas do que você tem que fazer, de onde e como procurar o que você quer. Você tem que saber alguma coisa até para dialogar com o arquivista e poder tirar melhor proveito do que ele pode te ensinar. Eu

¹⁵ Maria Helena Ochi Flexor. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.

criei a área de História da África. Se tivesse outra vida, criava cursos de arquivologia para história, arqueologia histórica e museologia dentro do curso de História. O historiador pode dar uma contribuição imensa à Museologia, e também aprender muito com os museólogos! Eu, por exemplo, trabalhei no Museu Nacional. A coleção africana tinha um conjunto de cerca de 20 peças vindas do Museu de Berlim, o antigo Museu Etnográfico de Berlim. Eu aprendi a ler a catalogação deles feita a nanquim nas peças e que não foi retirada. Eles permutaram coleções com muitos outros museus. Eu bato o olho e já sei: "Isso aqui veio do Museu de Berlim!". Você aprende a catalogação, e então é aquela coisa de você fazer história não só do seu tema, mas também do documento que você está usando, o documento não só como fonte, mas como objeto. É isso que é a História. Então eu acho que a História precisa dessa interlocução. Mas é aquela coisa, você fica dependendo dos seus amigos. Você conversa com um, com outro, quando isso deveria ser uma preocupação da formação do historiador.

Epígrafe_ E aí nessa mesma linha, a senhora poderia falar um pouco sobre esse projeto Acervo Digital Angola-Brasil? A senhora não falou muito dele.

Mariza Soares_ O PADAB surgiu de uma conjugação de fatores. Do meu lado, eu tinha condições de viajar, tinha condições de fazer pesquisa em Portugal, na França, no Benim, mas meus alunos não. Por razões meio óbvias, Angola é o país de entrada da maioria dos brasileiros que se interessa por História da África. Angola tem muitos arquivos que datam da presença portuguesa, então você chega a ter documentação do século XVI. Mas a burocracia de Angola é muito complicada, e tudo é muito caro. Agora já não é tanto, mas há 20 anos atrás era. Na época que o Marcelo Bittencourt estava no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Cândido Mendes, que reunia um grupo de africanistas no Rio de Janeiro. Ele começou a articular um projeto em parceria com a Rosa Cruz e Silva, diretora do AHNA [Arquivo Histórico Nacional de Angola]. Só que Marcelo saiu da Cândido Mendes e foi ser professor da UFF, e nesse caminho ele desistiu do projeto. Aí, conversando com ele, acabei assumindo o projeto. Aprovamos um projeto no CNPq, no edital Pró-África (2006). Esse edital era para todas as áreas -- história, biologia, matemática, todas as áreas -- e para pesquisadores

brasileiros desenvolverem projetos em parceria como países africanos. O nosso projeto era uma permuta de documentos históricos entre Brasil e Angola. O lado brasileiro digitalizou e mandou para Angola a coleção de documentos africanos do IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], do século XV ao XVIII; e, em Angola, uma equipe brasileira selecionou e códiços do AHNA, do século XVII ao XIX. Com essa troca, estudantes do Brasil e de Angola podiam duplicar seu acesso às fontes históricas para pensar as conexões entre o passado dos dois países. O inventário da documentação do IHGB já estava publicado na Revista do IHGB.¹⁶ Os códiços de Angola tinham apenas um antigo inventário topográfico, sem descrição adequada do conteúdo dos códiços. Tínhamos condições de calcular o número de imagens digitais da coleção do IHGB, mas não da coleção do AHNA. Fizemos, então, uma seleção preliminar dos códiços, e o trabalho foi sendo avaliado ao longo da digitalização. Trabalhamos com duas equipes: uma no Rio, coordenada pela Regina Wanderley e outra em Luanda, coordenada pela Mariana Cândido. Eu era a coordenadora geral e não fui a Luanda. Fazia a conexão entre os dois e cuidava do dinheiro. Antes da viagem, fizemos uma seleção: digitalizar todos os códiços até a primeira metade do século XVIII, na segunda metade começamos a fazer uma seleção. No final, digitalizamos 108 códiços de um total de 3 mil! Além da documentação inventariada, o arquivo tinha uma sala em que não se sabia exatamente o que tinha. Além de documentos avulsos, parece que tinha ainda outros códiços não numerados. Mariana trouxe os HDs com a coleção digital e entregou no IHGB. A equipe do IHGB preparou a coleção digital que foi organizada em caixas com as duas coleções, Brasil e Angola. Duas caixas foram enviadas para Luanda e o projeto distribuiu as demais entre o IHGB e os parceiros do projeto. O projeto do CNPq foi finalizado e o trabalho temporariamente interrompido. No ano seguinte, sob a coordenação da Regina Wanderley, o projeto foi retomado. Nessa segunda etapa passamos a fazer os índices sumários dos 108 códiços. Uma tarefa insana. Regina trabalhou dez anos com isso, com muitas interrupções, o

¹⁶ Regina M Pereira Wanderley (coord.) “Inventário analítico da documentação colonial portuguesa na África, Ásia e Oceania integrante do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 166, n. 427, abr/jun 2005, pp. 27-570.

projeto deve ter qualificado pelo menos uma dezena de estudantes no trabalho de paleografia e noções básicas de arquivo. Há cerca de uns dois anos a Regina se aposentou, mas conseguiu terminar todos os códices do século XVII e da primeira metade do XVIII. Todos têm índice e sumário, documento a documento. Agora que o Jaime Antunes assumiu a direção do arquivo do IHGB, e estamos retomando o projeto. Como não posso assumir a responsabilidade agora chamamos a Crislayne que é professora de História Atlântica, África e Brasil na PUC, e trabalha com Angola. Em 2019, ela assumiu a coordenação do projeto. Ela vai rever o trabalho já feito e dar continuidade ao projeto. Estamos também finalizando a prestação de contas das duas verbas adicionais que recebemos da Faperj [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro] para pagar bolsistas. Temos cerca de 40 códices prontos. O Jaime Antunes quer atualizar o catálogo parcial já disponível na Sala de Leitura e publicar o inventário geral dos 108 códices. Para isso, a Crislayne já está assinando convênio entre a PUC e o IHGB, de modo a colocar estudantes da PUC no projeto. E não sei quanto tempo vamos precisar, vai depender do número de bolsistas e dos recursos e da capacidade da Crislayne e da Sônia [Nascimento de Lima], arquivista do IHGB, de administrarem tudo, é muito trabalho. Além dos índices sumários, fizemos também transcrições de códices e documentos avulsos. Alguns pela própria equipe, outros por terceiros que usaram a documentação. O [Luís] Nicolau Parés, por exemplo, publicou as cartas do Daomé, mas a gente já tinha feito a transcrição também, mas não chegou a publicar. Em alguns pontos a nossa transcrição está diferente, queremos fazer uma revisão geral e disponibilizar a transcrição sem atualização ortográfica. Além disso transcrevemos um códice inteiro, um livro imenso, 500 folhas, que foi feito na época do governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, em meados do século XVIII. Quando ele chegou lá, no espírito pombalino, arrumou a secretaria de governo em Luanda e mandou fazer um índice sumário de todos os livros da secretaria. Esse códice é inventário do que existia – a coisa mais maravilhosa, porque ele lista todos os livros! Alguns dos livros que ele inventariou a gente tem, outros não, estão perdidos. A gente também transcreveu a correspondência do Luís

César de Meneses, que foi governador de Angola de 1699 a 1701. A gente transcreveu uma correspondência dele que estava no Instituto Histórico, e a correspondência do Arquivo de Luanda. Então a gente transcreveu as duas. Fora que a gente tem a coleção digital toda para quem quiser consultar. E várias pessoas que consultaram fizeram transcrições dos documentos que elas usaram. E então a gente tá tentando reunir tudo isso. Claro que as pessoas são muito zelosas de suas transcrições. Mas a ideia é que quem queira colaborar e dar a sua transcrição para a gente... logicamente vai constar que a transcrição foi feita pela pessoa. E o nosso plano é criar um espaço no Instituto Histórico e botar tudo isso *online*. Esse mês já fizemos o relatório final da última verba da Faperj, que ficou parado com o afastamento da Regina, por motivo de saúde. A Crislayne está começando a nova etapa. E eu acho que o projeto tem fôlego para recomeçar e crescer. Agora, vamos ver como caminha, porque sem dinheiro vai ser difícil. Não é um projeto caro, mas tem que pagar bolsista.

Epígrafe_ Agora a senhora está no Museu Nacional? Quais são as funções que a senhora desempenha lá?

Mariza Soares_ Não, não estou mais. Quer dizer, formalmente eu ainda estou, porque ainda não suspendi minha condição de pesquisadora colaboradora... Mas eu não estou mais me considerando lá desde que pegou fogo. A coleção que eu trabalhava pegou fogo. O que eu estou fazendo agora é me organizar para terminar de escrever o livro sobre a Coleção Adandozan. Eu pretendia fechar agora até o fim do ano, ainda tenho esperança de conseguir. Mas minha vida deu uma embolada geral, porque no final do ano passado eu prestei concurso para professor visitante da UNIFESP e estou no processo de contratação, estou de mudança para São Paulo. Devo trabalhar na UNIFESP por um ou dois anos.

Epígrafe_ Guarulhos?

Mariza Soares_ Guarulhos. O incêndio no Museu mexeu muito comigo, foi muito difícil digerir a coisa toda. O incêndio foi em setembro; de setembro a dezembro eu fiquei quase catatônica, sem saber o que fazer da vida. Já estava no Museu há quatro anos e pretendia

ficar mais dez, até me aposentar realmente. Eu tinha feito a primeira parte do projeto e tinha muita coisa planejada, sem a coleção ficou inviável. E aí apareceu esse concurso para a UNIFESP. Eu estava querendo [risos] arranjar alguma coisa. Estou reestruturando minha vida. Então eu já não estou mais me considerando pesquisadora do Museu, porque eu não estou mais trabalhando lá.

Eu estou fechando agora um projeto com [Universidade de] Vanderbilt, que é o meu último módulo para o *Slave Societies Digital Archive*. Fechamos agora em junho, no Rio. E eu estou como curadora de uma exposição no Museu Histórico Nacional que é sobre a Panair do Brasil. Não tem nada a ver com nada do que eu fiz antes. Mas eu acho que eu agrego várias coisas... Eu tive uma experiência de curadoria no Museu Nacional, eles queriam uma curadora que tivesse uma sensibilidade para a parte de história. Eu sempre gostei muito de museus, eu sempre gostei muito de arte, viajei, fiz essa coisa toda... Então o Paulo Knauss, que é o diretor, achou que eu seria uma pessoa, digamos assim... uma curadora meio heterodoxa que daria certo, e está dando certo. A gente vai inaugurar a exposição em julho¹⁷.

Estou fechando agora um livro que também vai ser lançado em julho. É a transcrição de um manuscrito que encontrei na Biblioteca Nacional, quando estava fazendo meu doutorado, o tal sobre os Makii, de que já falei. Eu passei 20 anos transcrevendo e estudando esse manuscrito, finalmente consegui um editor e estou publicando esse ano¹⁸. Estou fazendo várias coisas misturadas: a exposição da Panair, a publicação do manuscrito, o concurso da UNIFESP, o livro do Adandozan. Uma coisa bem confusa, mas isso tudo deve terminar e a partir de agosto eu retomo o livro de Adandozan. O plano é terminar o livro até dezembro. A partir do ano que vem, vou pela primeira vez me dedicar a escrever um livro de história da

¹⁷ Exposição "*Nas asas da Panair*", com curadoria de Mariza de Carvalho Soares, inaugurada em 9 de julho e em exibição até 29 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/museu-historico-nacional-inaugura-a-exposicao-nas-asas-da-panair/>

¹⁸ Livro "Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786", publicado pela Chão Editora e lançado em 4 de julho de 2019, no Rio de Janeiro.

África no sentido clássico da palavra, que é o livro sobre o porto do Loango no século XVII. Já está meio pronto, venho escrevendo pedaços ao longo de muitos anos e guardando, nunca publiquei nada. Preciso sentar e ao longo de 2020 terminar. Acho que vai ser um trabalho original, não tem muita coisa sobre o assunto.

A gente está organizando no Rio de Janeiro, em junho, um simpósio sobre a Costa da Mina. Vamos juntar pessoas que trabalham com essas conexões entre Brasil e Costa da Mina, quase todo mundo brasileiro. Não temos um tostão, ganhamos uma verba pequenininha do CNPq e fomos acolhidos pela [Fundação] Casa [de] Rui Barbosa. O dinheiro do CNPq vai custear o próprio evento e um *e-book* a ser publicado pela Casa Rui. Estamos tentando juntar todas as pessoas espalhadas pelo Brasil e cada um está pagando sua participação. A Casa Rui está pagando a viagem de dois convidados internacionais. Fico muito feliz com isso. Ao longo dos anos tentei juntar os pesquisadores que trabalham com Costa da Mina, acho que esse seminário é em parte resultado disso, somos um grupo pequeno de amigos. Eu fiz um pouco isso com o Rotas Atlânticas, mas sem dinheiro, só conversando com as pessoas e publicando o livro. Dessa vez, foi um projeto mais coletivo, coordenado por quatro pessoas (Ivana Stolze Lima, Aldair Rodrigues, Juliana Barreto Farias e eu). Estamos aceitando alunos, não fazemos restrição de “status acadêmico”, mas estamos fazendo rigorosa restrição temática e de investimento no tema, tem que ser realmente alguém que está estudando Costa da Mina. A restrição que a gente tem é de vaga, a gente tem um número de mesas e de pessoas, então a gente tá fazendo uma seleção. Quem mandar e não conseguir passar no “funil”, vale a pena assistir, todo mundo que trabalha com isso vai estar lá: Parés, eu, Júnia Furtado, Jaime Rodrigues vai falar sobre os marinheiros, Aldair Rodrigues da Unicamp, Carlos Silva, a turma toda. A ideia é juntar as pessoas. Eu quero ver se faço uma coisa parecida na Unifesp ano que vem, juntando quem está trabalhando com tráfico, também com a ideia de fazer alguma publicação. O plano é esse para os próximos dois anos e eu espero que tenha energia para tanto.

Epígrafe_ Comumente, em nossas entrevistas, finalizamos perguntando o que a senhora, como historiadora, considera fundamental na formação de um historiador, no sentido de bibliografia, o que precisamos ler, conhecer...

Mariza Soares_ Sinceramente, tem que ler tudo [risos]. Porque mesmo que não tenha a ver com você, em algum momento aquilo te dá um *click* e serve para alguma coisa. O assunto pode não te interessar, mas a metodologia que o cara usou pode ser boa.

Então, se é bom, lê. O critério pode ser: ler coisa boa.

Lógico que, se você tem um tema, você vai focar mais nesse tema. Se você tem uma temporalidade, vai focar na sua temporalidade. Se você tem recorte teórico, cuidado: porque aí é mais complicado, é melhor você ler todo mundo, até para você conseguir sofisticar o seu ponto de vista. Agora, primeira coisa, tem que ler os clássicos. Às vezes, o pessoal cita a última moda e não leu os clássicos. Então, por exemplo, quem trabalha com escravidão, com tráfico, tem que conhecer a obra do Boxer. Depois que você começar a ler, você vai construir o seu critério, o que é importante para você. Eu não sei dizer o que é importante para você. Eu sei dizer que o Boxer é fundamental, você não pode não ter lido o livro sobre Salvador de Sá¹⁹, você não pode não ter lido *Idade de Ouro*²⁰, você não pode deixar de ler um monte de coisas. Você pega o Boxer, por exemplo, é uma aula sobre pesquisa em arquivo. Aquele cara era um demônio [risos]. Eu acho que ler certos autores é fundamental não só pelo que eles escreveram, mas pela maneira como eles escreveram, como eles trabalharam. Eles têm um controle de documentação assombroso, que hoje em dia a gente não tem. Ler os clássicos e encarar o documento. E em segundo lugar ler os autores mais recentes, mas entender não só

¹⁹ Charles R. Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/EdUSP, 1973.

²⁰ Charles R. Boxer. *A idade de ouro do Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

o que eles estão dizendo, mas de onde eles partiram. E, tenha certeza, você volta para os clássicos.

Temos também que ter em mente que a vida muda, que hoje você despreza uma coisa, depois pensa “se eu tivesse olhado aquilo, eu não estaria na situação difícil que estou hoje”. Acho que é se informar a respeito de tudo. Caiu no teu colo? Olha. Nem que seja uma leitura rápida, porque você não está estudando só História Colonial, você é um profissional de História. Sabe o que a gente chama de “cultura geral”? Antigamente, os nossos pais falavam “tem que ter cultura geral”. Não é nesse sentido corriqueiro, mas você tem que ter uma formação ampla, qualquer tipo de profissionalização exige isso.

Então estude bastante o tema que você tem interesse, mas não abandone o resto. Nesse ponto, eu acho que os Estados Unidos têm uma coisa muito boa e que falta no Brasil, mas que logicamente tem a ver com o tempo que a gente tem. O estudante brasileiro tem menos tempo de estudo e muitas vezes trabalha enquanto estuda, então tem menos tempo para ler. Nos Estados Unidos, quando você vai fazer o doutorado -- que dura seis anos em média, às vezes até mais -- eles dividem a história em grandes áreas. Você escolhe sua área, por exemplo, América Latina. Então você estuda desde história do México até o Chile; desde pré-colombiano até os nossos dias. Você vai saber tudo sobre tudo? Não, mas você tem um panorama. Aí você escolhe a sub-área que pode ser México, Brasil, etc. Depois, sua tese vai ser sobre economia açucareira na Bahia do século XVIII, mas pra chegar lá, o aluno estudou tudo. O Stuart Schwartz escreveu sobre vários temas de América Latina, foi a formação dele. América Latina, depois Brasil, depois economia açucareira na Bahia. Aqui você vai para o doutorado e só estuda economia açucareira na Bahia. Então, é claro que sua formação é mais precária. Eu estou dando o exemplo do Stuart, mas o estudante das universidades americanas faz isso.

É claro que hoje a produção é muito maior que há 40 ou 50 anos atrás. Eu me aflijo com as condições dos estudantes no Brasil, como fazer isso aqui... não tem biblioteca. É uma bola

de neve que só cresce. Mas temos que lutar contra essas deficiências, temos que ter consciência e saber explorar o que a gente tem de bom. A capacidade que nossos estudantes têm de trabalhar com arquivo, com documentação é infinitamente superior a deles. O estudante de história americano começa a trabalhar em arquivo no doutorado. Os brasileiros lá fazem sucesso. Então temos que manejar o que a gente tem de bom. Chegar lá com uma dissertação de mestrado feita com documentação de arquivo e alguma teoria na cabeça é um grande passo à frente da média dos estudantes americanos. Eles saem da graduação, zero, fazem um ano de mestrado, que é como se fosse a nossa monografia do bacharelado, e caem completamente crus no doutorado. Então, a gente tem que saber tirar proveito do que a gente tem de vantagem. E, com a dificuldade de bolsas aqui, tentar bolsas lá.

Bibliografia selecionada

- **África**

Artigo de periódico:

SOARES, M. C. O comércio dos Wangara e as mantas mandês no Daomé (1810). *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-40, 2019.

_____. "Por conto e peso": o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV–XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.25, n.1, p.59-86, 2017.

Capítulo de livro:

SOARES, M. C. O mpungi nas fontes portuguesas sobre o Congo, 1483-1512. In:

SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *O Marfim no Mundo Moderno: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX)*. Belo Horizonte: Editora Prismas, 2017, p.33-50.

- **Mundo Atlântico**

Capítulo de livro:

SOARES, M. C. A escravidão atlântica. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). *O sistema luso-brasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória: GM Editora, 2011, p.7-24.

_____. As guerras atlânticas entre europeus e africanos na era moderna. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). *A escravidão atlântica. Do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas*. Vitória: GM Editora, 2011, p.7-22.

_____. Nações e grupos de procedência no Atlântico escravista. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). *Da África ao Brasil. Itinerários históricos da cultura negra*. Vitória: Flor Cultura, 2007, p. 131-158.

- **Arquivologia e museologia**

Capítulo de livro:

SOARES, M. C.; AGOSTINHO, M. B. A coleção Ovimbundu do Museu Nacional, Angola 1929-1935. *Mana*, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.493-518, 2016.

_____. A construção do universo da escravidão no acervo da Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, P. R. (Org.). *Brasiliana na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.267-281.

Livro:

SOARES, M. C.; LIMA, R. C.; AGOSTINHO, M. B. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2016.

- **Brasil escravista**

Artigo de periódico:

SOARES, M. C. Apreço e imitação no diálogo do gentio convertido. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 111-123, 2000.

_____. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 303-330, 2004.

_____. Descobrimos a Guiné no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.407, p.71-94, 2000.

_____. Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n.41, p.61-83, 2009.

_____. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Niterói, v.3, n.6, p.73-93, 1998.

_____. Novas abordagens para a história da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.8-28, 2008.

_____. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.59-84, 2002.

_____. Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. *Afro-Ásia*, Salvador, n.49, p.229-271, 2014.

Capítulo de livro:

SOARES, M. C. A biografia de Ignacio Monte, o escravo que virou rei. In: VAINFAS, R.; SANTOS, G. S.; NEVES, G. P. (Org.). *Retratos do Império. Trajetórias Individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EDUFF, 2006, p. 47-68.

_____. As folias dos pretos minas na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. In: LIMA, L. L. G.; HONORATO, C. T.; CIRIBELLI, M. C. (Org.). *História & Religião*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002, p. 119-131.

_____. As três faces de Xica. In: SOARES, M. C.; FERREIRA, Jorge (Org.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 53-66.

_____. Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 127-167.

_____. O negro no Brasil escravista. In: PEREIRA, P. R. (Org.). *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 2000, p. 63-65

_____; MELLO, P. L. "O resto perdeu-se"? História e Folclore: o caso dos muçulmanos das Alagoas. In: CAVALCANTI, B. C.; FERNANDES, C. S.; BARROS, R. R. A. (Org.). *Kulé - Visibilidades Negras*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 14-25.

_____. Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. P. (Org.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 409-434.

Livro:

SOARES, M. C. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. (Org.). *Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786*. Rio de Janeiro: Chão Editora, 2019.

_____; SALLES, R. H. *Episódios de História Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: FASE e DP&A, 2005.

_____; BEZERRA, N. R. (Org.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX)*. Niterói: Editoria da UFF, 2011.

_____. (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana - Da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 2011.